

Imprensa internacional sobre Angola

Novembro - Dezembro 2002

Relançamento do sector mineiro em 2003, o destaque da semana

Luanda, 28/12 - O anúncio pelo ministro da Geologia e Minas, Manuel Africano, do relançamento do sector mineiro em 2003, prevendo-se com isso a arrecadação de receitas brutas de cerca de 650 milhões de dólares, marcou o noticiário económico da semana.

Durante a habitual cerimónia de cumprimentos de fim de ano, Manuel Africano garantiu que 65 milhões do valor global serão dirigidos para os cofres do Estado.

O dirigente prognosticou boas perspectivas de investimentos para o ano que se avizinha, tendo em conta o volume de receitas que se prevê arrecadar. "As perspectivas para o próximo são animadoras", disse.

No sector dos petróleos, foi anunciado em jeito de balanço, em cerimónia idêntica, que o País produziu uma média diária de 815 mil e 564 barris de petróleos no segundo semestre do ano que agora finda, contra os 918,779 do período anterior, representando uma quebra diária de 113 mil e 215.

Segundo o novo titular dos Petróleos em Angola, Desidério Costa, esta baixa deveu-se a trabalhos de reabilitação da plataforma de produção Bagre (bloco 2), bem como da paralisação do Campo Kuito (no bloco 14).

O governante referiu que no domínio das licitações concluíram-se as negociações dos blocos 10 e 16, acrescentando que outros acordos foram alcançados tendo citado como exemplo a extensão dos blocos zero, dois e três.

Entretanto, a Sonangol e a Cabgoc anunciaram a descoberta de petróleo nas

águas profundas do Bloco 14, em Angola. À descoberta prolonga o sucesso do Bloco 14 para sul do Vale Submarino do Congo segue-se a oito descobertas de petróleo anteriores.

Durante a semana natalícia foi reportado ainda o facto de o aeroporto de Ondjiva, na província do Cunene, estar interdito à aterragem de aeronaves de grande e médio porte desde o dia 13 do mês em curso, devido às obras de restauro e ampliação.

Os trabalhos sobre a pista de mil e 400 metros, que tiveram início este mês, terminarão em Novembro de 2003, com a sua ampliação para três mil metros de comprimento e 20 de largura.

Mereceu também destaque o anúncio da pretensão do Grupo Gastec em Angola em participar, entre outros projectos, nos trabalhos de construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto do Internacional 4 de Fevereiro.

Esta intenção surge da decisão do Governo, tomada em Outubro passado, de abrir um concurso público internacional para a concessão de serviços, obras e exploração do terminal de passageiros do aeroporto.

Esta empresa pretende igualmente participar na reabilitação da Barragem hidroeléctrica das Mabubas, Província do Bengo.

O ministro de Energia e Aguas, Botelho de Vasconcelos, visitou as unidades de produção da Empresa Nacional de Electricidade (ENE) situadas nas subestações de Viana e do Cazenga (ex-SONEFE), numa altura em que registam na cidade de Luanda vários cortes de energia.

O titular da pasta da Energia e Aguas inteirou-se do funcionamento das unidades de produção a diesel da "Praia do Bispo", "Quartéis" e dos "Congolenses". Estao em curso vários projectos como a reabilitação das mini-centrais hídricas do Lukixi no Uíge e do Kuito, na província do Bié, com uma

capacidade instalada de 1,5 megawatts.

Finalmente, noticiou-se a reabertura do tráfego rodoviário sobre rio Lucala. A circulação rodoviária na ponte sobre o rio Lucala, na estrada nacional Luanda/Dondo/Ndalatando (Kwanza-Norte), foi reaberta após a conclusão antecipada dos trabalhos de reparação e manutenção pelo Instituto de Estradas de Angola (INEA).

O troço, que esteve interdito entre os dias 24 e 25 do mês em curso, no período das 6h30 às 16h30, foi reaberto quatro dias antes do tempo previsto.

Localizada nas proximidades da povoação de Ndange ya Menha (província do Kwanza-Norte), a referida estrutura constitui um dos principais pontos de ligação entre as cidades de Luanda e Ndalatando (ao norte de Angola).

Recuperação do troço ferroviário Bungo/Viana/Baia começa até março

Luanda, 28/12 - A empresa de Caminhos de Ferros de Luanda vai iniciar no primeiro trimestre de 2003 a reabilitação do troço ferroviário Bungo/Musseques/Viana/Baia, numa extensão de cerca de 35 quilómetros, anunciou o director-geral da instituição.

Segundo Manuel Gourgel Rodrigues, que falava à imprensa no final da cerimónia de cumprimento de fim de ano, o financiamento para a empreitada, avaliado em 90 milhões de dólares, está assegurado mediante um contrato rubricado em finais de Novembro deste ano com um consórcio chinês.

O projecto prevê a construção de uma linha com características modernas, com passagens superiores para viaturas e peões, para evitar que cruzem com os comboios ao mesmo nível, como até hoje se verifica.

Prevê igualmente dimensionar a linha para via dupla e a reposição do feixe de linhas no Porto de Luanda para facilitar o escoamento de mercadorias do

recinto portuário.

Manuel Gourgel informou que o pacote de financiamento contempla ainda a indemnizações para o caso de demolições de residências construídas próximas das vias.

Em 2003, está prevista a angariação de financiamentos para a reparação do troço ferroviário entre o Zenza do Itombe e Luinha, ambas na província do Kwanza-Norte, onde se encontra uma ponte destruída.

Lei de Investimento Privado propiciará reindustrialização do país

Luanda, 30/12 - A aprovação da Lei de Investimento Privado e Lei Quadro da Indústria, prevista para o primeiro trimestre do ano 2003, permitirá a reindustrialização do País, considerou hoje, em Luanda, o ministro da Indústria, Joaquim David.

De acordo com o responsável, que falava durante a cerimónia de apresentação de cumprimentos de fim de ano, a aprovação dos dois diplomas trará um ambiente completamente diferente ao sector industrial.

Quanto ao desempenho do sector durante o ano de 2002, o responsável notou que a indústria transformadora não foi capaz de atingir o crescimento de dois dígitos previstos, devido a condicionantes estranguladores que emperram o ramo produtivo.

Uma das razões apontadas pelo titular da pasta da Indústria foi a ineficaz política de reformas fiscais e aduaneiras que, inicialmente, iriam viabilizar um maior incremento da iniciativa de investimento no País.

"Não se tendo verificado esta melhoria no ambiente, no quadro fiscal e aduaneiro, apesar de uma situação de paz mais hospitaleira, não conseguimos atingir as metas preconizadas no nosso programa", justificou o governante,

sem entrar em pormenores.

Sem revelar o crescimento atingido este ano, Joaquim David manifestou-se optimista que o primeiro trimestre de 2003 será marcado pelo inicio do processo de reindustrialização do País, tendo em conta o ambiente propício que está a ser criado com a aprovação dos dois diplomas.

"Estamos convencidos que com estes diplomas teremos um ambiente que vai propiciar um arranque real da reindustrialização de Angola durante o ano 2003", sublinhou.

FAA destroem bases da FLEC renovada

31/12/2002

O governo terminou o ano com maior controlo sobre a província de Cabinda, a única região do país onde se registava instabilidade militar. Várias armas foram apresentadas este fim de semana, na sequência de uma ofensiva militar que culminou com a queda dos principais bastiões da FLEC-Renovada.

Segundo o comandante do 124º batalhão de caçadores das FAA, tenente-coronel Tussem dos Santos, a operação resultou na queda da quarta e quinta regiões militares da FLEC-Renovada, situadas no sul daquela província.

O tenente coronel Tussem dos Santos afirmou que durante a operação foram feitos prisioneiros um major e um capitão da FLEC-Renovada que desempenhavam funções de direcção no comando dos rebeldes.

"Fizemos uma operação de limpeza nestas áreas alem de termos capturado dois oficiais que pertenciam ao estado-maior operacional tomamos de assalto a quarta e quinta regiões militares da FLEC-Renovada, referiu".

De acordo com o responsável militar, a ofensiva em curso em Cabinda, visa criar as condições para a reposição da administração do estado em toda a extensão daquela província.

O conflito em Cabinda ganhou nova dimensão depois do entendimento alcançado pelo Governo e a UNITA, a 4 de Abril deste ano. As Forças Armadas Angolanas reforçaram as suas unidades naquela região na perspectiva de vergar militarmente a rebelião.

Ainda assim, as autoridades angolanas não excluem a possibilidade dialogar com a rebelião, visando a solução do caso Cabinda.

Na sua mensagem de ano novo, o Presidente José Eduardo dos Santos manifestou o desejo de que antes das próximas eleições a província de Cabinda possa viver em paz e estabilidade como já acontece com o resto. Entretanto representante dos independentistas no estrangeiro, desmentiram a queda de qualquer unidade militar . Mas um dos oficiais capturados pelo governo não só confirmou a veracidade dos factos, como insinuou que a via resistência armada não era melhor caminho.

Australian firm eyes Angola's Cabinda region

December 19, 2002 4:44am

LUANDA - Australia's Roc Oil Co hopes to begin exploring its 45 percent-owned onshore Cabinda South block in Angola after completing

a risk assessment of the area in the first half of 2003.

Angola's northern Cabinda enclave has lucrative offshore oil fields, but there is little onshore exploration due to a conflict between separatist rebels and government forces in the last 25 years.

But some independent oil companies are now looking to explore Cabinda's promising interior if the security risks can be mitigated.

"We've signed a production sharing contract but we're not allowed to start going into the area and undertake exploration until we've demonstrated to government that we understand the risks and have a strategy for mitigating the risks," Roc's regional manager for West Africa, John Warburton, said in a recent interview.

Sydney-based Roc Oil acquired a 45 percent stake and operator status in the Cabinda South Joint Venture from Fina Oil and Gas Cabinda BV, an affiliate of TotalFinaElf, in 2001.

Under the agreement, Roc will pay about US\$700,000 upon first production.

Angola's state-owned oil company, Sonangol, has a 20 percent share in the venture, while Force Petroleum has 20 percent and Lacula Oil and Gas holds 15 percent.

Warburton said a risk assessment would be carried out in the first half of next year, and he was confident that a plan to manage security concerns in the area would be developed. He did not give details of the plan.

Warburton hoped exploration of the 1 080 square kilometre block, located about 450 kms north of the capital Luanda, would begin soon after the assessment was completed.

"There are probably 1.5 billion barrels to be discovered in the lower Congo Basin...We believe (that within our blocks) there could be up to 200 million barrels of oil," he said.

Copyright 2002. All Rights Reserved.

Source: Agence France-Presse (AFP)

Date: 20 Dec 2002

EU implements scheme to eradicate 'blood diamonds'

BRUSSELS, Nov 20 (AFP) - The European Union committed itself Friday to implementing a procedure to curb trade in illicit diamonds -- known as "blood diamonds" -- which have been used to finance wars in Africa.

The EU External Relations and Trade Commissioners Chris Patten and Pascal Lamy both welcome welcomed the accord on streamlining control methods to establish the origin of uncut diamonds.

The goal is to determine a diamond's origin when it passes through customs. Any rough diamond entering or leaving a country taking part in the scheme would have to be transported in a sealed container and accompanied by a certificate of origin.

The EU push has been led by Britain and Belgium, which is home to the world's diamond trading centre in Antwerp.

"This regulation will contribute to preventing the use of diamonds to finance bloody wars in Africa," said Patten.

The EU Commission said the newly-adopted regulation "envisages a set of controls that build on control mechanisms currently existing in some Member States, improves on them and creates a system of controls that will apply uniformly throughout the EU, and will protect the legitimate diamonds trade."

Lamy said in future consumers would "be able to rely on a system of certifications and controls by the national authorities, coupled with sanctions for the traders who do not respect the scheme.

"This ensures that consumers will not unknowingly contribute to the continuation of hideous wars."

The scheme aims to certify diamonds in order to ensure "blood" gems blamed for financing civil war in Africa are not sold on international markets.

Known as the Kimberley Process, it was set up two years ago in South Africa and is supported by the United Nations and 35 countries -- including those of

the Southern African Development Community and the EU, as well as the diamond mining and cutting industries.

It foresees introduction of a series of controls along the routes taken by uncut diamonds from mine to diamond cutting workshops.

The EU Commission said the entire checking procedure was scheduled to be in place by February 1.

The EU is by far the most important area of merchandising of diamonds, with more than 60 percent of world production filtered through the EU area, the Commission said.

EU diamond exports amount to some 11 million euros (a year) and imports into the EU are slightly higher than this figure.

EU foreign ministers in October reiterated full EU support "for the efforts of the international community to break the link between conflict diamonds and the financing of armed conflict."

"The (EU) Council will provide its full support for the launch of an effective Kimberly Process Certification Scheme containing essential elements of an international scheme of certification for rough diamonds," it said.

The new system will implement certification schemes that arose after a UN embargo on gems from Angola and Sierra Leone, where rebel movements were largely financed by the diamond trade.

Gems produced in areas of conflict, such as the Democratic Republic of Congo, represent about two percent of world diamond output.

pg/da/nb AFP

Coffee Sector to Revitalize Production

[Angola Press Agency](#) (Luanda)

December 24, 2002

Posted to the web December 29, 2002

Uige

Foto Angop

At least 19,248

The coffee sector in northern Uige province is since last November engaged in the reactivation of the production of coffee beans, activity that goes through the rehabilitation of its test station, named UINCA, its local director Zeferino Mona told Angop.

According to him, at least 19,248 "robusta and "arabic"- type coffee plants were planted and 12 hectares were distributed between November and December this year.

By February 2003, more than 30 hectares will be distributed to answer the demands from coffee producers in the region, whose coffee-trees were devastated and replaced by other plantations such as manioc, maize, peanuts and beans.

He said there is greater demand of these varieties in the province, since in most of farms there are only "Ambriz"-type coffee and the coffee producers seek to combine with others like the "Amboim" one.

Four Brigades existing in Negage, Songo, Kitexe and Uige would start functioning, so that coffee producers could find the necessary technical support, he said.

Meanwhile, Zeferino Moma informed that 206 tons and 935 kgs of tradable coffee were evacuated during the year to the litoral, Luanda, by 22 trade agents licensed by the region's coffee sale sector.

On the future expected for the coffee, he underlined to be promising taking into account the results of the National Conference On Coffee, held September 10-12 this year.

New Phone Operators Promise Increased Telecentres

[Angola Press Agency](#) (Luanda)

December 22, 2002

Posted to the web December 23, 2002

Luanda

The "Wezacom" and "Telesel" companies licensed in November this year as new fixed telephone operators have promised to increase the number of telecentres in Angola, according to the National Communication Institute (Inacom) Director, João Beirão. This type of activity allows the use of various telecommunication related services in a single place, namely phoning, e-mailing with or without direct intervention, accessing the internet, sending and receiving fax messages and a lot more, he said.

He explained that the telecentres might lend more services to the public, all of it being subordinated to the dynamics of its owners.

Success of the telecentres depends on an adequate policy already known by the operators of this kind of service", he said adding that telecentres may also increase tax incomes for the state, in case of a good understanding with the competent operator.

According to Mr Beirão, telecommunication service in Angola contributes two percent to the Gross Domestic Product (GDP) and uses 1/7 of its lines.

He highlighted that the new operators of fixed phone service may be increased to four in the first quarter of 2003.

All bidders in the licensing tender for fixed phone network are of Angolan law, he said.

Angola to Reform Investment Laws

By Peter C. Mastro Simone

Posted: 12/23/2002

(Rapaport...December 23, 2002) A commission answering to Angola's cabinet council has approved rough guidelines for new laws meant to entice foreign investment in the diamond-rich country, the government announced.

Commission members recommended treating domestic and foreign investors equally, reforming the bureaucracy and creating a legal environment favorable to investment.

TotalFinaElf to boost Angolan oil output

Tuesday December 24, 11:39 am ET

LUANDA, Dec 24 (Reuters) - French oil group TotalFinaElf (Paris:[TOTF.PA](#) - [News](#)) plans to invest \$5 billion in Angola over the next five years and boost crude oil production there to 500,000 barrels per day (bpd), the state-run Jornal de Angola said on Tuesday.

The newspaper quoted TFE's deputy director general, Arnaud Breullac, as saying this will make the company Angola's biggest oil producer. Breullac was speaking at a ceremony marking 50 years of TFE operations in Angola.

According to the report, TFE produces a third of Angola's 900,000 bpd in the offshore blocks 17 and 3 and in onshore Soyo.

Industry experts say Angola, which is sub-Saharan's No. 2 oil producer after Nigeria, will almost double its crude oil production to 1.8 million bpd by 2008 thanks to deep-water fields coming on-stream.

Oil Production Drops

[Angola Press Agency](#) (Luanda)

December 24, 2002

Posted to the web December 29, 2002

Luanda

Angola's daily oil production fell from 918.779 barrels in the first half of 2002 to 815.564 in the following six months, which represents a daily drop of 103,215 barrels, it has been announced.

According to oil minister, Desidério Costa, who announced that oil production for the year 2003 is being estimated at 941.537 barrels a day, said the drop was owed to ongoing rehabilitation works on Bagre production platform of block 2, plus the stoppage of Kuito field on the Block 14.

The information was released when the minister was bidding Christmas and year-end compliments to workers of his sector and representatives of Angola-based oil firms.

He said on the occasion that concession negotiations on the blocks 10 and 16 have been hammered out and other deals have also been worked out as it is the case of the expansion of the blocks zero, two and three.

He also announced new deep and ultra-deep offshore oil strikes on the blocks 14, 15, 17 and 31 of the Low Congo's basin.

According to him, a joint study between Angola's oil firm "Sonangol" and "Shell" is underway meant for the division in blocks of the west ultra-deep fields of the Low Congo basin.

Also announced is that a directing plan for the development of gas resources and avoid their burning has been completed.

Commenting on the oil spilling contingency plan, the minister said it has already been submitted to the Cabinet Council for approval.

Angolan February programme around steady-trade

Tuesday December 24, 6:53 am ET

LONDON, Dec 24 (Reuters) - Angola's crude programme looks around steady for the short month of February compared with the previous month, according to preliminary details, traders said on Tuesday.

They said they expected eight Cabinda cargoes, six Girassol cargoes, four Nemba and five Palanca, together with one or two cargoes of Kuito as the Kuito field comes back onstream after maintenance.

In January, according to preliminary programme details, there were seven Girassol cargoes, five Palanca, five Nemba and eight Cabinda.

ALROSA Unveils Angola Plans

By Naomi Slater

Posted: 12/26/2002

(Rapaport...December 26, 2002) Russia's diamond monopoly, ALROSA, has unveiled its plans to set up a joint venture in Angola to develop the Lou diamond deposit and increase production in other mines.

The joint venture will consist of ALROSA, Angola's Endiama, Israel's Daumonty and Brazil's Oderbrecht.

ALROSA will supply equipment to the new venture and provide training to local personnel. The Russian company also plans to upgrade facilities at Catoca, another Angolan deposit, in an effort to increase diamond production to \$350 million per year.

ALROSA plans to build a power station at the nearby Shikapa River, and begin development of Camatchia and Camagico kimberlite mines. **Alrosa in**

Angolan jewel venture

MOSCOW - The Russian diamond monopoly Alrosa announced plans to take part in a joint venture exploiting Angola's Luo diamond field, the Interfax news agency reported.

The plans would have Alrosa invest equipment, know-how and training for local experts, the agency reported.

Alrosa, which has a monopoly on the Russian diamond industry, provides about one fourth of the world's diamonds supply, mining in the extreme cold of Russia's far northern regions.

The new joint venture would be the second after Alrosa's participation in exploiting the Catoca mine in Angola.

Alrosa and Angolan Endiama each hold 32.8% of the joint venture, with Israeli Daumonty holding another 18% and Brazilian Oderbrecht the remaining 16.4%.

AFP

ChevronTexaco makes ninth discovery on Block 14 off Angola

By OGJ editors

HOUSTON, Dec. 27 -- ChevronTexaco Corp.'s Angola-based affiliate, Cabinda Gulf Oil Co., has made another significant discovery on its 1,560 sq mile deepwater Block 14, off the enclave of Cabinda, Angola. The discovery marks the company's ninth discovery to date on the prolific block. The new find, Negage, is the latest in a string of discoveries on the block, dating back to the initial discovery of Kuito in 1997, followed by Landana, Benguela, Belize, Tomboco, Lobito, Tombua, and in early 2002, Gabela.

Negage was drilled in 4,738 ft of water 29 miles southwest of ChevronTexaco's existing Gabela discovery. The well encountered a hydrocarbon column greater than 320 ft, producing more than 8,630 b/d of 33° gravity oil on test. Geologic and engineering studies will follow to assess the discovery's reserve potential.

"Block 14 continues to be a tremendous asset for ChevronTexaco and its partners, and this latest discovery is a further success for our deepwater Angola program," said George Kirkland, president of ChevronTexaco Overseas Petroleum Inc. "The exploration and production assets in ChevronTexaco's Africa portfolio are of great importance to the company's strategy to grow value."

Oil companies are expected to spend \$20 billion developing the deep waters off Angola during the next 5 years, positioning Angola to become Africa's second largest oil producer, reported the Centre for Global Energy Studies last March. Angola currently ranks third behind Nigeria and Libya—having already surpassed Egypt and Algeria—and field development plans suggest that the

country's oil production "will overtake that of Libya by 2006," CGES said (OGJ Online, March 27, 2002).

Operator Cabinda Gulf Oil holds a 31% interest in Block 14. Other partners are Angola's national oil company Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol EP) 20%, Italy's Agip Angola Exploration BV 20%, France's Total Angola 20%, and Spain's Petrogal Exploration 9%.

Presidentes de Angola e São Tomé e Príncipe abordam relações bilaterais

Luanda, 27/12 - Os Presidentes de Angola, José Eduardo dos Santos, e de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes, analisaram quinta-feira, em Luanda, aspectos ligados ao "aprofundamento das relações bilaterais".

Fradique de Menezes encontra-se desde ao princípio da tarde de quinta-feira, em Luanda, em visita privada à Angola de cerca de 24 horas.

Depois de uma audiência de cerca de uma hora, o Presidente Santomense disse aos jornalistas ter aproveitado a ocasião para uma abordagem relacionada com a "assistência que o seu país deseja obter de Angola no domínio dos petróleos".

"São Tomé e Príncipe entrará no próximo ano na fase de leilão de blocos e contamos muito com a assistência da SONANGOL", disse.

A Sociedade Nacional Angolana de Combustíveis (SONANGOL) deverá

continuar a cooperar com a Petro-Gáz, empresa santomense ligada aos petróleos, acrescentou Fradique de Menezes.

Inquiry Commission for Miss-Angola Case Appointed

[Angola Press Agency](#) (Luanda)

December 27, 2002

Posted to the web December 30, 2002

Luanda

Angola's Hotels and Tourism Minister, Jorge Valentim, Thursday in Luanda appointed an inquiry commission to find out the truth behind the statements made by ex-Miss Angola, Giovana Pinto Leite, to the privately owned weekly "A Capital".

The commission is coordinated by Francisco Barbosa da Silva Sobrinho, who is the National Director of the Legal Office of that ministry, and is composed by six other members of that department.

The commission has been given a 20-day deadline to come up with the real situation and report to the competent authority, the hotels and tourism ministry (Minotur) has said.

Giovana Pinto Leite, Miss Angola-2002, told the 21-28 December edition of the weekly that she had been asked to "do sexual favours to some influential people", so she would get the sponsorship she wanted to carry out her programme as Miss Angola.

The Miss Angola committee would not make any public comments on the subject so far.

Presidente de São Tomé e Príncipe terminou visita

Fradique de Menezes despede-se de José Eduardo dos Santos no final de sua visita de 24 horas a Angola

Luanda, 27/12 - O chefe de Estado são-tomense, Fradique de Menezes, deixou esta sexta-feira Angola de regresso ao seu país, após uma visita de 24 horas marcada pelas componentes de trabalho e privada.

O estadista, que não prestou declarações à imprensa no Aeroporto Internacional "4 de Fevereiro", analisou com o seu homólogo angolano, José Eduardo dos Santos, a cooperação bilateral, com realce para o sector petrolífero.

São Tomé e Príncipe, segundo Fradique de Menezes, necessita da assistência e da experiência da SONANGOL (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola) para a área dos petróleos, na sequência de um acordo que o arquipélago celebrou com a Nigéria.

A agenda do presidente são-tomense compreendeu também uma parte privada, tendo sido o padrinho de casamento do cantor angolano radicado em Portugal Maya Cool, realizado quinta-feira, na capital angolana.

Íntegra do pronunciamento do Presidente José Eduardo dos Santos

MENSAGEM À NAÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA

LUANDA, 27 DE DEZEMBRO DE 2002

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL,

SENHOR PRIMEIRO MINISTRO,

DISTINTOS CONVIDADOS,

CAROS COMPATRIOTAS

Este ano realizou-se, finalmente, o sonho acalentado por milhões de Angolanos: as armas silenciaram-se definitivamente. Conseguimos a Paz!

Já não receamos o desaparecimento súbito de um filho, de um irmão, de um marido, de um noivo ou até de um simples amigo ou conhecido, por causa de um conflito sangrento que se arrastava há anos.

Esse flagelo, no entanto, destruiu bens, ceifou vidas, traumatizou pessoas e criou incompreensões e inimizades. Muito tempo ainda há-de passar até as feridas ficarem completamente cicatrizadas e os Angolanos deixarem de sentir os reflexos indirectos da guerra.

O mais importante é que temos connosco um bem precioso & 8211; a Paz, que devemos preservar e proteger de eventuais perigos que possam minar a sua consolidação.

Só em condições de paz podemos dinamizar acções e materializar programas para melhorar o nível de vida das populações, garantir os seus direitos fundamentais e promover a solidariedade e a justiça.

Peço a todos que redobremos os nossos esforços no próximo ano para resolvermos a situação dos deslocados de guerra, dando-lhes a possibilidade de regressarem às terras de origem e de se enquadrarem em actividades úteis à comunidade.

Caros compatriotas,

Os actuais programas de ajuda directa, tais como a assistência alimentar e sanitária, a distribuição de vestuário, de sementes, etc., para se minimizar a situação de crise humanitária, devem ser melhor aproveitados, no contexto do combate contra a pobreza, apesar do seu carácter transitório.

O problema da pobreza e da exclusão social vai ser equacionado numa estratégia sustentável de longo prazo, baseada no crescimento económico e na utilização intensiva de mão-de-obra, tendo como factor produtivo importante o trabalho não especializado, que é detido principalmente pelas pessoas com menos recursos.

Concorrem para a aplicação dessa estratégia os programas de melhoramento e aumento da oferta de serviços sociais básicos à população, que visam incrementar o fornecimento de serviços públicos nas áreas da Saúde, Educação, Formação Profissional, Assistência Social, etc., que permitam às populações mais vulneráveis estar em condições de aproveitar novas oportunidades, no âmbito do crescimento económico preconizado.

A nova Lei de Terras em discussão pública é outro elemento fundamental desta política. Algumas vozes sugerem que essa discussão continue por mais alguns anos. Para nós, a adopção da nova Lei de Terras é urgente e deverá ocorrer ainda no próximo ano.

Esta Lei vai definir as formas de propriedade das terras, enquanto factor de produção de extraordinária importância para a população rural pobre, vai igualmente permitir a reestruturação do sector agrícola e redefinir as políticas de crédito selectivo, com destaque para o micro-crédito, que é um meio muito eficaz de combate à pobreza no campo.

Gostaria de estabelecer como meta o ano de 2004 para que as pessoas que foram vítimas do conflito armado possam ser ajudadas a integrar-se no processo de produção nacional, valendo-se a si próprias a fim de

desenvolverem as suas potencialidades de criação de riqueza e geração de rendimentos, para que não dependam mais dos programas nacionais de ajuda alimentar do Governo e das organizações internacionais como o PAM, a União Europeia, a FAO, o UNICEF, etc..

Esta será, sem dúvida, a via pela qual a população deslocada e os Angolanos de uma maneira geral poderão restabelecer a sua dignidade pelo seu trabalho. O trabalho é a única fonte justa de riqueza, rendimento, desenvolvimento e progresso. Sem trabalho nada podemos alcançar.

O trabalho de cada um será necessário para que a nossa economia cresça mais ainda, apoiando-se em altos níveis de produção e de produtividade, a fim de satisfazermos cada vez melhor as nossas necessidades.

Para tanto temos que respeitar duas condições. A primeira é manter a estabilidade política. Isso compete à classe política, quase toda aqui presente, que deve dar ao país essa garantia. Penso que estamos a caminhar bem nesse domínio.

A segunda é a estabilidade macro-económica e financeira, com um nível baixo de inflação e equilíbrio orçamental. Os nossos economistas e juristas aceitaram o repto e dizem que vão trabalhar até o conseguir! Bem hajam!

De facto, a estabilização macro-económica, para além dos seus efeitos no crescimento da economia terá um impacto favorável na distribuição dos resultados desse crescimento. O crescimento da economia é o melhor caminho para o combate à pobreza, quando a redistribuição é feita com justiça social.

Em 2003, pretendemos começar a criar as bases para o surgimento de uma nova política de segurança social, de modo que os Angolanos não vivam a angústia e o receio do dia de amanhã, quando tiverem que deixar de trabalhar.

Para esse efeito, será proposta uma nova Lei Base da Protecção Social, que

sirva de base à reformulação do sistema de financiamento da Segurança Social, aumentando assim a sua capacidade de intervenção e o seu nível de prestação, e alargando o nível de cobertura à doença, invalidez e acidentes profissionais.

Caros compatriotas,

Tudo quanto foi dito até aqui mostra que o país precisa de estabilidade e as pessoas de tranquilidade e sossego para superarem todos os traumas e sequelas da guerra.

Os processos eleitorais em África têm provocado sempre alguma agitação e pode ainda haver aqui quem tenha receio de um novo pleito eleitoral.

Porém, a Democracia não pode desenvolver-se sem a eleição periódica dos órgãos do poder político. Vou continuar as consultas com o Parlamento, com o Conselho da República, com os Partidos Políticos e representantes da Sociedade Civil para apurar o consenso sobre o período e o ano em que as eleições gerais devem ter lugar no País.

Desejo que antes desse momento a província de Cabinda possa também viver em paz e estabilidade, encontrando-se uma solução na base do diálogo e da Lei.

Estamos todos a aprender a viver na diversidade, ao mesmo tempo que reconhecemos que temos um destino comum e seremos mais fortes quanto mais unidos estivermos.

Haja tolerância e respeito e confiança no génio criador do nosso Povo. Desejo a todos os Angolanos no país e na diáspora um Ano Novo Feliz e cheio de prosperidades.

Glória a todos os que se sacrificaram para podermos estar aqui hoje.

VIVA A PAZ!

VIVA A RECONCLILIAÇÃO NACIONAL!

VIVA ANGOLA!

Espaço marítimo de Cabinda continua a ser violado

Luanda 31/12 - O governador provincial de Cabinda, Aníbal Rocha, reafirmou segunda-feira última a continuidade de violação das águas marítimas da Província que dirige, por navios estrangeiros.

Em declarações à imprensa, o governante afirmou que o executivo local em colaboração com a Polícia Nacional já definiu acções de fiscalização, para manter o controlo total da fronteira marítima.

"Os barcos que normalmente violam o espaço marítimo de Cabinda provêm maioritariamente da República Democrática do Congo, com fins comerciais", disse Aníbal Rocha.

Quanto a situação política-militar da região, o governante considerou-a estável.

Por outro lado, Aníbal Rocha disse estar em curso trabalhos de desminagem nas áreas antes ocupadas por elementos da FLEC/ Renovada e da FLEC/FAC, bem como a reposição da administração do estado nas zonas recém-libertadas e o reassentamento das populações.

President Dos Santos to Continue Consultations On Forthcoming Elections

[Angola Press Agency](#) (Luanda)

December 28, 2002

Posted to the web December 30, 2002

Luanda

Angolan head of State, José Eduardo dos Santos, said Friday in Luanda he will continue with consultations with Parliament, Council of the Republic, political parties and representatives of the Civil Society seeking consensus on the period and year for the holding of general elections in the country.

In a yearend message to the Nation, President Dos Santos stressed that democracy can not develop without periodical election of the organs of political power.

"I wish that before this moment, the province of Cabinda can also live in peace and stability, being a solution reached through dialogue and the law", he stated.

"We are all, without exception, learning how to live in the diversity, at the same time that we recognise that we have a common destination and the more united we are the stronger we will be".

Earlier in his address, José Eduardo dos Santos recalled that electoral processes in Africa have been caused some agitation and there might still be in Angola some who may fear a ballot.

The president appealed to the Angolan people for tolerance, respect and trust and wished all in the country and in the diaspora a happy and prosperous new year.

De Beers Plans Return to Diamond-Rich Angola

Dec. 30

— By Zoe Eisenstein

LUANDA (Reuters) - Diamond giant De Beers plans to resume operations in Angola early next year as the country emerges from civil war and seeks to end an unsuccessful state gem marketing monopoly, officials said on Monday.

De Beers, which suspended operations in Angola in May 2001 after a dispute with the government, will return to the country and take charge of marketing all diamonds produced by a new venture with state-owned diamond miner Endiama.

A senior source at Ascorp, which has been marketing all Angolan diamonds since it was created in November 1999, confirmed that the company expected to lose its monopoly in mid-January next year.

De Beers and Endiama said in a joint statement that talks on new concession contracts were going well and were expected to reach agreement by the end of February.

"Endiama and De Beers reiterate their commitment to continue to act in good faith...(and to) bring benefits to the Angolan diamond industry," the statement added.

De Beers, 45 percent owned by Anglo American, controls around 65 percent of the world's \$8 billion market in rough diamonds from Russia, Australia, Canada and southern Africa.

Chairman for De Beers Angola, Gaspar Cardoso, said the talks would lead to the creation of a new diamond mining and marketing company -- a move which had been expected by industry analysts.

"We are trying to reach a satisfactory agreement for the shareholders (Endiama and De Beers). The company will be created after the negotiations are over and the council of ministers will authorize the creation of this company," he told Reuters.

The council of ministers, which is made up of senior government officials and headed by the president, takes decisions about large foreign investments in Angola.

DIAMOND MONOPOLY

Cardoso said the new company would be granted exploration and mining rights for Angolan diamonds, which would then be marketed worldwide through De Beers. He expected the first projects to get under way in the first half of 2003. De Beers' return to Angola would signal the end of the monopoly held by Ascorp, in which veteran Israeli diamond dealer Lev Leviev is a major investor.

Ascorp, 51 percent owned by the Angolan government, has been criticized by diamond producers who say they are paid less than going market rates for their gems.

There has also been speculation in Luanda that the monopoly has not benefited the government as much as it would have liked.

A senior Ascorp source told Reuters the company was losing its monopoly "because (private) investors in Ascorp didn't invest in the formal sector. They promised to invest US\$60 million and they didn't invest anything."

The source, who asked to remain anonymous, said that to replace Ascorp's monopoly, the government plans to issue four licenses for the export and marketing of Angolan diamonds. It added that Ascorp was likely to continue marketing diamonds produced by artisanal diamond miners, or "garampeiros."

Foreign mining companies are eyeing a return to Angola after 27 years of civil war between the government and UNITA rebels ended with a cease-fire in April.

UNITA, which controlled major diamond producing areas during the war, bought its arms with proceeds from uncut gemstones sold to the world markets where their origin was soon obscured.

Angola and several other southern African countries agreed this year to combat so-called "blood diamonds" under a program that obliges nations to issue certificates proving the gems come from legitimate mines.

De Beers to Return to Angola

By Naomi Slater

Posted: 12/30/2002

(Rapaport...December 30, 2002) De Beers plans to resume operations in Angola in 2003 as the country emerges from a civil war and seeks to end an unsuccessful state diamond marketing monopoly.

De Beers, which suspended operations in Angola in May 2001 after a dispute with the government, is planning to return to the country and take control of its diamond industry in a joint venture with state-owned diamond miner Endiama.

As stated in a joint press release, the Moratorium Agreement signed between the two companies has been extended until February 28, 2003, at which time they are expected to reach an agreement. "Endiama and De Beers reiterate their commitment to continue to act in good faith...to attain a positive outcome pursuant to the ongoing negotiating process."

Angola's diamond monopoly, ASCORP, is expected to lose its hold on the diamond market in mid-January 2003.

Monday, 30 December, 2002, 17:34 GMT

Angola and De Beers delay diamond deal

Angola and the diamond giant De Beers have extended a deadline to sign a new diamond mining deal and settle a debt which made the company pull out of the country in 2001.

The two had set 31 December for concluding talks, but that has now been pushed back to 28 February.

De Beers suspended its investment in Angola in May 2001 in a long-running dispute with the state-owned diamond company Endiama over repaying a \$50m (£32m) loan and millions of dollars in interest.

De Beers and Endiama have said in a joint statement that talks on new concession contracts were going well.

"Endiama and De Beers reiterate their commitment to continue to act in good faith...(and to) bring benefits to the Angolan diamond industry," the statement added.

Power games

De Beers said it planned to resume marketing all diamonds produced by a new venture with state-owned diamond miner Endiama in Angola early next year.

Endiama controls all official aspects of the diamond industry in Angola.

Ascorp, a joint venture with an Israeli businessman which has been marketing all Angolan diamonds since November 1999, is expected to lose its monopoly in mid-January next year.

Angola complained in June that Ascorp had not returned sufficient income from its monopoly, when it reported an 87% plunge in annual profits.

De Beers controls about 65% of the world's \$8bn rough diamond market.

Potential reserves

Angola is the world's fourth largest diamond producer, with estimated reserves of 180 million carats.

Diamond production is thought to generate \$650m a year, although illegal mining and smuggling significantly distort the figures.

Angola officially produced an estimated 5.1 million carats of diamonds in 2001.

Lei de Terras entra em vigor em 2003

Luanda, 30/12 - A nova Lei de Terras, em debate no País, deverá ser adoptada já em 2003, defendeu nesta sexta-feira o presidente José Eduardo dos Santos, durante o pronunciamento de final de ano.

"Algumas vozes sugerem que essa discussão continue por mais alguns anos. Para nós, a adopção da nova Lei de Terras é urgente e deverá ocorrer ainda no próximo ano" - disse José Eduardo dos Santos.

O presidente considerou a lei um dos elementos fundamentais da política de combate à pobreza, pois vai definir as formas de propriedade das terras, enquanto factor de produção de extraordinária importância para a população rural pobre.

Ao mesmo tempo, "a lei permitirá reestruturar o sector agrícola e redefinir as políticas de crédito selectivo, com destaque para o micro-crédito, que é um meio muito eficaz de combate à pobreza no campo" - finalizou o presidente.

João Miranda diz que Angola vai priorizar a paz e cooperação no CS da ONU

Luanda, 31/12 - A consolidação da paz e o relançamento da cooperação internacional com outros países fazem parte das principais tarefas da diplomacia angolana que a 1 de Janeiro de 2003 passa a membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU.

A afirmação é do Ministro das Relações Exteriores, João Bernardo de Miranda, segunda-feira, em Luanda, antes de viajar para Brasília, onde representará o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na investidura do chefe de estado brasileiro, Lula da Silva.

Angola foi eleita a membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas a 27 de Setembro de 2002, com 181 votos na 57ª sessão da Assembleia Geral da ONU, cujo mandato inicia a 1 de Janeiro de 2003 e termina a 31 de Dezembro de 2004.

Segundo o chefe da diplomacia, a perspectiva é alargar a cooperação entre Angola e os países africanos, devendo também ser dada atenção a estados com que mantém relações económicas como os europeus e os EUA, sem descurar os asiáticos.

Constitui visão estratégica do Ministério das Relações Exteriores para o continente privilegiar a pacificação da RD Congo e de outros pontos de África.

Angola participa desde o início de Dezembro como observador em reuniões do Conselho de Segurança da ONU.

O governante acrescentou que a presença do país naquele órgão das Nações

Unidas tem gerado muitas expectativas em estados amigos, solicitando que Angola contribua, significativamente, com a sua experiência para a resolução de conflitos em África, tal como o fez internamente.

Relações com o Brasil vão manter-se excelentes

Luanda, 31/12- O ministro angolano das Relações Exteriores, João Miranda, garantiu segunda-feira, em Luanda, que as "excelentes relações" políticas e comerciais entre Angola e o Brasil vão manter-se com o novo Governo do presidente Lula da Silva.

João Miranda fez estas declarações à imprensa, no Aeroporto de Luanda, antes de seguir para o Brasil, onde representará o Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, na investidura de Lula da Silva, a 1 de Janeiro de 2003, em Brasília.

O governante informou que recebeu garantias do futuro ministro da Fazenda do Brasil, António Pallocci, sobre o reforço do relacionamento entre os dois países, durante a sua visita, este mês, ao Brasil.

Acrescentou que o secretário-geral do Partido dos Trabalhadores (PT) assegurou-lhe também que as relações serão boas, pelos laços tradicionais e pela vizinhança política entre os partidos governantes em Angola, MPLA, e o PT que dirigirá o Brasil.

"Os sinais que temos vindo a receber das novas autoridades vão no sentido de que as relações se reforçarão cada vez mais", sublinhou o chefe da diplomacia angolana.

João Miranda disse que, caso venha a abordar o estadista brasileiro, transmitir-lhe-á uma mensagem de esperança para que haja uma solidariedade maior entre o seu povo e executivo com os angolanos.

Por outro lado, pedir-lhe-á que os empresários brasileiros se movimentem para investirem em Angola, onde as portas estão abertas a quem o quiser fazer, disse o ministro.

Até a semana passada, pelo menos sete presidentes tinham confirmado presença na tomada de posse de Lula da Silva.

Fontes do Ministério das Relações Exteriores do Brasil confirmaram, Segunda-feira, a presença dos presidentes Jorge Sampaio (Portugal), Eduardo Duhalde (Argentina), Gonzalo Sanchez de Lozada (Bolívia), Ricardo Lagos (Chile), Alejandro Toledo (Peru), Jorge Batlle (Uruguai) e Hugo Chavez (Venezuela).

As mesmas fontes disseram que o Príncipe Felipe, herdeiro da Coroa, representará o Estado Espanhol.

Também estarão presentes os Chefes dos Governos da Suécia, Goeran Persson, da Guiana, Samuel Hinds, e do Belize, Said Nuzio DAngieri.

Lula da Silva, vencedor das eleições presidenciais realizadas em Outubro, substituirá na presidência Fernando Henrique Cardoso, que governou o país durante dois mandatos consecutivos entre 1995 e 2002.

SECRETARIADO GERAL

Frente para a Democracia

COMUNICADO

1. A Comissão Política da FpD considera o Memorando de Entendimento estabelecido pelo partido da situação e pela Unita, com vista a alegadamente facilitar a elaboração da futura Lei Constitucional, um Acordo dos dois partidos contra os partidos da oposição parlamentar, como forma de superar, em favor do Presidente José Eduardo dos Santos a divergência que existia entre o partido do Presidente e toda a oposição parlamentar.

2. Tal Acordo, não é o primeiro estabelecido entre ambos os partidos, pois, aquando da elaboração e aprovação da Lei de Revisão Constitucional, de 16 de Setembro de 1992, estando os dois chefes de guerra (José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi) em sintonia em relação à concentração de poderes no Presidente da República, fácil foi terem-se colocado de acordo contra a Nação, numa questão que a todos deveria dizer respeito.

3. No que diz respeito ao comportamento da Unita no referido Memorando de Entendimento, a sua atitude atenta de maneira ostensiva contra as normas mais elementares da ética política, pois, a Unita com ele vendeu um princípio, o Semi-Presidencialismo, que já não era apenas seu mas de quase toda a oposição, parlamentar e mesmo extra-parlamentar.

4. De resto, o Memorando de Entendimento hoje, nem sequer tem sentido político para a Unita, pois, o grande problema que a Unita ainda não se deu conta, ou se se deu, presta-se a colaborar, é a apetência incontida do partido da situação em querer controlar a sua recomposição política, é a vontade do partido da situação em querer transformá-la numa sua muleta política, sem permitir que ela se transforme em força alternativa ao poder.

5. A Unita com a sua atitude mostrou a sua disponibilidade em ser necessária ao poder, não como mais valia nacional e forma de representação de uma determinada sensibilidade, mas pura e simplesmente para legitimar “democraticamente” a bipolarização, para transformar a presença dos outros partidos políticos em meramente folclórica, não permitindo que estes com o fim da guerra, comecem a conquistar espaço e a ter um maior protagonismo, atraindo franjas do “eleitorado” que a bipolarização guerreira, pelo síndrome do medo, tinha conseguido hegemonizar ou paralisar.

6. O Partido da situação nem sequer precisava de tal acordo para fazer consagrar a sua tese autocrática na futura Constituição, atendendo às divisões intestinas que ajudou a semear em alguns partidos da oposição parlamentar, e se mesmo assim forçou a Unita a assiná-lo, foi com a intenção de mostrar ao mundo que, em pouco tempo após a morte de Jonas Savimbi, o poder conseguiu colocar todas as Unitas sob a direcção de um só homem – O Eng.º José Eduardo dos Santos.

7. Contrariamente ao que a Unita pomposamente vem divulgando, não houve, com a assinatura do referido Memorando, ganho algum por parte da oposição ou da Nação. A Unita ao viabilizar a concentração de mais poderes na pessoa do Presidente da República, legitima que o mesmo se assuma como um órgão totalmente irresponsável perante a Nação, como um órgão acima da Lei, desvinculado, inclusivé, do pacto rubricado.

8. Perante este quadro a FpD conclama os sectores mais consequentes de oposição política bem como a todos os democratas, inclusivé, do campo do partido da situação e da Unita, a com a FpD conjugar esforços no sentido de travarmos a ofensiva desta coligação presidencial, bem como a dar corpo a uma plataforma de acção consequente para a promoção e viabilização da mudança, pela conquista e fortalecimento da Paz, pelo exercício pleno das liberdades democráticas, pelo desenvolvimento da cidadania e pelo progresso social.

**Luanda, 23 de Dezembro de 2002.
A Comissão Política**

Sonangol e TotalFinaElf fazem nova descoberta no bloco 17

Luanda, 20/12 - A Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol) e a TotalFinaElf procederam a décima terceira descoberta de hidrocarbonetos no Bloco 17, no offshore profundo angolano, a cerca de 150 quilómetros ao largo da costa.

O poço, denominado Zínia-1, foi perfurado a 718 metros de profundidade de água e está situado a 45 quilómetros a norte do Dália.

Na fase de teste, Zínia-1 forneceu um débito de três mil e 650 barris/dia de petróleo. Este resultado positivo será seguido de estudos geológicos e de engenharia complementares, para precisar o potencial da estrutura descoberta.

Este novo sucesso de pesquisa, no Bloco 17, confirma a extensão do potencial petrolífero do bloco, já posto em evidência pelas 11 descobertas anteriores (Girassol, Dália, Lírio, Tulipa, Orquídea, Cravo, Camélia, Jasmim, Perpétua, Violeta e Antúlio).

A primeira destas descobertas, Girassol, anunciou a sua produção em Dezembro de 2001 e atingiu rapidamente o nível actual, que se situa na ordem 200 mil barris/dia.

A Sonangol é a concessionária do Bloco 17, onde a TotalFinaElf detem 40 por cento, como operador, a Esso Exploration Angola 20 por cento, Bp (16,67 pc), Statoil (13,33 pc) e a Norsk Hydro dez por cento.

Lloyds List: **ConocoPhillips to improve FPSO projects**
December 11, 2002 11:05am

OIL companies and leasing contractors are to standardise FPSO vessels and operating processes to improve project costs. ConocoPhillips, recently formed through the merger of two US majors, is taking a portfolio approach to operating and developing new projects involving its fleet of floating production and storage ships.

'We are now in the mode of working on six or seven concurrent projects and we are looking to take a fleet approach rather than as individual projects,' said Peter Noble, manager of engineering, integration and floating systems at ConocoPhillips Marine.

Eventually the company hopes to develop a generic design to capture a three to six month lead time advantage on its FPSO-based projects and to have some kind of common system approach to projects.

Presently it has set-up a floating production collaboration team responsible for studying ways to standardise design and operations.

'We have recently embarked on a study on integrating asset management; our vision is to bring together all our project teams,' said Mr Noble at the Floating Production System conference in London.

It has initiated a global floating asset integrity management programme as an approach to co-ordinating these activities, to create consistent procedures, provide uniform training and share performance information. Its proposed system could cover three distinct areas: hull structural integrity, pressure envelope integrity and mechanical; electrical system reliability, explained Mr Noble.

Unlike many of the oil majors, most of the company's FPSO-based projects are in shallow water and located over gas-prone fields. The industry has been heading towards developing deepwater fields with these production vessels.

In the Far East it has a floating production ship under construction at the Chinese Dalian yard for the Belanak gas-condensate field off Indonesia. It is also planning to contract construction of a turret-moored storage vessel early in 2003.

It has installed an FPSO on the Peng Lai field in China's Bohai Bay and is looking to build a larger vessel for the same area to start operating in 2007. In East Timor, the US oil company will deploy a floating storage unit on the Bayu-Undan liquid stripping project and in Vietnam has a production ship under construction for the Su Tu Den project. The company is also tendering for a shallow water production barge for its Corocoro development in Venezuela.

The oil company is setting up frame agreements with inspection companies and looking at synergies of designing new systems. 'Right now we can see standardisation of hulls for spread mooring and for pumping systems,' said Mr Noble. He believes one of the key challenges is getting the backing of project partners and contractors for a standardised approach.

Its rival ExxonMobil has already adopted a standardised approach to contracting FPSOs, when it ordered three similar vessels from Monaco-based Single Buoy Moorings for developments in West Africa.

The first of these will be the FPSO Falcon due online before the end of the year on the Yoho field off Nigeria. The US oil major is set to install the FPSO Serpentina on the Zafiro field in Equatorial Guinea in the third q

uarter 2003 followed by the FPSO Atlantic on the Xikomba field off Angola in the fourth quarter.

The vessels are similar but have small variations in storage capacities and processing capabilities. They are leased by SBM on seven-year charters to ExxonMobil for use in West Africa.

SBM is also leasing two similar vessels to Petrobras on the Espadarte and Roncador fields.

'There is a trend towards generic vessels,' said Jacques Burger, senior vice president of the leasing business at SBM. 'Petrobras urgently wanted a copy [or Espadarte FPSO] and needed it quickly. ExxonMobil knew the area and the fields but did not know sanction times.

'These FPSOs have similar types of capacity of 100,000 barrels per day, 1.5m to 2m barrels of storage, plus gas compression and water injection,' he added.

</body.content> </body> </story>

Luanda Viola Direitos Humanos em Cabinda e Petrolíferas São Cúmplices

Por ADELINO GOMES
Quinta-feira, 12 de Dezembro de 2002

A situação no enclave é de terror de Estado, diz um relatório de ONG, sindicatos e personalidades angolanas.

Mas a FLEC, Portugal, EUA, França, Itália e a ONU não saem imunes de um extenso rol de crimes militares e políticos denunciados no documento

Cabinda vive em "estado de sítio não declarado", no qual o Governo e as Forças Armadas angolanas não respeitam os direitos à vida e à cidadania dos suspeitos de ligação ou simpatia com forças independentistas. Do lado das organizações de guerrilha, que se opõem pela via militar, à integração em Angola, registam-se igualmente graves violações dos direitos humanos.

Um relatório assinado pelo jornalista Rafael Marques e por nove outras personalidades de duas ONG angolanas acusa ainda as multinacionais de petróleo instaladas no território de serem cúmplices desta situação e apela à ONU, EUA, França, Itália e Portugal que se abstenham de, "com o seu silêncio", legitimarem estas práticas "sistemáticas", pois que os respectivos interesses "petrolíferos e geopolíticos" não podem ser preservados "à custa de tamanhas atrocidades".

O relatório ontem divulgado sob o título "Terror em Cabinda" elenca, ao longo de 27 páginas, dezenas de execuções sumárias, fuzilamentos e assassinatos,

desaparecimentos, detenções arbitrárias, torturas, abusos sexuais, destruições e pilhagens, perpetradas na sua maioria nos últimos dois anos, com especial incidência no período que se seguiu ao início de uma grande operação militar das Forças Armadas de Angola (FAA), em 10 de Outubro passado (ver caixa).

Apesar das autoridades terem garantido recentemente a resolução pacífica do conflito, "assiste-se a uma intensificação das acções militares" no território, refere o relatório. "Qualquer ataque da guerrilha a um alvo militar" provoca de imediato "violentas represálias" contra a população da aldeia mais próxima.

Os militares impõem limites horários para a população acarretar água, lavar, banhar-se, pescar e navegar no rio Luali, o maior de Cabinda; "muitas aldeias têm sido arrasadas, forçando os seus habitantes a refugiar-se nas matas"; enquanto que outras aldeias do município sede de Cabinda "estão a ser alvo de estranhos fluxos de repovoamento com famílias provenientes do sul de Angola", como forma de "misturar a população" e melhor a controlar.

De uma maneira geral, denunciam os signatários, as populações do interior "são informalmente obrigadas a apoiar, na ordem logística, o esforço de guerra". No Maiombe, a região onde a guerrilha opera preferencialmente, os homens não podem dedicar-se à caça e as mulheres são obrigadas a deslocar-se às lavras acompanhadas pelos militares, que em muitos casos as obrigam a cozinhar para eles. "Há, por vezes, execuções sumárias, espancamentos e torturas, destruição de casas e pilhagens dos bens dos aldeões".

Nações Unidas são "co-responsáveis"

Por sua vez, a guerrilha independentista, "sempre que pode, usa a estratégia de rapto a cidadãos estrangeiros como forma de pressão política e de obtenção de fundos" - 10 portugueses, entre os 13 raptados nos últimos dois anos e meio. O relatório denuncia ainda a decapitação pela FLEC de uma mulher "acusada de activista e mobilizadora popular a favor do MPLA e do governo", e o assassinato de um enfermeiro, envolvido numa campanha da vacinação contra a poliomielite e a quem os raptadores acusaram de "fazer campanha política a favor do MPLA".

Células do MPLA actuam directamente nos órgãos de informação estatal e no único não-estatal, a Rádio Comercial de Cabinda, acusa o relatório. Os coordenadores destas células "reunem-se quinzenalmente com os serviços de segurança (Sinfo). Os jornalistas só podem fazer perguntas em conferências de imprensa (mesmo dadas pelas igrejas) desde que aprovadas pela Direcção da Comunicação Social e pela Sinfo, a quem devem ser submetidas com 72 horas de antecedência.

O relatório insta a multinacional petrolífera norte-americana ChevronTexaco a que ponha termo "à cumplicidade em permitir interrogatórios policiais no campo petrolífero do Malongo".

As Nações Unidas "são co-responsáveis morais pelo silenciamento da continuação da guerra em Cabinda ao subscreverem, sem reservas, as teses do governo sobre o fim total da guerra no país" acusam os signatários, a concluir o relatório, pedindo a Portugal, EUA, França e Itália, "cujas multinacionais operam em Cabinda", que adoptem "uma postura mais respeitadora em relação à vida das populações locais" e se abstenham de legitimar, "com o seu silêncio", as "sistemáticas violações dos direitos humanos no enclave e, um pouco por toda Angola, "seja a que pretexto for".

A guerrilha actua no enclave de Cabinda desde 1975, através, neste momento, de duas frentes - a FLEC-FAC, dirigida por Nzita Tiago, que reside há longos anos em Paris, e a FLEC-Renovada, comandada por António Bento Bembe.

Os 10 signatários, seis dos quais residem em Cabinda, prometem divulgar "oportunamente" um "mais exaustivo e detalhado" relatório com o título de "Cabinda: Petróleo de Sangue".

Pagamento das Dívidas de Angola a Portugal Está em "Stand By"

Por ROSA SOARES
Sexta-feira, 13 de Dezembro de 2002

"Furado" o prazo para a nomeação de uma comissão de negociação

Assinado no final de Novembro com grande ênfase político, o protocolo para o pagamento das dívidas de Angola a Portugal já não respeitou o primeiro prazo fixado. O acordo, rubricado no passado dia 28 pelos ministros das Finanças e Negócios Estrangeiros português e angolano, consagrava a nomeação, "no prazo máximo de oito dias", de uma comissão de negociação. Já passaram mais de dez dias sem a nomeação da dita comissão, o que deixa antever que o prazo máximo de 60 dias para concluir este processo também deverá ser dilatado, refreando a expectativa de que este processo, que se arrasta há mais de uma década, seria rapidamente resolvido.

Recorde-se que o acordo entre os dois governos pressupunha o pagamento imediato de 27 por cento dos cerca de mil milhões de euros (valores de 2001) da dívida pública de Angola a Portugal, sendo o remanescente pago num prazo não inferior a 30 anos, em 25 prestações anuais, com uma carência de cinco anos. No que se refere às dívidas privadas, que ascendiam a 1,2 mil milhões de euros no final do ano passado, ficou acordado que o Estado português "obriga-se a diligenciar" junto dos bancos e das empresas privadas para obter destes um acordo para um perdão de 65 por cento, sendo os restantes 35 por cento pagos de forma imediata.

Fonte oficial do Ministério das Finanças português desvaloriza a ultrapassagem do primeiro do prazo de oito dias para a nomeação da referida comissão, justificando esse atraso com a remodelação entretanto ocorrida no Governo angolano, de que resultou o afastamento do anterior ministro das Finanças, o signatário do protocolo. O "dossier" será assumido por Aguinald Jaime, o novo ministro-adjunto do primeiro-ministro, com responsabilidade pela coordenação e execução da política económica e financeira.

A fonte oficial das Finanças escusou-se a avançar se da parte portuguesa já foram escolhidos os nomes que integram a comissão, sustentando que não seria cordial avançar com este processo antes do novo responsável governamental assumir funções em pleno. "Trata-se de um acordo bilateral e não unilateral", argumenta. O assunto das dívidas de Angola não deverá ser desconhecido de Aguinald Jaime, que foi presidente do Banco Nacional de

Angola, directamente envolvido neste processo de dívidas ao Estado e a empresas portuguesas. Resta saber qual será o grau de urgência que lhe pode merecer este assunto.

Construção cautelosa

As empresas de construção civil, que reclamam boa parte do total das dívidas em causa e que começaram por manifestar alguma discordância pelos termos do protocolo assinado pelo Governo português, especialmente no que se refere ao perdão de dívidas privadas, estão agora um pouco mais cautelosas. Fonte de uma dessas construtoras disse ao PÚBLICO que foi decidido esperar pelo arranque da comissão de negociação para esclarecer algumas questões, designadamente a possibilidade, consagrada no texto do protocolo, de o Governo angolano poder negociar caso a caso com os credores que não aderiram ao princípio geral (perdão de 65 por cento das dívidas), "dando especial atenção às empresas que actualmente desenvolvem actividade empresarial em Angola. Fica assim admitida a possibilidade de troca de dívidas por activos fixos e/ou participações financeiras em Angola, bem como a diferente proporcionalidade entre a percentagem de perdão da dívida, reestruturação e pagamento a pronto. As maiores construtoras portuguesas credoras de Angola - Soares da Costa, Mota-Engil, Teixeira Duarte e Somague - continuam a manter negócios e interesse naquele país. □

From 1999 radio interviews

EHRlich: Businessman Sindika Dokolo sits at a large desk dressed impeccably in a double-breasted suit. His family owns a mining concession and a large fish import-export firm, among other businesses. Dokolo is typical of the businessmen who strongly oppose Kabila and blame him for the country's economic problems. Dokolo says since the war broke out, the banking system has virtually collapsed.

SINDIKA DOKOLO: If you put your company's francs in your account, the time for you to get them back, the inflation rate will, you know, will have, like taken away maybe 20% or 30% of what you possess. So that's why the game here is to try to get rid of the Congolese francs as soon as possible.

EHRlich: As if to illustrate his point, Dokolo excuses himself for a moment. He returns carrying a bag filled with \$30,000 worth of Congolese francs, payment for a business deal. Since no one trusts the banks, he says, all business transactions are literally cash and carry. Dokolo says foreign investment and aid could help turn the economy around.

DOKOLO: Right now the national economy is just, you know, it's just falling down, falling in pieces. Because we have a problem of infrastructures in this country. And we have a problem of macro-economic environment in general. And unless some very strong decisions, very dynamic policy, is started, to find a solution to this problem, the private sector won't be able to express itself and to bring new money on our market. And the real problem is that it was a great mistake in my opinion, that the government made, to try to have the people believe that we could reconstruct the country without the help of institutions such as IMF, World Bank, African Development Bank.

EHRlich: If the Democratic Republic of Congo is ever to get such assistance however, it will have to pay off the massive foreign loans run up during the Mobutu years. But Wilfred Ullrich, a mining consultant living in Kinshasa, says

the current government shouldn't be forced to make those payments because the loans never benefited the Congolese people.

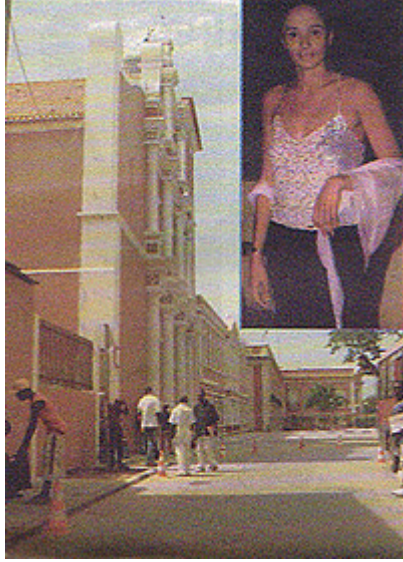


O dia do casamento

20/12/2002

Jamais um casamento dera tanto que falar. Hoje, torna-se realidade.

Isabel dos Santos pode realizar esta sexta-feira um grande sonho, mas acaba também, com este, um período de especulações sobre gastos ligados ao casório.



Considerado pela imprensa local como o casamento do ano, coloriu as capas das publicações locais sobretudo com valores díspares sobre gastos que envolvem a sua realização e o número de convidados.

Sobre gastos, por exemplo, jornais locais avançaram mesmo que só em talheres e outros materiais básicos ter-se-á gasto quase um milhão de dólares, facto que não foi nem confirmado nem desmentido.

A imprensa vançou ainda que Isabel teria convidado, para a festa de casamento, acima de dois mil convivas e mandado reparar a Sé Catedral, onde se realizará a cerimónia religiosa.

Na realidade, pouco se sabe da verdade destas informações e um comunicado da área civil da casa presidencial sobre o anúncio do casamento foi ainda mais lacónico.

Verdade mesmo é que Isabel dos Santos, a primeira filha do presidente e cuja veia para negócios é elogiada, casa-se esta sexta-feira.

Hoje, o jovem congolês democrático, Dokolo Sindika, que conseguiu atrair o coração de Isabel dos Santos, vai levá-la ao altar em cerimónia que terá lugar às 16h00 nos jardins do Palácio Presidencial.

Hoje Isabel regista-se, no civil, como senhora Sindika.

Sábado acontece, às 16h30, a cerimónia religiosa, na Igreja da Sé Catedral.

Os presidentes das Repúblicas Democrática do Congo e da Namíbia, respectivamente Joseph Kabila e Sam Nujoma, estarão presentes na qualidade de convidados à cerimónia de sábado, na Igreja de Jesus (Sé Catedral).

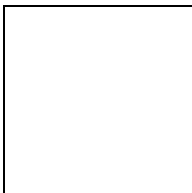
Isabel Dos Santos nasceu do primeiro casamento do Presidente José Eduardo dos Santos com uma cidadã russa.

(EBONet Media)

No slick answers for an African oil sector
December 13, 2002 1:43pm

12/13/2002

Advertisement: Explore Within This Space



<script></script> <NOSCRIPT> <A

HREF="http://ad.doubleclick.net/jump/newscenter.com/newscenter;cui=edge336;kw=n
onsubscriber;sz=336x280;tile=5;ord=141262?"> <IMG

SRC="http://ad.doubleclick.net/ad/newsnewscenter.com/newscenter;cui=edge336;kw=n

onsubscriber;sz=336x280;tile=5;ord=141262?" BORDER=0 WIDTH=336
HEIGHT=280 ALT='Click Here!'">Click Here! </noscript>



AFRICAN oil producers seem likely to face a tough 2003. Although political turmoil is likely to affect production in the worldfifth largest producer, Venezuela, more non-Opec production is coming onstream and this should put downward pressure on prices.

Ironically, BHP Billiton, a company launched in its present form via a South African buyout from Royal Dutch Shell, last week announced further oil strikes in its Mexican deep water fields. The latest strike is in the Shezi prospect, north-west of Atlantis, the 575m barrels of gross oil equivalent field now being developed by the company, along with two other fields.

All of this indicates an increase in world output at a time when the international economy seems likely to remain in the doldrums. A surge in demand would only come with a sustained economic upturn.

It is against this background that African producers such as Nigeria and Angola have indicated that they want to increase output. Nigeria, an Opec member, has so far stuck to Opec imposed limits, but is now under pressure from its international partners to up production by more than 20%.

Oil companies such as Shell and Texaco, have apparently been waving the big stick of diminished investment at the Nigerian government. For its future security, the Nigerian economy needs further investment in the oil sector.

Angola too, is keen to attract more investment and seems likely to do so as the deep sea oilfield deals concluded over the past six to eight years start coming onstream. On the basis of so far proven new reserves, it is estimated that Angola will double its present production to some 1.8m bpd within five years

Despite not having a ready market in an already over-supplied market, the Angolan government also seems set to move into large-scale liquid natural gas (LNG) production at an outlay of \$2bn. This could add to the financial pressure and lead to a spiral of ever greater oil sales chasing steadily falling prices.

The only potential LNG market might be South Africa, but that country already has LNG capacity. Its world-ranked synthetic fuels and chemicals group, Sasol, which is poised to start piping gas in from Mozambique, has also announced new gas exploration plans off both the east and west coasts of South Africa.

With oil and gas output expanding among north African producers such as Egypt, continental competition may be unavoidable, especially if Opec cannot hold the line.

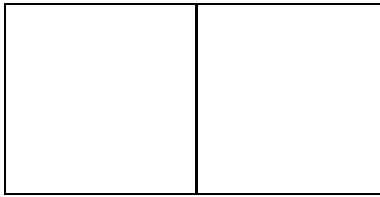
Copyright 2002. All Rights Reserved.

Posted on Mon, Dec. 16, 2002

UN Names Countries, Groups Using Child Soldiers

BY GARY CROSSE

Reuters



UNITED NATIONS - Despite global treaties, children are being recruited as soldiers by governments in the Congo, Burundi and Liberia and are prevalent among rebel groups in Colombia, the Philippines, Uganda and Sri Lanka, a new United Nations report said on Monday.

Olara Otunnu, the U.N. special representative for children and armed conflict, said the report for the first time named governments and groups recruiting youths younger than 18 for military combat.

"This shows the international community is serious and also that the community is watching," he told a news conference.

According to UNICEF, the U.N. Children's Fund, an estimated 300,000 child soldiers were carrying arms in over 40 countries worldwide, most of them in Africa and East Asia.

The report listed 23 groups including governments and rebel factions in five countries where child soldiering is common -- Afghanistan, Burundi, Liberia, Somalia and the Democratic Republic of the Congo.

While the governments of Congo, Burundi and Liberia were named as recruiters of child soldiers, Otunnu also listed myriad rebel groups in those nations that use children as soldiers, porters and sex slaves.

Armed groups were also using children as soldiers including factions in Colombia, Myanmar, Nepal, the Philippines, Sudan, Uganda, Sri Lanka, among others, the report said.

Regional warlords and the remnants of the Taliban in Afghanistan recruit or conscript children. However, the Afghan National Army, which was designed to replace all armed groups in the country, will not do so, Otunnu said.

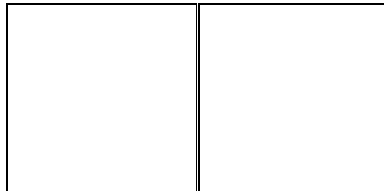
Otunnu said the report represented the "beginning of a systematic effort in a new era of monitoring and reporting on the conduct of parties and how they treat children during conflict."

The standards being violated include a number of human rights pacts as well as an amendment to the 1990 Convention on the Rights of the Child that prohibits the use of children younger than 18 in combat.

These standards apply to insurgent groups as well as governments, making both accountable for such actions, the report said.

Otunnu also said some countries where civil wars recently ended, such as Angola and Sierra Leone, had implemented demobilization and re-integration programs for child veterans.

Posted on Tue, Dec. 17, 2002



Congolese Rebels, Gov't Sign Peace Deal

EDDY ISANGO

Associated Press

KINSHASA, Congo - Congo's government, rebels and political opposition signed a power-sharing agreement Tuesday, pledging to lead their nation into democracy and lifting the prospects for peace in this vast, resource-rich African country after four years of war and 2.5 million lives lost.

The accord - which comes after months of negotiation - follows Congo's signing of deals with Rwanda and Uganda, neighbors that supported rebel forces, and

the withdrawal of tens of thousands of foreign fighters from what had been a six-nation conflict known as Africa's First World War.

Under the deal, Congo's two Rwandan- and Ugandan-backed rebel movements will join a transitional government to be led by President Joseph Kabila, pending the country's first democratic elections to be held in about 2 1/2 years.

Kabila will have four vice presidents named from the government, the two rebel groups and the political opposition. Cabinet positions and parliamentary seats will also be divided among rebels and opposition parties. A national police force will be drawn from government and rebel areas to maintain law and order in the Congolese capital, rebels said.

An armed U.N. peacekeeping force of 5,537 troops already in Congo will grow to 8,700 to help oversee the arrangement, whose success depends on the uncertain good will of those signing it. Earlier, partial agreements failed under less promising circumstances.

But with both sides' foreign military allies now out of the fight, and international pressure strong, many hoped rebels and government - vying for power and Congo's mineral riches - would accept this deal as the best they would get.

"The Congolese people see this moment as really something that is dramatically new," said South African President Thabo Mbeki, who brokered months of talks that ended with an early morning signing in Pretoria, South Africa.

"Africans could not truly reconstruct the continent without peace in the Congo," Mbeki added.

Congo's war divided the nation into isolated rebel and government sides. Aid groups say most of the casualties were civilians killed by famines, and disease aggravated by the war's disruption of farming and trade routes. The United Nations charges that foreign armies and Congo's leaders on both sides

plundered the country - rich in diamond, gold and uranium - of untold millions in wealth.

Namanga Ngongi, U.N. special representative for Congo, praised the enemies for overcoming "old reflexes of distrust" and declared the agreement "a landmark for the history of the country."

The war broke out in August 1998 when Rwandan and Ugandan armies plunged deep into Congo, joining with rebels to oust then-President Laurent Kabila. Congo's eastern neighbors accused Kabila of harboring militias that threatened their security, including Rwandan Hutu culprits in that country's 1994 genocide.

At Kabila's pleading, Zimbabwe, Angola and Namibia sent armies to stop the rebel advance.

Combatants signed repeated accords that Kabila, for one, showed no sign of honoring. In January 2001, a young bodyguard shot and killed Kabila at his office desk in Kinshasa.

Peace efforts took off under his son and unelected successor, Joseph Kabila. Facing international pressure, or diverted by crises at home, foreign armies one by one signed cease-fire deals this year and left.

In Kinshasa, the garbage-heaped capital, crowds gathered Tuesday over newspaper headlines declaring that peace had come, and debated if that could be true.

"I hope that this deal will stick," said 50-year-old civil servant Leon Ilunga, voicing a worry shared by many of the signatories themselves.

"Since we negotiated for a political solution to the war, all it takes is commitment from all sides to make it work," insisted Adolphe Onusumba, head of the Rwandan-backed Congolese Rally for Democracy rebel movement.

Negotiators clinched the deal when they agreed to divvying up ministries. The Ugandan-backed Congolese Liberation Movement agreed to give up the finance portfolio to the government in exchange for the presidency of the 500-member national assembly, delegates at the talks said.

A nation of 55 million, Congo has never known democracy. Colonial ruler Belgium looted it for decades, then begrudgingly cut it loose, ill-prepared, in 1960.

Backed by the United States, a Cold War ally, Mobutu Sese Seko seized power in 1965 and settled into decades of malign plutocracy, ended by Laurent Kabila's rebel march into Kinshasa in 1997.

Today, while nearly all foreign combatants have withdrawn, scattered unrest persists in the rebel-held northeast and government-held southeast, particularly among rebel splinter groups and tribal fighters.

ANGOLA: Separatists appeal to govt to start talks over Cabinda

IRINnews Africa, Wed 18 Dec 2002

People displaced by FAA attacks

JOHANNESBURG, - Separatists in Angola's oil-rich Cabinda enclave on Wednesday claimed the government was waging a propaganda war to dispirit rebels seeking independence for the region.

A spokesman for the rebel group, FLEC-FAC told IRIN that recent news reports that the government had captured two of its leaders and that most of its supporters were "down and out", were false.

On Tuesday, Angolan Defence Minister Kundi Payham said 70 percent of FLEC-FAC troops were "down and out", Angolan news agency Angop reported.

Payham added that the government "never opted to resolve the Cabinda problem through the military route, but rather through dialogue".

But Xavier Builo, a representative of FLEC-FAC in the Netherlands refuted these claims.

"Reports that our leaders have been captured and that our soldiers are no longer active are all false. Just last Sunday, I spoke to both of the leaders over the telephone. Yes, the FAA [government army] was in the area where our base is located but they did not capture anyone. All of these reports are part of the government's strategy to demoralise Cabindans who want independence from Angola," Builo said.

In October, Angolan army radio said the FLEC-FAC chief-of-staff, General Francisco Luemba and its "minister of defence", Estanislau Boma had been detained.

Observers have said the protracted struggle between the separatists and the government was over the region's substantial oil, which accounts for about 60 percent of the country's oil revenues.

Meanwhile, Builo told IRIN that reports from Cabinda continued to highlight ongoing human rights abuses.

"The government is burning maize fields so people have to flee their homes. There are stories of women being raped and people being tortured in front of their children. Once again we want dialogue with the government. We will not negotiate our identity but we are prepared to talk about who controls the oil," Builo added.

Earlier this month, a report by local NGOs revealed allegations of widespread human rights abuses in Cabinda ranging from summary executions to torture, rape and looting.

Although the report covered alleged abuses both by the Angolan security forces and by FLEC-FAC, the overwhelming number of accusations were made against government forces.

Builó once again appealed for international mediation.

Fri, 20 Dec 2002 [ANGOLA: UN calls for transparent and accountable government](#)
IRINnews Africa

The report raised concerns over the living conditions of former UNITA soldiers

JOHANNESBURG, - Despite significant progress towards lasting peace in Angola, the country still faced major security and humanitarian challenges, United Nations Secretary-General Kofi Annan said in a new report to the Security Council.

Annan said with Angola now enjoying "real prospects for peace", the international community must take steps to consolidate progress and foster reconstruction.

The report underscored concerns about the living conditions in 42 reception centres holding 80,000 former rebel UNITA fighters and 350,000 family members.

Concerns persist that "demobilised ex-combatants, without means of support, may resort to banditry and theft," the Secretary-General cautioned, adding that the government's unorganised and ill-financed resettlement effort has been "a source of tension".

Moreover, Annan stressed the importance of disarming all civilians.

"Disarmament of the civilian population remains central to the overall

enhancement and consolidation of peace and security ... The concerns over this issue reflect a continuing trend of insecurity in some of the provincial and urban areas, where banditry has increased significantly."

The Secretary-General recommended that supporting the electoral process - with national elections now scheduled for 2004 - curbing corruption, and providing guarantees of basic freedom and human rights were crucial to the country's stability.

Although, the humanitarian community would continue to support recovery efforts, Annan called on the government to establish "transparent" and "accountable" governmental institutions.

Meanwhile on Wednesday, Ibrahim Gambari, the UN Secretary-General's Representative to Angola, told the Security Council that humanitarian activities had expanded dramatically in the country since the end of the war. Some notable progress had included the delivery since June of food, health care, water and sanitation to more than 1 million people.

Gambari noted that the Consolidated Inter-Agency Appeal for 2003, requiring US \$384 million to assist the government, was probably the last appeal for Angola.

"Technical assistance should also be provided for the forthcoming 2004 national elections, and efforts to help address the humanitarian situation and build human rights capacity and awareness must be intensified," Gambari said.

Earlier this year, Angola recorded a drop in the percentage of people suffering from life-threatening shortfalls of food and medicine, but since the return to areas of origin of more than 700,000 internally displaced people, malnutrition levels have since increased.

Last week, citing progress in the peace process, the Security Council voted

unanimously to lift the sanctions it had imposed on UNITA over the last nine years of the war.

Nampower to Assist Work On Angola's Gove Dam

December 18, 2002 7:43pm

ANGOLA will soon start to construct a hydropower plant at Gove in the Huambo Province with the help of NamPower.

Cabinet announced this week that it had mandated NamPower to enter into negotiations with Angola's power utility (ENE) on the rehabilitation of the Gove dam.

The talks will cover carrying out a joint study, arranging financing and the construction phase.

Gove was damaged during the Angolan civil war and has not been used since 1975.

NamPower will also help ENE develop a hydropower plant on the Kuembe River to supply electricity to Menongue in the Cuando-Cubango Province.

The plan to rehabilitate Gove could further delay the construction of the proposed Epupa hydropower scheme on the Kunene river.

One of the reasons Namibia wanted the Epupa power scheme was to supply southern Angola with power.

During negotiations for the construction of the Epupa hydropower scheme, the Angolan government repeatedly said it did not see Epupa as a priority compared to the rehabilitation of the Calueque scheme and Gove dam inside Angola.

Namibia, however, said the Angolan projects were not obstacles to the development of Epupa.

Gove is not only seen as necessary for the improved regulation of water flow in the Kunene river, but as boosting the chances of having the smaller Baynes site selected for the Epupa hydropower scheme.

Namibia favours a site at Epupa itself while Angola is pressing for the Baynes site.

Namibia contends that the Baynes site is too small, despite its environmental and social advantages, compared to other sites.

Originally Namibia had hoped that a firm decision on the Epupa site would be taken by mid-1999 so the first phase of development could begin early this year.

Distributed by AllAfrica Global Media. (allafrica.com)

Copyright 2002. All Rights Reserved.

Financial Times Information Limited - Asia Africa Intelligence Wire

Australian firm eyes Angola's Cabinda region

December 19, 2002 4:44am LUANDA - Australia's Roc Oil Co hopes to begin exploring its 45 percent-owned onshore Cabinda South block in Angola after completing a risk assessment of the area in the first half of 2003.

Angola's northern Cabinda enclave has lucrative offshore oil fields, but there is little onshore exploration due to a conflict between separatist rebels and government forces in the last 25 years.

But some independent oil companies are now looking to explore Cabinda's promising interior if the security risks can be mitigated.

"We've signed a production sharing contract but we're not allowed to start going into the area and undertake exploration until we've demonstrated to government that we understand the risks and have a strategy for mitigating the risks," Roc's regional manager for West Africa, John Warburton, said in a recent interview.

Sydney-based Roc Oil acquired a 45 percent stake and operator status in the Cabinda South Joint Venture from Fina Oil and Gas Cabinda BV, an affiliate of TotalFinaElf, in 2001.

Under the agreement, Roc will pay about US\$700,000 upon first production.

Angola's state-owned oil company, Sonangol, has a 20 percent share in the venture, while Force Petroleum has 20 percent and Lacula Oil and Gas holds 15 percent.

Warburton said a risk assessment would be carried out in the first half of next year, and he was confident that a plan to manage security concerns in the area would be developed. He did not give details of the plan.

Warburton hoped exploration of the 1 080 square kilometre block, located about 450 kms north of the capital Luanda, would begin soon after the assessment was completed.

"There are probably 1.5 billion barrels to be discovered in the lower Congo Basin...We believe (that within our blocks) there could be up to 200 million barrels of oil," he said.

Copyright 2002. All Rights Reserved.

Financial Times Information Limited - Asia Africa

President Dos Santos' First Born Gets Married

[Angola Press Agency](#) (Luanda)

December 19, 2002

Posted to the web December 19, 2002

Luanda

President Jose Eduardo dos Santos' old daughter, Isabel Jose dos Santos, is getting married to Dokolo Sindika, a DR Congo's citizen, this weekend.

According to a note from the office of the President's Support Services made available to Angop today, on Friday (Dec 20) at 16:00 hours the civil registration ceremony will take place at the Presidential Palace garden, and on Saturday (Dec 21) at 16:30 hours the religious ceremony will happen at ST Cathedral church, both venues located in Luanda.

Saturday guests include the Presidents of DR Congo, Joseph Kabila, and of Namibia, Sam Nujoma, the notes adds.

Angola food crisis worsening, says WFP

Thursday December 19, 5:21 pm ET

By Zoe Eisenstein

LUANDA, Dec 19 (Reuters) - More than two million Angolans will need food aid to survive next year as the country emerges from a civil war that crippled food production and infrastructure, the WFP food agency said on Thursday. The U.N. World Food Programme has upped its estimate of those in need until next year's harvest in April-May to between 2.1 million and 2.4 million people.

The agency said in October it needed \$241 million to assist an estimated 1.5 million people in need, but the WFP said on Thursday donors have so far only pledged a third of that.

"We feel that lately, Angola has been on a bit of a back burner. We don't think that's very useful as the situation is still very serious. We have to make the effort now, if we don't, we're not helping with the consolidation of the peace process," WFP country director Francisco Roque Castro told Reuters.

Angola is one of several southern African countries facing severe food shortages which aid agencies blame on drought and government mismanagement.

Many thousands of Angolans face starvation because they were forced off their lands by government troops bent on cutting food supplies to UNITA rebels.

The 27-year-old civil war formally ended in April when UNITA signed a ceasefire following the death of its veteran leader Jonas Savimbi in an ambush in February.

But the lingering effects of a policy of forced displacements of peasants to deny crops to the rebels remains at the root of the hunger crisis, aid agencies say.

While peace has finally come to a country rich in oil and diamonds, critics say the government could be doing more to help its own people.

Castro said that he had received assurances from government authorities that it would buy \$2 million worth of commodities to help feed the hungry.

The WFP says the government has also contributed \$18 million to the agency's current food aid project mainly through indirect aid like fuel subsidies and waving taxes.

Castro said he hoped that these measures signalled more government participation in the crisis.

"In the short term, we need to help the government. In the medium term, they need to put a lot more cash from their pockets into helping their people," Castro said.

Angola is sub-Saharan Africa's second biggest oil producer after Nigeria, and critics have long charged that little of the oil wealth trickles down to the people.

An International Monetary Fund internal report made public in October concluded that around \$1 billion vanished from government coffers last year.

Aid agencies say their food relief efforts have been stymied in some parts of the countryside still littered with landmines.

Castro said WFP had so far been unable to bring food to 20,000 people in Huambo province because of the danger of landmines. An anti-tank mine accident recently killed seven aid workers in the province of Cuando Cubango.

Interfax: Alrosa postpones board meeting by a month

December 19, 2002 4:47pm

MOSCOW. Dec 17 (Interfax) - The supervisory board at Alrosa, Russia's Yakutia-based diamond monopoly, will meet at the end of January, 2003.

At the meeting, which has been put back from the end of December, the board plans to endorse an agreement signed at the end of November to develop the Luo diamond field in Angola, Alexander Stepanov, the board's secretary, told Interfax.

Alrosa will own 20% of the Luo joint venture, which will be co-owned by Angola's Ediam and so far undisclosed third company.

This will be Alrosa's second project in Angola. Alrosa owns 32.8% of the equity in the Catoca Mining Company, which develops the Catoca diamond field. Sales of rough diamonds produced at Catoca totaled \$169.5 million last year.

The supervisory board will also discuss Alrosa's project in Russia's Arkhangelsk region. Alrosa owns 71.9% of the shares in Severalmaz, the company that holds the license to develop the big Lomonosov diamond field in the region.

Alrosa needs to raise \$350 million to put the Lomonosov field on stream. Alrosa and Britain's Fleming Family & Partners, which is financial consultant to an investment consortium, are looking at options for raising capital. It will take about three months to study the paperwork.

Alrosa mines about a fifth of the world's diamonds. The company plans to produce \$1.584 billion worth of rough diamonds this year, and to sell \$1.882 billion worth of rough and gem diamonds.

Alrosa's biggest shareholders are the Russian Property Ministry with 37% and the Yakutia State Property Ministry with 32%. [RU ASIA EUROPE EEU EMRG DIA MIN CORA] PR <>

Trinta por cento das receitas de Angola estão adjudicadas à dívida externa

Luanda, 18/12 - Trinta por cento das receitas de Angola estão adjudicadas aos serviços da dívida externa garantida por petróleo, disse hoje o Ministro-adjunto do Primeiro Ministro, Aguiñaldo Jaime, em resposta às preocupações levantadas pelos deputados.

"Isto é um constrangimento muito grande", sublinhou o governante, acrescentando que esta situação retira recursos que do outro modo seriam validamente aplicados no esforço global de recuperação e de reconstrução da economia do país.

Aguinaldo Jaime notou que a dívida está garantida por petróleo e reconheceu que "há fluxos sobre os quais o executivo não tem nenhum controlo".

A razão por que isto acontece, explicou, é que, em função dos desequilíbrios da economia angolana, os credores exigem esta via, por forma a "conceder-nos créditos frescos". Realçou que o o Governo não tem, relativamente a esta questão, nenhuma margem de manobra.

No entanto, garantiu que o Governo angolano vai tentar renegociar os contratos de pré-financiamento por forma a que o serviço da dívida não seja "asfixiante" como hoje acontece.

Por outro lado, afirmou que o executivo vai dar uma importância fundamental a questão da unidade e da universalidade do Orçamento Geral do Estado, para que não haja nem operações extra-orçamentais nem haja a prática de qualquer desorçamento.

Uma importância muito grande será dada igualmente a questão de disciplina na execução do Orçamento Geral do Estado, para que cada unidade orçamental não exceda os limites que lhes foram superiormente atribuídos.

"Os recursos são escassos, as necessidades são muitas e por esta razão mecanismos de controlo serão estabelecidos, para velar que as unidades orçamentais não excedam os tectos fixados", acrescentou.

De acordo com o governante, a economia petrolífera e diamantífera deverá ser inserida plenamente no esforço de reconstrução nacional, por forma que a economia, no seu conjunto, possa beneficiar dos efeitos multiplicadores positivos gerados nessas duas esferas de actividade.

Por esta razão, fez saber que o Governo vai proceder a revisão dos regimes cambiais, fiscais e aduaneiros especiais de que gozam alguns sectores da

economia, nomeadamente o sector petrolífero e diamantífero.

Quanto às projecções de inflação, Aguinaldo Jaime disse que as mesmas nem sempre se conformam com a realidade, mas assegurou que a situação vai ser acompanhada e qualquer revisão será trazida à conhecimento dos órgãos colectivos do Governo e da Assembleia Nacional.

O cenário macro-económico projectado para o ano 2003, prevê, entre outros aspectos, uma inflação anual acumulada de 30 por cento e uma taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 5,2 por cento, sendo o sector petrolífero 1,2 por cento e o sector não petrolífero 9,0 por cento.

hope you had a good christmas and start to the new year. things well with me over here in chilly Berlin (now a balmy just-above-zero).

I was wondering what you made of this Angop article in December (below). I just haven't had time yet to look into it properly, but some of the things jaime is saying are quite surprising: talking about oil, he said the government will try to renegotiate the pre-financing contracts so that debt service is not "suffocating". Is this something people in the oil world are taking notice of? Jaime is now only "assistant to the prime minister" instead of central bank governor, but still... I've got an eiu report coming up in a short while, and I think it'll be important for me to get this one in perspective

Nick

[Nick,](#)

[I would describe Jaime as a *de facto* Deputy Prime Minister, unless events prove otherwise. There have been a few reports about new terms being considered, as one hears in quite a few countries. Obviously, the key issue for existing contracts in any such case is to get assurance they will be grandfathered. My inadequate Portuguese tells me that issue is not covered either way in the report below.](#)

[Cheers and Happy New Year](#)

Chefe de Estado recebe enviado de Fradique de Menezes

Luanda, 18/12 - O Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, recebeu hoje, em Luanda, um enviado especial do Presidente de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes.

Trata-se de Rafael Branco que, depois da audiência, não fez qualquer declaração aos jornalistas.

Entretanto questões ligadas às relações dos dois países, nos mais variados domínios, deverão ter centrado o encontro de mais de minutos.

MPLA deplora atitude da oposição sobre acordo da futura Constituição

Luanda, 18/12 - O chefe de bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, deplorou terça-feira, em Luanda, a atitude "furiosa" manifestada por certas forças políticas da oposição, face ao entendimento constitucional alcançado com a UNITA.

Bornito de Sousa exteriorizou esse sentimento quando falava na sessão da Assembleia Nacional destinada à discussão e aprovação dos projectos do programa do Governo e do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2003, entre outras matérias legislativas.

O deputado explicou que antes dos encontros havidos com a UNITA em torno da futura Lei Magna do país, o MPLA consultou todos as forças políticas representadas por grupos parlamentares integrados na Comissão Constitucional.

"Contrariamente ao que se passou com a UNITA, o MPLA teve o modesto gesto de se deslocar às sedes dos partidos políticos, além de que as matérias acordadas com a UNITA não se afastaram das alternativas que já haviam sido delineadas na Comissão Constitucional" - disse.

Segundo Bornito de Sousa, o "curioso nisso" é que os mesmos partidos, que em pleno período de guerra apelaram efusivamente ao entendimento entre os ditos beligerantes, se insurjam agora "em tempo de paz e de reconciliação, a um gesto democrático e patriótico das duas maiores forças políticas angolanas".

"É tempo de se colocar de lado as divisões do passado e de se somar forças e multiplicar o empenho na reconstrução, no desenvolvimento e na democratização de Angola" - aconselhou o líder do grupo parlamentar do

MPLA.

Na semana passada, alguns partidos da oposição consideraram-se traídos devido à concordância havida entre o MPLA e a UNITA em determinados assuntos abordados à volta da futura Lei Constitucional.

A este respeito, o secretário da UNITA para a informação, Marcial Dachala, sublinhou, na ocasião: "o que a UNITA acordou com o MPLA é a súmula de tudo quanto foi discutido com os outros partidos da oposição e no seu Comité Permanente, em prol do interesse nacional".

Dachala qualificou a atitude dos partidos da oposição, que se insurgiram, de obstrucionista, uma vez que, na sua opinião, os argumentos evocados não são suficientemente sustentados.

Assegurou não existir qualquer intenção da UNITA e do MPLA monopolizarem a liderança da Nação.

"Vai gerir o país o partido que tiver maior capacidade política e democrática atribuída pelo povo, que detém o poder eleitoral", argumentou o secretário da UNITA para a informação.

021220Aprovado orçamento para o ano 2003

A Assembleia Nacional aprovou ontem o Programa do Governo para o biénio 2003/2004 e o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2003. O projecto de lei do OGE/2003 obteve 95 votos a favor e 44 abstenções, do grupo parlamentar da UNITA.

A UNITA, na voz do líder da sua bancada, Jerónimo Wanga, disse “esperar para ver” a execução das “intenções ambiciosas” do novo executivo, chefiado pelo primeiro-ministro Fernando da Piedade “Nandó”.

A resolução que aprova o OGE/2003 recomenda ao Governo a tomar medidas

no domínio económico e financeiro para se evitarem o aprofundamento das assimetrias e a agudização da difícil situação da maioria das províncias. Recomenda igualmente a implementação de uma adequada política de incentivos fiscais e financeiros, visando a atracção do investimento privado, de modo a contribuir para a redução e correcção dos desequilíbrios inter-provinciais e inter-sectoriais.

Os deputados solicitam também que seja prestada, no primeiro trimestre de 2003, uma informação à Assembleia Nacional sobre a situação organizativa, funcional, económica e financeira do Banco Nacional de Angola (BNA) e suas perspectivas de evolução no âmbito do desenvolvimento do sistema financeiro angolano.

É ainda exigida a conclusão do trabalho em curso sobre a determinação do salário mínimo nacional, devendo, no entanto, ser ajustado periodicamente o salário nominal da função pública, de modo a que a taxa de inflação não se reflecta negativamente no nível de poder de compra dos trabalhadores.

O OGE/2003 comporta receitas e despesas avaliadas em 358.888.331.816.00 (Trezentos e cinquenta oito biliões, oitocentos e oitenta e oito milhões, trezentos e trinta e um mil, oitocentos e dezasseis kwanzas).

Thursday, 19 December, 2002, 18:12 GMT

Nigeria wins \$1bn gas deal

Nigeria is currently burning off gas that it could sell

Leading finance houses from around the world have pledged \$1bn (£630m) towards a major new gas initiative in Nigeria.

It is part of a \$2bn project being undertaken by Nigeria LNG, which liquefies natural gas for export to Europe and the US. Nigeria currently flares - or burns off - a lot of the gas that is associated with oil extraction. The Nigerian Government has promised to reduce the amount of gas it flares in order to reduce global warming. The loan from the banks is billed as the biggest project financing deal ever made in sub-Saharan Africa.

Track record

It is an important sign that financial institutions are prepared to take the risk of investing in Africa despite the political unrest. "We've got a track record that the lending institutions were prepared to trust," Andrew Jamieson, Nigeria LNG's managing director, told the BBC's World Business Report. "We have demonstrated that we can operate in the country and operate well," he said, but admitted that it had taken two years to raise the cash and that there had been some reluctance to be overcome. The firm's previous

plants have been entirely financed from shareholders rather than through banks. Nigeria LNG is jointly owned by Shell, TotalFinaElf, Agip and state-controlled Nigerian National Petroleum Corporation.

Salário mínimo passa a USD 50 e ganha actualização semestral

Luanda, 20/12 - O salário mínimo nacional, fixado no equivalente em kwanzas a 50 dólares americanos, será actualizado semestralmente em simultâneo com a eventual revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE), em função da inflação.

De acordo com um comunicado de imprensa do Conselho Nacional de Concertação Social que se reuniu quinta-feira, em Luanda, sob a presidência do Primeiro-Ministro angolano, Fernando da Piedade Dias dos Santos, o salário terá carácter progressivo, devendo evoluir em função do desempenho da economia nacional.

O acompanhamento deste processo será efectuado por um Grupo Técnico do Conselho Nacional de Concertação Social. Neste sentido, o Conselho considerou positivo os resultados do referido trabalho, tendo em atenção as perspectivas de estabilização e crescimento da economia.

O Grupo Técnico, acrescenta o documento, deverá complementar o estudo, nos aspectos relativos à evolução estimada que o salário mínimo nacional poderá ter no contexto da recuperação e desenvolvimento da economia no futuro.

Refira-se que foi elaborado um estudo por um Grupo técnico criado em julho de 2001 no Conselho Nacional de Concertação Social e integrado por representantes do Governo e dos parceiros sociais, designadamente AIA (Associação Industrial Angolana), CCIA (Câmara de Comércio e Indústria de Angola), UNTA-Confederação Sindical, CGSILA Confederação Geral dos Sindicatos Independentes Livres de Angola) e UNACA (União dos Camponeses Angolanos).

Pretendeu-se com o referido estudo estabelecer uma base fundamentada para o tratamento da questão do salário mínimo nacional, cuja fixação visará o alcance de objectivos macro-económicos muito específicos, como o controlo da

inflação e a garantia de maior satisfação das necessidades básicas dos trabalhadores com menores rendimentos.

Este trabalho, adianta a nota, teve como fonte os dados originários de Províncias visitadas, designadamente Benguela, Cunene, Cabinda, Huíla, Moxico, Uíge e Luanda e de alguns Países, como Cabo-Verde, Tanzânia e Moçambique.

O Conselho Nacional de Concertação Social é presidido pelo Primeiro-Ministro angolano e integra os Ministérios das Finanças, da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Educação, Planeamento, Saúde, Obras Públicas, Urbanismo e Ambiente, incluindo os sindicatos CGCILA e UNTA, bem como a Associação dos Jovens Empresários Angolanos e a Câmara de Comércio e Indústria.

[Paper: Odebrecht to pull out of Angola mining - Brazil](#)

Business News Americas, Dec 18, 2002

(BNamericas.com) - Brazilian construction group Odebrecht plans to quit the diamond industry in Angola in order to focus...

021216Lei beneficiará investidor nacional e estrangeiro

O investimento privado nacional e estrangeiro passarão a ter a mesma protecção. Um documento denominado “Bases gerais para a elaboração da legislação sobre investimento privado nacional e estrangeiro”, aprovado ontem pela Comissão Permanente do Conselho de Ministros, defende a necessidade de “revisão profunda” da actual Lei de Investimento Estrangeiro, de modo a tornar o país um local atractivo para o investimento privado.

As bases gerais, de acordo com o comunicado distribuído pelo secretariado do Conselho de Ministros, recomendam novos princípios para a elaboração da futura lei, que dará um tratamento igual ao investimento privado, nacional e estrangeiro.

O mesmo documento, elaborado por uma comissão criada pelo Presidente da

República e que integra, entre outros, os juristas Carlos Feijó e Francisco Queirós, sugere ainda a reformulação dos procedimentos referentes à tramitação pontual e burocrática do processo de investimento.

A comissão propôs ainda a adopção de outras medidas colaterais, não especificadas, que permitirão criar um ambiente legal e institucional favorável, melhorar a eficácia da Administração Pública e tornar mais célere e transparente o sistema judicial.

A Comissão Permanente fez ainda um balanço da execução do Plano de Caixa do mês de Outubro e apreciou a projecção da situação de tesouraria do mês de Dezembro. Tomou igualmente conhecimento da situação do pagamento de salário dos trabalhadores da função pública.

A reunião da Comissão Permanente do Conselho de Ministros foi orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, e é a primeira depois da formação do novo governo.

Parlamento aprova Programa do Governo e OGE/2003

Luanda, 19/12 - A Assembleia Nacional aprovou quarta-feira o Programa do Governo para o biénio 2003/2004 e o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2003. O Projecto de Lei do OGE/2003 obteve 95 votos a favor, zero contra e 44 abstenções, saídas do grupo parlamentar da UNITA.

O maior partido da oposição em Angola, na voz do líder da sua bancada, Jerónimo Wanga, disse "esperar para ver" a execução das "intenções ambiciosas" do novo Governo, chefiado pelo Primeiro-Ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó".

A resolução do OGE/2003 aprovada pelos parlamentares insta o Governo a tomar medidas que se impõem no domínio económico e financeiro, com vista a evitar o aprofundamento das assimetrias e agudização da difícil situação da maioria das províncias.

Recomenda igualmente a implementação de uma adequada política de

incentivos fiscais e financeiros, visando a atracção do investimento privado, de modo a contribuir para a redução e correcção dos desequilíbrios inter-provinciais e inter-sectoriais.

Os deputados solicitam também que seja prestada no primeiro trimestre de 2003 uma informação à Assembleia Nacional sobre a situação organizativa, funcional, económica e financeira do Banco Central (BNA) e suas perspectivas de evolução no âmbito do desenvolvimento do sistema financeiro angolano.

É ainda exigida a conclusão do trabalho em curso sobre a determinação do salário mínimo nacional, devendo, no entanto, periodicamente ser ajustado o salário nominal da função pública, por forma a que a taxa de inflação não se reflecta negativamente no nível de poder de compra dos trabalhadores.

O OGE/2003 comporta receitas e despesas avaliadas em 358.888.331.816.00 (Trezentos e cinquenta oito biliões, oitocentos e oitenta e oito milhões, trezentos e trinta e um mil, oitocentos e dezasseis kwanzas).

O orçamento prioriza os sectores da Educação, Saúde, Assistência e Reinserção Social, Emprego e Agricultura, o que reforça as verbas para os serviços sociais em todo o território nacional.

Source: UN Security Council
Date: 17 Dec 2002

Angola moves next month from agenda item to Security Council member, says special representative in latest briefing

Security Council
4671st Meeting (PM)

Next month, Angola would move from being a recurring item on the Security Council's agenda to taking a place at the Council table, Ibrahim Gambari, Special Representative of the Secretary-General and Head of the United Nations Mission in Angola (UNMA), told members of that body this afternoon.

Recalling UNMA's priority concerns as he briefed the Council on key developments in Angola, Mr. Gambari said that in the Mission's four months of operation, it had successfully initiated activity in nearly all of the areas mandated to it. Its main areas of focus were the raising of domestic and global awareness of the humanitarian situation and the plight of more than 4 million internally displaced people, refugees, ex-combatants and their dependents, as well as organizing an international donors' conference for reconstruction.

He cited as examples the conclusion of the work of the Joint Commission, and activities initiated by the Government of Angola to promote human rights. Indeed, with the Government's concurrence, UNMA's Human Rights Division was expanding its field presence in the provinces. Its disarmament, demobilization and reintegration (DDR) component was also in place, and had provided recommendations to the Joint Commission on the social reinsertion of ex-combatants.

Mr. Gambari said that, in close consultations with the Angolan Government, he envisaged a continuing role for the technical sub-group even after the dissolution of the Joint Commission. The UNMA was coordinating, through the relevant United Nations agencies, aspects of humanitarian assistance, including resource mobilization and the provision of essential life-saving assistance, such as food and medicines.

He explained that the Joint Commission had concluded its substantive work on 20 November. With several key tasks remaining under the Lusaka Protocol, such as the provision of information by the Government and the National Union for the Total Liberation of Angola (UNITA) on the location of landmines and the disarming of civilians, both the Government and UNITA had agreed to address the medium- and long-term tasks through a bilateral mechanism, which would be established in accordance with the Final Declaration of the Joint Commission.

Continuing, he said UNMA had initiated policy-level initiatives, which had provided an integrated strategy for the United Nations activities in Angola,

thereby promoting timely feedbacks from the political level to the policy and programme implementation levels. He had also intervened with the Angolan authorities at the highest levels on behalf of some agencies, which had encountered specific problems in their operations.

The humanitarian/resident coordinator in Angola had been made a member of the United Nations delegation to the Joint Commission and had made valuable contributions to its work, especially in the discussions on the humanitarian situation, he went on. Some notable progress had included the delivery since June of food, health care, water and sanitation to more than 1 million people. Meeting the acute emergency needs required financial, material and logistical assistance from the humanitarian community.

He noted that the Consolidated Inter-Agency Appeal for 2003 had been launched on 26 November. That emergency appeal, requiring \$384 million to assist the Angolan Government, was probably the last appeal for Angola. A tentative date for a donor conference had been set in the first quarter of 2003 and would take place in Brussels. The conference should be properly prepared and the prerequisites for a successful outcome should be met. That would include an effort on the part of the Government to allay any concerns the donor community might have on the allocation and spending of national revenues.

Despite enormous progress in the peace process, however, much remained to be done by the people of Angola and the international community to further consolidate peace and enhance national reconciliation, reconstruction and development, he said. Support was needed to aid the Government in implementing the demobilization, social reinsertion and resettlement plans. Technical assistance should also be provided for the forthcoming 2004 national elections, and efforts to help address the humanitarian situation and build human rights capacity and awareness must be intensified.

Following Mr. Gambari's briefing, it was announced that Council members would move into informal consultation to continue their consideration of the situation in Angola.

The meeting began at 3:46 p.m. and adjourned at 4:06 p.m.

Background

When the Council met to consider the situation in Angola this afternoon, it had before it an interim report of the Secretary-General on the United Nations Mission in Angola (UNMA) (document S/2002/1353). It summarizes key developments in the country since his last report of 26 July, describing the Mission's activities in the political, military, human rights, child protection, humanitarian and development fields, and identifying continuing challenges to the consolidation of peace.

The Secretary-General finds that many of the challenges facing Angola are a consequence of the devastation and destruction resulting from the protracted civil war, which lasted for almost three decades. At the political level, a durable resolution of the conflict is linked to democratic legitimization and representation, which, in turn, will facilitate national reconciliation. In the economic and social fields, a durable solution requires efficient delivery of State services, the creation of economic opportunities for many marginalized citizens and the effective extension of government and public administration.

With the initiation of the Government's resettlement programme, the provision of these services is particularly critical.

Neither the Memorandum of Commitment nor the Memorandum of Understanding addressed all of the remaining tasks under the Lusaka Protocol, including the provision by the Government and the National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) of all available information relating to the location of mines and other explosives to the United Nations, the report finds. Further, the disarmament of the civilian population remains central to the overall enhancement and consolidation of peace and security. Also, full support for the promotion and protection of human rights, especially for children, is required throughout the country. There is now an opportunity, within the national reconciliation process, to address the key issues of development and

enhancement of a culture of widened democracy, inclusiveness, accountability and transparency.

The report states that, in accordance with their mandate, both components of the Mission will continue to support the comprehensive implementation of demobilization, reinsertion and resettlement programmes for ex-combatants, internally displaced people and refugees. The disarmament, demobilization and reintegration component will also continue to facilitate the coordination of the humanitarian agencies, non-governmental organizations and the Government, as well as the World Bank and other donors to this process.

There at last are real prospects for lasting peace in Angola, the Secretary-General observes. Over the last several months, the country has witnessed several major developments that will contribute to national reconciliation. Both the Angolan Government and UNITA have demonstrated the will and determination to end the suffering of the Angolan people and to work together towards restoring the security and stability necessary for sustainable development. UNITA's strategic decision to abandon the military path and transform into a unified political party has played an important role in that regard and should be commended. The Government, the United Nations system and the international community should also be commended for efforts to overcome Angola's difficult past.

Nevertheless, he continues, the challenges facing Angolans are still considerable. It is imperative, therefore, that the United Nations and the international community continue to support the Angolan people in further consolidating peace, reconstructing the country and in meeting the needs outlined recently in the consolidated inter-agency appeals process. This, in turn, must be accompanied by a strong will on the part of the Government to establish transparent and accountable governmental institutions across the board, as well as to allay any concerns its people and the donor community may have on the allocation and spending of national revenues.

Politically, the major challenges remain in the humanitarian and developmental sectors, the report states. The Mission has effectively functioned in an integrated and coordinated manner, and with the completion of the work of the Joint Commission, the Secretary-General has requested his Special Representative to return to New York, although he will be visiting Angola regularly until the expiration of the Mission's mandate. Based on further progress in the next two months, and following consultations with the Government, the Secretary-General intends to provide recommendations on the future role of the United Nations in Angola in his next report to the Council.

Juros altos dificultam actividade empresarial

Elevadas taxas de juros praticadas pelos bancos que operam no mercado angolano têm criado dificuldades ao empresariado de participar no relançamento da economia do país, visto ser incapaz de fazer o reembolso nos prazos fixados.

De acordo com o gerente do grupo empresarial Pegasus, Carlos Alberto, “fica bastante caro recorrer a empréstimos às instituições bancárias angolanas”.

Para ele, as dificuldades na aquisição de financiamentos, destinados ao progresso da actividade empresarial, constitui um factor que desencoraja quem pretende enveredar para o empresariado.

Carlos Alberto defendeu que as autoridades governamentais angolanas devam acreditar cada vez mais nos esforços e projectos dos empresários nacionais, por forma a que o país se desenvolva rapidamente.

O empresário adiantou que se o Governo não acreditar no trabalho dos empresários dificilmente existirá um crescimento equilibrado da economia do país.

Acrescentou ser fundamental a participação de todos os ramos do sector empresarial no processo de reconstrução nacional para que o país atinja o desenvolvimento sócio-económico desejado.

Em relação ao desalfandegamento de mercadorias, disse que apesar da introdução do Documento Único, para dar maior celeridade na saída de

mercadorias das instalações alfandegárias, “ainda não registamos melhorias significativas em comparação ao processo anterior”.

Para a afirmação dos empresários nacionais na SADC, disse que os empreendedores devem, primeiro, ser fortes internamente e só depois poderão partir para a conquista do mercado da região Austral.

Primeiro-ministro nomeia director de gabinete

O primeiro-ministro de Angola, Fernando da Piedade Dias dos Santos “Nandó”, nomeou ontem José Maria Varela Gomes Borges director do seu Gabinete.

Numa nota da Assessoria de Imprensa do primeiro-ministro, também é comunicado que Fernando da Piedade “Nandó” nomeou Conceição Luís Cristóvão para seu assessor para os Assuntos Regionais e Locais.

Fernando da Piedade Dias dos Santos foi nomeado a cinco deste mês pelo Presidente da República e no dia seguinte tomou posse.

Desde a independência, há 27 anos, Fernando da Piedade Dias dos Santos é o quarto primeiro-ministro de Angola e foi antecedido por França Van-Duném.

Lopo do Nascimento e Marcolino Moco ocuparam antes o cargo.

Angola retira contingente de 1500 militares do Congo-Brazzaville

Mil e quinhentos efectivos das Forças Armadas Angolanas e da Polícia de Intervenção Rápida, que durante seis anos estiveram a apoiar o processo de estabilização no Congo-Brazzaville, começaram a regressar ontem ao país.

Os ministros da Defesa de Angola e do Congo-Brazzaville presidiram, no passado domingo, o acto que marcou o fim da missão de cooperação das Forças Armadas Angolanas naquele país vizinho.

Kundi Paihama, louvou, na cerimónia, o esforço desenvolvido pelos militares e disse que “o seu regresso à Pátria é feito de cabeça erguida, na medida em que a missão confiada pela Nação foi exemplarmente cumprida”.

O tenente-general Fernando da Rosa “Peti”, comandante da missão angolana no Congo-Brazzaville, disse, por sua vez, que as tropas angolanas deixavam o país de Denis Sassou Nguesso com o sentimento do dever cumprido, tendo

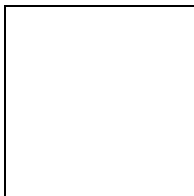
salientado que “as vitórias alcançadas nos campos de batalha permitiram demonstrar ao povo congolês e à África que as Forças Armadas Angolanas são capazes de fazer algo no contexto nacional e, também, internacional”.

Entretanto, por ocasião de mais um aniversário, a assinalar-se hoje, o ministro Kundi Paihama endereçou ontem uma mensagem de felicitações ao Exército Nacional.

No documento, o governante realça a importância deste ramo das Forças Armadas Angolanas (FAA) em todo o processo que tornou possível o normal funcionamento das instituições democráticas no país.

A nota refere, entretanto, que “os militares devem continuar a pautar-se pela elevação dos níveis de organização, disciplina e prontidão, para que em tempo útil possam cumprir com elevado sentido de missão e patriotismo as deliberações do Governo e as ordens do Presidente da República, José Eduardo dos Santos”.

Angolan allies to withdraw from Republic of Congo



Sunday, December 15, 2002 Posted: 4:30 PM EST (2130 GMT)

BRAZZAVILLE, Republic of Congo (AP) -- Defense ministers of Republic of Congo and Angola presided Sunday over a farewell ceremony for 1,500 Angolan forces deployed here since a 1997 civil war.

Troops are to start their pullout Monday, following growing opposition demands here for the withdrawal of President Denis Sassou Nguesso's Angolan allies.

"We believe that our troops have accomplished their mission at the side of their Republic of Congo brothers. Mission accomplished, we must now return to our country," Angolan Defense Minister Gen. Kundi Payama told reporters.

Angola sent a peak deployment of 2,500 troops to Republic of Congo in 1997 to help Sassou Nguesso take power amid a civil war, the last of three to brew in the oil-rich central African nation in the 1990s.

A total of 1,500 Angolan forces remain at the Republic of Congo port city of Pointe-Noire, helping defend against resurgent attacks this year by one southern-based faction in the civil war.

The first 850 troops and officers are to leave Monday, with all Angolan troops pulling out by the end of the week.

In March, Sassou Nguesso won the first presidential elections since the civil wars ended. The vote was followed two weeks later by renewed rebel attacks in the south that spurred the flight of half of the region's 200,000 people.

Source: UN OCHA Integrated Regional Information Network
Date: 12 Dec 2002

Angola: 'Terror in Cabinda', NGO report

LUANDA, 12 December (IRIN) - Human rights activists in Angola have released details of widespread allegations of human rights abuses in the northern enclave of Cabinda, where the Angolan government recently renewed its military campaign against separatist rebels in the oil-rich territory.

The report titled, 'Terror in Cabinda', contains 20 pages of testimonies of alleged abuses including summary executions, murders, disappearances, arbitrary detention, torture, rape and looting.

"One of the most noteworthy aspects of the conflict in Cabinda is the persistent violation of human rights," argues the report, published by the Ad-hoc Commission for Human Rights in Cabinda, a group of lawyers, academics and civic activists.

"This report intends to draw the attention of the government officials and army, of the guerrillas and of national and international public opinion to the urgency of bringing an end to the barbarity seen in Cabinda," the report said.

In one incident reported in November 2002, 30 villagers were said to have died during an air attack by an army helicopter. In the same month, a 16-year-old girl is said to have been gang raped by 14 soldiers.

Although the report covers alleged abuses both by the Angolan security forces and by the separatist Front for the Liberation of the Cabinda Enclave (FLEC/FAC), the overwhelming number of accusations are made against government forces.

Rafael Marques, co-ordinator and editor of the report, insisted that this did not reflect a political bias, but rather the realities of the present situation, where FLEC is on the run from a renewed government offensive.

"The military build up now is over 20,000 soldiers - one cannot compare this with a group of ragtag guerrillas who have not had any foreign military aid in ages," he told IRIN.

Many of the testimonies are from people who felt they were suspected of supporting the rebels, and consequently being victimised by the security forces. In another incident reported during November, 53-year-old farmer João Rodrigues "was brutally beaten by elements in the military police, who demanded information on guerrilla movements in the area".

"FLEC's men had ambushed an Angolan Armed Forces vehicle, and, as a result, some villagers were forced to flee. Rodrigues was found dead by his relatives three days later, in the bush near the village," the report continued.

The report also pointed a finger at the petroleum multinational Chevron Texaco, the biggest oil company operating in the enclave. It alleged that the company allowed police to interrogate a suspect on ChevronTexaco premises.

"ChevronTexaco must put an end to its complicity in allowing police interrogations in the oil compound at Malongo," the report said.

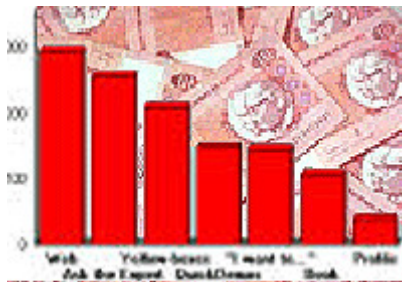
President Jose Eduardo dos Santos has in recent months voiced support for a peaceful settlement in Cabinda. The report argued that it was time for the government to cease hostilities.

"The government must adopt a position in keeping with the policy statements of President Dos Santos and other high-ranking officials of the MPLA [ruling party] to resolve the conflict in Cabinda by means of inclusive and direct dialogue," the document said.

The report called on FLEC/FAC to collaborate with the government in efforts aimed at attaining a peaceful settlement, and urged the international community to face up to its responsibilities.

"The United Nations, as mediator in the recently-ended Angolan peace process, share moral responsibility for the silence surrounding the continued war in Cabinda," the document argued.

"Countries like the United States, France, Italy and Portugal, whose multinationals operate in Cabinda, must adopt a position more respectful in terms of the lives of local populations," the report added.



[ENDS]

IRIN-SA Tel: +27 11 8

Parlamento discute OGE para

2003

16/12/2002

A Assembleia Nacional aprecia amanhã, em sessão plenária, os projectos de Orçamento Geral do Estado e do programa do Governo para o ano 2003.

A proposta do OGE para 2003, apresentado no passado dia 19 de Novembro pelo Governo, comporta receitas e despesas avaliadas em 358.888.331.816.00 (trezentos e cinquenta oito biliões,oitocentos e oitenta e oito milhões, trezentos e trinta e um mil,oitocentos e dezasseis kwanzas).



Lukamba "Gato" está em França

16/12/2002

Enquanto o líder efectua a visita privada, é anunciado que Portugal congelou, no período de vigor das sanções, 19 contas da UNITA.

O secretário geral da UNITA, Lukamba Paulo "Gato", encontra-se em França, em visita privada.

Apesar da natureza privada da sua visita, Lukamba "Gato" foi recebido, no passado dia 11, no Ministério das Relações Exteriores francês, pelo Director dos Assuntos Africanos e da Região do Índico, Gerard Crose, com quem abordou os temas mais candentes da actualidade angolana.

No dia 12, o secretário geral encontrou-se com o conselheiro para a África do Chefe de Estado Francês, Michel Boncorse.

Durante a audiência, além da troca de opiniões sobre a situação geral em Angola, Lukamba "Gato" referiu-se à necessidade de se prestar maior atenção à reinserção social dos desmobilizados e deslocados, para se garantir a estabilidade do processo de paz.

Aspectos como o aprofundamento da democracia, a necessidade permanente de concertação

política, a transparência e a boa governação, foram, igualmente, assuntos abordados no encontro.

O secretário geral da UNITA desenvolve também em França actividades que visam o relançamento das relações do seu partido ao nível internacional, na sequência do levantamento de todas as sanções contra a organização do "Galo Negro".

Por outro lado, as autoridades portuguesas congelaram 19 contas relacionadas com a UNITA enquanto as sanções contra este movimento estiveram em vigor, revela um relatório de Mecanismo de Monitorização de Sanções da ONU.

O documento indica, no entanto, que "nem o balanço de cada conta, nem a fonte dos fundos foram contudo indicados".

As contas eram individuais ou de empresas relacionadas com a UNITA, refere o documento sem dar outros pormenores.

O relatório foi entregue já depois do Conselho de Segurança ter decidido no passado dia 9 levantar todas as sanções à UNITA pelo que o seu conteúdo é, na prática, irrelevante.

O documento fornece contudo indicações claras das dificuldades que havia em levar países-membros a colaborarem inteiramente com a ONU na aplicação de sanções e deixa também interrogações sobre o cumprimento dos acordos alcançados e das medidas anteriormente decididas pela própria ONU.

(Com informações do Jornal de Angola e LUSA)

Uíge: Barragem de Luquixi vai fornecer energia em 2003

Uíge, 11/12 - A barragem hidroelétrica de Luquixi, na província do Uíge, em obras de reabilitação, poderá fornecer energia eléctrica à população a partir do primeiro trimestre de 2003.

Segundo o director provincial da Empresa Nacional de Electricidade no Uíge, Carlitos Alfredo, as obras de reabilitação do empreendimento estão em fase conclusiva, mas registou-se uma avaria na válvula dos seus equipamentos, cuja peça, a ser importada, só chegará ao país depois de aproximadamente 90 dias.

A avaria aconteceu em Novembro último durante uma experiência do material.

A fonte disse que, enquanto se aguarda pelo termo dos trabalhos, a população vai continuar a consumir energia da central térmica, com um novo gerador de mil 650 KVA, adquirido pelo governo provincial.

A barragem do Luquixi localiza-se a 25 quilómetros a Sul da cidade do Uíge.

Alfândegas vão reforçar fiscalização à entrada de mercadorias

Alfândegas reforçam fiscalização à entrada de mercadorias

Luanda, 15/12 - As entradas de mercadorias pelo aeroporto internacional 4 de Fevereiro, em Luanda, vão ser disciplinadas durante a quadra festiva, garantiu sexta-feira o director da Unidade de Modernização das Alfândegas de Angola, José Ambrósio.

Em declarações à Rádio Nacional de Angola, o responsável afirmou que a primeira acção será direccionada aos passageiros dos voos provenientes do Brasil e da África do Sul que fazem passar mercadorias em quantidades comerciais como se fossem bagagens pessoais.

"As bagagens serão retiradas das aeronaves directamente para o terminal de cargas onde funciona a nossa delegação aduaneira, sendo em seguida submetidas aos procedimentos estabelecidos", explicou.

Disse ser necessário que os portadores destas mercadorias apresentem os bilhetes de passagem e de identidade, bem como passaporte válido, uma etiqueta por cada volume de bagagem e o número de contribuinte.

O gestor referiu que por se tratar de volumes que oscilam entre 5 a 200 quilos, as Alfândegas vão proceder a cobrança dos direitos de excesso de carga com uma base de 20 dólares (cerca de mil 235 Kwanzas) por quilograma.

Os passageiros que não estiverem de acordo com os procedimentos, notou, terão a possibilidade de constituir um despachante para seguir a tramitação normal.

Maioria das empresas privatizadas está paralisada

Luanda, 13/12 - O presidente do MPLA, José Eduardo dos Santos, sublinhou hoje, em Luanda, que a privatização de empresas estatais iniciada em 1993 conduziu à paralisação da maior parte delas, por falta de suporte financeiro.

Discursando na abertura da reunião do Comité Central do seu partido, José

Eduardo dos Santos explicou que esse foi, durante o ano em curso, um dos factores impeditivos do alcance de resultados mais expressivos no domínio económico, a par da inflação e da morosidade do processo administrativo referente à preparação da decisão sobre o investimento estrangeiro.

O presidente da República explicou que a privatização conduziu a paralisação da maior parte das empresas privatizadas porque os bancos comerciais não estavam em condições de lhes garantir o suporte financeiro, por razões de conjuntura macro-económica adversa existente.

Segundo realçou, grande parte das empresas que permaneceram no sector público ainda hoje funcionam a baixo de 40 por cento da capacidade instalada.

Orientou ser necessário um conjunto combinado de medidas nos domínios fiscal , aduaneiro e do crédito e outras na área da reestruturação e gestão.

Acrescentou que as medidas "passam pelos contratos de reabilitação de gestão, pela constituição de empresas mistas ou pela privatização total, quando se justifique, por forma a melhorar a eficiência das referidas empresas, a promover as exportações e a reduzir as importações, criando empregos e aumentando a oferta interna de produtos (bens e serviços)".

"Impõe-se a necessidade de restabelecermos e ampliarmos a capacidade nacional no domínio empresarial, tanto no sector público como no privado.

A seu ver, a abertura das empresas públicas ao capital privado deve ser feita de modo gradual, para que a transição à economia de mercado não conduza à anarquia.

Quanto à inflação, o presidente do MPLA disse que ela não desceu ao nível desejado e registou-se uma desvalorização da moeda nacional de cerca de 50 por cento em seis meses e a equivalente perda do poder de compra de salários.

Esclareceu que as causas deste fenómeno foram identificadas no mês de Julho deste ano, depois de superadas as divergências de apreciação entre os técnicos do sector das finanças e do Banco Nacional de Angola.

Segundo adiantou, as medidas tomadas não foram aplicadas com celeridade e de modo coordenado nos domínios monetário e fiscal.

"A nova equipa económica tem este assunto na sua agenda e com prioridade sobre os demais" - afirmou.

José Eduardo dos Santos sublinhou que "está (equipa económica), por essa razão, a tomar providências necessárias para assegurar o cumprimento do objectivo fixado no programa do governo no sentido de fazer baixar a inflação até 30 por cento em 2003".

No seu discurso, o líder do MPLA falou também do processo administrativo extremamente moroso referente à preparação da decisão sobre o investimento estrangeiro, que leva mais ou menos oito meses, aos quais é preciso acrescentar mais três meses para a construção de uma empresa de direito angolano.

"Decorrem, desde há dois anos, estudos e discussões com vista a elaboração de uma nova lei de investimento que regule o investimento privado, seja de entidades nacionais ou estrangeira, simplifique a carga burocrática e conceda os incentivos e garantias de segurança jurídica por forma a atrair os capitais necessários ao desenvolvimento da economia nacional" - disse.

Salientou que aos grupos de trabalho recomendou-se a entrega dos projectos de lei e regulamentos no mês de Janeiro, para que os mesmos sejam aprovados ainda no primeiro trimestre de 2003.

Comité Central do MPLA convoca V Congresso do partido para Dezembro próximo

Luanda, 15/12 - O Comité Central do MPLA decidiu hoje, em Luanda, convocar o V Congresso Ordinário do partido para Dezembro de 2003.

Esta posição vem expressa no comunicado final da reunião do órgão central do MPLA, iniciada Sexta-Feira, sob orientação do seu Presidente, José Eduardo dos Santos.

Segundo o comunicado final, os membros do comité central recomendaram as estruturas competentes uma maior atenção a "problemática do reassentamento e de novos assentamentos populacionais", que pela sua delicadeza e abrangência nacional, aconselha a realização deste processo sem sobressaltos.

Para o efeito, devem ser tidos em conta uma série de pressupostos em que se destacam as condições mínimas de subsistência e reinserção social, tais como o asseguramento da desminagem, água potável, infra-estruturas sociais, instrumentos de produção e vias de comunicação.

Recomendou o engajamento total dos seus militantes, simpatizantes e amigos e muito particularmente as suas organizações sociais, a OMA e a JMPLA, na materialização de todos os programas e acções que visem dar combate ao flagelo do SIDA, incutindo nas populações, através de acções de informação, o acatamento das instruções preventivas sobre esta enfermidade.

O Comité Central rigozizou-se pelos êxitos alcançados pela diplomacia angolana, consubstanciados na assumpção por Angola da Presidência da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e pela eleição a membro não Permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Neste sentido, recomendou o desenvolvimento de acções que permitam o

mandato de Angola nas duas organizações seja coroado de pleno êxito e contribua para o aumento de prestígio do país e das suas instituições.

Elegeu dois novos membros do seu Bureau Político, designadamente, António Diogo Mariano e Osvaldo de Jesus Serra Van-dunem para os lugares de Álvaro Manuel de Boavida Neto e Samuel Daniel, por terem deixado de exercer as funções que determinaram a sua escolha para o mesmo.

MPLA congratula-se com desempenho do Governo

Luanda, 16/12 - Os participantes a VII sessão ordinária do Comité Central (CC) do MPLA manifestaram sábado, em Luanda, a sua satisfação pelo desempenho do Governo angolano no que concerne a condução a estabilização do país.

O sentimento dos membros do CC do MPLA consta do comunicado aprovado no final da reunião que decorreu sexta-feira e sábado, sob a orientação do seu presidente, José Eduardo dos Santos, para avaliação da situação geral do país e a vida interna do Partido.

O encontro congratulou-se com a normalização da administração do Estado em todo o território nacional e recomendou a aceleração do processo de assentamento e reassentamento da população e reintegração social digna a todos os ex-militares que estiveram envolvidos no conflito.

Relativamente a situação de instabilidade ainda reinante na província de

Cabinda, a reunião decidiu adoptar a perspectiva apontada pelo presidente Eduardo dos Santos, na abertura da sessão, que orienta a elaboração e implementação de um programa coerente que assegure a estabilidade daquela região, tendo em conta a necessidade de se garantir a paz efectiva e a reconciliação nacional em todo o país.

Por outro lado, os participantes ao encontro congratularam-se com o regresso ao país dos efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), uma vez que estão removidas as razões que determinaram a sua presença nas Repúblicas Democrática do Congo e do Congo Brazzaville.

Quanto a vida interna do MPLA, a reunião aprovou a informação do seu Bureau Político que contém as principais acções desenvolvidas desde a última sessão do CC, sobretudo a avaliação da materialização das orientações contidas na Agenda Estratégica do partido.

Neste sentido, o CC foi informado sobre os desenvolvimentos a volta da elaboração da futura Lei Constitucional, bem como os entendimentos alcançados com a UNITA no sentido de se viabilizar a conclusão do projecto de Constituição para ser submetido a apreciação da sociedade antes da sua aprovação final pela Assembleia Constituinte.

Foram igualmente apreciados e aprovados o relatório da Comissão de Disciplina e Auditoria, bem como o projecto do orçamento do Partido para o ano de 2003.

O encontro apreciou também as Bases Gerais do Regulamento Eleitoral do MPLA, tendo-as aprovado e recomendado ao Bureau Político para a elaboração do projecto do Regulamento Eleitoral a fim de ser submetido a apreciação e aprovação na próxima sessão do CC.

A reunião recomendou as estruturas e militantes do MPLA no sentido de serem

capazes de expôr ao povo a justeza dos objectivos que este Partido político persegue nesta etapa decisiva da história de Angola.

PR nomeia governadores do Namibe e Kwanza-Sul

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, nomeou ontem Álvaro Manuel de Boavida Neto e Serafim Maria do Prado governadores das províncias do Namibe e Kwanza-Sul, respectivamente.

UNITA diz que não traiu ninguém

O secretário da UNITA para a Informação, Marcial Dachala, pediu ontem “calma e serenidade” aos parceiros da oposição parlamentar e negou que o seu partido tenha traído quem quer que seja ao rubricar, na semana passada, com o MPLA, o memorando de entendimento sobre questões pendentes da futura Constituição.

“A UNITA simplesmente entende que o país precisa caminhar para o desenvolvimento, não se pode querer que a Nação continue estagnada. Contrariamente ao que se diz, o nosso partido não usou nem traiu seus parceiros da oposição, é necessário somente mais serenidade e coerência dos nossos confrades”, disse Dachala em declarações ao programa “Manhã Informativa” da Rádio Nacional de Angola.

Segundo Marcial Dachala, o seu partido defende tão só uma posição que permita à Nação sair da relativa inércia sócio-política e criar as condições para o desenvolvimento, refutando, por isso, as acusações de traição que lhe foram dirigidas por outros partidos da oposição parlamentar durante uma conferência de imprensa realizada quarta-feira em Luanda.

Para o dirigente da UNITA, antes das discussões com o MPLA, a sua formação política teve o cuidado de auscultar os outros partidos da oposição, a quem esclareceu sobre os projectos para o futuro, face à realidade sócio-política do país.

Dachala admitiu, porém, que no decurso da auscultação não deixou de haver algumas discordâncias entre eles em determinados assuntos, que, no entanto, não indicou.

“O que a UNITA acordou com o MPLA é a súmula de tudo quanto foi discutido com os outros partidos da oposição e no seu Comité Permanente, em prol do interesse nacional”, sublinhou.

Assegurou também que não existe qualquer intenção da UNITA e do MPLA em monopolizar a liderança da Nação.

“Vai gerir o país o partido que tiver maior capacidade política e democrática atribuída pelo povo, que é quem afinal detém o poder eleitoral”, rematou.

Jaka Jamba, deputado da UNITA e vice-presidente do Parlamento, desafiou, por sua vez, os restantes partidos a apresentarem propostas.

Em declarações à RDP África, Jaka Jamba justificou-se ainda afirmando que depois da guerra há que saber reconstruir o país, declarando não ter sido uma negociação fácil esta que culminou com o memorando de entendimento, embora, como sublinhou, a era actual não seja para extremismos, pelo que “há que saber fazer cedências para chegar mais perto do que cada partido pretende”.

O MPLA e a UNITA assinaram na passada semana um memorando de entendimento sobre as questões pendentes na elaboração da futura Lei Constitucional, em que os dois partidos chegaram a consenso de que na futura Constituição o Presidente da República será o chefe do Governo, e que os governadores provinciais se-rão nomeados pelo Chefe de Estado sob proposta do partido que mais votos venha a obter em determinada província.

Outra concordância havida tem a ver com a existência de apenas uma câmara na Assembleia Nacional, sendo criado mais um órgão a definir que representaria o poder local e as autoridades tradicionais.

A oposição parlamentar, que promete continuar a bater-se pelo semi-presidencialismo com pendor parlamentar, enfureceu-se com o facto, acusando o MPLA e a UNITA de continuarem a bipolarizar o cenário político nacional.

Mais de 1 milhão de deslocados regressa a casa

Mais de 1 milhão de pessoas já regressou às suas áreas de origem, quer espontaneamente, quer por via de acções organizadas pelas autoridades angolanas, revelou o ministro da Reinserção Social, João Baptista Kussumua. O ministro indicou, entretanto, que há ainda cerca de 3 milhões de deslocados em campos e centros de trânsito. Aquele governante afirmou, por outro lado, que a situação humanitária em Angola melhorou consideravelmente desde Abril último.

O ministro Kussumua, que se reuniu com a Missão da ONU em Angola, organizações não governamentais angolanas e estrangeiras e com o corpo diplomático, apelou às igrejas, associações, partidos e líderes políticos, para sensibilizarem as populações a regressarem às suas zonas de origem.

João Baptista Kussumua estima para este ano o repatriamento espontâneo de mais de 80 mil refugiados angolanos localizados em países vizinhos.

Para o êxito da operação, o ministro assegura que o Governo aprovou o Programa de Repatriamento e Reintegração dos Refugiados Angolanos, que define a estratégia do repatriamento organizado de cerca de 400 mil refugiados baseados em países vizinhos, durante o biénio 2003/2004.

O Governo e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) já celebraram acordos para regulamentar o referido processo, que deverá ter início em meados do próximo ano.

Em relação ao perigo das minas no país, Kussumua disse que atenção especial deve ser prestada, sobretudo, às províncias do Bié, Huambo, Kuando-Kubango, Uíje, Kwanza-Sul e Malanje.

Kussumua garantiu, contudo, que nos próximos dias haverá uma reunião com o Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas e a Comissão Nacional sobre a Desminagem para se combinarem esforços que permitam o acompanhamento do regresso das populações às suas áreas de origem, e se evitarem acidentes com engenhos explosivos.

A reunião de ontem permitiu ao Governo, às Nações Unidas, Ong's nacionais e estrangeiras, corpo diplomático, a troca de opiniões sobre a situação humanitária em Angola, e de informações detalhadas sobre os resultados do Apelo Consolidado de 2002.

Por seu turno, o chefe adjunto da Missão das Nações Unidas em Angola, Erick

de Mul manifestou-se preocupado com a situação alimentar nas áreas de acolhimento.

Ele chamou ainda a atenção para a possibilidade de a época chuvosa vir a contribuir “substancialmente” para o aumento do risco de ocorrência de acidentes com minas.

Dino Matross nega que seu partido esteja em campanha

O secretário do MPLA para a Organização, Julião Mateus Paulo “Dino Matross”, negou recentemente, em Kalandula, cerca de 85 quilómetros da cidade de Malanje, terem fins eleitoralistas as deslocações ao interior do país de dirigentes do seu partido.

Várias figuras ligadas à oposição têm feito pronunciamentos segundo os quais os responsáveis do MPLA se deslocam às províncias já com objectivos eleitorais.

“Dino Matrosse” explicou que o trabalho dos políticos do MPLA no interior do país é apenas uma actividade normal que sempre se desenvolveu, mesmo na altura da guerra.

O dirigente do partido no poder em Angola garantiu, todavia, que o MPLA continua a trabalhar para ganhar as próximas eleições, cuja data ainda não foi oficialmente marcada.

021212Partidos da oposição parlamentar dizem-se traídos

Por alegadamente terem sido postos de parte, os partidos da oposição parlamentar representados na Comissão Constitucional denunciaram ontem, em conferência de imprensa, o memorando de entendimento sobre questões pendentes da futura Constituição rubricado na semana passada pelo MPLA e pela UNITA.

Numa posição conjunta tornada pública ontem, o PRS, FNLA, PLD, PAJOCA,

PDP-ANA, AD-Coligação e PSD manifestaram a sua oposição e consideraram mesmo uma traição o acordo concluído entre os dois partidos maioritários no que se refere à chefia do Governo atribuída ao Presidente da República, e reafirmaram a sua opção pelo semi-presidencialismo com pendor parlamentar. Eles anunciaram que continuarão a defender a sua posição na Comissão Constitucional de que o primeiro-ministro, indicado pelo partido com a maioria parlamentar, seja de facto o chefe do Governo.

“Reafirmamos a nossa prontidão de continuarmos a defender uma Constituição não conflituosa na relação entre os órgãos do poder político, e na participação efectiva das colectividades territoriais”, dizia a declaração, lida por Lindo Bernardo Tito, do PRS.

Aquele grupo de partidos entende que a interdependência dos poderes públicos e a realização autónoma das colectividades territoriais darão ao país uma melhor solidariedade institucional, uma maior eficácia e estabilidade dos órgãos do poder político e um maior controlo dos actos do aparelho administrativo.

“A futura Constituição angolana não deve servir como instrumento político que visa acomodar interesses individuais e partidários, mas sim um catálogo de regras que exija aos homens coabitação político-social, com vista a realização colectiva do bem-estar de todos”, dizia ainda a declaração.

Estiveram presentes na conferência de imprensa Lindo Bernardo Tito, pelo PRS, Benjamim da Silva, pela FNLA, Anália de Victória Pereira, do PLD, Mfulumpinga Landu Victor, do PDP-ANA, e Alexandre Sebastião André, do PAJOCA.

A Comissão Constitucional foi criada em 1998 para elaborar o ante-projecto da futura Constituição, tendo já aprovado os princípios fundamentais. Redigiu igualmente mais de 130 artigos, mas existiam divergências entre o MPLA e os outros partidos quanto ao sistema de Governo, o que levou os trabalhos da referida comissão num impasse. O MPLA defende a manutenção, na futura Constituição, do actual sistema de Governo, definindo claramente as funções do Presidente da República como Chefe do Governo.

Delegações do Bureau Político do MPLA e do Comité Permanente da UNITA acordaram a semana passada que na futura Constituição o Presidente da República será o chefe do Governo, e que os governadores provinciais serão

nomeados pelo PR, sob proposta dos partidos que obtiverem a maioria nessas províncias.

Fonseca Bengui

“Camaradas” reúnem Comité Central

O Comité Central do MPLA estará reunido a partir de amanhã para, durante dois dias, analisar a documentação relacionada com a preparação do V Congresso do partido, que, em princípio, terá lugar em Dezembro do próximo ano.

Durante o encontro – VII sessão ordinária do Comité Central –, os participantes serão informados sobre as actividades desenvolvidas pelo Bureau Político, desde a sua última reunião, e analisarão o relatório da Comissão de Auditoria e Disciplina.

É dado adquirido que o V Congresso ordinário do maior partido no Parlamento angolano será convocado nesta reunião, que deverá igualmente analisar as bases para a elaboração do regulamento eleitoral do MPLA.

A VII sessão ordinária do Comité Central do MPLA, refira-se, teve como antecâmara uma reunião entre os membros do Comité Central do partido residentes em Luanda.

A referida reunião, realizada ontem no edifício-sede dos “camaradas”, teve como pano de fundo a análise da documentação a ser apresentada à VII sessão ordinária do Comité Central do MPLA, de acordo com o segundo secretário provincial de Luanda do partido, Fernando Domingos Manuel.

“Já é costume serem feitas reuniões preliminares, que antecedem as reuniões plenárias do Comité Central, com vista a fazerem-se reflexões sobre os pontos a serem tratados e desta forma facilitar a discussão dos documentos a serem submetidos à reunião”, frisou.

Britânico suicida-se no off shore de Cabinda

David Gordow, cidadão de nacionalidade britânica, que prestava serviço na sonda petrolífera Sedneth no off-shore (mar) da concessão marítima de Cabinda, suicidou-se no seu local de trabalho, apurou o Jornal de Angola de fonte policial.

Segundo o comando provincial da Polícia Nacional em Cabinda, até ao momento são desconhecidas as razões que levaram David Gordow a praticar tal acção, bem como as circunstâncias em que ocorreu o suicídio.

Kwata Kanawa: José Eduardo dos Santos é candidato natural do MPLA

Luanda, 12/12 - O secretário do MPLA para a informação, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", declarou quarta-feira em Luanda que enquanto não houver uma decisão contrária, este partido continuará a ter José Eduardo dos Santos como seu candidato natural às próximas eleições.

"Enquanto não houver uma decisão contrária quer seja do Comité Central (CC) quer do Presidente da República, nós o MPLA continuamos a ter o camarada José Eduardo dos Santos como nosso candidato natural" - disse Kwata Kanawa em conferência de imprensa.

Segundo o dirigente, depois do anúncio feito pelo Presidente José Eduardo dos Santos de não mais se candidatar às próximas eleições, a direcção do MPLA começou a receber manifestações de vários cidadãos, solicitando a continuidade do estadista.

Kwata Kanawa reiterou o ponto de vista, segundo o qual para a estabilidade de Angola e a transmissão da confiança aos cidadãos e à comunidade internacional, será importante que o Presidente da República aceite consentir mais alguns sacrifícios para que o país possa viver uma situação normal.

Sublinhou que a questão da sucessão do Presidente da República não consta

do programa da VII sessão ordinária do Comité Central (CC) do MPLA, a realizar-se sexta-feira e sábado, em Luanda, adiantando, porém, que este assunto será analisado pelas estruturas superiores do partido logo que o grupo terminar a reflexão sobre o assunto.

Kwata Kanawa esclareceu que os participantes no encontro serão informados sobre o processo de paz, perspectivas e sua evolução, avaliação do trabalho desenvolvido desde a última sessão do CC realizada em Maio deste ano e traçar novas acções.

O V congresso ordinário do maior partido no Parlamento angolano, previsto para Dezembro de 2003, será convocado nesta reunião, que deverá igualmente analisar as bases para a elaboração do regulamento eleitoral do MPLA, entre outras questões de carácter interno.

Dissolution de la commission mixte pouvoir-UNITA chargée de la paix

LUANDA, 21 nov (AFP) - La commission mixte entre le gouvernement angolais et l'ex-rébellion de l'Union nationale pour l'indépendance totale de l'Angola (UNITA), chargée de vérifier l'application de la paix retrouvée, a été dissoute, a constaté jeudi un journaliste de l'AFP.

"Le gouvernement et l'UNITA s'engagent à ne plus avoir recours aux armes", ont déclaré les représentants des deux anciens belligérants en procédant à la dissolution de cette commission.

L'armée angolaise et l'UNITA ont signé le 4 avril un accord de cessez-le-feu qui a mis fin à 27 ans de guerre civile.

Cet accord prévoyait également l'application des clauses d'un précédent accord de paix signé à Lusaka le 20 novembre 1994, resté lettre morte.

Selon la déclaration décrétant la fin de la commission mixte, les deux camps estiment que les clauses militaires de l'accord de paix de Lusaka ont été mises en oeuvre, en particulier le désarmement de l'ex-rébellion et la démobilisation de quelque 80.000 de ses soldats.

Ces ex-rebelles ont été démobilisés après la signature du cessez-le-feu et doivent être réintégrés dans la vie civile.

Dans l'attente d'une formation professionnelle qui tarde à venir, ils vivent toujours dans des conditions précaires dans des camps avec leurs familles, installés dans l'ensemble du territoire.

Le gouvernement angolais s'est engagé dans un document rendu public à l'occasion de la dissolution de la commission mixte "à des compromis concernant la réinsertion des (ex-rebelles) démobilisés". "Il reste encore beaucoup à faire", reconnaît le texte.

"Il est clair que la réconciliation nationale ne se limite pas à la mise en oeuvre du protocole de paix de Lusaka", ajoute ce document qui souligne l'importance de la récupération des armes qui se trouvent encore entre les mains de civils.

Le document du gouvernement note que le pays "a commencé à retrouver la normalité dans le fonctionnement des institutions, en particulier la remise en route de l'administration d'Etat (dans les localités affectées par la guerre) et de la libre circulation des personnes et des marchandises".

La semaine dernière, le président angolais José-Eduardo dos Santos a nommé six ambassadeurs, trois gouverneurs et quatre vice-gouverneurs de provinces issus de l'UNITA, conformément à l'accord de Lusaka.

Le gouvernement présente son premier budget d'après-guerre

LUANDA, 19 nov (AFP) - Le gouvernement angolais a présenté mardi au Parlement son budget s'élevant à 5,6 milliards de dollars pour 2003, le premier adopté depuis le retour à la paix en avril, a constaté un journaliste de l'AFP.

Le rétablissement de la paix "a permis au gouvernement de se concentrer sur les secteurs sociaux", a déclaré le ministre de Finances, Julio Bessa, en présentant le budget, où ne figurent pas les dépenses militaires.

La fonction publique occupe le premier poste de ce budget, avec 77,50% des dépenses. Viennent ensuite l'éducation (6,73%) et l'agriculture (6,26%). Seuls 1,33% sont consacrés à l'assistance sociale et 0,79% à la santé.

L'économie angolaise est encore "fortement dépendante du pétrole", qui représente quelque 90 % des exportations du pays, soit 80 % de ses recettes fiscales, a souligné M. Bessa.

Le gouvernement espère que les secteurs non pétroliers pourront enregistrer une croissance de quelque 9 % en 2003.

Le secteur pétrolier connaîtra pour sa part une croissance d'environ 25% en 2003, a encore estimé le ministre.

Luanda ganha hotel com 100 quartos e 13 suítes

O grupo empresarial "Africampos" investiu 3 milhões e 200 mil dólares para a construção da unidade hoteleira "Park Hotel", inaugurado segunda-feira, em Luanda, no município do Sambizanga.

O complexo hoteleiro comporta, nomeadamente, 100 quartos, 13 suítes, providos de ar condicionado, telefone, rádio e tv satélite, assim como frigo bar complementado por room service.

O empreendimento, cujo início teve lugar em Setembro de 1998, dispõe, igualmente, de um serviço de esplanada, restaurante, bar, sala de conferências, parque privativo e um terraço para cocktails e outros eventos.

De acordo com o administrador geral, Adão Campos Congo, o "Park Hotel" foi criado com o objectivo de valorizar a classe hoteleira e turística e, concomitantemente, para o aumento do mercado de emprego.

Para o vice-governador de Luanda, Herculano do Nascimento, o Park Hotel será, em função da paz que se vislumbra no país, um local aprazível para os turistas que vão afluir nos próximos tempos ao país, incentivando a classe empresarial de Luanda a prosseguir com iniciativas do género.

Ja021211 **BNA afinará gestão do sistema monetário**

O reforço do papel do BNA enquanto gerenciador do sistema financeiro e monetário angolano é uma das metas traçadas pelo recém nomeado governador do Banco Central, Amadeu Maurício.

Apresentado formalmente ontem, Amadeu Maurício afirmou ser necessária muita dedicação para a transformação efectiva do Banco Nacional de Angola, num verdadeiro banco central.

“Existem muitos desafios a serem enfrentados. Todo o empenho é crucial para o progresso das actividades desempenhadas pelo Banco Nacional”, disse o governador.

Por seu turno, o governador cessante, Aguinaldo Jaime, a quem coube fazer a apresentação do seu sucessor, disse que o BNA precisava ter “políticas fortes e credíveis, sendo ele o promotor da política monetária” do país.

Amadeu Maurício, que já funcionou no Banco Nacional de Angola como membro do conselho de administração, era vice-ministro do Planeamento.

Recorde-se que recentemente o Banco Nacional de Angola (BNA) desencadeou actividades que visavam disciplinar o mercado monetário e cambial do país.

Segundo uma nota de imprensa daquele órgão, divulgada na véspera da remodelação governamental, a intenção do BNA era que o ano de 2003 fosse marcado por um maior rigor e exigência por parte dos operadores do sistema financeiro e pela criação de condições ideais para uma progressiva valorização da moeda nacional.

O BNA pretendia, assim, discutir com os demais bancos questões que afectam o funcionamento dos mercados monetário e cambial, tendo em vista o seu desenvolvimento equilibrado.

Ainda de acordo com a nota, o BNA iria inteirar-se da orientação estratégica de cada banco e dos novos produtos e serviços financeiros em carteira.

O Banco Central pretendia igualmente certificar-se da adequação da actividade dos bancos às normas legais e regulamentares em vigor e dos mecanismos internos de controlo de cada banco por forma a prevenir “riscos operacionais”, de crédito e de mercado.

Além disso, era intenção do órgão reitor da política monetária nacional em actuar “mais resolutamente no sentido de diminuir as fontes de desequilíbrios competitivo entre os bancos”.

Ja021211Angola vai repatriar 190 mil refugiados na RDC

Um acordo tripartido para o repatriamento de 190 mil refugiados angolanos concentrados no Congo Democrático foi hoje, assinado, em Kinshasa.

De acordo com uma nota da Embaixada de Angola no Congo Democrático, a que a Angop teve acesso, rubricaram o documento o ministro do Interior do Congo Democrático, Bemba Fundu, o embaixador de Angola naquele país, Mawete João Baptista, em representação do ministro da Assistência e Reinserção Social, e coordenador de repatriamento do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Kallu Kalumya.

Na sua intervenção, os signatários enalteceram o significado do valor da paz vivida em Angola, que marca o fim do sofrimento da população, reconciliação das famílias e o repovoamento das aldeias e das regiões que vão acolher os seus naturais.

As partes focaram os laços históricos, grau de humanismo e solidariedade demonstrados pelas populações congolesas em prol dos refugiados angolanos, durante mais de 20 anos.

O embaixador angolano agradeceu às autoridades congolesas, em nome do Presidente José Eduardo dos Santos, do Governo e do povo angolano, pelo apoio prestado por estas aos seus concidadãos e solicitou ao Acnur a manutenção do apoio material e técnico, além de um permanente acompanhamento daquelas pessoas até ao seu local de destino.

O programa em discussão requer um apoio financeiro da comunidade internacional, avaliado em 35 milhões de dólares norte-americanos.

A cerimónia de assinatura foi assistida por dezenas de ministros congolese, corpo diplomático acreditado em Kinshasa, funcionários do sistema das Nações Unidas e jornalistas.

Hoje (quarta-feira), a delegação angolana vai deslocar-se ao Congo Brazza-ville para proceder à assinatura de um outro acordo de repatriamento com as autoridades locais.

MPLA defende realização de eleições seguras e transparentes

Luanda, 11/12 - A necessidade de se realizarem em Angola eleições de forma célere, segura e transparente foi expressa pelo Partido no poder MPLA numa declaração tornada pública, a propósito do seu 46º aniversário, que se assinalou terça-feira (dia 10).

Na missiva, o MPLA compromete-se abalhar "afincadamente" na preparação e criação de condições para que o país volte a realizar eleições gerais que legitimem o exercício do poder político.

"Esse exercício deve ser feito de forma a que o povo possa ter uma palavra a dizer na definição dos rumos do desenvolvimento de Angola" - refere-se na declaração do Bureau Político do MPLA que pretende incutir confiança, não apenas aos actores políticos, mas sobretudo ao povo que é afinal o detentor da soberania.

Mais importante do que isso, é indispensável caminharmos seguros e solidários com o fito de transformarmos as próximas eleições numa verdadeira festa em que todo o povo sinta o desejo e prazer de participar e não uma batalha para acentuar divisões e levantar os fantasmas do passado.

O Bureau Político do maior partido de Angola manifesta o desejo de que, uma vez conquistada a paz, o próximo ano possa ser muito melhor para todo o povo angolano.

Com o alcance da paz, o MPLA considera estarem criadas as condições para poder, finalmente, implementar, sem grandes constrangimentos, o seu programa e governar em paz, dedicando-se à resolução dos problemas do povo.

O MPLA vai ainda dedicar uma atenção muito particular ao aperfeiçoamento da organização e funcionamento das instituições democráticas, criando condições necessárias para que estas possam desenvolver toda a sua acção em prol dos interesses dos cidadãos e fortalecimento da democracia.

Procurará ajudar o combate às práticas que visem minar a confiança e o respeito do povo e das suas instituições, assim como assumir as suas responsabilidades no desenvolvimento das tarefas da reconstrução de Angola, orientando e apoiando de forma decisiva o Governo e demais instituições públicas e privadas.

Estas acções do MPLA, refere-se na declaração, visa ajudar a que de forma rápida e segura o país possa vencer os principais flagelos criados e herdados do conflito armado, como a fome e a miséria.

O MPLA continuará a mobilizar os cidadãos para que participem de forma activa e responsável na reconstrução do país e na criação de condições para "caminharmos rumo ao desenvolvimento", permitindo assim que o povo tenha

uma palavra a dizer na definição dos rumos do desenvolvimento de Angola.

Ciente dos objectivos que nortearam a criação do MPLA e na qualidade de principal responsável pela constituição da Nação, instituição de um regime democrático e conquista da paz, este Partido continuará a assumir com seriedade, determinação e confiança o desafio da reconciliação de todos os angolanos, independentemente da sua condição social, raça, género e opção política ou credo religioso - lê-se.

Fundado a 46 anos, o "MPLA partilha os grandes êxitos alcançados ao longo dos anos com todo o povo angolano, de Cabinda ao Cunene e de Benguela ao Cazombo".

Desde a sua fundação, o MPLA guindou-se como uma força fundamental na luta pela liberdade e emancipação do todo o povo angolano, e como movimento aglutinador soube sempre integrar nos patriotas de todos os matizes e proveniências com o propósito de levar avante a materialização dos seus programas.

O MPLA considera que "pode orgulhar-se" perante o povo angolano e o mundo de ter sabido manter e preservar os seus princípios e defender com coerência e determinação os ideais pelos quais foi constituído.

O MPLA foi fundado a "10 de Dezembro" de 1956 e assinala, exactamente hoje, 46 anos de existência.

Unita Against Extinction of Joint Commission

[Angola Press Agency](#) (Luanda)

November 19, 2002

Posted to the web November 20, 2002

Luanda

Angola's main opposition (UNITA) party on Tuesday expressed its disagreement with regard to the extinction of the Joint Commission (JC) scheduled for November 21, considering that the relevant tasks of the peace process are not yet concluded.

This position is contained in a communique delivered to press before the start of the last meeting of the JC, the organ in charge of monitoring the remaining issues under the Lusaka Peace Protocol.

UNITA says it would agree with the JC extinction as long as the sanctions imposed against the party, particularly the economic and financial ones are lifted.

The extinction of the JC is one of the issues which may have been discussed by the UN Secretary-General Representative to Angola, Ibrahim Gambari, in New York, where he made various contacts for that matter.

The Joint Commission announced on November 08, during its seventh meeting that the organism would end its activities in November 21, 2002.

At that time, the Government and Unita had agreed to work out a mechanism of continuity for the resolution of remaining matters under the Protocol.

The JC will meet on Tuesday to analyse issues linked to its last activities related to the humanitarian situation, the programme of social reinsertion of former Unita and Government soldiers and other matters.

Wednesday, 20 November, 2002, 01:07 GMT

Unita denies Angola diamonds claim

In Angola, the former rebel movement Unita has reacted angrily to a United Nations report accusing it of retaining unknown quantities of weapons and illicit diamonds.

During the final years of the civil war in Angola, Unita relied on diamond sales to fund its military activities.

The UN imposed sanctions against this trade, but the report admits that the illegal trade nevertheless continued right up until the end of the war. Certain sanctions remain in place against Unita's leaders, who are now hinting that they want to delay the finalisation of the peace accord, which is scheduled for later this week.

Ever since the Angolan Government and the Unita rebels signed a peace accord in April this year, both sides have sounded up-beat about the progress in implementing that agreement.

Accusations

A report by the sanctions monitoring committee of the United Nations Security Council paints a less cheerful picture.

The document was released last month, but only recently made public in Angola. The UN sanctions monitoring mechanism was set up to try and halt the flow of cash and arms to Unita during the last years of the war, when the rebels' military campaign was funded largely by diamond sales.

Now, more than six months after the cease-fire, the committee reports that Unita is still in possession of what it calls stashes of illicit diamonds.

It says that some key Unita figures who were involved in the diamond trade have not yet committed themselves to the peace process in Angola.

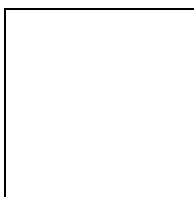
The UN document argues that sanctions against Unita were generally successful, but it says that the criminal networks which played an essential role in sustaining the war still exist.

It points to Congo-Brazzaville and to rebel-held areas of the Democratic Republic of Congo as being the main conduits for diamonds leaving Angola illegally in recent years.

The report also notes that considerable quantities of arms held by Unita remain unaccounted for - even though Angolan Government officials had earlier expressed satisfaction that Unita had been disarmed.

'Counterproductive'

A statement from Unita's political committee has condemned the report as false, and challenged the UN to present the data on which it is based.



This report is... counterproductive to the efforts which the Angolan Government and Unita have been making towards creating a climate of trust and co-operation

Unita's political commission

The report came to light not long after Unita nominees had been appointed to certain government positions, in fulfilment of the peace accord.

The Joint Commission - the body chaired by the UN which is overseeing that peace accord - was preparing to disband on Thursday.

Yet sanctions remain in force against Unita's leaders, who now appear worried that the UN report will further delay the lifting of those sanctions.

Unita now says that the Joint Commission cannot disband until all sanctions are lifted.

But one UN source in Luanda said that since Unita had previously agreed to the Thursday deadline, it was unlikely that this would be reversed.

The World' largest FPSO set to work Maritimepress / 2002-11-20

News :

Hyundai Heavy Industries' Offshore & Engineering Division held a ground-breaking ceremony on November 18, for the world's largest FPSO, Kizomba.

In attendance were Brian Bores, project manager of Exxon Mobile, Lee Suk-chul, executive managing director of Shipbuilding Division, Kang Chang-joon, director of Offshore & Engineering Division and construction-related officials.

Kizomba FPSO was ordered by Exxon Mobile of the U.S. last August. This 343,000ton very large FPSO is 285m long, 63m wide, 32m high and is capable of storing 2.2 million barrels of crude oil and producing 250,000 barrels a day.

The production of the FPSO will be completed two months ahead of schedule in late Oct of year 2003 and it will set sail for construction site 370km west of Angola and Rwanda.

LE MONDE | 20.11.02 | 11h09

Le volet suisse de l'enquête sur l'affaire Falcone pourrait être menacé

Il exécute par ailleurs au profit des deux magistrats parisiens une série de commissions rogatoires portant sur les mêmes comptes. Depuis le début de l'affaire, les avocats de M. Falcone, qui ont multiplié les recours, dénoncent " *l'imbrication malsaine des deux procédures*", qui attenterait aux droits de la défense.

Ils estiment avoir, de ce point de vue, remporté une importante victoire le 31 octobre, lorsque la chambre d'accusation de Genève a admis un recours qu'ils avaient introduit. Les avocats de l'homme d'affaires français demandaient l'annulation d'une ordonnance du juge Devaud, qui avait transmis aux juges parisiens l'intégralité de la documentation bancaire relative aux comptes d'Abalone et Real Trade Limited, deux sociétés intervenues à l'occasion du règlement, entre 1996 et 2000, de la dette de l'Angola à la Russie – 5 milliards de dollars réduits à 1,5 milliard à la suite d'un accord entre les deux pays. Ce dossier aurait donné lieu à des détournements de fonds évalués à 614 millions de dollars. Le magistrat suisse soupçonne Pierre Falcone, qu'il a inculpé le

23 avril pour " *blanchiment d'argent*", " *soutien à une organisation criminelle*" et " *corruption d'agents publics étrangers*", et son associé Arcadi Gaydamak, d'avoir détourné une partie de ces sommes (*Le Monde* du 24 mai). Dans son arrêt, la chambre d'accusation critique la transmission des documents à la justice française, invoquant " *un risque de confusion*". " *Dans le cas d'espèce, on ne sait pas dans quelle mesure les pièces devant être transmises concernent les procédures menées en France par rapport à celles menées en Suisse*", ajoute l'arrêt, qui a toutefois fait l'objet le 18 novembre d'un appel de l'office fédéral – la chancellerie suisse.

"TRANSMISSION SAUVAGE"

Selon Me Yves Lévy, qui défend M. Falcone, cet arrêt confirmerait " *l'existence de dysfonctionnements graves qui se sont notamment traduits par la transmission sauvage de documents entre les juges français et suisse*". Me Lévy, dont la requête visant à faire annuler une mise en examen de M. Falcone doit être examinée vendredi 22 novembre par la chambre de l'instruction, entend évoquer à cette occasion les conséquences de l'arrêt de la justice genevoise sur la procédure française. L'avocat compte également établir, documents à l'appui, que son client, mandaté par l'Etat angolais, bénéficie d'une " *immunité diplomatique et fonctionnelle*".

Fabrice Lhomme

- ARTICLE PARU DANS L'EDITION DU 21.11.02

UNITA Never Possessed Fighter Jets, Helicopters Says Group's Leader

Alex Belida

Pentagon

21 Nov 2002, 17:44 UTC

The leader of Angola's former rebel group, UNITA, says reports the group once possessed fighter jets and helicopters were a disinformation ploy by the rebels.

UNITA Secretary-General Paulo Lukamba Gato says the rebels never had fighters or helicopters, just a desire to mislead government forces.

In a VOA interview in Luanda, Mr. Gato says the aircraft claims were a ruse. He says UNITA was playing what he characterizes as a mind game with the Angolan government.

He adds, "let us not forget that it was said during the war. That was the context."

Several news organizations, including the Voice of America, cited independent security sources as saying more than three years ago that the well-armed rebels, then fighting a civil war, had acquired six MIG-23 jet fighters, allegedly from suppliers in Ukraine.

There were also news reports alleging UNITA had obtained several MI-25 Hind Helicopters.

The security sources who told reporters about the aircraft had contacts with UNITA, but claimed to have independent knowledge of the jets and helicopters. One VOA source even cited an eyewitness who purportedly had seen the aircraft in rebel-held territory.

But there were never any confirmed reports of such aircraft being used during the war, which ended earlier this year after government troops killed rebel leader Jonas Savimbi.

UNITA's denial that it ever had combat aircraft follows the recent release of a report by the U.N. Angola-sanctions monitoring committee that deals with the rebels' weapons stockpiles. It credits the military wing of UNITA with turning over what are described as "huge quantities of weapons to the government" as part of a post-war rebel demilitarization process.

But the same U.N. report also says "considerable amounts of arms remain unaccounted for."

It warns these weapons could resurface in Angola and be traded by criminal arms brokers, perhaps across the country's porous borders, into unstable countries like the Democratic Republic of Congo.

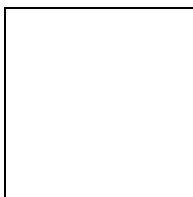
Alternatively, U.N. monitors warn unaccounted-for weapons could remain inside Angola, where they might fall into the hands of disaffected elements who could use them for criminal activities or possibly to launch a new rebellion against the government.

The U.N. report lists a wide array of weapons that have been turned in, mostly small arms. The limited number of pieces of heavy equipment consist of artillery pieces, anti-aircraft guns, and mortars.

The report says seven-missiles were turned in, but gives no details of what type.

According to South Africa's Institute for Security Studies, UNITA received from its Ukrainian suppliers so-called FROG ground-to-ground missiles with a range of 70 kilometers. Such missiles could have been used to rain terror onto government-held cities, including the capital, Luanda. But no such attacks were ever recorded.

Mr. Gato denies the rebels had this type of weapon, acting as if he had never heard of it and asking "what is a FROG?"



Email this article to a friend.

Article publié le 21 Novembre 2002

Le volet suisse de l'enquête sur l'affaire Falcone pourrait être menacé

par FABRICE LHOMME

Taille de l'article : 450 mots

PARALLÈLEMENT à l'enquête menée par les juges parisiens Philippe Courroye et Isabelle Prévost-Desprez, la justice suisse mène ses propres investigations sur l'affaire

Falcone. Le juge Daniel Devaud s'est vu confier par le tribunal de Genève plusieurs dossiers de blanchiment visant les mouvements de...

LE MONDE | 27.11.02 | 11h40

• MIS A JOUR LE 02.12.02 | 09h53

Une nébuleuse du crime qui commence à inquiéter Israël

Le 21 novembre 2000, dans un entretien accordé au quotidien russe *Vedomosti*, Mikhaïl Tchernoi commente avec satisfaction son rôle de maître d'œuvre dans la naissance, quelques mois plus tôt, du monstre industriel Roussal, qui contrôle près de 80 % de la production d'aluminium russe. Il explique en déléguant la gestion au jeune Oleg Deripaska, vante ses qualités de *"leader"* et dit lui faire *"confiance à 100 %"* pour gérer leur participation. Quelques mois plus tard, M. Tchernoi se fait muet, et Oleg Deripaska assure que celui qui fut son mentor ne détient plus d'actions dans le groupe. La réputation de *"Micha"* menace-t-elle d'engloutir le groupe ?

En août 2001, les policiers du Lichtenstein perquisitionnent, à la demande des Israéliens, des sociétés de Mikhaïl Tchernoi. Et les voilà remis sur la trace des vrais actionnaires de Roussal. Deux gérants de ses sociétés sont en effet liés à au moins deux des six sociétés offshore actionnaires aujourd'hui de Roussal - Dilcor International Ltd et Galington Associates Ltd. En parcourant ces montages sophistiqués, les enquêteurs identifient des comptes communs au Lichtenstein. L'un d'eux a comme ayant droit Roman Abramovitch, le gouverneur Aman Touleev, et les vieux partenaires de M. Tchernoi, Iskander Makhmoudov et Anton Malevski.

Un autre homme, Jozef Karam dirige, lui, les sociétés suisses et allemandes de Mikhaïl Tchernoi, dont Alpro, partagée avec Oleg Deripaska. C'est Alpro qui avait monté la petite société Aluminprodukt qui donna ensuite naissance à Roussal. Ses actionnaires : la mère d'Oleg Deripaska, l'épouse de Mikhaïl Tchernoi, l'oncle d'Iskander Makhmoudov.

Le climat a-t-il tant changé pour que M. Tchernoi dissimule aujourd'hui son poids dans un des plus puissants conglomérats russes ? *"Des gens veulent me créer des problèmes"*, disait-il en novembre 2000 lorsqu'on lui demandait pourquoi, suspecté de blanchiment d'argent, d'extorsion, de trafic de drogue, il avait été interdit de séjour dans plusieurs pays. *"Et maintenant, mes problèmes sont en Israël"*, ajoutait-il. Depuis 1994, Mikhaïl Tchernoi vit à Tel Aviv. Il avait alors quitté la Russie, cerné par des enquêtes le suspectant d'être à l'origine de

quelques-uns des dizaines de morts de la *"première guerre de l'aluminium"* au début des années 1990. Aucune n'a abouti.

PASSEPORT CONFISQUÉ

D'Israël, M. Tchernoi a continué ses affaires. Immobilier aux Etats-Unis puis au Canada ; finance en Suisse et dans les paradis fiscaux ; banque et télécommunications en Bulgarie - associé en cela à Grigori Louchanski, visé par plusieurs enquêtes européennes - ; et la Russie, *"où j'ai 80 % de mon business"*, dit-il. Mais depuis plus d'un an, la justice israélienne est à ses trousses. M. Tchernoi s'est vu confisquer son passeport, ne peut plus quitter le territoire et bataille avec le général Moshe Mizrahi, du ministère de la sécurité intérieure.

Mikhaïl Tchernoi est accusé d'avoir tenté d'acheter illégalement, via des sociétés-écran et avec de l'argent douteux, 20 % de la principale société de téléphones mobiles israélienne Bezeq. Le ministère de la défense, qui contrôle ce groupe, suspecte que l'entrepreneur Gad Zeevi, candidat à ce rachat, est un prête-nom masquant des financements suspects.

En Israël, Mikhaïl Tchernoi peut retrouver un de ses partenaires des années 1990 : Arcadi Gaydamak, visé par un mandat d'arrêt international et principal protagoniste, avec Pierre Falcone, de l'affaire des ventes d'armes vers l'Angola.

Au fil des rapports du FBI, d'Interpol ou des services israéliens, les mêmes personnages se croisent, ainsi que d'autres, comme Lev Levaev, acteur-clé du trafic des *"diamants du sang"*, Viatcheslav Ivankov, qui purge aux Etats-Unis une peine de dix ans de prison, Alimzhan Tokhtakhounov, arrêté cet été en Italie. Cette nébuleuse du crime, de l'affairisme et de la corruption est depuis longtemps sortie des étroites frontières de la Russie.

Sophie Shihab et Vladimir Ivanidze

L'ami diamantaire de M. Tchernoi

Fils de Juifs hassidims d'Ouzbékistan émigrés en Israël, le "roi du diamant" Lev Levaev, devenu un des grands industriels et financiers israéliens, mise sur ses vigoureuses démonstrations de dévouement aux causes du sionisme et de l'orthodoxie religieuse pour faire oublier l'origine de ses capitaux, c'est-à-dire le monde corrompu du Kremlin.

L'oligarque Roman Abramovitch l'a aidé à monopoliser l'exportation des diamants d'Angola. Boris Berezovski et Mikhaïl Tchernoi l'ont soutenu pour créer la Fédération des communautés juives de la CEI, utilisée par le Kremlin dans sa campagne contre le fondateur du Congrès Juif de Russie, Vladimir Goussinski. Lev Levaev avait alors obtenu de Vladimir Poutine la consécration de son homme, Berl Lazare, comme grand rabbin de Russie. Accompagnant Ariel Sharon lors de sa dernière visite en Russie, en octobre, M. Levaev lui a organisé un grandiose dîner à Moscou, où Roman Abramovitch occupait une place d'honneur.

- ARTICLE PARU DANS L'EDITION DU 28.11.02

O NOVO PM , E O SINDROMA DO PASSADO

06/12/2002

O Presidente José Eduardo dos Santos voltou a repetir a dose de elogios no acto de tomada de posse do novo primeiro-ministro, no caso Fernando da Piedade Nando, do mesmo modo como o fez com Marcolino Moco e França Van-Dunem.

Conhecendo-se a forma como estes dois foram apeados do cargo levanta-se de imediato a questão de saber como será a coabitação entre o Presidente da República, e o seu novo primeiro-ministro.

O jornalista Américo Gonçalves disse a Voz da América que Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nando" tem a seu favor o facto de assumir o cargo numa situação de paz que configura a partida, um quadro distante daquele que deu origem a exoneração dos seus antecessores, Marcolino Moco e França Van-Dunem. Este é, na opinião do jornalista Américo Gonçalves, o dado mais importante que se pode reter desta nomeação a par do regresso a normalidade constitucional, interrompida com a saída de França Van-Dunem.

Tudo parece indicar que com o quadro acima referido e o facto de a sociedade civil se mostrar cada vez mais critica em relação aos actos da governação, José Eduardo dos Santos terá pouca margem de manobra para nomear e "desnomear" como fazia ate aqui a seu bel-prazer e de forma quase que como "descartável".

“Estou convencido que desta vez o presidente tem maior segurança quando nomeou o primeiro-ministro, ate pelas consultas que fez, ele acabou conseguindo reunir consensos que nas anteriores nomeações não existiam sequer”

Américo Gonçalves disse acreditar que esse consenso permitira ao presidente governar tranquilamente, por um lado, e por outro o primeiro-ministro Nando ganha um importante respaldo de outras vozes políticas posicionadas fora do seu partido, o MPLA.

Durante a tomada de posse do primeiro-ministro, Eduardo dos Santos, investido na qualidade de chefe do Governo e a seu estilo, voltou a responsabilizar individualmente alguns ministros por insucessos havidos em distintas áreas da vida nacional.

Até neste capitulo as coisas parecem um pouco mais apertadas para José Eduardo dos Santos, segundo Américo Gonçalves, que terá de enfrentar o coro de criticas de uma cada vez mais acutilante e escrutinadora sociedade civil.

“Começa a ser cada vez mais difícil a Eduardo dos Santos agir com Poncio Pilatos porque a critica pelo mal que esta instalado no pais, vai se aproximando cada vez mais de forma vigorosa e mais feroz contra a figura do presidente que vai ter que se cuidar um pouco”

A nomeação de Nando pode representar para Eduardo dos Santos o estender do resguardo para se proteger das criticas que cada vez mais se avolumam contra a sua figura, mas também não poderá já alegar ignorância de determinadas situações.

Hoje já não e possivel dizer, remata Gonçalves, que as coisas que acontecem neste pais não tem a bênção do Presidente da Republica.

Eugênio Mateus

BANCADA DA UNITA FICA NA MESMA ATÉ ORDENS EM CONTRÁRIO

09/12/2002

A bancada parlamentar da UNITA pretende ver a impugnação do mandato dos seus deputados que durante a guerra abandonaram o Parlamento fixando-se no exterior do pais, onde, alegadamente, tinham ligações com a rebelião armada.

O líder da bancada parlamentar da UNITA, Jeronimo Wanga considera que terminada a guerra, estão removidos os obstáculos que originaram a impugnação do mandato dos seus colegas.

Dos deputados da UNITA cujos mandatos foram impugnados, destacam-se Isaias Samakuva, Carlos Morgado, Carlos Fontoura, Urbano Chassanha, Odete Ludovina, Georgina Sapalalo, Arlete Chimbide, Azevedo Cangange e Franco Marcolino.

O pedido da revogação da impugnação poderá ser apresentado proximamente a presidência do Parlamento.

“Se a impugnação teve como fundamento a situação de guerra e estando ultrapassada esta situação, convinha também reexaminar o problema dos colegas que foram impugnados”- sustentou.

Jeronimo Wanga não confirmou a informação segundo a qual o grupo parlamentar da UNITA seria alterado em um terço. Em Luanda circularam notícias de que entre os novos reforços com que a bancada passaria a contar estariam Lukamba Gato, Marcial Dachala, Alcides Sakala, Adalberto Júnior, mas Jeronimo Wanga afirmou que a única alteração prevista para os próximos dias será a substituição do deputado Fernando Dito, nomeado embaixador na Argentina e o preenchimento da vaga deixada por Carlos Sequenha, falecido recentemente.

“A nível da Comissão Permanente este assunto não foi abordado. Portanto, fora dos dois que eu citei não tenho conhecimento de outras alterações no seio da bancada. Tudo isso não passa de especulação,”- acrescentou.

Uma fonte da UNITA disse que a suposta alteração no seio da bancada estava a criar uma certa inquietação entre os deputados, já que muitos deixariam de exercer o seu mandato.

A fonte lembrou que a bancada da UNITA é constituída maioritariamente por suplentes.

Jeronimo Wanga anunciou, entretanto, que o resultado do encontro entre o MPLA e o seu partido sobre a futura Constituição será dado a conhecer aos militantes da UNITA nesta quarta-feira.

O líder do grupo parlamentar da UNITA negou que o acordo entre os dois partidos esteja a ser mal digerido por alguns dos seus colegas de bancada.

D.P.

Eduardo Dos Santos Foundation to Sue Newspaper

[Angola Press Agency](#) (Luanda)

November 25, 2002

Posted to the web November 25, 2002

Luanda

Eduardo Dos Santos Foundation (Fesa) will take legal action against Angolan privately-owned weekly "Agora" for alleged defamation and documents forgery, it was announced over the weekend.

In its Saturday's edition, the weekly carried a story stating that the two Angolan ladies arrested a few months ago at the Rio de Janeiro (Brazil) international airport in possession of One million Us Dollars cash, were on a Fesa-assigned mission.

Reacting to this, Fesa chairman, Isamael Diogo da Silva, at a press conference produced documents and information which he said were evidences against the paper's reports.

"It was with perplexity and profound indignation that we took notice of a matter deeply damaging to the image and objectives of the foundation, printed in the "Agora", edition of 23 November 2002, under the headline "Tell me your Fesa Company", the foundation chairman said.

According to Ismael Diogo da Silva, the news story sought to involve Fesa and its chairman in illicit and mean practices, accusing them of involvement in illegal export of capitals resulting from drugs trafficking and suspicious origin.

"We are here demonstrating that on the date of the supposed dispatch of 24 July 2002, the chairman of Fesa, was not in Luanda, and couldn't have therefore, either signed or sent off the document to the people mentioned. At least one of the persons to whom the document had eventually been dispatched, Antonio Neto, is no longer a member of the structures of the foundation for over a year", Ismael Diogo argued.

He added that the supposed signer of the document is not a member of the foundation's staff and under no circumstance did she forward the document to the institution. On the date of the mentioned document, the supposed signer, secretary of the council of Angola to Rio de Janeiro, was out on leave as stated in a letter of hers, Ismael Diogo also stressed.

The Fesa chairman also rejected as forged the type of paper in which the document was typed as well as the stamp used on it.

According to him, the case of the arrested ladies is being handled by the authorities concerned and Fesa can not interfere with the file.

AGUINALDO JAIME COM A MÃO NA ECONOMIA

09/12/2002

O Presidente Eduardo dos Santos nomeou hoje, Aguinaldo Jaime, para o cargo de ministro adjunto do primeiro-ministro no quadro da remodelação que resultou da indicação de Fernando da Piedade Dias dos Santos 'Nandó' para a chefia do executivo angolano.

No mesmo decreto e conforme noticiou a Voz da América em primeira mão, o Chefe de Estado nomeou o general Higino Carneiro, então governador da província do Kwanza-Sul, para o cargo ministro das Obras Públicas e Salomão Xirimimbi para as Pescas.

Amadeu Maurício antigo vice-ministro do Plano, é o novo governador do Banco Nacional de Angola.

Cândida Celeste foi reconduzida para a Promoção da Mulher e Burity da Silva para a Educação.

O antigo embaixador em Itália, Boaventura Cardoso, regressou a Cultura para exercer o cargo de ministro e Virgílio Fontes Pereira passou a chefiar o novel ministério de Urbanismo e Ambiente.

Foram ainda nomeados ou reconduzidos para os seus respectivos cargos no governo alguns quadros da oposição no âmbito do governo de Unidade e Reconciliação Nacional.

Não foram providos os cargos de vice-ministro da Educação para o Ensino Geral e para Reforma do Ensino.

Ao nível da Defesa ficou de fora a área da Política da Defesa Nacional e ainda das Questões Administrativas.

O novo titular das Finanças, José Pedro de Moraes disse à imprensa que o seu pelouro terá como prioridade a contenção dos gastos públicos, e o combate à inflação.

" O senhor primeiro-ministro estabeleceu claramente, no seu discurso, como prioridade a estabilidade macro-económica e não podemos fugir disso.

Temos que caminhar muito rapidamente para níveis de inflação muito menores do que os que temos agora. O programa e o OGE estão na Assembleia e o que temos

que fazer é tentar dar um dinamismo na implementação destes programas”
Entretanto governo ora nomeado tomou já posse e hoje mesmo reuniu-se em Conselho de Ministros na Cidade Alta.

Neste encontro o Conselho de Ministros decidiu alterar a composição e o regime de funcionamento do seu Conselho Permanente que entre outros sectores, passa a integrar o ministro adjunto do primeiro-ministro, cargo ocupado por Aguinaldo Jaime.

A antigo governador do BNA vai tratar das assuntos económicos e será o elo da ligação entre o governo de Angola, e as instituições financeiras internacionais. VR

ChevronTexaco to invest \$50 million in An

gola

Alan Doyle

ChevronTexaco Corp. says it is forming two public-private partnerships and committing \$50 million to programs to develop small business development, training and education in the African nation of Angola.

San-Ramon based ChevronTexaco is the largest oil producer in Angola, with 600,000 barrels per day accounting for two-thirds of national production. Angola is the continent's second-largest oil producer behind Nigeria.

ChevronTexaco said it is teaming with the U.S. Agency for International Development, the United Nations Development Program and the government in the programs to promote sustainable economic and social growth in Angola, which was torn by civil war for nearly 40 years.

ChevronTexaco, which recently moved its corporate headquarters to San Ramon from San Francisco, is active in more than 50 African nations. It is sub-Saharan Africa's largest United States-based investor and has been a presence in Angola since the 1930s, when Texaco-branded products were first marketed in the country. In 1958, Cabinda Gulf Oil Co. Ltd. – ChevronTexaco's operating unit in Angola – drilled the country's first onshore well.

ChevronTexaco, which has a presence in more than 180 countries, is the third-largest energy company in terms of global oil and gas reserves and fourth-largest in global oil and natural gas production.

Tue, 10 Dec 2002 [ANGOLA: US \\$10 million for small business development](#)
IRINnews Africa

JOHANNESBURG, - The UN Development Programme (UNDP), the oil giant ChevronTexaco Corporation, and the Angolan government have signed an agreement to form a public-private partnership to support small business development in Angola.

The memorandum of understanding signed by the three partners on Monday undertook to establish an Angola Enterprise Fund. The fund would aim at attracting private and public donors, and provide funding for programmes focusing on vocational training, small business incubation, access to credit and job creation for micro and small businesses throughout the country, a UNDP statement said.

Initial contributions to the fund have included US \$5 million from ChevronTexaco, US \$1 million from UNDP and US \$4 million from other private philanthropic sources.

"Through this partnership with the Angolan government and ChevronTexaco, we hope to create closer linkages between international oil companies and local businesses, stimulating the local economy and creating the basis for more business opportunities. This will also help Angola get closer to achieving the Millennium Development Goal of halving extreme poverty by 2015," said Sirkka Korpela, the director of UNDP's Business Partnerships Division.

ChevronTexaco Chairman and Chief Executive Officer David J. O'Reilly said: "We hope that through this partnership and others that we are able to develop in the coming months we can play a constructive role to spur economic

development, promote security, and to assist in securing better lives for the people of Angola."

Altogether, ChevronTexaco said it would commit a total of US \$25 million of its own funds, to be matched by a similar amount provided by the other partners, to support these and other partnerships over a five-year period. It anticipated that detailed agreements for the execution of the partnerships would shortly be finalised and implementation of programmes would start next year. Some additional partnerships are under discussion to provide expanded support for education and vocational training projects in Angola, UNDP said.

Meanwhile, the Angolan government said on Monday that it would spend US \$41 million to rebuild the central highlands city of Kuito, devastated during Angola's "war of the cities". The reconstruction of the Bie province capital, which was under siege by UNITA rebels during 1993 and 1994, would take three years, state-run Radio Nacional reported.

UN Inter-Agency Consolidated Appeal Could Be the Last

[Angola Press Agency](#) (Luanda)

November 26, 2002

Posted to the web November 27, 2002

Luanda

Tuesday's launched UN Inter-agency Consolidated Appeal could be last one in the current circumstances in which the populations still depend on international humanitarian assistance, said the Deputy Minister of Foreign Affairs, mr Toko Serao.

The Deputy Minister, who was opening the official launching ceremony of the Appeal, characterized the year 2003 as that of transition to normalcy of the country's situation, once the armed conflict has come to an end.

To this end, he referred that this period should be able to appease the populations with the creation of conditions for their self-sustenance.

He added that the 2003 Consolidated Appeal constitutes the ground of transition for millions of Angolans still depending on external assistance and that could gradually devote themselves to the production of goods for their self-sustenance.

This viewpoint was defended by the Special Representative of the UN Secretary General to Angola Ibrahim Gambari, who assured that the world community will work hard to help the Government put an end to the humanitarian crisis and set up basis for country's future development.

Gambari said that with peace achieved in the country, Angola can now occupy the place it deserves, both in the sub-region and in the lusophone countries or in the continent (...) ready to fulfil its responsibilities in carrying out its obligation and responsibilities", he said when making a retrospective view of the peace process, formally concluded last week, with the extinction of the Angolan Joint Commission (the organ that supervised the Lusaka Peace Agreement).

According to him, Angola as non permanent member of the UN Security Council, will have an accumulated experience and a secure help in its continue efforts to consolidate peace and security, not only in its national territory, as well as at the world level.

Gambari assured that the international community will continue providing its support to Angola in this field, being the consolidated appeal "a demonstration of the continued commitment by international community toward the Angolan people".

The Appeal, worth 386 million dollars, will cover a total of 166 projects, in areas such seeds, drinkable water, basic sanitation, sanitary assistance, demining and others, covering an universe of two million vulnerable people

Portugal e Angola Ultimam Acordo Sobre Dívidas de 2,2 Mil Milhões

Por ROSA SOARES
Quarta-feira, 27 de Novembro de 2002

Um acordo histórico entre os governos português e angolano está prestes a ser assinado. Portugal não perdoa dívida pública, mas reduz parte dos créditos das empresas

Uma delegação do Governo angolano, chefiada pelo ministro das Finanças, chegou ontem a Lisboa para ultimar as negociações sobre o pagamento das dívidas angolanas a Portugal. Em cima da mesa estão dívidas de mais de 2,2 mil milhões de euros (valores do final de 2001), dos quais cerca de mil milhões são dívidas directas do Estado angolano ao Estado português. O restante são dívidas a empresas portuguesas, cujo pagamento deverá ser substancialmente reduzido.

No que se refere à dívida Estado a Estado, o Governo angolano tem avançado com várias tentativas de reescalonamento e perdão de parte do montante em causa. Portugal não aceita o perdão parcial da dívida, garantiu ao PÚBLICO uma fonte oficial. Uma das razões para a recusa do perdão prende-se, segundo a fonte governamental, com as repercussões orçamentais imediatas que tal medida acarretaria. Isto é, o Estado teria de assumir nas contas públicas a perda desse valor, o que se reflectiria no valor do défice público. O que a fonte não confirma, mas também não rejeita completamente, é a possibilidade de o Governo português poder aceitar que Angola pague já parte, eventualmente, 40 por cento dos montantes em dívida, reescalando o restante. Uma solução deste género, a concretizar-se rapidamente, poderia ajudar o Governo a reduzir o défice público, não o obrigando a "esquecer" parte da dívida, que poderia ter custos políticos para o actual executivo.

O que tem circulado nos meios políticos e empresariais é que Angola tem proposto assegurar o pagamento imediato em montante muito reduzido, eventualmente 20 por cento, assegurando uma outra parte da dívida em espécie, possivelmente petróleo (como já aconteceu no passado) - uma solução que contempla sempre um perdão parcial, particularmente na componente de juros.

Empresas atentas

Se o Governo não aceita o perdão da dívida pública - que, recorde-se, foi contraída essencialmente no âmbito de uma linha de crédito concedida pelo Estado português a Angola -, já parte da dívida de empresas privadas deverá ser perdoada. Muitas dessas dívidas foram compradas por bancos, que, tudo indica, poderão preferir receber menos a ter de correr o risco de não receber nada. Nesta altura, as negociações entre privados e Governo angolano são feitas indirectamente, através dos bancos.

A acompanhar, o mais próximo possível, o fecho deste caso estão as grandes empresas de construção civil, que não participam directamente nas negociações. É que, sendo elas as principais visadas da linha de crédito criada entre Portugal e Angola, quem tem de lhes pagar é o Estado Português, que só o fará quando receber de Angola.

As construtoras portuguesas têm tido uma posição discreta em relação a este processo. Por um lado, porque Angola continua a ser visto como um mercado de expansão e, por outro, porque o Estado português é o seu principal cliente.

O que as empresas portuguesas querem ver garantido é o pagamento das dívidas, resolvendo elas, como o Estado português, o problema da contabilização destes créditos, que nos seus balanços são tratados como "créditos pendentes"

Source: UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA)

Date: 19 Nov 2002

Consolidated Inter-Agency Appeal for Angola 2003

Humanitarian Context

Although hostilities ceased in April 2002, the humanitarian crisis in Angola remains one of the worst worldwide. According to Government figures, 3.5 million people, one quarter of the country's entire population, has been displaced as a result of the war. In addition, 445,000 UNITA soldiers and family members, who are completely dependent on humanitarian assistance to survive, are concentrated in 35 gathering areas and seven satellites.

Approximately 441,000 Angolans have fled the country, the majority seeking safe haven in Zambia, Namibia, Congo and the Democratic Republic of the Congo. Since the end of the war, dramatically improved access has increased the caseload for life-saving assistance from two to three million people. In addition, more than 850,000 internally displaced persons have returned to their areas of origin, many to locations where basic services are not yet in place. In a worrying development, at least one million people may be cut-off during the upcoming seasonal rains, increasing vulnerability and malnutrition levels. 2003 is critical for consolidating the peace. Unless urgent steps are taken to stabilise at-risk populations and support return movements on the basis of the Norms for the Resettlement of Displaced Populations and the regulamento, the humanitarian crisis may deepen, jeopardising future recovery and reconstruction.

Key Features of the Crisis

Out of 173 countries, Angola ranks 161st in the Human Development Index calculated each year by the United Nations Development Programme. Average life expectancy at birth is 45 years, 30% lower than in most developing countries. Sixty percent of the population is living below the poverty line. Recent assessments confirm that out of the 7.7 million Angolans who are poor, at least 4.35 million are vulnerable and depend on some form of humanitarian assistance to cover their basic requirements. More than two million Angolans are highly vulnerable and completely dependent on aid to survive. In addition:

- The under-five mortality rate in Angola is the third highest in the world at 250 deaths per 1,000 live births. Infant mortality rates are also alarming at 150 deaths per 1,000 live births.
- The maternal mortality rate in Angola is one of the highest in the world at 1,850 maternal deaths per 100,000 live births.
- Approximately 15% of all Angolans currently depend on external food assistance to survive.
- Less than 30% of Angolans have access to adequate health care and hundreds of thousands of people continue to die from easily treatable diseases.
- Less than 60% of Angolans have access to adequate quantities of safe drinking water and more than 80% of the urban population does not have access to proper sanitation.
- 74% of children between 12 and 23 months have not been fully immunised against the main vaccine preventable diseases, including measles, poliomyelitis, tuberculosis, diphtheria, tetanus and pertussis.
- Between 70 and 90% of Angolans lack proof of identity and more than 70% of children under five have not been registered.
- More than 100,000 children are separated from their families and communities, many of whom are forced onto the streets where they are exposed to hazardous work, sexual exploitation and domestic violence.
- At least 80% of all Angolan children do not have access to adequate education and more than one million children are outside the formal school system. In newly accessible areas, seven out of ten children do not attend school.
- Adult literacy rates are well below the regional average, particularly among women, 50 of whom cannot read or write.
- Approximately 200,000 people and 40% of the countryside are still inaccessible due to damaged infrastructure, the inadequate road network and extensive mine infestation.

Strategy for Humanitarian Action

The main goal for humanitarian partners in 2003 is to work under the leadership of the Government to contribute to the consolidation of peace and the process of normalisation through an integrated, rights-based strategy that focuses on life-saving assistance and the resettlement, return and reintegration of displaced populations. In a positive step forward, humanitarian partners have adopted a new programme approach for the 2003 Appeal. The aim is to

sharpen the focus of the operation by unifying programmes around a limited, but, clear set of time-bound and realistic objectives through four Programme Blocs in food security, public health, protection and education and access and coordination.

Food Security: The main goal in this Bloc is to prevent malnutrition and hunger by providing direct food aid and assistance to highly vulnerable populations and helping at-risk households become self-sufficient through agricultural production.

Public Health: The main goal in this Bloc is to reduce morbidity and mortality among vulnerable populations by providing Minimum Health and Nutrition Care Packages, expanding the provincial health network, promoting health education and increasing access to clean water and basic sanitation services.

Protection and Education: The main goal in this Bloc is to promote the rapid attainment of social, cultural civil, political and economic rights for Angolan citizens by supporting Government efforts to expand basic services and by educating and empowering people to defend their rights through formal and non-formal learning opportunities.

Access and Coordination: The main goal in this Bloc is to reach and stabilise the living conditions of vulnerable populations by providing emergency non-food items, expanding the United Nations' logistics, security and communications network, reducing mine related injuries and increasing access to basic social services through the progressive transfer of responsibility for the coordination and delivery of humanitarian assistance to the Government.

Estimated Funding Requirements for 2003¹

	Programme Bloc
	UN Agencies
	NGOs
	Requirements (US\$)
Food Security	241,340,631
	6,673,766

Public Health	248,014,397
	23,081,946
	14,547,662
	37,629,608
Protection and Education	
	6,936,240
	6,146,948
	13,083,188
Access and Coordination	
	31,962,143
	12,184,042
	44,146,185
Integrated	
	30,345,155
	10,899,243
	41,244,398
GRAND Total	
	333,666,115
	50,451,661
	384,117,776

Footnote

¹ As of 1 November 2002. For the latest funding requirements, see the 2003 Inter-agency Consolidated Appeal for Angola, which can be found on www.reliefweb.int.

For further information, please contact:

Office for the Coordination of Humanitarian Affairs

Luanda, Angola

Head of Office, Ms Lise Grande

Tel. (244-2) 444321 / 448205 / 441072; Fax. (244-2) 442710



Angola paga 270 milhões

Angola vai pagar 270 milhões de euros ao Estado português, correspondente a 27% da sua dívida pública, no prazo máximo de dois meses e meio. O restante será liquidado ao longo de 30 anos. Os bancos portugueses vão ajudar o Governo angolano a pagar parte desta dívida pública, bem como a privada. Nos termos de um protocolo ontem assinado entre os dois países, o Governo de Lisboa vai «efectuar diligências» junto dos bancos nacionais para que o sindicato bancário possa vir a ser montado com o objectivo de pagar parcialmente a dívida angolana que ascendia, no final de 2001, a 2,2 mil milhões de euros.

Do total da dívida assumida, mil milhões de euros correspondem aos compromissos Estado a Estado, sendo os restantes 1,2 mil milhões respeitantes a créditos que a banca e empresas privadas portuguesas detêm em Angola.

Segundo o protocolo ontem assinado pelos ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros dos dois países, o Governo português «tudo fará» para que o seu congénere angolano obtenha novos créditos e facilidades financeiras. Estes serão concedidos através de operações financiadas a médio e longo prazos, com garantia da Companhia de Seguros de Crédito (Cosec), do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento e junto da união Euroeia, bem como de outras instituições financeiras.

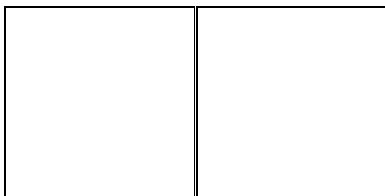
No que se refere à dívida de Angola para com o Estado português, garantida pela Cosec ou ainda efectuada com alguma instituição de capitais públicos, o Governo angolano compromete-se a efectuar um pagamento inicial de 27% (270 milhões de euros), desde que estejam disponíveis os fundos, no âmbito do sindicato de bancos.

Os restantes 73% serão pagos em 25 prestações anuais de capital e juros, havendo um período de carência de 5 anos. A taxa de juro a aplicar será de 1,75% ao ano.

Quanto à dívida comercial, o Governo de Lisboa comprometeu-se, com o presente protocolo, em «diligenciar» junto do sector bancário e empresarial o perdão de 65%, com o pagamento dos restantes 35% a estar, de novo, dependente do financiamento a ser garantido pelo sindicato bancário.

No entanto, as empresas poderão negociar individualmente o pagamento da dívida, não sendo, portanto, obrigadas a aceitar o acordo proposto pelo Estado português.

Na cerimónia de assinatura do protocolo, a ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, referiu que «o facto de não existir perdão de dívida por parte do Estado português a Angola, deve-se à situação delicada em que se encontram as finanças de Portugal».



Accord On Debt Payment Signed On Thursday

[Angola Press Agency](#) (Luanda)

November 29, 2002

Posted to the web November 29, 2002

Luanda

Delegations from Angola and Portugal on Thursday in Lisbon signed an accord on the modalities of payment on Angola's debt to that European country worth 2.2 thousand million Euros, an official source said. Closed-door negotiations started on Tuesday and according to some sources, out of that amount, about a thousand million is direct debt of the Angolan state to Portuguese companies, which will be partially pardoned With regard to State to State debt, Portuguese sources said the Angolan government has been forwarding various attempts to re-echelon and or partial pardon of this debt.

Meanwhile, Angop learnt that Portuguese firms involved in the debt want it fully paid.

The Angolan team at the negotiations is led by the Minister of Finance, Julio Bessa, who is in Lisbon since Monday.

Source: Action for Southern Africa

Date: 5 Dec 2002

Angola Peace Monitor Issue No. 3, Vol. IX

Milestone reached with end of Joint Commission

Angola reached a historic milestone on 21 November when the Joint Commission that oversaw the implementation of the Lusaka Protocol formally dissolved itself. This marks the end of the peace process as outlined in the protocol, which was signed on 20 November 1994. Eight years after that signing, the Joint Commission declared that it had verified that the main tasks of the Angolan peace process had been completed and that the medium and long-term tasks will be dealt with bilaterally between the Government and UNITA.

The Lusaka Protocol was a comprehensive framework for restoring peace and democracy in Angola on the basis of the Bicesse "Acordos de Paz" and several United Nations Security Council resolutions. The agreement between the Angolan government and UNITA brought the United Nations into the centre of the process, and involved the United States, Portugal and Russia as a troika of "observer states".

Although signed in 1994, it was only in recent months that the crucial military aspects of the protocol were finally implemented. Attempts were made after the signing of the protocol to get UNITA to quarter its army but - under the leadership of Jonas Savimbi - UNITA kept its best soldiers and arms out of the quartering areas and the country slipped back into full-scale war with UNITA seizing vast areas of the country. By the end of 1998 UNITA was launching full-scale attacks on cities around the country.

It was only after UNITA had been defeated on the battlefield and Jonas Savimbi's death in February that the peace process was relaunched with the signing of a ceasefire on 4 April. Over 80,000 UNITA soldiers then rapidly moved into quartering areas, and 5,000 were incorporated into the national army. The rest have been demobilised and are now awaiting reintegration into civilian society.

Remaining political tasks have also been completed. On 14 November Angola's president, Jose Eduardo dos Santos appointed UNITA nominees to the posts earmarked for them under the protocol. Three UNITA nominees became provincial governors: Lazaro Lixima in Uige province; Miji Muachissengue in Lunda Sul; and Joao Baptista Chindandi in Cuando Cubango. Four deputy provincial governors were also appointed: António Tonga in Kwanza Sul; Silo Martires in Bengo; Moises Chivemba in Bie; and Jorge Mussongue in Benguela.

At the same time UNITA nominees were appointed to the positions of ambassadors to Greece, Argentina, Hungary, Poland and Mexico, namely Jaime Isaias Vilingue, Fernando Dito, Joao Vahekeny, Liseth Nawanga Satumbo Pena and Jaime Furtado. Angola is to be represented at UNESCO by Jorge Marcelino Sanguende.

UNITA already has four ministers and seven deputy ministers in the Government of Unity and National Reconciliation, set up in 1997. However, these were picked by the government from a group of UNITA members that had rejected the military path of Jonas Savimbi. Although Savimbi is now dead, his supporters currently control the newly reunited UNITA, and it is expected that most of these posts will soon change.

With the conclusion of these outstanding matters, the Joint Commission was able to wind itself up. The United Nations Security Council on 22 November welcomed the dissolution of the Joint Commission, which paves the way for the Security Council to lift sanctions imposed upon UNITA. UNITA had demanded that all sanctions be lifted before the Joint Commission was dissolved, but has accepted promises that the sanctions will be shortly lifted.

The statement concluded: "Council members express their confidence that the people and leadership of Angola will show determination in fulfilling the aspirations of peace, national reconciliation, democracy, respect for human and civil rights and the deliverance of better economic and social conditions. There are still numerous humanitarian challenges in Angola. In this context, Council members call on the international community to continue to assist the Angolan Government in its efforts to address the serious humanitarian situation in the country."

President to appoint Prime Minister

President dos Santos will shortly appoint Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nando" as Prime Minister, filling the post that was left vacant when Marcelino Moco was removed in June 1996. The president is finalising consultations before appointing Nando, who is currently Minister of the Interior and a member of the Politburo of the MPLA.

UN Consolidated Inter Agency Appeal launched

The United Nations on 19 November launched its emergency appeal for Angola warning that "although hostilities ceased in April 2002, the humanitarian crisis in Angola remains one of the worst world-wide".

The UN states that "since the end of the war, dramatically improved access has increased the caseload for life-saving assistance from two to three million people. In addition, more than 850,000 internally displaced persons have returned to their areas of origin, many to locations where basic services are not yet in place. In a worrying development, at least one million people may be cut-off during the upcoming seasonal rains, increasing vulnerability and malnutrition levels. 2003 is critical for consolidating the peace. Unless urgent steps are taken to stabilise at-risk populations and support return movements on the basis of the Norms for the Resettlement of Displaced Populations and the "regulamento", the humanitarian crisis may deepen, jeopardising future recovery and reconstruction".

The UN details the scale of the problems facing the country: Angola ranks 161st out of 173 countries in the Human Development Index; average life expectancy at birth is 45 years; sixty percent of the population is living below the poverty line; out of the 7.7 million Angolans who are poor, at least 4.35 million are vulnerable and depend on some form of humanitarian assistance to cover their basic requirements, with more than two million highly vulnerable and completely dependent on aid to survive.

In addition: the under-five mortality rate in Angola is the third highest in the world at 250 deaths per 1,000 live births; infant mortality rates are 150 deaths per 1,000 live births; maternal mortality rate is 1,850 maternal deaths per 100,000 live births; less than 30% of Angolans have access to adequate health care and hundreds of thousands of people continue to die from easily treatable diseases; less than 60% of Angolans have access to safe drinking water and more than 80% of the urban population does not have access to proper sanitation.

The list of horrors continues, covering education, health and the economy.

The United Nations summarises its appeal as follows: "the main goal for humanitarian partners in 2003 is to work under the leadership of the Government to contribute to the consolidation of peace and the process of normalisation through an integrated, rights-based strategy that focuses on life-saving assistance and the resettlement, return and reintegration of displaced populations".

Its main foci are on food security (\$248 million), public health (\$37.6 million), protection and education (\$13 million), and access and coordination (\$44.1 million).

In total, the funding requirement for 2003 is just over \$384 million. A full breakdown of the appeal can be found at

www.reliefweb.int/appeals/2003/files/ang03.pdf (over 5MB).

This appeal may be the last one for Angola if the internally displaced people, the former UNITA soldiers and their families, and the refugees in neighbouring countries manage to return home and restart agricultural production.

However, it should be pointed out that the Consolidated Inter Agency Appeal for 2002 only received 60 percent of the total requested. As of 3 December only \$180.4 million out of a total need of \$296.4 million was donated.

Only the World Food Programme received what it needed, getting \$144.8 million - just under 95 percent of total requirements. Despite this, the WFP announced on 7 November that its stock of maize, the main component of rations, will run out in December.

The Food and Agricultural Organisation received \$5.1 million - 75 percent of its requirements. OCHA, the UN's coordinating body in Angola, received \$12 million - 60 percent of its needs. UNICEF received \$12.2 million - just over half of its requirements.

Otherwise the response was very poor. No money was given to NGOs, and the United Nations Development Programme (UNDP) received only \$722,015 out of a required \$13.6 million. The UN Office in Angola only received \$437,445 out of a required \$3 million. The World Health Organisation needed \$9.2 million but only got \$630,914 - a meagre 6.86 percent of its requirements.

The United States was by far the largest donor, giving 57 percent of all donations - much of which was in the form of the US agricultural surplus shipped as food aid. Similarly, the second largest donor - the European Union - also gave major donations of desperately needed food aid.

Britain gave \$2,675,917, or just 1.49 percent of the total given, which puts it below the Netherlands, Sweden, France, Canada and Italy.

Although aid officials in Luanda privately concede that 60 percent is not a bad response to the appeal, the fact is that many vital projects did not receive any funding. For example, out of 22 mine action projects, that would have tackled

some of the huge landmine problems the country faces, absolutely nothing was given out of a requirement of just \$10,225,736.

Training for former soldiers

The Angolan government is to initiate professional training at the Cazenga Training Centre for the 75,000 former UNITA soldiers that were not incorporated into the national army. The training will take place under the Estamos Contigo project.

According to the Ministry of Public Administration, Employment and Social Security the project will cover agriculture and fisheries, construction and small business.

A recent survey by the International Organisation for Migration of 4,731 demobilised UNITA soldiers found that around half of those interviewed used to be farmers and want to return to farming. The average length of service with UNITA was 5 to 7 years, and the majority was from Huambo province. Most wanted to return to their area of origin.

Only a quarter had a house prior to joining UNITA, and their level of education was low with only a small number having any professional training. Around half of the former soldiers of school age would like to continue their studies and half of the older soldiers would welcome professional training.

The issue of training is becoming more urgent as the government intends to close the former quartering areas by 15 February 2003. Originally it was planned to close the camps by 15 October, although that was subsequently extended to the end of 2002. This latest extension will enable the camps to remain open during the rainy season. Aid agencies such as the United Nations' World Food Programme had warned that it could be disastrous to close the camps during this period.

Currently around 430,000 former soldiers and their family members are living in 34 Family Reception Areas. Some of the camps are expected to be closed

soon, such as at Kafima in Cunene province, while others such as in Malange province will remain open longer. The World Food Programme (WFP) reports that there have been several cases of forced return, the most recent being in Ambuiva and Catofe FRAs in Kwanza Sul and Calal FRA in Moxico province.

Numbers in need grow despite drift home

The United Nations Food and Agriculture Organisation (FAO) warned on 2 December that the number of people requiring aid to fight off malnutrition is growing, despite massive numbers of people returning to their homes.

According to FAO figures, the number of people in need of emergency food aid now stands at 1.9 million, and it estimates that 4.35 million people will be at risk next year, including more than 2 million who will be highly vulnerable.

The FAO notes that malnutrition rates have declined over the past months with better access to the needy population, but food insecurity remains at high levels and most of the areas to which the refugees and internally displaced people are returning have no basic health services.

The United Nations organisation points out that relief efforts and internal trade are hindered by the poor condition of the war-torn infrastructure. This is in turn worsened by heavy seasonal rains.

The FAO has launched an appeal for \$12.7 million to help the most vulnerable people to resume agriculture. In particular it is taking action to distribute quality seeds and tools. In 2002 FAO provided seeds and tools to over 300,000 families in time for the September sowing season.

Hundreds of thousands of people living in camps for internally displaced persons (IDPs) have been returning to their home areas to resume agricultural activities. In an interview with the UN news agency IRIN, the UN Humanitarian Coordinator in Angola, Erick de Mul, revealed that 850,000 people have already returned home and that this number will increase to 900,000 by the end of the year.

However, he warned that in the majority of cases the government had not ensured that the conditions were in place for the return of the IDPs, although he accepted that there were recent improvements. He stated that "thirty percent [of the returns] complied with the norms. It's a question of is the glass half full or half empty - you could say it could have been a lot better - in fact 70 percent better - but could also have been 30 percent worse. I think most of us feel it could have been worse".

Whilst some people have been dislocated from their home areas for several years, many had only relatively recently fled fighting.

According to a report from the International Committee of the Red Cross (ICRC), by August the majority of IDPs in the three ICRC camps in Huambo province were commuting between the camps and their former homes, some walking up to 60 kilometres, in order to prepare for a permanent move.

The report states that by September the Cruzeiro camp had completely emptied out, with its residents returning to the villages of Sambo and Samboto, south of Huambo. Within a week there was no sign that the camp had ever existed. The ICRC distributed aid parcels to the 10,000 families from the camps and to an additional 7,500 families. The relief programme started in September and continued throughout October with distributions of food rations, seed and tools. Food aid will continue until the harvest time in April next year.

Kwanza Sul has seen large movements, in and out of the province. The Angolan news agency, ANGOP, reports that at least 117,000 displaced in Kwanza Sul province will shortly return to their areas of origin. There has already been a return to Kwanza Sul of 10,973 displaced persons from Luanda, Benguela, Cuando Cubango, Malange and Bie. The report states that in Kwanza Sul, 295,093 people out of a total 413,041 have returned to their home villages.

Refugees to return in earnest next year

On 28 November the Angolan government took steps to prepare for the voluntary return of 450,000 refugees living in Southern Africa.

In Luanda Angola signed agreements with Zambia and Namibia which provide the legal framework for the return of 211,000 refugees in Zambia and 24,000 in Namibia. Separate agreements were signed between the UNHCR and Zambia and Namibia. In the near future the Angolan government and UNHCR will sign further agreements with the Democratic Republic of the Congo which hosts 193,000 Angolan refugees, the Republic of Congo with 16,000 and South Africa with 10,000.

A number of commissions will be set up to oversee the return, which is expected to begin in May 2003. The UNHCR is appealing to international donors for \$34.5 million to cover the cost of repatriating 170,000 Angolans.

According to UNHCR 70,000 people have already returned to Angola without waiting for the official scheme.

Irrigation project restarted

The Matala irrigation canal in Huila province was re-inaugurated on 22 November by President Jose Eduardo dos Santos, as part of efforts to relaunch agricultural activities.

The cost of the canal's rehabilitation comes to \$27 million. In the first stage of work 12 kilometres of the 42 kilometre-long canal have been repaired. It is expected that the second stage will be completed by March, when 6,000 hectares of land will benefit from irrigation.

The work is being carried out by the Brazilian Odebrecht construction company.

Luanda water network to be upgraded

On 20 November Luanda's public water company EPAL stated that it will cost \$22 million to rehabilitate the capital's water network. EPAL's chairman,

Lucrecio Costa, told Radio Nacional de Angola that this calculation was made as part of a preliminary study for the re-capitalisation of the company.

Luanda is due to have its water supply increased under a \$55 million project. Already supply has increased from 140,000 cubic metres in 1988 to 270,000 cubic metres now. Currently each inhabitant uses an average of 30 litres per day, and EPAL hopes to increase output to the international norm of 55 litres per day.

Many thousands of Luandans do not have piped water, and rely on water tankers for their needs. Thus the separate needs to both increase the total amount available and the distribution network.

The Angola Peace Monitor is produced every month by ACTSA - Action for Southern Africa.

Source: UN Security Council
Date: 9 Dec 2002

Security Council, welcoming progress in Angola peace process, ends sanctions on UNITA, unanimously adopting resolution 1448 (2002)

SC/7589

Security Council
4657th Meeting (PM)

Intends to Fully Consider Monitoring Mechanism's Additional Report Focused on Recent Violations, Identification of Frozen UNITA Funds

Welcoming progress towards peace in Angola, the Security Council this afternoon decided to lift the remaining sanctions on the National Union for the Total Independence of Angola (UNITA), including materiel embargoes, travel restrictions and the freezing of assets imposed by Council resolutions beginning with resolution 864 of 1993.

By today's unanimous adoption of resolution 1448 (2002), the Council also decided to dissolve the Angola Sanctions Committee and to close the United Nations Trust Fund that supported the Expert Panels formed to investigate violations of sanctions against UNITA.

At the same time, the Council, through further terms of the resolution, expressed its intention to give full consideration to the additional report of the Angola Monitoring Mechanism, which had been requested by resolution 1439 of October 2002. In that resolution, the Council had requested that the report focus on sanctions violations that might have occurred in recent months, as well on the identification of frozen UNITA funds.

The meeting, which began at 3:15 p.m., adjourned at 3:17 p.m.

Resolution

The full text of resolution 1448 (2002) reads, as follows:

"The Security Council,

"Reaffirming its resolutions 864 (1993) of 15 September 1993 and all subsequent relevant resolutions, in particular resolutions 1127 (1997) of 28 August 1997, 1173 (1998) of 12 June 1998, 1237 (1999) of 7 May 1999, 1295 (2000) of 18 April 2000, 1336 (2001) of 23 January 2001, 1348 (2001) of 19 April 2001, 1374 (2001) of 19 October 2001, 1404 (2002) of 18 April 2002, 1412 (2002) of 17 May 2002, 1432 (2002) of 15 August 2002, 1433 (2002) of 15 August 2002 and 1439 (2002) of 18 October 2002,

"Reaffirming also its commitment to preserve the sovereignty and territorial integrity of Angola,

"Welcoming the steps taken by the Government of Angola and Uniao Nacional para a Independencia Total de Angola (UNITA) towards the full implementation of the "Accordos de Paz", the Lusaka Protocol (S/1994/1441, annex), the Memorandum of Understanding of 4 April 2002 (S/2002/483), relevant Security Council resolutions, and the completion of the work of the Joint Commission,

"Expressing once again its concern regarding the humanitarian effects of the present situation on the civilian population of Angola,

"Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations,

"1. Expresses its intention to give full consideration to the additional report of the monitoring mechanism established pursuant to resolution 1295 (2000) to be submitted pursuant to paragraph 6 of resolution 1439 (2002);

"2. Requests the monitoring mechanism established pursuant to resolution 1295 (2000) to present the report required by paragraph 4 of resolution 1439 (2002) to the Council;

"3. Decides that the measures imposed by paragraph 19 of resolution 864 (1993), paragraph 4 (c) and (d) of resolution 1127 (1997) and paragraphs 11 and 12 of resolution 1173 (1998) shall cease to have effect from the date of adoption of this resolution;

"4. Decides further to dissolve the Committee established by paragraph 22 of resolution 864 (1993) with immediate effect;

"5. Decides to request that the Secretary-General close the United Nations Trust Fund established pursuant to paragraph 11 of resolution 1237 (1999) and to make the necessary arrangements to reimburse, on a proportionate basis, those Member States who provided voluntary contributions to the United Nations Trust Fund."

Tue, 10 Dec 2002 [ANGOLA: Landmine explosion claims seven MSF workers](#)
IRINnews Africa

© [IRIN](#)

Landmines continue to pose a serious threat to civilians

JOHANNESBURG, - Medicines Sans Frontieres (MSF) on Monday said it would temporarily reduce its activities in the southeastern Angolan region of Mavinga following a landmine explosion at the weekend which killed seven people and left six others wounded.

The NGO said in a statement that the MSF vehicle involved in the incident was travelling from Cunjamba, north of Mavinga, where medical staff had spent the day carrying out vaccination programmes. Most of the victims were Angolans working in the vaccination team.

According to the United Nations, Angola is one of most heavily mined countries in the world. Estimates for the number of landmines range from six to 20 million resulting in one of the highest rates of landmine injuries per capita in the world.

"We are shocked, frustrated and extremely sad. The staff killed in this accident was providing a glimpse of humanity after years of suffering in Angola, sadly they are victims of their commitment. Why?" Thomas Nierle Director of MSF operations in Geneva said in a statement.

Since the 4 April ceasefire between the government and former rebel group UNITA, NGOs and aid agencies appealed to the government to speed up demining activities.

They have complained that derelict roads and landmines continue to restrict the delivery of much-needed humanitarian assistance.

MSF said a second anti-tank mine was discovered nearby immediately after the incident.

Some 70,000 Angolans are believed to have lost limbs as a result of landmine explosions.

Negotiations to bring De Beers back to Angola will conclude by year-end

Reuters

December 04 2002 at 02:02PM

Luanda - Negotiations to bring De Beers back to Angola were going well and should conclude by the end of December, the president of Angolan state diamond company Endiama said on Monday.

Diamond industry sources have speculated that for De Beers to return to Angola, which it left in May 2001 after a previous agreement with Endiama fell apart, the government would have to wind up Ascorp, a 51 percent state-owned company that now has a monopoly on marketing the country's diamond wealth.

"I believe there is more common ground now than when
 Endiama and De Beers separated.

"I think we are heading in the same direction now," said Endiama boss Manuel Arnaldo de Sousa Calado.

De Beers, which went private last year, is the world's largest diamond group and is a major international marketing force for the gems. Israeli-backed Ascorp took over De Beers' marketing role in Angola early in 2001.

Despite the industry talk, De Sousa Calado said there was no immediate reason to write off Ascorp.

"Ascorp is in good health, there's no reason to believe it's going to die tomorrow," he said.

"We are still using the same channel [Ascorp] at the moment but we are in negotiations [with De Beers] which are still on.

"Ascorp has been functioning well but we never know what will happen in the future," said De Sousa Calado.

He added that the end of Angola's 27-year civil war would mean an increase in the country's diamond production.

"Naturally the production volume will increase. As a result, the number of people who will benefit from the legal production will increase and so will the contributions to the government's tax revenue," he said.

NEW ANGOLA BLOCK 17 DISCOVERY

Dec 04, 2002 (HART'S EUROPEAN OFFSHORE PETROLEUM NEWSL/PBI Media via COMTEX) --

TotalFinaElf (TFE) seems to have made another discovery on its famed block 17 in deep water offshore Angola.

The Zina-1 well has been drilled to its targeted depth and TFE is currently testing the well for production. If commercial, this is the 11th discovery in the block that also holds TFE's producing Girassol field and several other fields being readied for development - all operated by TFE.

The next field development project in the block is Dalia, which will come onstream in 2006 and be developed with a floating production vessel (FPSO) and extensive subsea production facilities. Also, the Rosa and Lirio fields will be developed with subsea wells and tied back to the Girassol FPSO. Other discoveries in the block include Jasmin, Tulipa, Jacinto, Cravo and Orquidea.

[Copyright 2002 Chemical Week Associates. All rights reserved.]

HART'S EUROPEAN OFFSHORE PETROLEUM NEWSL, Vol. 27, No. 48 [Copyright 2002 Chemical Week Associates. All rights reserved.]

Angola's crude oil output to double

Reuters

December 06 2002 at 08:01AM

Luanda - Angola's crude oil production would almost double to peak at 1.8 million barrels per day (bpd) in 2008, thanks to deep water fields coming on stream, Wood Mackenzie, the oil research consultancy, said on Wednesday.

"We're just at the onset of deep water production and we're just about to enter a very large growth rate of production," said Wood Mackenzie's Martin Purvis, who was attending the fourth International Oil and Gas Conference.

Wood MacKenzie published figures at the conference showing that Angola's deep water fields would pump Angolan output to a peak of 1.8 million bpd in 2008 - almost double the current production of just over 900 000 bpd.

Purvis said oil production over the past decade had been concentrated in Angola's northern enclave, Cabinda, and in a couple
 of offshore blocks.

But with 27 years of civil war preventing onshore exploration, prospectors had been driven offshore for new finds, with deep water activities dominating, Purvis said.

Angola's rebel movement, Unita, fell apart after its leader Jonas Savimbi was killed in February.

Government officials at the conference said they believed the end of the war would revive interest in onshore activity.

US oil companies are seeking to reduce their country's dependence on Middle East oilfields, raising interest in countries on Africa's Gulf of Guinea despite persistent violence at several of the area's main producers.

Angola is sub-Saharan Africa's second-biggest oil producer after Nigeria.

"The fact that the US wants to diversify its oil provider makes Angola more attractive," said Eric Tasi Ndjodo, a consultant at Ernst & Young.

Industry specialists said there was still more oil waiting to be discovered off

Angola's shores.

"There's still potential in the deep water; it's still a growth area. Although there have been a couple of dry holes, the recent success from BP in Block 31 [earlier this year] is promising," said Alex Vines, the head of the Africa programme at London's Institute for International Affairs.

Wood MacKenzie said it expected more oil exploration in Angola as the value of the new fields became apparent.

"There have been five asset deals [oilfields sold] in 10 years, which is very small. Nothing's happened since 1994.

"But we expect that to change in the future," Purvis said, adding that he expected more activity from small independent oil companies. - Reuters

MPLA e UNITA assinam acordo sobre futura Constituição angolana

Os dois principais partidos de Angola, MPLA e UNITA, assinaram ontem em Luanda um memorando de entendimento sobre a futura lei constitucional de Angola. O documento foi assinado pelo secretário-geral do MPLA, João Lourenço, e pelo secretário-geral da UNITA, Lukamba Gato, mas os termos do mesmo não foram ainda divulgados por qualquer das partes.

No encerramento do encontro bilateral, João Lourenço enalteceu a forma como foram conseguidos os resultados. «Aquilo que procurámos negociar em três anos sem êxito, durante os tempos de guerra, conseguimos fazê-lo em três dias», comentou João Lourenço, salientando que «a guerra não serviu os interesses dos angolanos e que apenas a paz o pode fazer».

«Acreditamos que o espírito que nos moveu foi o de superarmos um problema,

o que não era do interesse apenas e exclusivo do MPLA e da UNITA, mas da Nação», afirmou Lourenço.

Diário de notícias 021207
Um perdão de 500 milhões

RUDOLFO REBÊLO

Durão Barroso, ao contrário do que afirmou na altura da assinatura do acordo de reescalonamento da dívida angolana, vai perdoar a Luanda mais de 500 milhões de euros, cerca de 36% do valor da dívida, e está mandatado para «diligenciar» um perdão de 65% do calote às empresas e à banca comercial portuguesa. São outros 600 milhões de euros. Pelo caminho, o Governo compromete-se ainda como «fiador» de Angola para enfrentar uma dívida calculada em mais de dois mil milhões de euros.

No «protocolo» da dívida com os angolanos, o Governo português obriga-se ainda a «diligenciar junto da banca portuguesa» para «esta liderar a montagem de uma operação de financiamento» à República de Angola, através da «criação de um sindicato de bancos». Está escrito e assinado. Satisfazendo os angolanos, o Governo vai mais longe: promete «garantias adequadas» à banca portuguesa para garantir o megaempréstimo aos angolanos. Nos meios financeiros entende-se por «garantias adequadas», ao nível deste negócio, instrumentos como os avales do Estado.

No limite, alertam alguns consultores, caso os angolanos não cumpram o acordo, é o Governo português que terá de responsabilizar-se pelos pagamentos junto do sindicato bancário. Por outras palavras, em último caso, serão os contribuintes portugueses a pagar a dívida de Angola.

No protocolo, assinado na semana passada, os angolanos comprometem-se a pagar «a pronto» 27% da chamada «dívida Estado a Estado». No total, 270 milhões de euros. Mas só acontecerá se o Governo obtiver êxito na constituição do sindicato bancário. A restante dívida «Estado a Estado» é liquidada a 30 anos, com um período de carência de cinco anos.

Outro tratamento terá a dívida à banca comercial e às empresas, estimada em 1,2 mil milhões de euros. Também aqui o Governo português, por conta do Estado angolano, compromete-se a conseguir um acordo. A ideia é conseguir da banca um perdão de 65% da dívida, contra «aceitação do pagamento do remanescente 35%». Mas a banca, poderá ganhar algo mais caso seja integrada no «sindicato bancário» a constituir pelo Governo português.

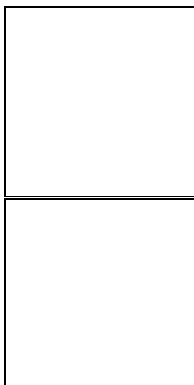
Pior estarão as empresas privadas nacionais. Estas, pelo acordo, serão «convidadas», também em iniciativa do governo português, a perdoar 65% da dívida de Angola.

Alguns empresários queixam-se que o acordo é do tipo «pegar ou largar». Ou seja, o protocolo é taxativo: caso as empresas não aceitem o perdão, então está «assente que o Governo angolano negociará caso a caso com os credores». «Isto» afirma ao DN, desiludido, um executivo de uma construtora com negócios em Angola, «significa que o acordo não é um instrumento de pressão para pagamento de dívidas. Pelo contrário».

As Finanças, até à hora de fecho desta edição, não responderam às diversas questões levantadas pelo DN.

06/12/2002 14:46 - (SA)

[E-mail story to a friend](#)



Cabinda leader captured

Luanda - Angola's army says it has captured the leader of a battalion of a pro-independence fighters in the oil-rich Cabinda enclave, the state-run Jornal de Angola newspaper reported Friday.

Joao Francisco Matoko (28) is a "major" heading the guerrilla operations of the Cabinda Enclave Liberation Front (FLEC).

He belongs to an armed branch of the movement known as FLEC-FAC, operating in the Buco-Zau region, the paper said.

Angola's army captured the FLEC headquarters in Buco-Zau nearly one month ago.

Matoko told the paper that the pro-independence fighters were regrouping in the Mayombe rain forest, where they were dodging army raids.

The army launched a major military offensive against FLEC's various factions, which want Cabinda to become independent from the rest of Angola.

The FLEC-FAC is the main force in the separatist movement, and is led by Nzita Tiago, who lives in exile in France.

Cabinda is wedged between the Republic of Congo and the Democratic Republic of Congo. The tiny enclave only has 200 000 people, but nearly two-thirds of Angola's oil production comes from off-shore deposits in Cabinda. - Sapa-AFP

President Nominates External Intelligence Director

[Angola Press Agency](#) (Luanda)

December 9, 2002

Posted to the web December 10, 2002

Luanda

Angola's Head of State, Jose Eduardo dos Santos, on Monday nominated Fernando Garcia Miala, as Director-General for External Intelligence Services, and Maria de Lourdes Lisboa Filipe, as Chief of Information Services.

According to a note from the Angolan Head of State's Supporting Services, Fernando Garcia Miala was also appointed Secretary of the High Council of National Security.

These nominations are framed on the new law of National Security of August 16, 2002, which establishes the organic structure of the new system of National Security for the prosecution of defense of state's interests and the rights and freedoms of citizens, it says.

The offices also informs that, due to a lapse, it was not divulged the Presidential decree nominating Sebastiao Jose Antonio Martins, as Deputy Home Minister.

The Government officials appointed on Friday and Monday have already sworn-in at ceremonies chaired over by the President Jose Eduardo dos Santos.

Tuesday, 10 December, 2002, 01:21 GMT

UN lifts Unita sanctions

The vote reflects the new chapter in Angolan history

The United Nations Security Council has unanimously voted to lift all remaining sanctions on Angola's Unita rebel movement in recognition of the end of the conflict there.

Sanctions imposed since 1993 included bans on illicit diamond mining and sales of arms and fuel oil. But nearly three decades of civil war ended earlier this year with the killing of the rebels' leader, Jonas Savimbi, by the army.

The BBC's Mark Doyle says that although the sanctions had only a limited effect in bringing about peace in Angola, their final lifting sends a powerful signal that the country could turn a new page.

In a resolution passed on Monday, the Security Council said that it was committed to preserving the sovereignty and territorial integrity of Angola.

It welcomed steps taken by both the government and Unita to implement a UN-brokered peace agreement dating back to 1994.

"Everybody agreed that war is over, the whole thing has disbanded and it has become a political party," a spokesman for the United States' UN mission, Robert Skinner, said.

The two sides formally made peace on 4 April, about six weeks after Savimbi's death.

Crippled country

The war in the former Portuguese colony left about one million dead, and made about 4 million people homeless and dependent on foreign aid.

It also shattered the economy of a state possessing large oil reserves.

The peace has been holding

During the conflict, Unita sold billions of dollars' worth of diamonds to buy arms, prompting UN sanctions.

In October, the Security Council lifted a ban on foreign travel by the group's leaders.

Apresentado novo Ministro do Interior

Luanda, 09/12 - O novo Ministro do Interior, Oswaldo de Jesus Serra Van-Dúnem, foi nesta segunda-feira, apresentado aos seus principais colaboradores, em acto presidido pelo primeiro-ministro, Fernando da Piedade "Nandó", seu antecessor.

O primeiro-ministro angolano disse que Serra Van-Dúnem não é uma pessoa estranha, porque durante a altura que exerceu as funções de chefe da Casa Militar da Presidência da República, prestou também um grande contributo ao desenvolvimento do Ministério do Interior.

Fernando da Piedade "Nandó" disse sentir-se feliz porque nos quadros do Ministério do Interior sai alguém que ocupa o cargo de primeiro-ministro.

Para o primeiro-ministro, agora as "responsabilidades são maiores e temos consciência que será necessário um grande esforço e muito espírito de sacrifício e vontade de aprender com aqueles que sabem mais do que nós, cooperar, ser tolerantes para podermos ter bons resultados".

" (...) por isso, não pouparei esforços para cumprir bem as funções que me foram atribuídas", reiterou.

O novo ministro do Interior, Serra Van-Dúnem, disse que vai continuar com o trabalho desenvolvido pelo seu antecessor, adaptado à nova fase de paz do país.

"Tudo faremos para garantir a paz, disciplina, ordem e tranquilidade pública em todo o território nacional", disse Serra Van-Dúnem, para quem neste momento "os actos valem mais do que as palavras".

Presenciaram o acto, membros dos conselhos consultivos do Ministério do Interior e da Polícia Nacional e outras entidades da corporação.

Novo ministro das Finanças toma posse hoje

Depois de quatro anos como administrador no Fundo Monetário Internacional (FMI) José Pedro de Moraes toma posse, hoje, como ministro das Finanças, onde já lá esteve desde Junho de 2001 como assessor. às 16 horas, no edifício da Mutamba, o então ministro, Júlio Bessa - que esteve no cargo durante dois anos - procede à passagem de pastas.

Casado, natural do Kuito- Bié onde nasceu a 20 de Dezembro de 1955, o novo ministro das Finanças é licenciado em Ciências Económicas pela Universidade de Paris I, Pantheon-Sorbonne.

Entre outros cargos, foi director do Gabinete de Intercâmbio Internacional do Ministério da Indústria, delegado junto do Serviço de Promoção de Investimentos na ONUDI-França, e ministro do Planeamento.

José Pedro de Moraes foi recentemente nomeado Presidente do Conselho de Administração da Empresa de Seguros e Resseguros de Angola (Ensa). Além de Português, fala e escreve Inglês e Francês.

Banco suíço está atento ao mercado angolano

Bancos suíços manifestaram a intenção de se implantarem no mercado financeiro angolano. Esta vem confirmar o grande interesse do empresariado daquele país em investir em Angola, de acordo com Amadeu Leitão. Entretanto, foram identificados outros sectores como a indústria farmacêutica, energia (inclusive a construção de barragens), agro-alimentar, hoteleira (sobretudo na formação de quadros).

Neste âmbito, um acordo bilateral de promoção e protecção de investimentos aguarda assinatura das autoridades suíças e angolanas. O documento, que está a ser aguardado com expectativa pelas autoridades deste país europeu, vai permitir o empresariado suíço investir com garantias em Angola. Aliás, de acordo com o representante comercial, a lei do investimento (em revisão) vai

contribuir para criar um ambiente propício para o investimento.

Para traduzir as intenções em investimentos de facto, os suíços aguardam por um ambiente favorável. É que eles (os suíços) têm preferência por investimentos a risco zero e Angola, devido ao seu passado de guerra, era considerado um país de alto risco.

Países como a Nigéria, Camarões, Senegal e África do Sul foram identificados pelos suíços como parceiros prioritários e têm beneficiado de inúmeros investimentos nos ramos da indústria farmacêutica, turismo, agro-indústria.

Angola e Suíça viram-se, agora, na reactivação do intercâmbio comercial entre os dois países. As relações comerciais entre os dois países - antes da independência bastante fortes – conheceram períodos de “desengajamento paulatino”, na óptica de Amadeu Leitão, devido a guerra que o país conheceu, o que levou ao encerramento da representação daquele país em Angola.

Algumas empresas, entretanto, em número muito reduzido, continuaram no país, casos da Panalpina e a ABB.

A representação comercial de Angola em Genebra- Suíça trabalha, actualmente, na captação de investimentos, fomento do comércio e na busca de parcerias sólidas entre o empresariado angolano e o suíço.

Segundo o representante comercial, a sua instituição (e demais espalhadas pelo globo) está a disposição do empresariado nacional, para juntos analisar as oportunidades de negócios existentes nos países em que estão implementados e, por via disso, aumentar os investimentos desses países em Angola.

No passado, Angola exportava, para o mercado suíço, sisal, café, pesca e derivados, fruta e produtos da indústria têxtil. Hoje, de acordo com Amadeu Leitão, estão criadas as condições para o passar a ser considerado um parceiro prioritário.

CB

Estrangeiros aguardam resposta para investir em Angola

Até Março de 2003, Angola deve responder a pedidos de abertura de mercado nas áreas de telecomunicações, finanças, petróleos, turismo e construção vindos de diversos países, principalmente da União Europeia, Estados Unidos, Japão, Noruega, Egipto.

As solicitações, já entregues à representações comerciais no estrangeiro, carecem de resposta de instituições nacionais ligadas as áreas referenciadas que poderão, deste modo, enquadrá-las nas estratégia de desenvolvimento do país.

De acordo com o representante comercial de Angola na Suíça, Amadeu Leitão, o país deve dar a conhecer as oportunidades existentes no mercado nacional, áreas de investimentos, obrigações dos investidores, políticas de nacionalização nos sectores, possibilidades de formação de quadros e outros aspectos ligados as necessidades de crescimento nacional.

A análise das propostas deverá enquadrar-se nos programas de liberalização do mercado nacional e estar em harmonia com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), da qual Angola é membro.

Entretanto, decorrem outras negociações nos sectores da agricultura e serviços, no âmbito do programa de desenvolvimento para os países pobres lançado o ano passado, em Goa, poderá culminar em acordos bilaterais.

Segundo o representante de Angola na Suíça, Amadeu Leitão, que prestou a informação, estes acordos internacionais permitem identificar não apenas as aberturas mas também as delimitações existentes nos diferentes mercados, por formas a proteger os interesses dos Estados.

Outras negociações, entretanto, viradas aos sectores do comércio, ambiente, investimentos e propriedade intelectual também estão a ser desenvolvidos. Os programas cobrem igualmente algumas actividades comerciais.

Além de ter acesso a investimentos, os acordos permitem identificar os sectores onde o país pode obter vantagens comparativas e incremento de produtos, para capacita-los e colocados em mercados competitivos, como o europeu ou o americano. O programa abarca vários aspectos, principalmente a melhoria da qualidade dos produtos, que, em África, é apontada como razão da fraca competitividade no mercado externo.

Devido as condições de instabilidade, Angola não pode ser incluída em vários projectos. Entretanto, Amadeu Leitão diz estarem agora reunidas as condições para buscar a inclusão do país em vários programas, os quais podem levar a abertura de mercados como o americano e possibilidades de beneficiar de

fluxos de investimentos estrangeiro.

O responsável exemplifica o Acordo de Goa, que os Estados Unidos têm estabelecido com alguns países africanos (as autoridades angolanas nos EUA estão a negociar a inclusão no referido tratado).

As ilhas Maurícias, recorde-se, são um dos grandes beneficiados do acordo de Goa, principalmente na indústria têxtil. Uma das marcas americanas mais expressivas, a Ralph Laurent, é fabricada nas ilhas Maurícias e exportada para o mundo, inclusive para o mercado americano.

BNA procura estabilizar mercado cambial

Luanda, 03/12 - O governador do Banco Nacional de Angola (BNA), Aguinaldo Jaime, reuniu-se segunda-feira com os presidentes dos bancos de Comércio e Indústria (BCI) e Poupança e Crédito (BPC), com os quais abordou questões que visam disciplinar o mercado monetário e cambial do país.

Segundo um comunicado do BNA chegado à Angop, é intenção deste banco que o ano de 2003 seja marcado por um maior rigor e exigência por parte dos operadores dos sistemas financeiros, bem como pela criação de condições ideais para uma progressiva valorização da moeda nacional.

O BNA pretende assim discutir com os demais bancos questões que afectam o funcionamento do mercado monetário e cambial, com vista a ter um desenvolvimento equilibrado.

De acordo com a nota, o BNA inteirou-se da orientação estratégica de cada banco e dos novos produtos e serviços financeiros em carteira.

O Banco Central pretende igualmente certificar-se da adequação da actividade dos bancos às normas legais e regulamentares em vigor, assim como dos mecanismos internos de controlo de cada instituição bancária, por forma a prevenir riscos operacionais de crédito e de mercado.

Além disso, é intenção do órgão reitor da política monetária nacional actuar

"mais resolutamente no sentido de diminuir as fontes de desequilíbrios competitivos entre os bancos".

Missão da ONU em Angola tem novo chefe

Luanda, 03/12 - O holandês Erick de Mul é o chefe interino da Missão das Nações Unidas em Angola (UNMA), em substituição a Ibrahim Gambari, que regressou hoje a Nova-Iorque, de onde acompanhará a situação de Angola.

Em conferência de imprensa, antes do seu regresso a Nova Iorque, Ibrahim Gambari informou que o então chefe adjunto da UNMA foi nomeado (entra em funções a partir de hoje) representante especial adjunto do secretário-geral da ONU, Kofi Annan.

O diplomata nigeriano ao serviço da ONU disse que o seu substituto vai exercer este cargo até 15 de Fevereiro de 2003, data agendada pelo Conselho da Segurança para a extinção da UNMA.

Acrescentou que apesar da conclusão do processo de Lusaka, assinado em Novembro de 1994, existem ainda grandes desafios a vencer como a situação humanitária, reinserção dos militares desmobilizados, reconstrução nacional, desenvolvimento económico e a desminagem.

Informou que a ONU vai continuar a apoiar o Governo angolano nos seus

esforços para a estabilização e desenvolvimento económico e social de Angola.

Gambari frisou que continuará a acompanhar o processo a partir de Nova Iorque e fará algumas visitas ao a Angola antes do fim da missão (15 de Fevereiro de 2003).

Reconheceu que a paz no país é irreversível, salientando que, por este facto, a ONU está satisfeita pela forma como ocorreu o processo de pacificação em Angola. Quanto ao levantamento das sanções a UNITA, Ibrahim Gambari disse que o Conselho de Segurança deveria reunir-se a seis (6) de Dezembro para abordar aspectos ligados ao assunto, mas que este encontro foi adiado "sine die". "Mas quando o fizer, estou esperançado que as mesmas sejam retiradas", disse.

Esclareceu que o relatório por si enviado àquele órgão reflectia já a necessidade do levantamento das sanções contra o parceiro do Governo no processo de paz.

Por seu turno, Erik De Mul disse que a conferência de doadores para Angola, inicialmente prevista para 15 de Fevereiro deverá ser realizada no primeiro trimestre de 2003.

Erik Eduard De Mul nasceu a 18 de Julho de 1943 na Holanda. É o representante do sistema da ONU em Angola e já funcionou na Guiné Equatorial, Guatemala, Afeganistão, Moçambique, entre outros países.

Aumento do preço da energia melhorará qualidade de serviço

Luanda, 06/11- O director nacional de Energia, Francisco Talino, defendeu quinta-feira, em Luanda, a necessidade do incremento da tarifa de energia eléctrica, visando a uma melhoria na qualidade de serviço prestada pelas empresas operadoras.

Segundo o responsável, que falava no encontro sobre "Tarifa de Energia Praticada no Mercado Nacional", o aumento da tarifa vai permitir com que os valores cobrados possam corresponder com os custos de operação, na área de produção, transporte e distribuição.

Na sua óptica, se não forem dados os instrumentos necessários que permitam sustentar a actividade destas empresas, a qualidade de serviço prestada poderá degradar-se.

Para Francisco Talino, na prática não houve um aumento da tarifa mas sim um ajuste do preço.

A tarifa de energia eléctrica praticada no país registou um incremento, nas diferentes categorias, na ordem dos 48 por cento a partir de Setembro de 2002, segundo nota do Ministério da Energia e Águas.

Comissão de Finanças reúne-se hoje com Governo para apreciar OGE/2003

Luanda, 04/12 - A Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional reúne-se hoje com o Governo para apreciar, na especialidade, o Programa Económico e o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano 2003, apresentado no passado dia 19 de Novembro.

O OGE/2003 comporta receitas e despesas avaliadas em 358.888.331.816.00 (Trezentos e cinquenta oito biliões, oitocentos e oitenta e oito milhões, trezentos e trinta um mil, oitocentos e dezasseis kwanzas).

O projecto do OGE foi analisado a nível das comissões especializadas do parlamento, tendo remetido as suas conclusões à Comissão de Economia e Finanças, que deverá elaborar o parecer final a remeter na plenária da AN, cuja sessão poderá acontecer antes de 20 de Dezembro.

MPLA e UNITA assinam memorando de entendimento

Luanda, 05/12 - Delegações do Bureau Político do MPLA partido no poder) e do Comité Permanente da UNITA assinaram hoje, em Luanda, um memorando de entendimento, no quadro da conclusão das questões políticas ainda pendentes do protocolo de Lusaka.

O conteúdo do referido memorando não foi tornado público, mas tudo indica que houve consenso sobre os quatro pontos que estiveram na agenda de trabalhos.

Durante três dias, as delegações trataram de questões relacionadas com a nova constituição e a questão da nomeação, pelo Presidente da República, dos Governadores Provinciais, sob proposta do partido com maior número de votos no círculo eleitoral provincial.

Constava ainda dos pontos em debate, a questão de incompatibilidade ou não de o presidente da República assumir, ao mesmo tempo, a liderança de um partido político, bem como a questão do número de camaras na Assembleia Nacional.

Foram signatários do memorando de entendimento, o Secretário-Geral do MPLA, João Lourenço, e Paulo Lukamba Gato, pela UNITA.

Momentos após a assinatura, o Secretário Geral do MPLA reconheceu que os trabalhos decorreram num clima fraternal, razão pela qual terminaram com êxitos.

Na óptica de João Lourenço, a guerra que durante muito tempo afectou o País não serviu os interesses dos angolanos, porque, segundo disse, "estávamos a negociar e sem êxitos".

Agradeceu o espírito de compreensão que norteou as partes durante os três dias de trabalhos, pois os resultados atingidos não são apenas para o MPLA ou UNITA, mas sim para todos os angolanos.

"A nação precisa de uma nova constituição, e para tal é necessário haver vontade política de todos os angolanos, sobretudo dos partidos políticos com assento no Parlamento", frisou.

Ainda sobre o projecto da nova lei constitucional, o político disse acreditar que, com os passos já dados, no princípio do próximo ano (2003) estarão em condições de submete-lo a apreciação da sociedade civil.

Para Paulo Lukamba gato, Secretário do Comité Permanente da Unita, o acto que se efectivou se reveste de grande importância, uma vez que vem marcar uma viragem histórica na vida do País, numa alusão a elaboração da nova lei constitucional.

Disse que o trabalho ainda não está concluído, mas foram já dados passos significativos e, para tal, será necessária também a contribuição, não só dos políticos, mas das forças vivas da sociedade civil.

Retomada actividade em Capanda após três dias de paralisação

Luanda, 04/11 - A direcção e os trabalhadores do Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza (GAMEK) solucionaram um conflito laboral que originou a paralisação, por três dias, dos trabalhos na Barragem de Capanda e as actividades foram retomadas hoje.

De acordo o director-geral adjunto do Gamek, Carlos Aurélio, mais de mil e seiscentos (1.600) trabalhadores angolanos paralisaram as suas actividades laborais, reivindicando o pagamento de retroactivos relativos ao aumento salarial registado em Outubro deste ano.

Este responsável esclareceu que não havia salários em atraso mas apenas um atraso no incremento dos salários a partir do mês de Outubro, por falta de verbas.

Na Terça-feira, a direcção do Gamek pagou os salários e os respectivos retroactivos e hoje os trabalhadores retomaram as suas actividades.

Carlos Aurélio disse que a Comissão Sindical da empresa não pactuou com a greve, tanto é assim que nenhum caderno reivindicativo foi apresentado à entidade patronal.

Adiantou que três dias antes da greve, a direcção do Gamek foi informada da insatisfação dos trabalhadores, tendo feito diligências junto do Sindicato, no sentido de evitar a paralisação dos trabalhos, sem que se tenha conseguido o entendimento.

Em Capanda já foram registadas várias paralisações devido a reivindicações salariais. Esta última foi comunicada ao Ministério de Energia e Águas, na sexta-feira passada.

As obras da Barragem de Capanda encontram-se em fase de conclusão. Os trabalhos de construção civil foram executados em mais de 90 por cento.

Em Agosto deste ano registou-se o enchimento da albufeira e, actualmente, trabalha-se na montagem da primeira turbina que vai gerar 130 Megawatts.

Ministra britânica para a África satisfeita com a visita

Luanda, 06/12 - A ministra britânica de Estado para África, baronesa Valerie Amos, manifestou-se, nesta sexta-feira, satisfeita pelos dois dias de visita à Angola, pois recebeu do Governo como este enquadrará as políticas da reconstrução do país, a longo prazo.

A diplomata britânica sustentou que depois dos encontros com as autoridades angolanas sabe melhor sobre o papel do país na comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), de que é presidente, e foi abordada a passagem de Angola a membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, em Janeiro de 2003.

A baronesa, que deixou já Luanda na manhã desta sexta-feira Luanda com destino ao Ghana, sublinhou ter constatado no Huambo, província por si visitada, os desafios postos ao governo quanto à reinserção dos desmobilizados, cujos programas, na sua opinião estão a ser bem executados.

Declarou que em apoio aos necessitados, o seu governo disponibilizou quatro milhões de libras, no presente ano, para ajudar no programa de redução da pobreza em Angola.

Disse que se congratula com o diálogo mantido entre o MPLA (partido no poder em Angola) e a UNITA (maior partido da oposição) tendentes à prosperidade e o futuro do país.

Segundo afirmou, a vinda a Angola destinou-se também a certificar-se da estabilidade económica e política, por isso, continuará a discutir com o executivo local a forma como o Reino Unido poderá ajudar a reconstrução nacional.

Sobre a conferência de doadores, a ter lugar no primeiro trimestre de 2003, salientou que esta matéria foi abordada com o Governo.

Empresariado nacional poderá participar na exploração petrolífera

Luanda, 04/12 - As empresas angolanas poderá participar, brevemente, nas actividades de exploração petrolífera, anunciou nesta quarta-feira, em Luanda, o director do gabinete de intercâmbio internacional do Ministério dos Petróleos, Félix Vieira Lopes.

Ao final da quarta Conferência sobre Petróleos em Angola, o dirigente disse estar em estudo a criação de um quadro jurídico para o efeito, cuja efectivação poderá acontecer num horizonte temporal não especificado.

"A partir de agora começou-se a sentir a necessidade dos angolanos intervirem na exploração petrolífera, a julgar pelos passos que estão a ser dados", disse Vieira Lopes, em alusão à intervenção do empresariado nacional na prestação de serviços à indústria petrolífera.

Quanto à previsão que o empresariado nacional intervenha na pesquisa e exploração petrolífera, Vieira Lopes sublinhou que apesar de "não possuímos um grande numero de quadros nesta área, a primazia será no incremento de prestação de serviços e mais tarde pensar em níveis mais altos".

Sobre a conferência, acredita que foram criadas novas oportunidades de negócios, com a maior parte dos conferencistas encontrar-se satisfeita com os resultados.

Para os conferencistas interpelados pela Angop, o evento produziu resultados satisfatórios, embora não possam ser atestados de imediato, isto porque, segundo eles, o alcance da paz permitirá a extensão das suas actividades em on-shore, antes limitadas em off-shore.

Alex Vines, da firma inglesa "The Royal Institute Of International Affairs", por exemplo, perspectiva maior intervenção da companhia em Angola nos próximos tempos.

"Esta conferência abriu muitas oportunidades de negócios para os investidores estrangeiros, como é o nosso caso, isto a crer pela vontade política das autoridades angolanas em inverter o quadro sombrio que se apossou da economia", sublinhou Alex Vines.

Por seu turno, o administrador da KPMG Angola-Moçambique e para África, Paul de Sousa, defendeu a necessidade de acelerar o estabelecimento de um clima propício para o investimento nacional e estrangeiro, como via para declarar Angola como "mercado aberto ao investimento".

A respeito, mostrou-se convicto que a revisão da Lei de Investimento Privado, já em curso, permitirá o alcance deste objectivo.

Participaram no certame cerca de 300 delegados de diversas companhias petrolíferas de todo o mundo.

Produção de petróleo poderá atingir 1.400 mil barris dia até 2004

Luanda, 06/12 - Angola estima produzir um milhão e 400 mil barris de petróleo por dia a partir do ano 2004, contra ao actuais 925 mil barris/dia, declarou hoje à Angop, em Luanda, o ex-ministro dos Petróleos, Botelho de Vasconcelos.

"Há perspectivas de aumento porque os investimentos continuam nos blocos que foram descobertos em águas profundas e ultra-profundas. Todos estes projectos e descobertas estão em desenvolvimento e nós queremos que no ano 2004/2005 a produção atinja um milhão e 400 mil barris por dia", disse o governante em entrevista exclusiva à Angop.

Quanto ao limitado número de empresas angolanas ligadas ao sector, apesar de o petróleo representar cerca de 63 por cento do Produto Nacional Bruto e 90 por cento das exportações, o ministro disse que passos estão a ser dados no sentido de reverter a situação.

Citou a Sonangol e outras companhias mais pequenas (que não revelou) como sendo actualmente as únicas que prestam serviço a empresas petrolíferas através do fornecimento de combustíveis e de mão-de-obra angolana.

Outros exemplos que mencionou foram o da companhia aérea Sonair, que contribui na transportação dos estrangeiros com os seus meios, bem como de algumas empresas de limpeza que, embora não sendo completamente angolanas mas sim alianças, prestam serviço ao sector.

Afirmou que antigamente até a água era importada, mas que neste momento já se consome nas companhias petrolíferas água da Chela e do Vale do Keve, produzida no país.

"São passos iniciais, tímidos mas creio que nos próximos tempos tudo isso irá melhorar, porque o nosso grande objectivo é não só as empresas angolanas sozinhas prestarem serviços, como também a criação de alianças com empresas internacionais, pois o sector petrolífero é exigente, utiliza tecnologias extremamente avançadas, capital elevado e recursos humanos especializados", reconheceu o ex-ministro dos Petróleos.

De acordo com Botelho de Vasconcelos, há quatro anos ministro dos Petróleos, "existe um trabalho iniciado mas que precisa de ser melhorado, já que até os produtos agrícolas que deveriam ser fornecidos com regularidade as vezes falham. Creio que agora, em situação de paz, as coisas vão melhorar".

Revelou a existência de uma comissão, integrada por elementos

do Ministério dos Petróleos, da Sonangol e da Indústria, que ao longo do ano analisou as várias oportunidades de negócios existentes na indústria petrolífera para a penetração mais consolidada do empresariado nacional nesta actividade.

Destacou igualmente quatro programas que gostaria de ver materializados no Ministério dos Petróleos, mormente o projecto de aproveitamento de gás (actualmente é queimado) para exportação e fabrico de produtos petroquímicos.

O outro projecto prende-se com a construção da nova refinaria, na província de Benguela, para possibilitar a transformação e processamento do petróleo ácido e pesado, produzido no país, com vista a alcançar dois objectivos: o aproveitamento deste petróleo e a criação de seis mil postos de trabalho, numa primeira fase, tornando a região num pólo de desenvolvimento que irá dar lugar a criação de pequenas empresas, centros médicos, e outras.

"O terceiro projecto é a questão da angolanização que não só restringe a formação dos angolanos, sua integração no sector, na tomada de postos de direcção nas companhias, como também a participação do empresariado nacional no sector", referiu.

O último diz respeito a conclusão da estratégia do sector para os próximos tempos, um trabalho que está a ser concluído e que visa conhecer perfeitamente o potencial do país no domínio dos petróleos existente no interior do país, porque praticamente a maior parte da actividade centra-se na produção e exploração no mar.

"Estamos, agora, numa nova fase e em situação de paz, pelo que teremos condições de conhecer o potencial mais em terra. São estudos que estão em curso e, com estes dados, teremos uma visão global a nível do nosso potencial e, assim, definirmos, no futuro, um perfil de produção que iremos ter a nível do país.

O ministro manifestou-se satisfeito com a realização, em Angola, durante esta semana, da Exposição sobre Petróleo e Gás, por ter sido um evento que possibilitou a troca de experiências acerca de vários projectos de desenvolvimento e a promoção da indústria petrolífera do país no exterior.

Discurso do Presidente da República na tomada de posse de Nandó

Foto: Angop

Presidente deu posse a Fernando da Piedade Dias dos Santos Nandó como Primeiro-ministro

Discurso pronunciado por sua excelência José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, na tomada de posse do novo Primeiro ministro, sua excelência Fernando da Piedade Dias dos Santos

Luanda, 6 de dezembro de 2002

Senhor Primeiro ministro, caros convidados, minhas senhoras e meus senhores,

Com a conclusão do Processo de Paz, iniciado em Maio de 1991, começou no País uma nova era caracterizada pela progressiva normalização da vida nacional.

Terminaram assim a grave crise político-militar e a guerra que devastou Angola. Estão também removidas as causas da situação de anormalidade constitucional vivida até aqui, que levaram o Presidente da República a adoptar algumas medidas especiais e excepcionais, ao abrigo do Artigo 67º da Lei Constitucional, para conduzir directa e pessoalmente a acção do Governo a fim de reverter o quadro sombrio então reinante.

Foi deste modo que preferi não prover o cargo de Primeiro Ministro quando o Professor Doutor José Vieira Dias de França Van-Dúnem, em virtude de alterações ocorridas no seio da Direcção do seu Partido, me apresentou o seu pedido de demissão, que aceitei. Entendi na altura que devia agir assim para facilitar a aplicação do princípio do Comando Único no Executivo, naquele período de profunda crise nacional, e tornar a acção do Governo mais célere e eficaz.

Alcançada a paz e estabilidade política e vencido o marasmo na gestão macro-económica, que permitiu manter sob controlo a inflação, renasceu a esperança de relançarmos a reconstrução e desenvolvimento de Angola.

É neste contexto que o Senhor Primeiro Ministro assume as suas funções, marcando este momento, naturalmente, o restabelecimento do funcionamento

normal do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, constituído em 1997 em conformidade com o Protocolo de Lusaka de Novembro de 1994.

Sopram novos ventos de fraternidade e reconciliação e abrem-se novas portas e novos rumos no interior e no exterior do País. É chegado o momento de erguermos dos escombros e da ruína, no trabalho e na disciplina, a Angola unida, democrática e próspera de amanhã.

O Senhor Primeiro Ministro foi membro do Governo cessante, participou na adopção do seu Programa para os anos 2003-2004, que define claramente os rumos que precisamos de trilhar para ultrapassarmos as consequências da longa guerra que afectou o nosso Povo e melhorarmos as suas condições de vida e de trabalho. Conhece igualmente o Orçamento Geral do Estado para 2003, que foi enviado, juntamente com o respectivo Programa, para a consideração da Assembleia Nacional.

Com a nova equipa, a nomear no prazo máximo de 72 horas, poderão certamente enriquecer estes documentos com as vossas contribuições antes da sua aprovação final pelas instâncias competentes do Estado, dando-lhes de seguida a mais ampla divulgação para conhecimento de todos os cidadãos e para obter a participação efectiva de modo organizado na sua implementação.

Neste exercício a nível do Governo desejo que seja reforçada a coesão, a disciplina e o trabalho de equipa. Que haja também mais vigor no cumprimento dos deveres constitucionais, evitando-se promessas irrealizáveis e a criação de falsas expectativas.

Disseram, por exemplo, que o projecto Kapanda iria gerar energia eléctrica agora em Dezembro, mas afinal só em Dezembro do próximo ano é que isto pode acontecer. Estávamos convencidos no início do ano que a inflação em 2002 baixaria para cerca de 50 por cento, porque desde 1999 que caía sempre para quase metade. A verdade é que ela vai ser mais ou menos igual à do ano passado. Por outro lado, erros técnicos e de má avaliação de capacidades e

estruturas levar«n à prematura degradação de algumas obras públicas.

Os futuros titulares dos diferentes ministérios têm de se empenhar mais e marcar a sua actividade pela seriedade e competência, para que possam exercer os seus cargos com resultados visíveis, transmitir informações fidedignas sobre o sector que dirigem e contribuir assim para melhor prestação do Governo no seu todo.

Apesar dos erros cometidos, e que estão à vista de todos, não há dúvida que houve progressos e novas conquistas. Desejo que a nova equipa faça ainda mais e melhor As qualidades pessoais do Senhor Primeiro Ministro dão-me a garantia de que assim será. Conte com o meu apoio sempre Vamos fazer de Angola um país próspero e um bom lugar para viver. Aceite as minhas felicitações.

Presidente da República procede a novas exonerações e nomeações

Luanda, 09/12 - O Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, exonerou hoje Aguinaldo Jaime do cargo de Governador do Banco Nacional de Angola e nomeou-o ministro-adjunto do Primeiro-ministro.

Amadeu Maurício foi nomeado Governador do Banco Nacional de Angola.

Noutros decretos, o Chefe de Estado Angolano exonerou os governadores do Kwanza-Sul e do Namibe, nomeadamente Francisco Higino Carneiro e Salomão Luheto Xirimimbi, e nomeou-os Ministros da Obras Públicas e das Pescas, respectivamente.

José Eduardo dos Santos nomeou também os Ministros de Urbanismo e Ambiente, da Educação, da Cultura e da Família e Promoção da Mulher, Virgílio Ferreira Fontes Pereira, António Burity da Silva, Boaventura Cardoso e Cândida Celeste da Silva, respectivamente.

Alexandra de Vitória Pereira Lemos foi nomeada Vice-Ministra da Educação,

Armindo Kopingo, Vice-Ministro das Obras Públicas, Malungo Belo Honoré, Vice-Ministro da Juventude e Desportos, Sebastião José António Martins, Vice-Ministro do Interior, e Pedro João António, Vice-Ministro das Pescas.

Os membros do Governo hoje nomeados foram já empossados em cerimónia que decorreu no Palácio Presidencial.

Governo aprova sua nova orgânica

Conselho de Ministros aprovou o decreto-lei que fixa a nova orgânica do Governo

Luanda, 09/12 - O Conselho de Ministros aprovou hoje o decreto-lei que fixa a nova orgânica do Governo, clarifica a sua cadeia de comando e define o quadro de repartição de competências entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro.

Um comunicado de imprensa do secretariado do Conselho de Ministros, divulgado no final da primeira reunião do Governo empossado hoje, explica que a repartição de competências entre o chefe de estado e o Primeiro-Ministro teve como base o acórdão do Tribunal Supremo sobre a matéria, bem como o disposto na lei constitucional.

O diploma cria o cargo de ministro adjunto do Primeiro-Ministro, entidade que assegura a coordenação da execução da política económica e financeira do governo e é o principal interlocutor com as instituições financeiras internacionais.

De acordo com o decreto-lei, foram igualmente criados os Ministérios da Educação, da Família e Promoção da Mulher, da Cultura, do Urbanismo e Ambiente, das Obras Públicas e das Pescas.

O Conselho de Ministros aprovou também um outro decreto-lei que altera a composição e o regime de funcionamento da Comissão Permanente do Conselho de Ministros.

Deste modo, a Comissão Permanente passa a ser o órgão ao qual compete no geral acompanhar e assegurar a implementação das deliberações do Conselho de Ministros, relativas aos programas especiais que concorram para a reconciliação nacional e ao reassentamento das populações.

Outras tarefas da Comissão Permanente serão acompanhar e assegurar a execução das deliberações do Governo concernentes à reintegração social dos ex-militares, dos portadores de deficiência de guerra, das crianças abandonadas, bem como o relançamento da produção interna e a reabilitação de infraestruturas sociais e produtivas.

Nos termos do diploma, passam também a integrar a Comissão Permanente do Conselho de Ministro os ministros da Indústria, das Pescas, da Geologia e Minas e da Comunicação Social.

Já fazem parte da Comissão Permanente os ministros da Defesa, Interior, Justiça, Planeamento, Finanças, Relações Exteriores, Administração do Território, Assistência e Reinserção Social e da Administração Pública Emprego e Segurança Social.

O Conselho de Ministros aprovou ainda o decreto-lei sobre o estatuto orgânico do gabinete do primeiro-ministro.

Novo governo tomou posse

Integrantes do novo governo após a tomada de posse no Palácio Presidencial

Luanda, 09/10 - Os integrantes do novo governo angolano, nomeado sexta-feira pelo Presidente da República por indicação do primeiro-ministro, tomaram posse hoje em Luanda numa cerimónia realizada no Palácio Presidencial.

Ao conferir-lhes posse, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, desejou êxitos aos governantes.

"Eu agradeço por terem aceite o meu convite e do senhor Primeiro-Ministro para integrarem o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional", disse José Eduardo dos Santos.

"Neste Momento apenas me apraz um brinde à saúde de todos, desejando que cumpram com êxito a missão que lhes foi confiada" - salientou.

Do novo governo, destaca-se a nomeação de Oswaldo Serra Van-Dúnem para ministro do Interior, em substituição de Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó", o Primeiro-Ministro.

Outros destaques foram os das Finanças, da Energia e Águas e dos Petróleos, respectivamente, José Pedro de Moraes, José Botelho de Vasconcelos e Desidério da Graça Veríssimo da Costa.

Do anterior elenco governamental foram reconduzidos os ministros da Defesa, Kundy Paihama, das Relações Exteriores, João Bernardo de Miranda, da Justiça, Paulo Tjipilica, do Planeamento, Ana Afonso Dias Lourenço, e da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, António Domingos Pitra da Costa Neto.

Foram ainda reconduzidos os ministros da Administração do Território, Fernando Faustino Muteka, da Indústria, Joaquim Duarte da Costa David, da

Agricultura e Desenvolvimento Rural, Gilberto Buta Lutucuta, dos Transportes, André Luís Brandão, e da Geologia e Minas, Manuel António Africano.

Nos decretos presidenciais, José Eduardo dos Santos também mantém os ministros dos Correios e Telecomunicações, Licínio Tavares Ribeiro, da Saúde, Albertina Júlio Nauosse Hamukuaia, do Comércio, Victorino Domingos Hossi, e da Hotelaria e Turismo, Jorge Alicerces Valentim.

Para ministro da Juventude e Desportos continua José Marcos Barrica, acontecendo o mesmo aos ministros dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra, Pedro José Van-Dúnem, da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, da Comunicação Social, Pedro Hendrick Vaal Neto, e da Ciência e Tecnologia, João Baptista Ngandangina.

José Eduardo dos Santos nomeou os vice-ministros do Comércio, Manuel da Cruz Neto, da Hotelaria e Turismo, Paulino Baptista, da Saúde, José Vieira Dias Van-Dúnem e Natália Espírito Santo, da Justiça, João Alves Monteiro e Manuel Miguel da Costa Aragão, da Geologia e Minas, Samuel Tito Armando, da Ciência e Tecnologia, Pedro Sebastião Teta, da Defesa Nacional, Demóstenes Amões Chilingutila, do Interior Diamantino Saungo Kangalo, das Finanças, Arlindo Praia Sicato e da Indústria, Sapalo António.

Para Vice-Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural foi nomeado Dário Manuel Catata, dos Transportes e Telecomunicações, Manuel Joaquim da Costa, da Comunicação Social, Graciano Tulumo, da Reinserção Social, Júnior João, da Juventude e Desportos, Lando Augusto, das Relações Exteriores, Jorge Rebelo Chitoty e Francisco Romão de Oliveira.

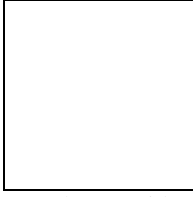
Friday, 6 December, 2002, 16:54 GMT

Angolan finance minister sacked

President dos Santos: appeasing the public?

By Justin Pearce

BBC, Luanda



Angolan President Jose Eduardo dos Santos has sacked his finance minister, during a cabinet reshuffle brought about by Thursday's appointment of a new prime minister.

The move comes at a time when Angola has been under increasing international pressure concerning financial mismanagement.

Julio Bessa spent two years as Angolan finance minister.

He lasted longer than any of his predecessors in a government where the sacking of ministers is a favourite way of appeasing public opinion when things go wrong.

But on Friday, it was Mr Bessa's turn to face the axe.

The appointment of former Interior Minister Fernando da Piedade Dias dos Santos (known as Nando) to the office of prime minister necessitated a cabinet reshuffle - and President dos Santos took the opportunity to appoint Jose Pedro de Morais as the new finance minister.

Galloping inflation

Analysts say that the reason has to do with Angola's poor macroeconomic performance, which has been of concern to the World Bank and the International Monetary Fund.

Inflation still runs at over 100%, despite government promises to get it down to 50% by the end of the year.

The civil war in Angola has left scars

Mr de Morais, the new minister, was last in government as planning minister 10 years ago.

He was later Angola's nominee to the board of the IMF.

It is possible that his association with this institution is intended to restore confidence in Angola at a time when the country has been under particular scrutiny for financial mismanagement - notably, in an IMF report which said \$4bn had disappeared from state finances over five years.

One international financial analyst said that the appointment of Mr Morais was a positive step since he was a man committed to reform - yet it is not certain how much freedom the new minister will have to operate, in a system of government still tightly controlled by the presidency.

The same analyst said that for similar reasons, the failures blamed on outgoing minister Julio Bessa actually had more to do with the system than with Mr Bessa's own ineffectiveness.

The other main change in the cabinet is that the Angolan Ambassador to Portugal, Osvaldo Van-Dunem, is being recalled to Luanda to replace Prime Minister Nando as interior minister.

PRESS RELEASE

Mine Incident in Mavinga, Kuando Kubango Province

Luanda, 2 December 2002 – The United Nations Humanitarian Coordinator in Angola, Mr Erick de Mul, expressed his condolences for the victims of the mine incident that occurred on Friday, 29 November, in Kuando Kubango Province. The victims were returning from conducting a vaccination campaign in Cunjamba, north of Mavinga, when their vehicle detonated a mine¹. Portugal to get \$270 mln debt payment from Angola.

Reuters News, 28 November 2002, 357 Words, (English)

LISBON, Nov 28 (Reuters) - Cash-strapped Portugal is to receive \$270 million as part of an accord to reschedule \$1 billion in debt owed by former colony Angola, Finance Minister Manuela Ferreira Leite said on Tuesday.

Copyright 2002

InfoProd

November 19, 2002

LENGTH: 116 words

ANGOLA: **FOUR NEW PHONE OPERATORS EMERGE IN ANGOLA**

BODY:

Four new fixed-line telephone operators may be licensed soon in **Angola**, according to National Communications Institute (INACOM) director Joao Beirao. Mr Joao Beirao named the new operators bidding for a license as being Mercury, Mundo Startel, Telesil/Nexus and Wezacom, all governed by Angolan law. He said it was unlikely that the tender would have a winner as, he added, they may all be authorized since negotiations for the concessions are going smooth. The bidders proposals complement each other and may constitute a rapid solution to the problems of inhabitants in zones of the national territory not served with telecommunications facilities, he said. - (World IT Report.com)

JOURNAL-CODE: WINP

LOAD-DATE: November 19, 2002

6 of 88 DOCUMENTS

Copyright 2002 Financial Times Information
All rights reserved
Global News Wire - Asia Africa Intelligence Wire

Copyright 2002 Accra Mail

AllAfrica.com - AAGM

November 18, 2002

LENGTH: 1009 words

PEACE IN ANGOLA SPURS US INTEREST IN ECONOMY AND GOVERNANCE

BYLINE: Reed Kramer

BODY:

With peace finally a reality for **Angola**, there is a "mutual attraction" between the United States and that southern African nation, according to investment banker Rodney Goodwin, executive director of HSBC Equator Bank and chairman of the U.S. **Angola** Chamber of Commerce.

The Angolan government signed a peace accord with the Unita rebel movement in April, two months after its leader Jonas Savimbi was killed in battle. This month **Angola** is marking its 27th independence anniversary, the first it has celebrated without war.

In January, **Angola** will join the United Nations Security Council for a two-year term and last month took over the chairmanship of the 14-nation Southern African Development Community. U.S. interest in the country is fueled by its oil, which accounts for about seven percent of U.S. petroleum imports, as well as by its rich diamond fields.

Rodney Goodwin, whose bank has actively invested in a number of projects, said more U.S. companies should take a look at what Angola has to offer. The country "has the resources to contribute to its post-war development," opening the way for attractive business opportunities. However, thus far, both U.S. companies and the American government are "way behind others in getting involved."

Angola's deputy foreign minister, Jorge Chikoti, speaking last week along with Goodwin at a seminar at the Woodrow Wilson International Center for Scholars in Washington, DC, said that peace will allow the country's political process to mature and economic reforms to take root. "We are discussing a new constitution that will lead to new elections," he said, a process intended to engage a range of groups in addition to Unita and the ruling MPLA. Twelve political parties are represented in the current Parliament, and the country has an increasingly active civil society.

Chikoti acknowledged the challenges facing Angola, which he said needs investment and assistance to recover from a quarter-century of fighting. Over four million people, about a third of the population, have been displaced by war, and much of the country's infrastructure has been destroyed. The war claimed two million lives and created 800,000 orphans and 100,000 amputees. Parts of the country are littered with landmines.

In the midst of this humanitarian tragedy, which is being worsened by spreading famine, the United Nations is finding it "very difficult to mobilize funds" needed for basic assistance, as well as for rehabilitation and for the demobilization of combatants, says Agostinho Zacarias, a senior UN adviser. One reason is a desire on the part of donors to see significant Angolan resources allocated to human needs and economic improvement.

Currently, some 80,000 former Unita soldiers and their families are housed in reception areas, where they receive assistance from international agencies. But the Angolan government is preparing to close these camps, Chikoti confirmed, raising concerns for the welfare of the 300,000 people affected and sparking fears that some of the fighters will turn to crime to support themselves.

To tackle the massive reconstruction required, Chikoti said, significant outside assistance is required. "The American government today is one of the best partners," he said.

The United States has a long history of involvement in Angola, dating from support for Portuguese colonial rule prior to the country's independence in 1975 and backing for Savimbi and Unita for more than a decade. According to Witney Schneidman, an Angola expert who served in the Clinton administration, "U.S. interests transcend oil and make it imperative that we be involved in the country's rehabilitation."

Angola requires assistance "to ensure that families are reunited, that people learn skills that will enable them to find jobs, that the small and medium business sector will grow, that basic conditions of housing, health and nutrition are met, and that infrastructure is rehabilitated," he told the Woodrow Wilson session. But the current level of U.S. aid, totaling less than \$ 7.5 million, is smaller than all but five countries in sub-Saharan Africa, including Liberia and Somalia, said Schneidman, a former deputy assistant secretary of State.

In addition to increased aid, he proposed that the Bush administration work to help Angola qualify as a beneficiary of the African Growth and Opportunity Act, send Peace Corps volunteers to the country, and broaden an Aids-prevention campaign, spearheaded by the U.S. Angola Chamber of Commerce and American oil companies, to encompass jobs and skill acquisition.

One key to attracting both new investors and the financing needed for expanded trade and economic reconstruction is an agreement between the Angolan government and the International Monetary Fund. In a session convened a few days ago by the U.S. Angola Chamber and the Corporate Council on Africa, Paul Hare, a former U.S. ambassador and current Chamber president, described the recent relationship between the government and the IMF as "rancorous" and said "nobody knows" if the latest round of talks, which began last week in Luanda, will lead to a resolution.

One issue that has complicated Angola's IMF discussions and contributed to the wariness of investors outside the oil sector is the country's reputation for rampant corruption. The London-based NGO Global Witness, in a March 2002 report subsidized by American financier and philanthropist George Soros, accused the Angolan government of "wholesale state robbery" and calculated that nearly one-third of an estimated \$ 3.5 billion in oil revenue remains unaccounted for in 2001.

Asked at the Woodrow Wilson forum to address the corruption issue, Chikoti said the government is "taking corruption seriously" and has established a Court of Accounts to monitor how public funds are spent. The process will take time, he conceded, complicated by the demands of a transition from a planned economy to a free-market system.

Distributed by AllAfrica Global Media. (allafrica.com)

JOURNAL-CODE: FAAC

LOAD-DATE: November 19, 2002

16 of 88 DOCUMENTS

Copyright 2002 Financial Times Information
All rights reserved
Global News Wire - Asia Africa Intelligence Wire

November 9, 2002

LENGTH: 318 words

EU/AFRICA: EU JOINS GLOBAL ACCORD ON 'CONFLICT DIAMONDS'

BODY:

The agreement comes almost four years after the clandestine links between gem smugglers, warlords and gunrunners inspired threats of a consumer boycott of diamonds. The United Nations has said warring factions in **Angola**, Sierra Leone and Liberia bought arms with proceeds from uncut gemstones sold to the world markets, where their origin is soon obscured. Representatives of more than 40 countries, along with mining executives, diamond dealers and campaigners from advocacy groups, ended the meeting in Interlaken by committing themselves to a UN-backed certification plan intended to insure that only legally-mined rough diamonds, untainted by conflict, reach established markets.

The new regulations are to come into force next January 1 in nations that account for 90% of the world's legal trade in rough diamonds. Under the programme, only countries that subscribe to the new rules - known as the Kimberley Process - will be able to trade legally in rough diamonds. Countries that break the rules will be suspended, making their diamond exports illegal. Individual diamond traders who break the rules will be punishable under the laws of their own countries. The certification scheme is part of a chain of guarantees, under negotiation for two years, to squeeze illicit diamonds out of the Euro 8 billion market in rough diamonds that creates a Euro 60-billion-a-year retail trade.

Under the new rules, shipments of rough diamonds must be sent in tamper-proof containers accompanied by a certificate guaranteeing the origin and contents. The importing nation must acknowledge their receipt, certify that they have not been tampered with, and reject shipments that do not meet requirements.

A draft Commission Regulation unveiled in August sets new mechanisms to oversee Antwerp's polished diamond markets - which handles 80% of the world's diamonds - as well as the market in London.

JOURNAL-CODE: FEUR

LOAD-DATE: November 11, 2002

Copyright 2002 Indigo Publications

Africa Energy Intelligence

November 5, 2002

SECTION: FINANCIAL OPERATIONS; / ANGOLA; N. 333

LENGTH: 232 words

NGO Re-Discovers Trust Fund System

BODY:

The International Consortium of Investigative journalists (ICIJ) that forms part of the American NGO Center for Public Integrity, has just re-discovered **Angola's** trust fund system. In a report on private security companies operating in the developing world that was published on Oct. 28, the NGO devoted a chapter to the financial methods of the Angolan national oil company Sonangol. It identified an account that Sonangol opened at the Lloyds Bank in Jersey to receive money from oil companies and to pay Angola's creditors (among the latter ICIJ cited the Swiss bank UBS, the construction groups Odebrecht and Engil as well as the security firm TeleServices and the Banco Africano de Investimentos, which is 17% owned by Sonangol). The report, in fact, put its finger something that had already been known: a system of trust funds that has operated for many years and involves well-established financial institutions. The Cabinda Trust, for instance, is managed by the Lloyds Bank and is linked to production of the Cabinda Gulf Oil Company (in which ChevronTexaco holds 39.2% and Sonangol 41%) which operates block 0 in Cabinda. It encompasses 17 financial establishments. Sonangol sells its share of production on block 0 to traders who deposit revenue in the trust fund. Sonangol's creditors then address themselves to the manager of the trust who pays the bills.

LOAD-DATE: November 14, 2002

Copyright 2002 Indigo Publications

Africa Energy Intelligence

November 5, 2002

SECTION: FINANCIAL OPERATIONS; / CONGO - B; N. 333

LENGTH: 98 words

IMF Oil Audit

BODY:

Less than a month after a leaked IMF report indicated that nearly \$ 900 million in oil receipts had disappeared from **Angola's** budget last year (AEI 332), neighboring Congo-Brazzaville is bracing itself for a similar audit of its oil money. An IMF mission was in the Congo capital last week to launch an audit of the accounts of Societe Nationale des Petroles du Congo (SNPC) under the terms of an agreement on relations between SNPC and the government signed in late June, 2001. As in **Angola**, the audit will compare revenue received by the finance ministry and that of SNPC.

LOAD-DATE: November 14, 2002

31 of 88 DOCUMENTS

Copyright 2002 Indigo Publications

Africa Energy Intelligence

November 5, 2002

SECTION: GOVERNMENT STRATEGIES; / ANGOLA/UNITED STATES; N. 333

LENGTH: 147 words

Military Training in Return for Crude

BODY:

A U.S. proposal to provide additional military and economic assistance to Gulf of Guinea nations in return for deliveries of crude oil is hardening up for **Angola**. During a hearing before a Senate committee last month, Walter Kansteiner, under-secretary of state for African affairs, said officers from the general staff of the Angolan Armed Forces were following courses at the United States European Command. He also said the state department planned to shortly kick off an International Military Education & Training program (IMET) with Luanda (the Bush administration already asked Congress to earmark \$ 100,000 for the program last year). IMET programs with Angola were officially suspended in 1998 because of a flare-up in the war between government forces and UNITA. During the Clinton administration U.S. and Angolan armed forces held regular contacts.

LOAD-DATE: November 14, 2002

32 of 88 DOCUMENTS

Copyright 2002 Indigo Publications

Africa Energy Intelligence

November 5, 2002

SECTION: OIL & GAS; / ANGOLA; N. 333

LENGTH: 264 words

Bumper Month for Service Firms

BODY:

November looks set to be a bumper month for oil services companies active in **Angola**. Some 10 development contracts are to be awarded.

Long months of lobbying efforts aimed at the majors by oil services companies operating in Angola should start bearing fruit in November. To be sure, ExxonMobil and ChevronTexaco are scheduled in November to award development contracts for Kizomba B, Benguela/Belize and Sanha/Bomboco. Unlike the case with Kizomba A last year, ExxonMobil and state-owned Sonangol didn't squabble over the development of Kizomba B which is expected to cost \$ 1.8 billion. The two big fields on the block, Kissaje and Dikanza, are thought to contain a billion barrels of oil. Among companies bidding to build the FPSO is a consortium made up of Hyundai, Fluor Daniel and Amec that built the production vessel for Kizomba A. In the running for the sub-sea systems are Bouygues Offshore, Stolt Offshore and Technip Coflexip. ChevronTexaco also won Sonangol's blessings for its development plan for Benguela/Beliza this summer (AEI 321) and is due to award development contracts this month. Daewoo and Hyundai are competing against one another for the contract. As for Sanha/Bomboco, the leading contenders - Kvaerner, Daewoo and Heerema - joined forces in a consortium. Once these awards have been made, the next big contract for oil services firms in Angola will be that of Dalia operated by TotalFinaElf. The French group won permission to issue an invitation to tender this autumn. A pre-engineering contract has already been awarded to Kvaerner.

LOAD-DATE: November 14, 2002

Copyright 2002 Indigo Publications

Africa Energy Intelligence

November 5, 2002

LOAD-DATE: November 14, 2002

Copyright 2002 Indigo Publications

Africa Energy Intelligence

November 5, 2002

SECTION: STATE-OWNED COMPANIES; SONANGOL / ANGOLA; N. 333

LENGTH: 66 words

New American Headquarters

BODY:

Angola's state-owned oil company Sonangol inaugurated its new American headquarters located on Enclave Parkway in Houston at the end of October. The building, which cost nearly \$ 9.5 million to build, will enable Sonangol to significantly increase its presence in the United States, which has so far been limited. Baptista Sumbe is to remain head of Sonangol's American office.

LOAD-DATE: November 14, 2002

36 of 88 DOCUMENTS

Copyright 2002 Financial Times Information
All rights reserved
Global News Wire - Asia Africa Intelligence Wire

Copyright 2002 Times Media Ltd.

Business Day (South Africa)

November 5, 2002

SECTION: 013

LENGTH: 629 words

CONFLICT DIAMONDS

BODY:

Conflict diamonds TWO years' of talks between the diamond industry, governments and nongovernmental organisations aimed at halting trade in "conflict diamonds" come to fruition today as governments meet in Switzerland to ratify an international certificate scheme for rough diamonds. More than 40 countries are expected to ratify the international accord, which follows an industry self-regulatory agreement signed in London last week. The Kimberley Process, as it's called, will see legitimate diamond producers and traders guaranteeing that every gem they sell is "conflict free" while governments will monitor diamond exports and imports, certifying they come from legitimate sources.

The accords, in which SA and De Beers have played leading roles, are to be welcomed for moral and political reasons. This is primarily an African problem, centred on Sierra Leone, the Democratic Republic of Congo, Liberia and **Angola**, where diamond sales have helped fund rebel groups in bloody civil wars. No one should want to wear, or profit from, a "blood" diamond. And ideally, the international government and industry accords might make some contribution to curbing civil warfare in those African countries where control over diamond fields has fuelled conflict and diamond funds have been used to buy guns, grenades and landmines.

The Kimberley Process, admittedly, involves plenty of self-interest on the part of De Beers, and to some extent on the part of the governments of SA and its diamond-producing neighbours.

Diamonds are forever, we're told. But their status as a symbol of beauty and purity has been threatened by the "blood diamond" tag and gruesome pictures of mutilated African civilians. True, oil has probably been as important in funding civil warfare in Africa as have diamonds. But oil sales are not as sensitive to bad publicity as jewellery sales are. So De Beers, which controls nearly two thirds of the world's diamond sales, has determinedly turned the threat to its advantage. Even at their peak, conflict diamonds did not account for more than about 4% of the global rough diamond trade. But the Kimberley rules on conflict diamonds should also curb other illicit trading in smuggled or stolen diamonds. The more illicit trade is marginalised, the more De Beers, in its new role as "supplier of choice", consolidates its dominance of the world market.

That is good, too, for SA, Botswana and Namibia - although production from countries such as Canada is increasing. Africa, particularly these three southern African countries, still accounts for the vast majority of the world's newly mined diamonds.

But will the Kimberley Process work? There is reason to be sceptical. Diamonds are very small items of very high value, and trade in the gems has always been virtually impossible to police. It is hard to tell precisely where a particular diamond came from, and though there are industry moves to "brand" diamonds, this is still new and applies to cut rather than rough diamonds. With world sales of rough diamonds worth \$ 7bn- \$ 8bn annually, and trade in cut diamonds worth about 10 times that figure, this is a business where vast sums are involved - and where the shadier players will go to great and ingenious lengths to find ways around any regulations designed to curb illicit trade. The Kimberley rules have the best of intentions, and governments doubtless will try their best to enforce them. But the system relies ultimately on the integrity of those who trade in diamonds.

Government is to be commended for backing the Kimberley Process. But the new rules are fairly unlikely to have much effect on the war zones of Sierra Leone or the Congo. Kimberley might become a piece of peace in Africa. But not a big piece.

JOURNAL-CODE: FBUD

LOAD-DATE: November 9, 2002

38 of 88 DOCUMENTS

Copyright 2002 Financial Times Information
All rights reserved
Global News Wire - Asia Africa Intelligence Wire

Copyright 2002 Vietnam News Briefs

Vietnam News Briefs

November 4, 2002

LENGTH: 330 words

TRADE: PLASTIC SECTOR SIGNS OFF ON \$ 16-MLN EXPORT DEALS IN MIDDLE EAST AND AFRICA

BODY:

While accompanying Vietnamese President Tran Duc Luong on his recent two week trip to Lebanon, Iran, Namibia, **Angola**, Congo and France, which ended on October 31, the Vietnam Saigon Plastic Association (VSPA) signed six memorandums of understanding worth \$ 16 million, according to chairman Tran Cong Hoang Quoc Trang.

In France, the Vinafilm Company under the association signed an agreement with the French bank Societe Generale for a \$ 11.5 million credit to enable the company to buy a \$ 13.5 million film-packaging production line from the French company DMTSA.

In Lebanon, VSPA reached agreement with the Beirut Business Association to supply 500,000 meters of farming plastic (for protecting plants) worth \$ 1 million in 2003. It also signed another \$ 1-million memorandum with the Gulf Group in Tehran (Iran) to sell 200 million plastic spoons and forks to Middle Eastern airlines.

Under the three other memorandums, VSPA will invest in joint ventures in Namibia, Angola and Congo to develop plastic home appliance factories with a combined value of \$ 2 million.

VSPA also came to an agreement with several Viet Kieu (overseas Vietnamese) businesses in Angola to act as agents for Vietnamese plastic items. Next year's sale value for the items is expected to be \$ 500,000.

With its penetration into the Middle East and Africa, Trang said, the country's plastic industry is expected to earn up to \$ 400 million from exports each year. Contracts with pricing and plans for feasibility studies to follow on from the memorandums will be written soon, he added.

Last year the Vietnam Plastic Corporation (Vinaplast) gained export turnover of \$ 3.4 million, up 69%. It reported export turnover of \$ 2.8 million in the first nine months of the year, up 46.9% against the same period last year and realizing 62.3% of the yearly target. Its markets include the US, France, Germany, Russia, the Ukraine and China.

(HCM City Youth Nov 4 p11, VNS Nov 4 p15)

JOURNAL-CODE: VNB

LOAD-DATE: November 4, 2002

42 of 88 DOCUMENTS

Copyright 2002 Financial Times Information
All rights reserved
Global News Wire - Asia Africa Intelligence Wire

Copyright 2002 M2 Communications Ltd.

Africa Mining Monitor

October 30, 2002

LENGTH: 136 words

ALROSA SIGNS DIAMOND AGREEMENT WITH ANGOLA'S ENDIAMA

BODY:

Russian diamond producer Alrosa has signed a joint venture agreement with the Angolan state-owned diamond company Endiama.

Alrosa already has an interest in the Katoka diamond project in **Angola** and the new agreement concerns the Luo project, which consists of two diamond deposits.

According to Alrosa, with the use of diamond production technology at the new fields that is currently being used in the Katoka project, explored reserves at Luo are sufficient for 50 years.

(Interfax, 25 Oct 2002; Russian Business Monitor, 23 Oct 2002.) African Mining Monitor includes paraphrased and abstracted material with the source, which is deemed to be reliable and duly identified. AMM is unable to provide full-text copies of these original documents. ((Comments on this story may be sent to info@m2.com))

JOURNAL-CODE: WAMM

LOAD-DATE: October 30, 2002

47 of 88 DOCUMENTS

Copyright 2002 Financial Times Information
All rights reserved
Global News Wire - Asia Africa Intelligence Wire

Copyright 2002 The Saigon Times Daily

The Saigon Times Daily

October 30, 2002

LENGTH: 488 words

LISOHAKA SELLS MOTORCYCLES TO ANGOLA - HIGHER IMPORT TARIFF ON M/C ENGINES

BYLINE: Thai Thanh

BODY:

(SGT-HANOI) Lisohaka Motor Joint Stock Co. yesterday sent its first shipment of 120 motorcycles to **Angola** under a contract for 2,000 units.

Lisohaka general director Vu Manh Ha said the 120 bikes would be inspected by the Angolan partner and his company looked likely to complete the contract this month.

The export price of one Lisohaka motorbike is US \$ 650 (some VND10 million), while the same machine sells VND6.6 million in Vietnam.

Ha said his company would negotiate with South African firms to sell Lisohaka bikes there. Companies in that country import Japanese motorbikes but they have showed keen interest in Lisohaka products because of the much lower prices.

Lisohaka is also in talks with Cambodia to sell 10,000 motorcycles to the country's military at a price of US \$ 280 each.

The company has a factory which has a daily output capacity of 5,000 motorcycles in Phu Cat Hi-tech Park in Ha Tay Province. The local content of Lisohaka bikes is 80%, while the engine content rate is 60.08%.

In addition to making engines at the factory, the company buys components from outside.

Lisohaka was formed in August 2000 by Thai Binh Motorcycle and Bicycle Co., Cuu Long Hanoi Cooperative, Communications Co. No. 699 and three private enterprises. The 2,000-strong company has raised its charter capital from VND90 billion to VND380 billion, and plans to manufacture 120,000 units, mainly for rural areas.

* The Government will apply an import tariff rate of at least 100% on finished motorcycles and engines from early 2003, as well as maintain the current rates on components.

Government Decision 147/2002/QD-TTg says foreign-invested makers should operate in line with their licenses.

Companies will not be allowed to sell their motorcycles in Vietnam if their products are not registered for industrial property rights and have not undergone quality inspections.

The decision also requires that all assemblers and manufacturers of motorcycles and engines apply the ISO 9001:2000 standards to production from early 2004.

The Ministry of Industry has been told to inspect all motorcycle companies nationwide and only permit those which meet the requirements in Decision 24/2002/QD-BCN dated June 7, 2002 to continue production.

The Government has also ordered the Ministry of Planning and Investment to check whether motorcycle enterprises operate in line with their licenses or not, and revoke the licenses in the latter case.

The Ministry of Finance has been assigned to negotiate with ASEAN countries to remove motorcycles from the list of goods subject to import tariff reduction and only cut the tariff on motorcycle components from January 1, 2006.

Meanwhile, the Ministry of Communications and Transport is responsible for supervising the registration of motorcycles and engines as well as issuing motorcycle criteria for motorcycles and components before December 31.

JOURNAL-CODE: FSGT

LOAD-DATE: October 30, 2002

48 of 88 DOCUMENTS

Copyright 2002 Indigo Publications

Africa Mining Intelligence

October 29, 2002

SECTION: EXPLORATION & PRODUCTION; / ANGOLA; N. 48

LENGTH: 214 words

Alrosa Anticipating De Beers' Return

BODY:

Russia's Alrosa set up a new joint venture with Endiama only days after the Angolan firm and De Beers declared a moratorium on a legal dispute pitting one against the other, an agreement that will allow the South African giant to return to **Angola** after a 26-month absence. The accord involving Alrosa was signed on Oct. 24 during a trip to the region by Alrosa boss Vladimir Kalitin and concerned the development of the biggest diamond deposit in the country, Luo on which two kimberlite pipes are located. The new company will be made up of Endiama, Alrosa and Portugal's Espirito Santo Group. Meanwhile, the Russian group initialed another agreement concerning the Catoca mine which it already operates alongside Endiama, Odebrecht and Daumonty Financing, an Israel-based company owned by businessman Lev Leviev. The latter holds a monopoly on marketing Angola's diamonds through his affiliate Ascorp. The fresh accord calls for the construction of a new unit to double the processing capacity of the mine. The investments strengthen the Russian firm's position in Angola and reduces opportunities for De Beers. However, Nicky Oppenheimer's group is determined to resolve the difference with Endiama concerning a \$ 50 million loan in order to sign new contracts.

LOAD-DATE: November 8, 2002

50 of 88 DOCUMENTS

Copyright 2002 Financial Times Information
All rights reserved
Global News Wire - Asia Africa Intelligence Wire

Copyright 2002 Times Media Ltd.

Business Day (South Africa)

October 28, 2002

SECTION: 003

LENGTH: 223 words

ANGOLA EMPLOYS MINTEK

BYLINE: John Fraser

BODY:

Angola employs Mintek Trade and Industry Editor THE Angolan government has approached SA& 146;s minerals research and development parastatal Mintek to help with the rehabilitation of its mining industry in the wake of the economically disruptive civil war.

The approach is a recognition of the abilities Mintek, which has been transformed in recent years into a commercially oriented operation and a world leader in a number of metal-related technologies.

Mintek CE Paul Jourdan said there was a possibility of Mintek assisting other African countries & 151; including Zimbabwe and the Congo & 151; with the development of their mining industries. & 147;Now there is peace, we would be looking to see how we could help with the revival of the minerals sector in Angola & 151; with the exception of diamonds and oil, in which Mintek does not have much experience.& 148; He said the mineral potential of Angola was awesome, and that now the conflict was over, there was hope the country& 146;s mining industry can be rejuvenated.

& 147;The potential of oil and diamonds is well known, but Angola has only been 20% surveyed geologically & 151; one third of the country is covered with Kalahari sand, and there could be anything under that. It& 146;s still very early days, but we are interested in the potential.& 148;

JOURNAL-CODE: FBUD

LOAD-DATE: October 29, 2002

54 of 88 DOCUMENTS

Copyright 2002 Financial Times Information
All rights reserved
Global News Wire

Copyright 2002 Interfax News Agency

Interfax

October 28, 2002

LENGTH: 150 words

RUSSIAN DIAMOND GIANT ALROSA TO EXPAND BUSINESS IN ANGOLA

BODY:

Alrosa, Russia's Yakutia-based diamond monopoly, may enter into new projects in **Angola**.

An Alrosa delegation, led by Vladimir Kalitin, The company's president, intends to visit **Angola** from October 23-26, the company said in a news release.

Alrosa is thinking about acquiring an interest in the Luo property, which includes two new diamond pipes and which could yield up to \$ 400 million in diamonds per year.

The delegation will also discuss the construction of the second stage of the existing Catoca diamond mine, and the construction of the Chicapa hydroelectric plant to feed the Catoca and other mines.

Alrosa owns 32.8% of the equity in Catoca Mining Company, which was set up in 1997 with Angola's Endiama, Brazil's Odebrecht and Israel's Daumonty Financing.

Catoca Mining had revenues of \$ 169.6 million from the sale of diamonds and profits of \$ 38.4 million in 2001.

JOURNAL-CODE: WIRA

LOAD-DATE: November 14, 2002

Copyright 2002 Interfax News Agency

Interfax

October 28, 2002

LENGTH: 346 words

SHARES IN ANGOLA DIAMOND VENTURE TO BE DISTRIBUTED NEXT MONTH

BODY:

MOSCOW. Oct 28 (Interfax) - A joint venture to develop two diamond deposits in **Angola** will consider next month distributing shares in its capital.

The venture comprises Russian diamond monopoly Alrosa, Angolan state company Endiama and a company whose name has not been disclosed, an Alrosa source told Interfax.

The source also confirmed that an agreement was signed during the Alrosa delegation's visit to set up a group to build a hydro power

An agreement to establish the venture was signed during a visit by an Alrosa delegation to Angola last week.

The venture was set up for the Luo project, a program to develop a deposit that comprises two kimberlite pipes, Camatchia and Camagico. The deposit is expected to produce diamonds for a minimum of 50 years.

It is unclear whether Alrosa-Vneshstroi, a future organization that will run the construction of the plant, will be a 100% Alrosa

The venture originally planned to discuss share distribution at a meeting in Moscow, but decided to change the venue because of last week's hostage crisis in Russia's capital, the Alrosa source said.

Catoca is being developed by a joint venture also called Catoca and set up in 1997. Alrosa owns a 32.8% stake in it, and so does

plant on the Chicapa river. The group will be called HidroChicapa.

The plant, construction of which will begin next year, would serve to reduce the cost of diamonds obtained from the Catoca deposit and facilitate other projects.

subsidiary.

Endiama. Brazil's Odebrecht Mining Services holds 18% of shares in Catoca, and 16.4% belong to the Netherlands' Daumonty Financing Company, part of Israel's Leviev Group.

Diamonds sold by Catoca last year brought \$ 169.5 million. Sales of Catoca's diamonds are brokered by the Ascorp company, broker for Endiama's whole output. RU EUROPE EEU EMRG GOL MRG TRD AO AFE BR LATAM NL WEU EU IL MEAST ASIA as rm

JOURNAL-CODE: WIRA

LOAD-DATE: November 14, 2002

Copyright 2002 IM Independent Press Ltd

The Moscow Times

October 23, 2002

LENGTH: 83 words

BUSINESS IN BRIEF: ALROSA EYES ANGOLA

BODY:

MOSCOW -- Diamond monopoly Alrosa plans to sign new mining agreements with **Angola** this week, the company said Tuesday.

Alrosa president Vladimir Kalitin is leaving for the African country on Wednesday for a four-day trip, Interfax reported. One possible project is the construction of two new mines that could yield diamonds worth \$ 400 million per year.

JOURNAL-CODE: WTMT

LOAD-DATE: October 23, 2002

Africa Energy Intelligence

October 22, 2002

SECTION: GOVERNMENT STRATEGIES; / ANGOLA/CONGO - B; N. 332

LENGTH: 124 words

Talks on K Structure

BODY:

Congo's oil minister, Jean-Baptiste Tati Loutard, travelled to Luanda late last week to negotiate with his Angolan counter-part, Jose Maria Botelho de Vasconcelos, on the composition of the consortium that will explore ?K Structure.? The latter is a joint oil exploration zone straddling block 14 on **Angola's** side (where ChevronTexaco operates) and the Haute Mer permit on Congo's side of the boundary (TotalFinaElf operator). ChevronTexaco has been named operator of K Structure but the French group will be strongly involved in its development, as well as the national oil companies of Congo-B and **Angola**. Luanda and Brazzaville are due to decide the shareholder structure of the future consortium before the end of the year.

LOAD-DATE: November 1, 2002

AGENCE FRANCE PRESSE - ENGLISH 21st November 2002 ANGOLA'S JOINT PEACE COMMISSION IS DISSOLVED

LUANDA, Nov 21 (AFP) - A joint military commission of Angola's army and former rebels, charged with overseeing a ceasefire signed in April after a quarter of a century of bloodshed, was officially dissolved on Thursday.

"The government and UNITA commit themselves to no longer resorting to the use of arms," representatives of the Luanda government and of the National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) said in a joint statement.

Top brass of the Angolan armed forces and the UNITA military command on April 4 signed a ceasefire accord to end 27 years of almost uninterrupted civil war and the commission took up its duties the following day.

The deal, which came less than two months after the army killed UNITA's veteran and hardline leader Jonas Savimbi, also provided for the revival of a previous peace accord signed in Lusaka, Zambia, in 1994.

The former belligerents said Thursday that they considered implementation of the military clauses of the Lusaka accord to have begun, including the disarming of UNITA and the demobilisation of some 80,000 of its men.

The war claimed at least half a million lives in the southern African country and has displaced an estimated four million people, many of them villagers whose home territory has been heavily mined.

mm-stb/nb

Angola-peace-commission

AP WORLDSTREAM 21st November 2002

ANGOLA CONCLUDES IMPLEMENTATION OF PEACE DEAL

LUANDA, Angola (AP) _ Angola formally concluded Thursday the implementation of a U.N.-brokered 1994 peace agreement which was derailed when the government and UNITA rebel group returned to their two-decade war.

"We have turned a page in our history," Interior Minister Fernando dos Santos told a special ceremony at Parliament.

"The basic conditions are now in place for Angola to build democracy and national reconciliation in peace," UNITA's interim leader Paulo Lukamba Gato said.

Angola's civil war started in 1975 after it became independent from Portugal. The country quickly became a Cold War battleground as the United States and South Africa backed Jonas Savimbi's UNITA while the Soviet Union and Cuba supported the then-Marxist government.

Two peace deals failed before the United Nations brokered a deal in 1994 after four years of negotiations.

However, after years of slow implementation of the accord the foes resumed their war in 1998.

The fighting stopped in February when the army killed Savimbi and in April the two sides agreed to resume implementation of the 1994 accord.

In recent months, UNITA's about 80,000 soldiers have gathered at demobilization camps across the country and handed over their weapons.

In return, the government appointed UNITA officials to official posts in the government.

Ibrahim Gambari, the United Nations representative to Angola, told the ceremony that the authorities still had to tackle serious problems.

The war left a legacy of 4 million homeless people dependent on foreign aid, extensive minefields, widespread poverty and a wrecked economy, the United Nations said recently.

The government has promised to find jobs for the former UNITA soldiers.

(str/bh)

AP WORLDSTREAM 21st November 2002

ANGOLAN POLICE DETAIN SUSPECTS IN SLAYING OF 17

LUANDA, Angola (AP) _ The authorities have detained three suspects from the army and police force in the slaying of 17 civilians in an ambush on a rural road, a news report said Thursday.

The three men were being interrogated by police in Malanje, a city 300 kilometers (190 miles) east of Luanda, radio station Ecclesia reported, citing unidentified local officials.

The report did not identify the men, nor did it say how many were from the army or police.

Assailants attacked a minibus carrying mostly Congolese passengers, believed to be involved in illegal diamond trading, on Nov. 11 near Malanje.

The minibus was later found at a roadside. It contained 17 bodies, including four women and a baby.

The ambush was the first attack on the road since it reopened in May, a month after the government and UNITA rebel group agreed to end their two-decade civil war.

The attack drew attention to continuing lawlessness in rural areas of Angola.

"There are too many guns here and they're in the wrong hands," Malanje judge Elias Chipendula told Ecclesia.

(str/bh)

BBC INTERNATIONAL REPORTS (FORMER SOVIET UNION) 21st November 2002

ITAR-TASS 21st November 2002

RUSSIA READY TO STEP UP COOPERATION WITH ANGOLA AT ALL LEVELS - FM

MOSCOW, November 21 (Itar-Tass) - Russia is ready to step up multifaceted, mutually advantageous cooperation with Angola at bilateral and multilateral levels, Foreign Ministry spokesman Alexander Yakovenko said on Thursday.

Angola is currently a member of the U.N. Security Council and is presiding in the South African Development Community.

Commenting on Angolan authorities' and UNITA's decision to comply in full with the Lusaka protocol, the Russian diplomat said, "The last point has been made in the inter-Angolan armed conflict, one of the longest lasting and disastrous on the African continent, as a result of which hundreds of thousands of people were killed and millions of Angolans became forced migrants".

He said, "The international community, primarily the U.N., its Security Council and the troika of observer countries - Russia, Portugal and the U.S. - are contributing to ensuring a peaceful settlement".

Yakovenko expressed the hope that "constructive relations between the Angolan government and UNITA will serve as a solid foundation for solving the acute problems of the socio-economic development of the country."

"Moscow believes that the successful completion of the peace process in Angola will ensure stability in Southern Africa and on the continent as a whole," the spokesman stressed.

"Russia as a permanent U.N. Security Council member and troika participant will facilitate the development of democracy in the country and help to ensure peace in the region," he added.

-0-yur/jrs

Copyright (c) 2002 Itar-Tass. All Rights Reserved.

BBC INTERNATIONAL REPORTS (AFRICA) 21st November 2002

ANGOLAN GOVERNMENT, UNITA PLEDGE "NOT TO RETURN TO WAR"

Text of report by Angolan news agency Angop web site

Luanda, 21 November: The government and UNITA pledged today in Luanda to "honour all promises" made during Joint Commission ordinary sessions and "not to return to war".

According to the final statement issued during the closing ceremony of the Joint Commission, the two parties "should establish a bilateral mechanism to follow and monitor medium and long-term tasks agreed upon".

The government, UNITA, political forces and civil society have been urged to "continue efforts aimed at consolidating peace, national reconciliation and democracy in Angola", according to the statement.

The Joint Commission has been closed because "essential tasks" within the Lusaka Protocol have been "completely fulfilled".

The UN secretary-general's special representative, Ibrahim Gambari, signed the document on behalf of the United Nations, whilst Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nando" represented the government and Marcial Dachala signed on behalf of UNITA.

"Troika" representatives, Portuguese Ambassador Francisco Esteves, Russia's Ambassador Andrey Kemaski and the US chief of diplomacy in Angola, Donald Bell, also signed the document.

Source: Angop news agency web site, Luanda, in Portuguese 21 Nov 02

BBC Monitoring. Copyright BBC

BBC INTERNATIONAL REPORTS (AFRICA) 21st November 2002 ANGOLAN ENVOY PRESENTS CREDENTIALS IN LIBYA

Text of report by Angolan news agency Angop web site

Tripoli, 19 November: Apolinario Correia, the recently appointed Angolan ambassador to Libya, today presented his letters of credence to the Libyan government. He is the first Angolan ambassador extraordinary and plenipotentiary to Libya.

Apolinario Correia is Angola's resident ambassador in Algeria.

In a speech prior to the ceremony, the Angolan diplomat noted the ties of friendship and fraternity that have linked the two countries and peoples for a long time. He also made it clear that the Angolan government has the political desire to get bilateral cooperation rolling again.

Ambassador Apolinario Correia briefed the Libyan authorities on the evolution of the peace process in Angola, and he spoke about the government's efforts to have displaced people reintegrate society, and to recover infrastructure extensively damaged by war.

The Angolan diplomat called on Libya and the whole of the international community to provide assistance, and support for these efforts by the government.

Source: Angop news agency web site, Luanda, in Portuguese 19 Nov 02

BBC Monitoring. Copyright BBC

AP WORLDSTREAM 21st November 2002

U.N.-BROKERED PEACE DEAL IMPLEMENTED IN ANGOLA; PARTIES CALL FOR LIFTING OF SANCTIONS AGAINST REBELS

Eds: RECASTS, UPDATES with parties calling for lifting of sanctions

LUANDA, Angola (AP) _ The former warring parties in Angola and three countries trying to promote peace in the southwest African nation declared Thursday that a 1994 U.N.-brokered peace agreement has finally been implemented. They called for sanctions against UNITA rebels to be lifted immediately.

The declaration signed by the five parties to the Joint Commission for the Angolan Peace Process _ the government, UNITA, the United Nations, Portugal, Russia and the United States _ marks a key turning point in a country engulfed in civil war for nearly three decades.

"We have turned a page in our history," Interior Minister Fernando dos Santos told dignitaries at a ceremony at Parliament.

UNITA's interim leader Paulo Lukamba Gato declared: "The basic conditions are now in place for Angola to build democracy and national reconciliation in peace."

The government and UNITA agreed to end the fighting and resume implementation of the 1994 peace accord in April after the army killed longtime UNITA rebel leader Jonas Savimbi. In recent months, about 80,000 UNITA soldiers have gathered at demobilization centers.

The war began after Angola won independence from Portugal in 1975 and became a Cold War battleground.

Two peace deals failed before the United Nations brokered a deal in 1994 after four years of negotiations.

But the rebels and government forces returned to war in 1998 after UNITA repeatedly postponed plans to hand over areas under their control to the government.

In an attempt to force UNITA to end the war, the U.N. Security Council imposed a travel ban on UNITA leaders, a ban on rebel diamond exports that were helping to finance the conflict, and an arms and fuel embargo.

The Security Council voted unanimously last month to end the travel ban and authorized an assessment of the political situation in the country so it could review and possibly lift the other sanctions against the rebels.

It extended the mandate of a panel monitoring the effectiveness of sanctions until Dec. 19 to consult UNITA and government representatives to assess the current situation and possible violations of sanctions since the cease-fire was signed on April 4. It also authorized the panel to provide details on UNITA funds and financial resources frozen under existing sanctions.

The declaration signed Thursday says that since the main tasks of the Angolan peace process have been completed, the Joint Commission "recognizes that the reasons to support the maintenance of sanctions against UNITA have ceased to exist." It therefore recommended that the Security Council consider "the immediate lifting of all the sanctions imposed on UNITA."

Ibrahim Gambari, the U.N. special representative to Angola who chairs the Joint Commission, said the completion of the peace agreement marked "a signpost" in Angola's history.

He stressed that the objective of the 1994 peace agreement "is national reconciliation, which is not an event, but a process."

"It is now up to the parties, the Angolan people as a whole and the international community to increase their efforts to consolidate the peace and promote national reconciliation so that Angola will gain the place it deserves in African affairs and world affairs," Gambari said.

He said there were still many problems to be tackled.

The war left a legacy of 4 million homeless people dependent on foreign aid, extensive minefields, widespread poverty and a wrecked economy, the United Nations said recently.

The government has promised to find jobs for the former UNITA soldiers.

XINHUA NEWS AGENCY 20th November 2002

UNITA AGAINST EXTINCTION OF JOINT COMMISSION IN ANGOLA

LUANDA, Nov 20, 2002 (Xinhua via COMTEX) -- The National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) expressed on Tuesday its disagreement with regard to the extinction of the Joint Commission (JC), scheduled for Nov. 21, considering that the relevant tasks of the peace process are not yet concluded.

This position is contained in a communique delivered to the press before the start of the last meeting of the JC, the organ in charge of monitoring the remaining issues under the Lusaka Peace Protocol, local media reported on Wednesday.

The JC, chaired by UN special representative to Angola Ibrahim Gambari, was established by the UN Security Council on Aug. 15 with the primary objective of helping firm up the peace process beginning with the ceasefire between the Angolan government and UNITA forces on April 4.

It was made up of the representatives of Angolan government, UNITA and the "Troika" of observers -- the United States, Russia and Portugal.

UNITA says it would agree with the JC extinction as long as the sanctions imposed against it, particularly the economic and financial ones are lifted.

The extinction of the JC is one of the issues which may have been discussed by UN Secretary General Representative to Angola Ibrahim Gambari in New York, where he made various contacts for that matter.

The Joint Commission announced on Nov. 8, during its seventh meeting that the organ would end its activities in Nov. 21, 2002.

Copyright 2002 XINHUA NEWS AGENCY.

-0-

XINHUA NEWS AGENCY 20th November 2002

ANGOLAN GOVERNMENT PRESENTS BUDGET FOR 2003 TO PARLIAMENT

LUANDA, Nov 20, 2002 (Xinhua via COMTEX) -- The Angolan government presented on Tuesday to the parliament the general state budget (GSB) for 2003, worth over 358 billion kwanzas (about 71.6 billion US dollars), Angolan official news agency Angop reported Wednesday.

The project was presented by Finance Minister Julio Bessa, and foresaw reinforcements in sum allocated to the sectors of health, education, national police and agriculture and rural development.

According to Bessa, the 2003 GSB is much more consolidated with regard to the public expenditures, because it reflects every sum and budget of direct and indirect state administration, including all existing public companies.

Assigned by the parliament, the leader of the Economic and Finance Commission (CEF), Joana Lina, informed that the discussions will occur between the MPS and certain commissions and government members in charge of the various areas in which they are represented.

Copyright 2002 XINHUA NEWS AGENCY.

-0-

BBC INTERNATIONAL REPORTS (AFRICA) 20th November 2002
ANGOLA: VISITING IVORIAN PREMIER BRIEFS PRESIDENT DOS SANTOS ON CRISIS

Text of report by Angolan news agency Angop web site

Luanda, 20 November: Angolan President Jose Eduardo dos Santos met on Tuesday [19 November] with Cote d'Ivoire Prime Minister Affi Nguessan to discuss the situation in Cote d'Ivoire and the negotiations underway between the government and the rebels in Lome.

Nguessan came to Luanda to inform the Angolan authorities about the current situation in his country.

He emphasized to the media that in the military field, the situation in his country is at a standstill and a cease-fire is in place. Nguessan added that a section of the country is being occupied by the rebels and now negotiations are underway with the aim of obtaining a lasting cease-fire and maintain Cote d'Ivoire's territorial integrity.

Speaking about the rebels' demand of President Laurent Gbagbo's dismissal, Nguessan said that the international community is criticizing this demand.

He added that the international community demands that the rebels lay down their weapons, because Gbagbo's government is legal and was democratically elected.

Source: Angop news agency web site, Luanda, in Portuguese 20 Nov 02

BBC Monitoring. Copyright BBC

XINHUA NEWS AGENCY 20th November 2002

AP ALERT MEDICAL 20th November 2002

UN SAYS 2003 IS CRUCIAL YEAR FOR AID IN ANGOLA

BC-Netherlands-UN-Angola-Burundi, 2nd Ld-Writethru,0349

UN says 2003 is crucial year for aid in Angola

Eds: Minor edits throughout

THE HAGUE, Netherlands (AP) _ The United Nations urged the world's rich nations Wednesday to fund aid programs in Angola as it emerges from decades of war, saying that 2003 may prove a crucial year in the country's development.

"The argument is that if you do it now, then maybe you'll be free of it down the line," said Erick de Mul, the U.N. coordinator for humanitarian aid programs in Angola. "In any case from 2004 on, you won't be saddled with such an enormous amount."

At a conference in The Hague, the United Nations presented the appeals for Angola and Burundi in 2003, saying both nations continue to rank among the world's worst off.

To make it clear where development donations end up, U.N. officials combine aid requests from organizations like the Red Cross and the World Health Organization into a single report and presents them to donor governments.

In Angola, on Africa's west coast, the government and rebels signed a peace agreement in April, ending two decades of war. By the end of the conflict, 4 million people were left homeless and dependent on foreign aid.

Angola needs US\$384 million in 2003, primarily for food, medicine and seeds, for getting rid of land-mines, and for developing its transportation system.

Burundi, south of Tanzania on Africa's east coast, continues to suffer from civil war. U.N. humanitarian aid program coordinator Sefano Severe said the country, which is the third from the bottom on the 173-nation U.N. development index, suffers from a lack of attention by the world's media, he said.

Overall, just 33 percent Burundi's U.N.-endorsed requests were funded in 2002, and most of that went to refugee aid. U.N.-backed programs for health and for women went

without any funding at all in 2002. The United Nations said the nation needs US\$70 million in 2003.

(PROFILE (CAT:Defense;) (CAT:Medical;) (SRC:AP; ST:IT;))

AP-NY-11-20-02 0930EST

APALMCviaNewsEdge

Copyright (c) 2002 The Associated Press

AGENCE FRANCE PRESSE - ENGLISH 20th November 2002

ANGOLAN PRESIDENT TO CREATE PRIME MINISTER'S POST

LUANDA, Nov 20 (AFP) - Angolan President Jose Eduardo dos Santos plans to create the post of prime minister and give the job to current Interior Minister Fernando da Piedade, the president's office announced Wednesday.

"The Angolan president has told members of the Council of the Republic of his intention to name Fernando da Piedade prime minister," the statement said, adding that the appointment would come "in the next few days".

The Council of the Republic is a consultative body consisting of opposition politicians, representatives of civil society and scientists, who almost always endorse the decisions made by the head of state.

Dos Santos first said that he planned to revive the prime minister's post on November 11, at a ceremony marking the 27th anniversary of the southern African country's independence from Portugal.

It was the first such ceremony held in peacetime in Angola, after a peace pact was signed in April between government forces and the rebel National Union for the Total Independence of Angola (UNITA).

Following the killing by government troops in February of UNITA's veteran leader Jonas Savimbi, the two sides have ended fighting which has ravaged the country almost ceaselessly since before independence.

Dos Santos scrapped the prime minister's post and took direct charge of the government during an intensification of the conflict in 1998.

The 50-year-old da Piedade, known as Nando, will face the monumental task of overseeing the rebuilding of a nation whose main infrastructure has been destroyed by the war, which also claimed at least half a million lives and has displaced four million people.

mm-stb/nb/rm

Angola-politics

INFOPROD 20th November 2002

UAE: VISIT BY DELEGATION FROM ANGOLA IN DUBAI

Al-Bayan newspaper gave details of the visit of an official delegation from Angola in the Free Trade Zone of the international airport of Dubai. The paper noted that the visit was held in mid-September 2002 and the delegation was composed of senior officials in the Angola government headed by the Advisor to the President of Angola, Dr. Carlos Mariadi. The paper noted that the visiting delegation met with the Director of the Business Registration Section in the Free Trade Zone, Jumah al-Matrushi.

Copyright 2002. Infoprod.

Copyright © 2002 Financial Times Information Services Limited. All rights reserved.

XINHUA NEWS AGENCY 20th November 2002

ANGOLAN PRESIDENT INTENDS TO NAME INTERIOR MINISTER AS PM

LUANDA, Nov 20, 2002 (Xinhua via COMTEX) -- Angolan President Jose Eduardo dos Santos intends to name Interior Minister Fernando Piedade Dias dos Santos as the country's first prime minister and has asked his Council of the Republic for their opinion.

In a communique published here on Wednesday, the presidential office said that dos Santos had written to each member of the Council of the Republic, expressing his intention and giving them eight days to respond.

Dias dos Santos currently serves as head of the commission overseeing the country's post-civil war reconciliation, reintegration and resettlement programs.

The Council of the Republic, the president's consultation body, groups the speaker of the National Assembly (parliament), leaders of political parties with parliament seats and representatives of civil society.

Copyright 2002 XINHUA NEWS AGENCY.

-0-

BBC INTERNATIONAL REPORTS (AFRICA) 19th November 2002
**ANGOLA: UNDERWATER TELECOMMUNICATIONS CABLE SYSTEM
INAUGURATED**

Text of report by Angolan news agency Angop web site

Luanda, 18 November: The underwater telecommunications cable system inaugurated today by President Jose Eduardo dos Santos in Cacuaco (Luanda), will promote the quality of different services in this Angolan sector.

This information was presented by the Angolan minister of posts and telecommunications, Licinio Tavares, during the system's inauguration, which was attended by government officials and Cacuaco residents.

According to the government official, another benefit of the project for consumers would improved prices. The minister commented on new tariffs for rented circuits, resulting from a business plan established by Angola telecom, which meant significant reductions in main traffic routes. This would mean that the system's access prices from current telecommunication operators would also be affected.

"Important improvements in internet service providers' prices are generally expected as part of the above-mentioned business plan, whether they use Angola-telecom or rented circuits, as well as international services", he emphasized.

According to Tavares, Angola will co-own (SAT3/WSC/ SAFE) underwater cables as part of one of the greatest global partnerships with the power to influence the international telecommunications market.

Licinio Tavares explained that the government's decision to turn Angola into a shareholder, with 3.75 per cent of shares, has provided the country with the opportunity to find alternatives for its links abroad.

He emphasized that until now, if the current communication system failed there would be no way of making public international links.

In the minister's view, although only 13 countries have joined this system, which serves the Atlantic Coast of the African continent, most African nations will benefit from this powerful instrument of Africa's economic integration.

"Angola-telecom should therefore act aggressively by introducing competitive traffic offers for Angola and conquering neighbouring markets in the continent's interior", he added.

According to the Angolan government official, this is an important capital investment, because it provides possibilities to open connections between African states and link with the world underwater cable network, increasing opportunities for information to be transmitted in both volume and quality.

To illustrate this, Licinio Tavares emphasized that all one needs to do is assess the capacity of the WASC system of 120 gigabits per second, which enables simultaneous transmission of about six million telephone calls, more than 100 times greater than what is currently used in voice traffic by 40 countries in central Africa.

"The SAT-3/WASC link from Angola to the American continent will be guaranteed through an interconnection with Columbus 111 and Atlantis-2, which will also ensure our country's integration within the world underwater telecommunications cable network", added the government official.

Source: Angop news agency web site, Luanda, in Portuguese 18 Nov 02

BBC Monitoring. Copyright BBC

AGENCE FRANCE PRESSE - ENGLISH 19th November 2002

ANGOLA'S GOVERNMENT PRESENTS FIRST POST-WAR BUDGET

LUANDA, Nov 19 (AFP) - The Angolan government presented parliament Tuesday with its first post-war budget, with plans for total expenditure of 5.6 billion dollars, mainly on public services in the southern African country.

Finance Minister Julio Bessa told parliament that the coming of peace, following a ceasefire officially reached in April between the government and rebels, "has enabled the government to concentrate on social sectors".

The lion's share of the spending, 77.5 percent of the 2003 budget, will go to the public service, which includes the pay of all government employees ranging from the police to teachers and health workers.

Bessa said that education would be allocated 6.73 percent of the total, agriculture would get 6.26 percent, social assistance just 1.33 percent and health 0.79 percent.

The figures presented to parliament did not take account of defence spending. Details of this were not known.

On April 4, government signed a peace accord with the rebel National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) movement, ending a bloody civil war that had rumbled on virtually uninterrupted since independence from Portugal in 1975.

Bessa stressed that the economy was still "strongly dependent on oil", which represents 90 percent of the country's exports and 80 percent of its tax revenues.

The government was hoping to see nine percent growth in other sectors in 2003, the minister said.

He said the oil sector was expected to grow by about 25 percent.

mm/stb/nb

Angola-economy

AFRICA NEWS SERVICE 18th November 2002

PEACE IN ANGOLA SPURS US INTEREST IN ECONOMY AND GOVERNANCE

Washington, DC, Nov 18, 2002 (allAfrica.com/All Africa Global Media via COMTEX)

-- With peace finally a reality for Angola, there is a "mutual attraction" between the United States and that southern African nation, according to investment banker Rodney Goodwin, executive director of HSBC Equator Bank and chairman of the U.S. Angola Chamber of Commerce.

The Angolan government signed a peace accord with the Unita rebel movement in April, two months after its leader Jonas Savimbi was killed in battle. This month Angola is marking its 27th independence anniversary, the first it has celebrated without war.

In January, Angola will join the United Nations Security Council for a two-year term and last month took over the chairmanship of the 14-nation Southern African Development Community. U.S. interest in the country is fueled by its oil, which accounts for about seven percent of U.S. petroleum imports, as well as by its rich diamond fields.

Rodney Goodwin, whose bank has actively invested in a number of projects, said more U.S. companies should take a look at what Angola has to offer. The country "has the resources to contribute to its post-war development," opening the way for attractive business opportunities. However, thus far, both U.S. companies and the American government are "way behind others in getting involved."

Angola's deputy foreign minister, Jorge Chikoti, speaking last week along with Goodwin at a seminar at the Woodrow Wilson International Center for Scholars in Washington, DC, said that peace will allow the country's political process to mature and economic reforms to take root. "We are discussing a new constitution that will lead to new elections," he said, a process intended to engage a range of groups in addition to Unita and the ruling MPLA. Twelve political parties are represented in the current Parliament, and the country has an increasingly active civil society.

Chikoti acknowledged the challenges facing Angola, which he said needs investment and assistance to recover from a quarter-century of fighting. Over four million people, about a third of the population, have been displaced by war, and much of the country's infrastructure has been destroyed. The war claimed two million lives and created 800,000 orphans and 100,000 amputees. Parts of the country are littered with landmines.

In the midst of this humanitarian tragedy, which is being worsened by spreading famine, the United Nations is finding it "very difficult to mobilize funds" needed for basic assistance, as well as for rehabilitation and for the demobilization of combatants, says Agostinho Zacarias, a senior UN adviser. One reason is a desire on the part of donors to see significant Angolan resources allocated to human needs and economic improvement.

Currently, some 80,000 former Unita soldiers and their families are housed in reception areas, where they receive assistance from international agencies. But the Angolan government is preparing to close these camps, Chikoti confirmed, raising concerns for the welfare of the 300,000 people affected and sparking fears that some of the fighters will turn to crime to support themselves.

To tackle the massive reconstruction required, Chikoti said, significant outside assistance is required. "The American government today is one of the best partners," he said.

The United States has a long history of involvement in Angola, dating from support for Portuguese colonial rule prior to the country's independence in 1975 and backing for Savimbi and Unita for more than a decade. According to Witney Schneidman, an Angola expert who served in the Clinton administration, "U.S. interests transcend oil and make it imperative that we be involved in the country's rehabilitation."

Angola requires assistance "to ensure that families are reunited, that people learn skills that will enable them to find jobs, that the small and medium business sector will grow, that basic conditions of housing, health and nutrition are met, and that infrastructure is rehabilitated," he told the Woodrow Wilson session. But the current level of U.S. aid, totaling less than \$7.5 million, is smaller than all but five countries in sub-Saharan Africa, including Liberia and Somalia, said Schneidman, a former deputy assistant secretary of State.

In addition to increased aid, he proposed that the Bush administration work to help Angola qualify as a beneficiary of the African Growth and Opportunity Act, send Peace Corps volunteers to the country, and broaden an Aids-prevention campaign, spearheaded by the U.S. Angola Chamber of Commerce and American oil companies, to encompass jobs and skill acquisition.

One key to attracting both new investors and the financing needed for expanded trade and economic reconstruction is an agreement between the Angolan government and the International Monetary Fund. In a session convened a few days ago by the U.S. Angola Chamber and the Corporate Council on Africa, Paul Hare, a former U.S. ambassador and current Chamber president, described the recent relationship between the government and the IMF as "rancorous" and said "nobody knows" if the latest round of talks, which began last week in Luanda, will lead to a resolution.

One issue that has complicated Angola's IMF discussions and contributed to the wariness of investors outside the oil sector is the country's reputation for rampant corruption. The London-based NGO Global Witness, in a March 2002 report subsidized by American financier and philanthropist George Soros, accused the Angolan

government of "wholesale state robbery" and calculated that nearly one-third of an estimated \$3.5 billion in oil revenue remains unaccounted for in 2001.

Asked at the Woodrow Wilson forum to address the corruption issue, Chikoti said the government is "taking corruption seriously" and has established a Court of Accounts to monitor how public funds are spent. The process will take time, he conceded, complicated by the demands of a transition from a planned economy to a free-market system.

by Reed Kramer

Copyright allAfrica.com. Distributed by All Africa Global Media(AllAfrica.com)

-0-

KEYWORD: Economy, Business and Finance

FINANCIAL TIMES USA 16th November 2002

WORLD NEWS: ANGOLA RETHINKS DIAMOND EXPORTS

The Angolan government is poised to restructure the contract governing the export of diamonds from the mineral-rich country, diamond industry sources said yesterday.

Angola's diamond exports are controlled by the Angola Selling Corporation (Ascorp), a monopoly diamond exporting company. Ascorp, which is part owned by Lev Leviev, an Israeli diamond trader, replaced six buying companies in February 2000. But the government plans to open up the selling of the country's diamonds as part of a move to allow De Beers, the global mining group, to re-enter Angola.

"The Angolan government wants De Beers back. At the moment Leviev has an iron grip on the industry and it doesn't like it," said an Angolan diamond producer.

De Beers pulled out of Angola, the world's fourth largest diamond producer, in May last year. The company had been in a partnership with the Angolan state diamond company Endiama, but the two failed to come to a new agreement and resolve a dispute over a loan of Dollars 50m (Euros 49.8m, Pounds 32m) to Endiama and prospecting licences.

To allow De Beers re-entry, the Angolan government is expected to terminate Ascorp's contract and issue a number of new licences. De Beers offers the prospect of large capital investment in the diamond sector if the country's peace holds and a selling channel through its marketing arm, the Diamond Trading Company.

"De Beers has a huge role to play in Angola in the long run. It's an opportunity lost if De Beers is not able to get back. It's critical for Angola to be seen as a legitimate place to do business and to get foreign direct investment," said a De Beers executive.

The Angolan government is keen to attract international investment to help rebuild the economy after ending its war with the Unita rebel movement this year. It has identified the US and multinational mining companies such as De Beers, Rio Tinto and BHP Billiton as potential partners.

Copyright © 2002: Financial Times Group

BBC INTERNATIONAL REPORTS (AFRICA) 16th November 2002
ANGOLA RECEIVES AID WORTH 125M EUROS FROM EUROPEAN COMMISSION

Excerpt from report by Angolan news agency Angop web site

Brussels, 13 November: The European Commission, EC, has made available 125m euros to attend to humanitarian issues, and help with the recovery of basic infrastructure in Angola. Joaquim Miranda, chairman of the European Development and Cooperation Commission, made this disclosure in Brussels, the Belgian capital today.

This senior member of the European Parliament made this disclosure during a meeting at the organization's headquarters with journalists from Portuguese-speaking countries. He added that by early next year it would already be possible to make more money available for Angola because the latter is perceived to be a priority country at this time.

From Joaquim Miranda's point of view, there is money in Angola that has not been used before because of the war, as conditions were not in place to carry out certain projects, and also because of the operational insufficiencies of the EC itself.

The above mentioned amount is part of the new agreement between the European Union, EU, and the Africa, Caribbean, and Pacific (ACP) countries, the principal objective of which is to reduce poverty, and in time eliminate it altogether. In this way, it hopes to contribute towards sustainable development, and the gradual integration of member States in the world economy...

Source: Angop news agency web site, Luanda, in Portuguese 13 Nov 02

BBC Monitoring. Copyright BBC

BBC INTERNATIONAL REPORTS (AFRICA) 16th November 2002
ANGOLAN PRESIDENT REITERATES COMMITMENT TO NATIONAL RECONSTRUCTION

Excerpt from report by Angolan news agency Angop web site

Luanda, 15 November: The Angolan government has defined as a strategy the capture of foreign investment, and the stimulation of internal development with a view to reconstructing the country. About 30 years of civil war wrought extensive damage on its principal infrastructure.

Angolan head of State Jose Eduardo dos Santos has said in his message to the nation on the occasion of the 27th anniversary of national independence that "we will make every effort to capture foreign investment, and to stimulate internal investment. We must also provide incentives for internal savings, as there can be no investment without savings."

A few days earlier, President Jose Eduardo dos Santos had thrown down the gauntlet during his visit to Bie Province when he made the following remark: "Each one of us in his or her job must be constantly aware that all of us are not enough. It is true that we made many sacrifices during the war years, but we still need to go on working. We need to work very hard to improve our standards of living."

"You can be sure that no one will do our work for us. We, each of us, have to work hard to raise our own dignity and to make Angola a greater country. The war plunged us into deeper poverty and our production levels at this point are increasingly low. We have had to deal with many difficulties, the population grew a great deal, and we have become even poorer than we were," the head of State warned...

The priorities of the economic programme for the period in question include action to reduce famine and poverty, as well as to promote social stability through the achievement of macroeconomic stability.

Other actions that are part of the Angolan government's strategy include the improvement of economic infrastructure, the promotion of growth in economic sectors other than oil-related, and attaching greater value to national human resources.

Also for next year, the government has set down a target inflation rate of 30 per cent. It is also expected that the GDP's real growth rate will not be less than 5.5 per cent, with 1.6 per cent coming from the oil sector, and 8.9 per cent from other sectors. [percentage figures as received]

The commemorations of yet another anniversary of national independence, the first celebrated in an atmosphere of peace, made it plain that the people of this country are confident the future will bring better things, including very good prospects for the country's social and economic development.

Some of the key issues in respect of achieving economic development continue to be national reconstruction, and rendering the economy more stable. It follows, therefore, that we must all roll up our sleeves, and work in earnest.

Source: Angop news agency web site, Luanda, in Portuguese 15 Nov 02

BBC Monitoring. Copyright BBC

AP WORLDSTREAM 15th November 2002

ANGOLA GOVERNMENT APPOINTS UNITA MEMBERS TO OFFICIAL JOBS

LUANDA, Angola (AP) _ Former UNITA rebels will be made ambassadors and governors, the government said, a further sign that peace is taking hold in Angola.

Angola's government said it will appoint six ambassadors, three provincial governors and four assistant governors from the ranks of the former guerrilla group.

The ambassadors will be posted to Argentina, Greece, Hungary, Mexico, Poland and also the Paris-based United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, or UNESCO, the government said in decree released late Thursday.

The governors will head the provinces of Kuando Kubango, Lunda Sul and Uige, it said.

Angola's civil war between government forces and UNITA started in 1975 after the country became independent from Portugal.

The war came to an end in April shortly after government forces killed UNITA leader Jonas Savimbi and the rebels agreed to a cease-fire.

On Friday, a UNITA spokesman told The Associated Press that the movement denies statements in a U.N. report released a day ago saying that up to October the movement was holding vast quantities of smuggled diamonds and weapons.

UNITA's Marcial Dachala said that the statements in the report are "not true" and that UNITA is now a civil movement.

BBC INTERNATIONAL REPORTS (AFRICA) 15th November 2002

ANGOLA: CIVIL SOCIETY REPRESENTATIVES CALL FOR TRANSITIONAL PERIOD

Text of report by Radio France Internationale on 14 November

In Angola, a number of non-governmental organizations and representatives of civil society recently wrote to President Jose Eduardo dos Santos, urging him to declare a transitional period until general elections are held in the country. The letter, which was released in Luanda today, was signed by the Angolan Non-Governmental Organizations Forum, Fonga, the Free Hands Association, economist Justino Pinto de Andrade, and human rights activist Rafael Marques.

The missive calls for the adoption of a new programme of action that would legitimize the transitional period, thus heralding a new era of good governance and transparency in

Angola. It calls for an end to the war in the enclave of Cabinda, underlining the importance of dialogue as a means of resolving the dispute.

The signatories of the open letter stressed the need to reorganize state-owned news media outlets and to appoint independent managers to run them during the transitional period.

The letter, a copy of which was delivered to the UN mission in Angola, was issued in the wake of an appeal made by President Jose Eduardo dos Santos in which he urged the country's civil society to contribute to the strengthening of peace and national reconstruction.

Source: Radio France Internationale, Paris, in Portuguese 1700 gmt 14 Nov 02

BBC Monitoring. Copyright BBC

XINHUA NEWS AGENCY 15th November 2002

**ANGOLAN GOVERNMENT TO PROCEED ECONOMIC REFORMS:
MINISTER**

LUANDA, Nov 15, 2002 (Xinhua via COMTEX) -- Angolan Finance Minister Jlio Bessa said on Friday here that the government will proceed its economic reforms which go on gradually to avoid social and political convulsions.

Bessa was addressing the press after President Jose Eduardo dos Santos met with visiting International Monetary Fund (IMF) director for Africa Abdoulaye Bio-Tchane.

"Starting in 1986, the government reforms have gone through several transition periods and we are seeking a gradual reform," he said.

Bessa explained that the reforms will continue because both the government and all Angolans have political will.

"Our tendency is gradualism, making secure reforms," he said, adding that there is no rush as reforms have taken long in other countries.

Copyright 2002 XINHUA NEWS AGENCY.

AGENCE FRANCE PRESSE - ENGLISH 14th November 2002

**LOOTING BY ANGOLAN ARMY FORCING CABINDA VILLAGERS TO
FLEE: NGOS**

LUANDA, Nov 14 (AFP) - Non-governmental organisations based in Cabinda, an Angolan enclave wedged between the two Congos, said Thursday that Angolan army

soldiers engaged in a vast offensive against separatists in the province have looted villages, forcing residents to flee.

Angolan NGOs based in the enclave, which has belonged to Angola since independence from Portugal in 1975, said army soldiers had looted the villages of Luali and Dingo.

The leaders of the NGOs, who asked not to be named, said they were gathering evidence against the Angolan army, which is in Cabinda to fight secessionist rebels from the Enclave of Cabinda Liberation Front (FLEC).

"The army soldiers justify their acts in the villages by saying they are hunting for FLEC infiltrators," one NGO leader said.

Roman Catholic bishop of Cabinda, Paulino Madeka, was unable to confirm the NGOs' reports of pillaging but said villagers were fleeing to escape insecurity.

A regular radio broadcast by the Angolan army in Cabinda has in recent weeks called on troops to remain disciplined and to "respect the people" of Cabinda.

Late last month, Angolan army troops captured the eastern town of Nekutu from FLEC fighters after several months of combat.

FLEC wants independence for Cabinda, but Luanda opposes this because the enclave is the source of about 60 percent of the southwest African nation's oil wealth.

The offensive against FLEC is seen as a bid by Luanda to shore up the peace process in Angola, where the government signed a truce with the Union for the Total Liberation of Angola (UNITA) rebels in April, ending 27 years of civil war.

mm/kdz/ay

Angola-Cabinda

BBC INTERNATIONAL REPORTS (AFRICA) 14th November 2002
ANGOLAN REFUGEE REPATRIATION FROM DRCONGO TO BEGIN IN
MAY 2003

Excerpt from report by Angolan news agency Angop web site

Uige, 13 November: The repatriation of about 60,000 Angolan citizens currently staying at refugee camps in the Democratic Republic of the Congo, DRC, is set begin in May next year only. Angop learned this in the city of Uige today from a source in the United Nations High Commission for Refugees, UNHCR.

Speaking to Angop shortly after the ceremony whereby he handed over to his successor, Alessandro Bolzoni, outgoing UNHCR chief for the Northern Region (comprising Uige

and Zaire Provinces) said that repatriation operations are expected to cost about 20m dollars. He added that a call was made to the donor community earlier this year to help out...

This outgoing UNHCR official noted that about 200 people return to Angola under their own steam every month, and they come in through the border post at Maquela do Zombo. He added that at this point there are another 3,000 returnees staying in the communes of Beu and Sacandica (in Maquela do Zombo District), about 260 km north of the city Uige, and in very difficult humanitarian conditions...

Source: Angop news agency web site, Luanda, in Portuguese 13 Nov 02

BBC Monitoring. Copyright BBC

AP WORLDSTREAM 13th November 2002

ANGOLAN POLICE HUNT GANG THAT KILLED 17 IN AMBUSH

LUANDA, Angola (AP) _ Police said Wednesday they were hunting for a gang that killed 17 civilians, including four women and a baby, in an ambush on a rural road.

The unidentified assailants attacked a minibus carrying mostly Congolese passengers Monday near Malanje, a city 300 kilometers (190 miles) east of Luanda, police deputy inspector Apolinario Maria told state radio Radio Nacional de Angola.

The minibus was found Tuesday at a roadside. It contained 17 bodies, all of which had been tied up, he said.

The Congolese lived near Malanje and were believed to be involved in illegal diamond trading, according to Maria.

No more details on the ambush were available.

The ambush was the first attack on the road since it reopened in May following an end to the civil war between the government and UNITA rebel group.

The road had been closed because of attacks by rebel units and bandits believed to be deserters from both armies.

(str/bh/cg)

WORLD NEWS CONNECTION 13th November 2002

NAMIBIA: GOVT PLANS TO OPEN CONSULATES, BOOST TRADE LINKS WITH ANGOLA

Govt plans to boost links with Angola MAX HAMATA THE Government intends to open consulates in Lubango and Ondjiva to facilitate trade with Angola.

Speaking on the 27th Anniversary of the Angolan independence on Monday evening, Foreign Affairs Minister Hidipo Hamutenya said the Government is finalising arrangements for the establishment of the consulates.

"We are equally confident that with the end of the civil war in your country, Angola will play its legitimate role as one of the most resourceful nations of southern Africa," he told those gathered to mark the anniversary.

Hamutenya said a delegation of senior officials has already visited Luanda and other major centres with a view to establishing partnerships and cooling facilities for possible meat exports to Angola.

He said another delegation, led by the Minister of Agriculture, Water and Rural Development will visit Ondjiva (Cunene Province), Huambo (Huambo Province) and Menongue (Cuando Cubango Province) to look at Angola's agricultural potential.

He said despite the setbacks posed by the three decades of war, the Angolan government had performed well on the economic front.

"We are happy to note that oil production and the supporting activities are vital to the economy, contributing about 45 per cent to the Gross Domestic Product (GDP) and 90 per cent of exports.

"He noted that millions of landmines scattered across the country pose serious obstacles for agricultural activities and many farmers are understandably reluctant to return to their fields.

"Namibia is confident that peace and political stability will enable the people of Angola to effectively exploit its rich natural resources such as gold, diamonds, forests, fisheries, and large oil deposits," he said.

He added that Namibia was "happy to note that the Government of Angola made exceptional progress in bringing inflation down from over 300 per cent in 2000 to about 110 per cent in 2001."

[Description of Source: Windhoek The Namibian (Internet Version-WWW) in English - Independent weekday newspaper critical of government policies; Internet: <http://www.namibian.com.na/>]

THIS REPORT MAY CONTAIN COPYRIGHTED MATERIAL. COPYING AND DISSEMINATION IS PROHIBITED WITHOUT PERMISSION OF THE COPYRIGHT OWNERS.

Inquiries regarding use may be directed to NTIS, US Dept. of Commerce.

to NTIS, U.S. Dept of Commerce. Source : Financial Times Information Limited

Copyright © 2002 Financial Times Information Services Limited. All rights reserved.

BBC INTERNATIONAL REPORTS (AFRICA) 11th November 2002
ANGOLA DESTINED TO BE EXAMPLE TO AFRICA, REST OF WORLD -
PRESIDENT DOS SANTOS

Angolan President Jose Eduardo dos Santos has said his country is destined to be an example to Africa and the rest of the world and appealed to his compatriots to continue to consolidate the new-found peace and harmony and to work for economic progress. Dos Santos made the remarks in a speech to mark the country's independence. The following is the text of the speech published by Angolan news agency Angop web site on 11 November; all subheadings inserted editorially:

Dear compatriots, ladies and gentlemen: In reconciling the nation 27 years ago, a state was born that united and represented us as free and sovereign people.

It was a time of immense happiness for all Angolans. On this date when we honour and declare our love for Angola it assumes a solemn and special character.

Whether in the market place or in one's home, in the company of friends and family, today each one will in his own way celebrate our nation that is still so young but has already endured so much suffering, but is at any moment ready to prove its grandeur.

We all know that the past three decades were not easy. A war that seemed to have no end slaughtered thousands and thousands of Angolans, scattered hundreds of thousands of compatriots and destroyed the productive base on which we all depended for our material comforts.

Hopes for better future

Although the war destroyed nearly everything, it was not able to destroy our hopes for a better future. It was also unable to weaken the confidence we have that Angola is larger than these misfortunes and that the nation is united through the work of its children who are increasingly more committed to peace and national reconciliation.

Thus, this 11 November, is not just a reaffirmation of our self-determination. What we are celebrating is the beginning of a new cycle in a peaceful situation.

Through the strength of the Angolan people and the wealth of the natural resources in our country, we can now feel serenity on realizing that nothing more can jeopardize the joint effort to raise everyone's wellbeing.

The large Angolan family, which was until now scattered because of the armed conflict, can finally begin to work towards its full potential.

SADC

The international community has acknowledged our efforts. Angola's rise to presidency of the Southern African Development Community (SADC) and our election to the UN as a non-permanent member of the Security Council is unequivocal proof that we can count on the support of nearly all the countries during this phase of peace consolidation.

In recognition of the sacrifices made and the tenacity shown while seeking a solution to the armed conflict, as well as the maturity displayed during the national reconciliation process to construct a solid and irreversible peace, we think the Angolan people should be nominated and considered for the Nobel Peace Award.

Poverty

Dear compatriots: There are still many difficulties to be overcome, especially in the social sector, before the Angolan people can experience better days. There is much poverty, but this will not last forever and it gives us the courage to fight and overcome it through cooperation and solidarity from friendly nations.

We need to provide food and shelter. We need to build schools, hospitals and factories. We need to open irrigation channels. We need to demine the land and repair the infrastructures that transport people and merchandise to ensure communication facilities.

In order to improve living conditions for all Angolans we need to supply electrical energy and running water on an ongoing basis.

HIV/AIDS

It is a matter of urgency that we fight diseases, such as malaria and HIV /AIDS, that have caused us so much suffering and will continue to affect us, especially the younger generation, on whom our future depends.

Our government needs to face all these problems with determination and courage. A few days ago we formed a national commission in the fight against AIDS, which will centralize state actions aimed at reducing this disease in the country.

Economy

Social concerns comprise the bulk of expenditure in next year's budget, using what was previously attributed to military expenses.

The model of economic growth we plan to adopt next year has already been built into the budget and is expected to see reduced state expenses. In an effort to generate greater productivity and wealth in the long term, the new model of economic growth is based on investment.

In this regard, we will make an effort to secure foreign investment and to promote domestic investment. We also need to encourage internal saving because there can be no investment without savings. We run the risk of having the desperately needed investment financed solely by foreigners and in this way aggravating our foreign debt situation.

Thus we need to create the mechanism to estimate our savings, whether through tax relief measures or through increased interest rates.

Corruption

We are aware of our responsibilities, which are immense. We realize that our essential role is to promote all the living forces within the nation, by providing a moral and unquestionable example and sustained willpower for decisive and well founded technical activities.

In this way, judicial mechanisms are being formed that will allow us to fight crime and corruption. We will do everything in our power to accelerate government activities.

This is the reason why extraordinary sessions for the Permanent Commission of the Ministers' Council have been held in some of the provincial capital cities.

A few days ago I had the opportunity to place the first stone for the reconstruction of Cuito, the martyred city. I would like that to become a symbol for the reconstruction of the Angolan nation and for hope to be reborn in all our hearts.

Having ended the war and achieving national peace, the time has come to re-launch the national economy, as a basis for overcoming hunger, illness, poverty and creating more employment and wellbeing.

It is now also possible to normalize institutional life of the state and in this regard we have already taken the necessary steps to appoint a prime minister.

Dear compatriots: At this time when we celebrate another anniversary of national independence, I stress the importance of tolerance and respect for differences in the consolidation of unity and national reconciliation.

Example to Africa

We are one nation and one people. We are destined to be an example to Africa and the world, of people who experienced hard times but were able to hoist the flag of harmony and we chose to build our future on peace.

Let us construct a future of economic vitality for our country to prosper and for the happiness of our people.

Viva Angola!

Viva the Angolan people!!

Source: Angop news agency web site, Luanda, in Portuguese 10 Nov 02

BBC Monitoring. Copyright BBC

BBC INTERNATIONAL REPORTS (AFRICA) 10th November 2002

**ANGOLA: JOINT COMMISSION FOR LUSAKA ACCORD TO CEASE
FUNCTIONING ON 21 NOVEMBER**

Text of report by Angolan news agency Angop web site

Luanda, 9 November: The Joint Commission (JC), the organ that supervises the application of the Lusaka Protocol, announced on Friday [8 November] in Luanda its demise as from 21 November.

This was announced by JC Spokesperson Carlos Araujo at the end of the seventh extraordinary meeting.

The government and UNITA reached an accord to find a mechanism to continue to deal with the pending issues in the Lusaka Protocol, particularly in relation to national reconciliation.

During Friday's meeting, the JC evaluated Ibrahim Gambari's report about his meetings with civil society.

On Monday Gambari began his process of listening to the civil society to obtain contributions for the consolidation of the peace process. The groups contacted expressed concern about the holding of the next elections and the Cabinda issue.

They also evaluated the report on the sub group that works on the reintegration process of the demobilized soldiers and the conclusions of the JC's visit to the Mimbota quartering camp in Bengo.

The JC, which is made up of the Angolan government, UNITA, the troika of observers and presided over by the UN, also had on its agenda the issues that were postponed from Thursday's meeting.

These points were national reconciliation, information about the new symbols for the country, the conclusion of the election process and the statute of the leader of the main opposition party.

The JC meetings are usually presided over by Ibrahim Gambari, the UN secretary-general representative in Angola.

This organ, since the start of its sessions, analysed some issues pending in the Lusaka Protocol which ended with the announcement, by UNITA, of its members who will be included in the state apparatus and the process of the demobilized soldiers and their families as well as their resettlement.

Source: Angop news agency web site, Luanda, in Portuguese 9 Nov 02

BBC Monitoring. Copyright BBC

XINHUA NEWS AGENCY 9th November 2002

**UN TO STOP PROVIDING ANGOLA WITH HUMANITARIAN AID IN 2003:
OFFICIAL**

LUANDA, Nov 9, 2002 (Xinhua via COMTEX) -- The United Nations Office for Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA) has disclosed that it would stop providing Angola with humanitarian assistance as from 2003.

Speaking at a press briefing alongside an international conference on "emergency aid put to test", being held in Luanda on Friday, UN Humanitarian Coordinator Eric de Mul said that OCHA will stop providing emergency aids and funds, adding that new methods of assistance for Angola will be adopted next year.

Meantime, Switzerland's Humanitarian Aid Officer for Southern Africa, Victor Estefan, said he believed that the Angolan government will have financial, material and human means to put up with the humanitarian crises in the coming years.

Participants in the conference asked for setting up of humanitarian aid post-conflict teams.

Moreover, they said the government is entitled to provide humanitarian aid, but they are ready to carry out emergency programs to assist the needy people.

During the 27-year civil war of Angola, which broke out in 1975 and ended on April 4 of this year, about a million people have been killed and 4 million more displaced.

Copyright 2002 XINHUA NEWS AGENCY.

-0-

BBC INTERNATIONAL REPORTS (AFRICA) 9th November 2002

**CABINDA: FLEC OFFICIAL ACCUSES ANGOLAN GOVERNMENT OF
"GENOCIDE"**

Front for the Liberation of the Cabinda Enclave representative in Portugal Carlos Puna says fighting in Cabinda is continuing "with great intensity" and that Angolan troops are killing civilians in Cabinda and burning their homes. He accused Angola of planning to "exterminate" Cabindans, adding that the lack of response from the international community was tantamount to "a silent conspiracy against the Cabindan nation".

The following is the text of the interview by Carlos Albino in Portugal; published by Portuguese newspaper Diario de Noticias web site on 7 November

[Carlos Albino] Has the Kungo-Shonzo base fallen?

[Front for the Liberation of the Cabinda Enclave - Cabinda Armed Forces, FLEC-FAC, representative in Portugal Carlos Puna] Yes, it has. The base is now under Luanda's control. It fell on 11 October after we retreated. We left.

[Albino] Did FLEC retreat because of the losses caused by Angolan forces?

[Puna] FLEC-FAC did not report any losses. However some people did die and civilian prisoners have been taken to Tchovia, our capital. Other civilians have been dispersed in the bush and FLEC-controlled areas. Angolan troops have killed civilians and plundered and burnt their homes.

[Albino] Have any international humanitarian organizations investigated the situation on the ground?

[Puna] Up to now, only the church seems to know what is going on. No other international organization has shown interest in the situation facing civilians or has tried to find out about Angolan troops' civilian massacres.

[Albino] Reports confirm that your chief of staff is on the run? Can you confirm that?

[Puna] This is completely untrue. The chief of staff has not fled. I spoke to both Commander Francisco Luembo and Miguel Boma a short while ago.

[Albino] And what did you talk about? What exactly does FLEC want?

[Puna] We called on the international community, and particularly Portugal, to adopt extremely urgent humanitarian initiatives for the civilian population, which does not have access to food or medication, particularly for women and children.

[Albino] How many people?

[Puna] About 300 people are in extreme need of aid.

[Albino] Is Angola refusing to provide this aid?

[Puna] They force the civilians they manage to find to go to Tchovia and when they refuse they are shot in front of the others as a warning that this will happen to all of us. They accuse us of helping FLEC.

[Albino] FLEC has a representative in Geneva. Have you not informed the UN Human Rights Commission about this situation?

[Puna] We have a representative in Geneva, Dr Joel Batila, who has warned the UN commission, the International Red Cross and Amnesty International. To date, they have only promised to send observers but nobody has come. We consider this a silent

conspiracy against the Cabindan nation, which the Angolan Armed Forces plan to exterminate. It is genocide.

[Albino] Does your military retreat mean that combats have been suspended?

[Puna] No. The fighting continues with great intensity, so much so that the Luanda government is hiding the truth of the situation. The main Angolan military officials question where the first battalion which penetrated the Maiombe bush has gone.

[Albino] What do you mean?

[Puna] I can guarantee that between 24 to 29 October, two planes filled with bodies and maimed soldiers arrived in Luanda from Cabinda.

[Albino] FLEC soldiers?

[Puna] No! They were definitely FAA soldiers. We fought Angolan soldiers and that was the result, although some did surrender. On 5 November, violent conflict in Buau-Nzuau was reported. Angolan troops were forced to retreat during that battle.

[Albino] So FLEC is armed?

[Puna] We have arms, but we are not carrying out any intense operation in Angola. On 23 October, we shot down a helicopter and Mig-21 in Kungo-Butuna and Ncutu. We have already fought the Cubans and South African mercenaries, and are ready to fight to the last breath.

[Albino] What compels you to do this?

[Puna] Our nationalism, because like any other nation in Central Africa, before the Europeans arrived, we had our king. We want self-determination, although we do not want to negotiate with Angolans, rather with Portugal.

[Albino] With Portugal? Why?

[Puna] Because we feel Cabinda still falls under Portugal, whether you like it or not. We did not reject the 1885 Simulanbuco Treaty between the Kings of Portugal and Cabinda. This treaty is religiously valid and Angola has no right to interfere.

[Albino] Would you accept a referendum?

[Puna] As long as Angola acts in good faith and Portugal is present.

[Albino] FLEC has signed an agreement with the PP [Popular Party], a government coalition party. Is this agreement valid?

[Puna] We did not sign this agreement. The FLEC-Renewed president, Bento Bembe, signed this agreement. I met with Bembe when he visited Portugal, but we hardly spoke about this issue.

[Albino] You captured Portuguese hostages recently. Do you remember?

[Puna] We did this to call the Portuguese government's attention to the situation that was imposed on us, but we have stopped this kind of activity because the Portuguese nation cannot be blamed. We are not like the Chechens or Islamic fundamentalists.

We have never illegally sold diamonds or laundered money. Our fight is clean and dignified and corresponds with the nation's rights.

Source: Diario de Noticias web site, Lisbon, in Portuguese 7 Nov 02

BBC Monitoring. Copyright BBC

BBC INTERNATIONAL REPORTS (AFRICA) 8th November 2002
CIVILIAN BODIES RAISE ISSUES OF CONCERN IN ANGOLA'S FUTURE

Text of report by Angolan news agency Angop web site

Luanda, 5 November: Carlos Araujo, spokesman for the United Nations Mission in Angola (UNOMA), has told Angop today that civilian society in the country is concerned with setting a date for the upcoming elections, disarming the population, and getting the former military forces of the National Union for the Total Independence of Angola, UNITA, to rejoin society.

Carlos Araujo made this disclosure when he was commenting on the meetings UNOMA and Joint Commission Chief Ibrahim Gambari has had with representatives of civilian society.

Carlos Araujo further disclosed that today the UN secretary-general's representative in Angola held separate meetings with the heads of the Forum of Angolan Non-Governmental Organizations, the Association for the Rural Development of Angola (ARDA), the Women's Association for Peace and Development in Angola (MPDA), and the Party for Democratic Support and Progress of Angola (PADPA).

The UNOMA spokesman also disclosed that other issues raised at those meetings included the Cabinda Enclave issue, efforts to reduce poverty, and civic education.

Monday [4 November] was the first day these audiences were held. On that day, Ibrahim Gambari, a Nigerian diplomat in the service of the United Nations, received political adviser Vicente Pinto de Andrade, and the representatives of the Civic Association of Angola, the Inter Church Committee for Peace in Angola, and Caritas, a Catholic Church-managed aid organization.

The findings arising from this series of consultations will be analysed in the course of one of the upcoming Joint Commission meetings. This body is responsible for the

implementation of the Lusaka Protocol, and it includes officials from the Angolan Government, UNITA, and the troika of peace process observer countries [USA, Russia, and Portugal]. The Joint Commission is scheduled to hold yet another meeting on Thursday, 7 November.

Ever since it resumed its sessions, this body has analysed the final pending tasks provided for by the Lusaka Protocol.

The issues under discussion are thought to focus on the upcoming appointment by UNITA of officials in various government posts, and the evolution of the process of resettlement of demobilized military forces, and their relatives.

Source: Angop news agency web site, Luanda, in Portuguese 5 Nov 02

BBC Monitoring. Copyright BBC

XINHUA NEWS AGENCY 8th November 2002

SOUTH AFRICA SHIPS CONFISCATED GOODS TO ANGOLA

JOHANNESBURG, Nov 8, 2002 (Xinhua via COMTEX) -- The South African government, various organizations and businesses are rallying to a United Nations call to send relief aid to Angola to support the peace process.

A total of 65 tons of clothing that had been confiscated by customs officials around the country formed part of a big consignment of desperately needed goods that has already been shipped to the International Organization for Angola.

The clothing was seized from importers who had failed to get the necessary import permits and then failed to redeem the clothing, according to a report carried by the local paper Mercury.

Another five containers of supplies, including 45 tons of clothing, is due to set sail for Angola this week aboard the Delmas Acacia.

The shipment contains redundant clothing from the South African Correctional Service and five tons of army uniforms. Non-military looking clothing has been selected.

Also on board will be 50 tons of rice, 200 cases of soya mince, five tons of bottled water and five tons of fortified soya meal (protein food supplements).

About 210,000 rand of medical supplies has already been flown into Angola.

The special consignments are on their way to support the demobilization of ex-combatants - former UNITA troops who are now returning from the bush and being re-integrated into civilian life. Many members of the Angolan army are also returning to civilian life.

Other supplies will go to the 4.4 million Angolans who have been displaced as a result of the lengthy war.

Another 500,000 refugees who fled to neighboring countries are also returning home in the wake of the peace process, and they too have to be fed and clothed.

The urgent international call for relief aid has been made by the United Nations in conjunction with the Angolan government. The private sector and parastatals have responded, as have humanitarian groups and churches.

South African Foreign Minister Nkosazana Dlamini-Zuma said that her department will contribute an additional 100 tons of maize meal to the appeal.

Faced with the high cost of transportation, the government is considering enlisting the support of the South African Navy, which has a ship due to go to St Helena. Organizers are investigating whether the ship could drop off a delivery at Luanda.

The government is also committed to working with aid agencies and non-governmental organizations in Angola to distribute the donations.

Copyright 2002 XINHUA NEWS AGENCY.

-0-

PANAFRICAN NEWS AGENCY (PANA) DAILY NEWSWIRE 8th November 2002
ANGOLA CELEBRATES INDEPENDENCE IN RELATIVE PEACE

Luanda, Angola (PANA) - Angola will Monday celebrate its 27th anniversary of independence in relative peace but in a state of total destruction caused by a long-drawn civil war.

The conflict, which ended on 4 April with the signing of a treaty between heads of the Angolan Armed Forces (FAA) and of the ex- UNITA military forces, left over a million people dead, 100,000 mutilated and four million displaced.

In addition to this disaster, the country has to deal with 85,000 demobilised ex-UNITA soldiers and 350,000 members of their families, as well as thousands of orphans and seven million mines buried all over the country.

At the economic level, statistics refer to the total destruction of the productive sector, particularly the industrial and agricultural sectors, railways, the paralysis of 90 percent of the country's schools and hospitals as well as other infrastructure.

Some local experts say that the country will need 50 years to attain the level of development similar to that of other SADC member states, especially South Africa.

Despite this gloomy situation, Angolan politicians, contacted by PANA, are regardless of their political conviction, optimistic about the future of their country.

Most of them are veterans of the national liberation war.

One of them, Juliao Mateus Paulo alias "Dino Matross", is a member of the MPLA political bureau and first vice president of the National Assembly.

"Now that the war has ended," he said, "the government should pull up its socks and find solutions to basic problems confronting the population, who have been sitting in limbo for a quarter of a century."

"If MPLA is in power, it has to justify this power by working and implementing its development projects," he pointed out, adding that the real advantage that Angolans have gained during these 27 years of independence is the preservation of the country's territorial integrity."

Armelindo Jaka Jamba, vice president of the Angolan Parliament for UNITA, "suggests the reintegration of war victims into society to ensure that the disillusion of the past are not repeated."

"There is also a need to invest in health and education, two very important sectors, for the country's development," he said.

On his part, Gerenimo Wanga, head of the UNITA parliamentary group, the leading Angolan opposition party, said that "what happened over the last 27 years belongs to the past. However, the past should serve as a lesson to meditate so that Angolans will never experience a fratricidal war again."

He said he believed that "Angola's greatest victory was the introduction of the multiparty system in 1991."

Ngola Kabangu, secretary general of FNLA (Front for National Liberation of Angola), a faction of Holden Roberto, expressed a similar view, suggesting that "the past should be forgotten, the future should be built together and with confidence."

He, however, recalled that "by abandoning the country before the proclamation of independence on 11 November 1975, the Portuguese government left the Angolans gripped with a long and bloody civil war."

This is the first time, in 27 years, that Angola will be celebrating its independence anniversary in relative peace, as there still remains another armed conflict in the oil-rich

province of Cabinda where FLEC (Cabinda Liberation Front) rebels are demanding independence from the mainland.

Copyright 2002 Panafrican News Agency. Source: Financial Times Information Limited.

Copyright © 2002 Financial Times Information Services Limited. All rights reserved.

WORLD NEWS CONNECTION 7th November 2002

ANGOLA: FNLA WINGS ON NEED FOR UN AID IN PREPARING FOR ELECTIONS, CABINDA WAR

Ibrahim Gambari, the UN secretary general's special representative in Angola, continues to encourage the participation of civil society in the peace process. Today he met with the Lawyers Council and the two FNLA wings. FNLA Founder Holden Roberto argued for a national debate and the wing led by Lucas Ngonda asked for general elections.

[Begin recording] [RTP reporter Inacio Cardoso] During the meeting with the FNLA renewed members, led by Lucas Ngonga, they discussed issues related to the role of the UN after the conclusion of the Lusaka Protocol. They want elections after the completion of the Lusaka Protocol and want the UN to contribute to the election process.

[FNLA Information Secretary Paulo Jacinto] The country should already be moving toward the holding of the next elections. We cannot continue with the institutions whose mandate has already come to an end. Therefore we appeal to the UN that after the completion of the Lusaka Protocol it should help the people and the government to prepare the next elections.

[Cardoso] Gambari then met with Roberto and they discussed many issues, among them the military conflict that continues in Cabinda. The conflict in this area means that Roberto says that there is only partial peace in Angola. FNLA proposes a national debate with all forces in society in order to find political consensus which is necessary for the stability in the country.

[Roberto] It is necessary that a national dialogue be held. This will try to reconcile the differences and then this will lead to national reconciliation.

[Cardoso] The consolidation of peace in Angola was also discussed by Gambari and the Lawyers Council. At the end of the meeting the Lawyers Council President Manuel Goncalves called for the creation of a constitutional framework that will safeguard the rights of all citizens.

[Goncalves] It is necessary to create conditions to guarantee the rights of all Angolan citizens so that they can feel relatively safe in a country where rights are equal.

[Cardoso] The contributions that are being made, both by the politicians and civil society about peace in Angola, will be considered by the Joint Commission, which is made up of the Angolan Government, UNITA, the troika of observers and UN. [end recording]

[Description of Source: Lisbon RTP Internacional Television in Portuguese -- Government-owned international public service television]

THIS REPORT MAY CONTAIN COPYRIGHTED MATERIAL. COPYING AND DISSEMINATION IS PROHIBITED WITHOUT PERMISSION OF THE COPYRIGHT OWNERS.

Inquiries regarding use may be directed to NTIS, US Dept. of Commerce.

Copyright
2002 Inquires may be directed to NTIS, U.S. Dept of Commerce. Source : Financial Times Information Limited

Copyright © 2002 Financial Times Information Services Limited. All rights reserved.

AGENCE FRANCE PRESSE - ENGLISH 5th November 2002
WORLD NEWS CONNECTION 5th November 2002
ANGOLA: UN'S GAMBARI CALLS FOR INCLUSION OF CIVIL SOCIETY IN PEACE PROCESS

Ibrahim Gambari, the UN secretary general special representative in Angola, does not want Angola's future to be exclusively discussed between the government and UNITA. Therefore, Gambari has been meeting with political parties and sectors that represent the civil society.

[Begin recording] [RTP reporter Alves Fernandes] The first civil society organization which was consulted by Ibrahim Gambari was the Traditional Authorities Forum, which brings together a group of traditional leaders, kings and community leaders. The Forum's president is Economist Vicente Pinto de Andrade, the first presidential candidate for the elections, which still have no set date. Given the marginalization of the traditional authorities they decided to elect De Andrade as their president given his political and social standing.

[De Andrade] Everyone knows that in our country the population first goes to the traditional authorities and the fact that we were invited for this meeting is a sign that the UN sees the traditional authorities as having and continuing to have an important role.

[Fernandes] One of the Forum's concerns presented to Gambari is related to the resettlement of the displaced and demobilized persons.

[De Andrade] The Forum believes that it is important to resettle the population, both the displaced and the demobilized persons to their areas of origin or to the areas where they want to be resettled, taking into account that it is necessary to ensure resources and means so that these people can live. Therefore, it is not only giving a bag of rice and clothes, but also give agricultural equipment, land and seeds so that the people can feed themselves.

[Fernandes] Within the framework of the consultation process which started today, Gambari is going to meet with party leaders, religious leaders and association representatives throughout this week. [end recording]

[Description of Source: Lisbon RTP Internacional Television in Portuguese -- Government-owned international public service television]

THIS REPORT MAY CONTAIN COPYRIGHTED MATERIAL. COPYING AND DISSEMINATION IS PROHIBITED WITHOUT PERMISSION OF THE COPYRIGHT OWNERS.

Inquiries regarding use may be directed to NTIS, US Dept. of Commerce.

Copyright
2002 Inquires may be directed to NTIS, U.S. Dept of Commerce. Source : Financial Times Information Limited

AGENCE FRANCE PRESSE - ENGLISH 4th November 2002

SEPARATIST HELD TOWN IN CABINDA CAPTURED BY ANGOLAN ARMY

LUANDA, Nov 4 (AFP) - The Angolan army has captured separatist-held parts of the oil-rich Cabinda enclave, wedged between the Republic of Congo and Democratic Republic of Congo but Angolan since 1975, a military official said Monday.

A Catholic priest in Cabinda had reported late last month that the Angolan armed forces had launched an offensive against the armed wing of the Cabinda Enclave Liberation Front (FLEC), but Luanda has not officially confirmed that military operations were under way in the enclave.

The military official, who asked not to be named, confirmed that the army had recaptured FLEC-held areas and said the aim of the army offensive was to get the separatist rebels to negotiate a peace settlement.

FLEC wants independence for Cabinda, but Luanda opposes this because the enclave is the source of about 60 percent of the southwest African nation's oil wealth.

The offensive against FLEC is seen as a bid by Luanda to shore up the peace process in Angola, where the government signed a truce with the Union for the Total Liberation of Angola (UNITA) rebels in April, ending 27 years of civil war./rl

mm/kdz/rl

WORLD NEWS CONNECTION 4th November 2002

ANGOLAN GOVT IMPLEMENTS NEW FOREIGN INVESTMENT POLICY

Relations between the Portuguese and Angolan governments have entered a "new phase, with the introduction of a study to rapidly resolve problems facing both parties". Portuguese and Angolan political officials believe exceptional conditions have been established to promote strengthened cooperation between their respective governments to in turn facilitate cooperation between various public and private entities in both countries, namely with regard to training opportunities in social areas - including health and education - and basic sanitation.

The end of the war in Angola was crucial for this new phase, but officials highlight a new political determination expressed by both countries, which has led to an accelerated decision process, missing from the climate of confidence.

The Angolan government has a new policy with regard to foreign investments, which not only sustains foreign investment, but takes into account social implications, including job creation, vocational training, and contributing to the region's economy.

One of the Angolan government's priorities is obviously rebuilding infrastructure, a task which President dos Santos considered "urgent and gigantic" during recent public speeches in Cuito. According to President dos Santos, this process would take a number of years and involves rebuilding roads, railways, water capture, treatment and distribution systems, schools and hospitals.

In some Angolan regions, infrastructure rehabilitation plans are either being studied or are awaiting approval from respective municipalities.

For his plan to rebuild Angola, Jose Eduardo dos Santos is relying on joint efforts between public and private enterprise, challenging "all businessmen to carry out investments, create new employment opportunities and generate more wealth", whilst government launches public investments.

The Angolan government and National Assembly have approved a number of measures aimed at establishing necessary juridical frameworks for financing public investments. Last week, the Direct Public Debt Law was approved by the National Assembly, whereby creditors of the state are guaranteed judicially. The law also defines the criteria government should obey to authorize and use public debt, in addition to improving financing conditions (terms and interests) for government programs listed in the State's Budget.

[Description of Source: Lisbon Diario de Noticias (Internet Version-WWW) in Portuguese -- Centrist private daily. Has recently distanced itself from the line of the ruling Socialist Party; Internet: <http://www.dn.pt/home/home.htm>]

THIS REPORT MAY CONTAIN COPYRIGHTED MATERIAL. COPYING AND DISSEMINATION IS PROHIBITED WITHOUT PERMISSION OF THE COPYRIGHT OWNERS.

Inquiries regarding use may be directed to NTIS, US Dept. of Commerce.

Copyright 2002 Inquires may be directed to NTIS, U.S. Dept of Commerce. Source : Financial Times Information Limited

Copyright © 2002 Financial Times Information Services Limited. All rights reserved.

WORLD NEWS CONNECTION 2nd November 2002
**ANGOLAN PRESIDENT ANNOUNCES RECONSTRUCTION OF CUITO CITY
INFRASTRUCTURES**

The Angolan President announced the reconstruction of Cuito city, regarded as the martyred city of the civil war, because it was completely destroyed by the bombings. In his visit to Cuito Jose Eduardo dos Santos promised finance to the total of 80 million dollars for roads and social infra structures.

[Begin recording] [RTP reporter Alves Fernandes] An enthusiastic crowd met the Angolan President in Cuito, the capital city of Bie in central Angola. Jose Eduardo dos Santos last visited this martyred city ten years ago, now in ruins because of the armed conflict. President Dos Santos called for national reconstruction stressing this is a huge and urgent task in which all Angolans ought to participate.

[President dos Santos] The government is doing its share now we need each worker, each farmer, each businessman, each intellectual to also do his share because together we are strong and we will overcome this other war now facing us, that of putting an end to poverty.

[Fernandes] Jose Eduardo dos Santos said it is urgent for the war displaced and demobilized persons to be taken out of the dependency situation so they too can contribute to the country's reconstruction.

[President dos Santos] Thus our compatriots who are in the war displaced camps, in confinement areas, are being assisted by the government essentially being assisted by the people and all those who are working. These need to have the moral duty to quickly

disentangle themselves from this situation so they too are able to work and contribute to building the nation.

[Fernandes] To reconstruct Cuito, the council of ministers has made 42 million dollars available. During his visit to Cuito, President Jose Eduardo dos Santos met with the leaders of Bie, Huambo, Benguela and Cuanza Sul; the four provinces that make up the center of Angola.

A large plan was approved to reconstruct infrastructures valued at 80 million dollars. A priority area is the rehabilitation of Benguela's railway that links the southern coast to the central and eastern parts of the country. [end recording]

[Description of Source: Lisbon RTP Internacional Television in Portuguese -- Government-owned international public service television]

THIS REPORT MAY CONTAIN COPYRIGHTED MATERIAL. COPYING AND DISSEMINATION IS PROHIBITED WITHOUT PERMISSION OF THE COPYRIGHT OWNERS.

Inquiries regarding use may be directed to NTIS, US Dept. of Commerce.

WWP-REPORT ON ENGINEERING CONSTRUCT 1st November 2002
**ANGOLA: CONSTRUCTION PLANS FOR PROPOSED \$1,000,000,000
REFINERY, SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTIVEIS DE ANGOLA
(SONANGOL) (ANGOLA) - ORDER #: 110302.**

PROJECT OVERVIEW:

According to Syanga Abilio, Chairman of the local state-owned SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTIVEIS DE ANGOLA (SONANGOL), his company is now gearing-up to build a new oil refinery in the country. As things currently stand, preliminary works are said to be proceeding ahead according to schedule.

Construction plans under consideration call for building the proposed plant at Lobito. The cost to complete the project, by the year 2007, has been pegged at \$1,000,000,000. In so doing, SONANGOL has retained the services of the DRESSNER BANK of Germany to provide the best strategy to raise the needed funds.

SONANGOL has a total employment of some 1,700. The organization is involved in the exploration, production and refining of crude oil as well as the marketing and distribution of petroleum products. It acts as the sole concessionary in Angola and is responsible for the supervision of on- and offshore operations of foreign petroleum companies.

Copyright by WWP Inc. 2002 The data contained in this report may not be reproduced, redistributed and/or put into an information retrieval system with the prior written

permission of the published. Companies that have multiple users are invited to make use of our heavily discounted site license.

KEY PROJECT CONTACTS:

Syanga Abilio, Chairman

Joakim David, Managing Director

J. Leite da Costa, Director (Exploration & Production)

J. Van Deste, Director (Negotiations)

SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTIVEIS DE ANGOLA (SONANGOL)

Direccao de Pesquisa e Producao, Edificio DH, Av. 4 de Fevereiro

214, C.P. 136, Luanda, Angola

International Direct Dial: 011 + (244) + (2) + 331690, 394-4424

International Direct Fax: 011 + (244) + (2) + 391782, 395998

Tlx. 3148

Web Site - <http://www.mbendi.co.za/cosg.htm>

WAYS & MEANS TO FACILITATE DOING BUSINESS IN ANGOLA

FROM THE US:

For answers to any international trade questions dealing with, for example, export financing, documentation, ways to locate a foreign partner/representative, market research reports, tariff rates, sources of export assistance or information on all federal export programs call the US TRADE INFORMATION CENTER at 1-800-USA-TRADE.

James A. Harmon, Chairman & President

Jackie M. Clegg, Vice-Chairman, First Vice-President & COO

Kenneth M. Tinsley, Vice-President (Trade Finance)

James C. Cruse, Vice-President (Country Risk & Economic

Analysis)

James A. Mahoney, Vice-President (Engineering & Environment)

Piper P. Starr, Vice-President (Export Credit Insurance)

THE EXPORT-IMPORT BANK OF THE UNITED STATES (EXIMBANK)

811 Vermont Avenue, NW, Washington, DC 20571

Ph. Toll-Free: 1-800-565-3946 Fax. (202) 565-3380

E-mail: bdd@exim.gov

Web Site - <http://www.exim.gov>

Regional EXIMBANK Offices:

North East: Ph. (212) 466-2950 Fax. (212) 466-2959

Mid Atlantic: Ph. (202) 565-3940 Fax. (202) 565-3380

U.S. Related Web Sites:

DEPARTMENT OF COMMERCE <http://www.doc.gov/> BIG EMERGING MARKETS
<http://www.stat-usa.gov/itabems.html/>

EXPORT/IMPORT BANK <http://www.exim.gov/>

COMMERCIAL SERVICE http://www.ita.doc.gov/ita_home/itauscs.html/

INTERNATIONAL TRADE ADMINISTRATION <http://www.ita.doc.gov/>

EMBASSY OF THE REPUBLIC OF ANGOLA

1050 Connecticut Ave., N.W., Suite 760, Washington, DC 20036

Ph. (202) 785-1156 Fax. (202) 785-1258

E-mail: angola@angola.org Web Site - <http://www.angola.org>

IN ANGOLA: Time zone difference: EST + 6 hrs

Christopher W. Dell, Ambassador

Donald G. Gato, Deputy Chief of Mission

Jill Derderian, Economic/Commercial Officer

Robert Hellyer, Aid Mission Director

EMBASSY OF THE UNITED STATES OF AMERICA

Rua Houari Boumedienne No. 32, Luanda, Angola

International direct dial: 011 + (244) + (2) + 447-028

International direct fax: 011 + (244) + (2) + 446-924

Web Site - <http://www.ebonet.net/usangola>

U.S. CONSULATE - Luanda, Angola

Rua Houari Boumedienne #32-136, Luanda, Angola

International direct dial: 011 + (244) + (2) + 345-481

International direct fax: 011 + (244) + (2) + 346-924

Key Trade & Industry Contacts:

ANGOLAN CHAMBER OF COMMERCE & INDUSTRY

Largo do Kinaxixi 14, No. 1 andar, CP 92, Luanda, Angola

International direct dial: 011 + (244) + (2) + 344629

Tlx. 3283

Key Development Organization Contacts:

BANCO DE COMERCIO E INDUSTRIA SARL

Avenida 4 de Fevereiro 86, CP 1395, Luanda, Angola

International direct dial: 011 + (244) + (2) + 333684

International direct fax: 011 + (244) + (2) + 334924

E-mail: oscarn@ebonet.net

(This development bank provides loans to businesses in all sectors.)

Key Government Contacts:

MINISTRY OF PETROLEUM

Avenida 4 de Fevereiro, Luanda, Angola

International direct dial: 011 + (244) + (2) + 337448

Tlx. 3300

MINISTRY OF TRANSPORT & COMMUNICATIONS

Avenida 4 de Fevereiro 42, CP 1250-C, Luanda, Angola

International direct dial: 011 + (244) + (2) + 370061

Tlx. 3108

MINISTRY OF GEOLOGY AND MINES

International Direct Dial: 011 + (244) + (2) + 322766

International Direct Fax: 011 + (244) + (2) + 321655

COPYRIGHT 2002 Worldwide Projects, Inc.

COPYRIGHT 2002 Gale Group

AGENCE FRANCE PRESSE - ENGLISH 1st November 2002

ANGOLAN GOVERNMENT PLANS 320-MLN-DOLLAR RECONSTRUCTION EFFORT

LUANDA, Nov 1 (AFP) - The Angolan government has allocated 320 million dollars (327 million euros) for the reconstruction of four of the provinces worst affected by the 27-year civil war that ended this year, official sources said.

The main priorities of the reconstruction effort will be to re-establish a working social services infrastructure as well as basic manufacturing capacity for essential consumer goods in the southern provinces of Huambo, Kwanza-Sul, Bie and Benguela.

Funding for the programme, set to begin early next year, will depend on the outcome of a United Nations-backed international donor conference for which Angola has not yet set a date.

The decision was taken after a visit by President Jose Eduardo dos Santos to Bie's provincial capital Kuito -- around 700 kilometres (440 miles) south of Luanda -- nicknamed "the martyred town" after it was completely destroyed by war.

Bie and the three other provinces are rich in mineral, agricultural and water resources, but were among the hardest hit by the war, which ended on April 4 with the signature of a peace accord between the government and rebel movement UNITA.

mm/lmf/kdz

BBC INTERNATIONAL REPORTS (AFRICA) 1st November 2002
**ANGOLA: GOVERNMENT ISSUES DOCUMENT ON "PREREQUISITES"
FOR DEMOCRACY**

Text of report by Angolan news agency Angop web site

Luanda, 1 November: The Angolan government has stressed the need to conclude the Lusaka Protocol and the constitutional reform process currently under way in the country, because both issues are prerequisites for democracy in Angola.

This was contained in a government document made public on the occasion of the country's national Independence Day celebrations, which were initiated today in Angola. Angola's Independence Day falls on 11 November.

"The prospect of concluding the Lusaka Protocol and constitutional reforms in the near future will certainly herald a new phase in Angola's democratic life" -confirmed the document.

According to the government, these prerequisites are essential to guarantee Angola's democratic process, including normal functioning institutions and periodic contact with citizens, through regular elections.

The Angolan executive believes that political, economic and spiritual stability will be enhanced by consolidating peace, in addition to establishing indispensable conditions aimed at capturing much needed national and foreign investment.

The statement adds that the government will therefore promote private initiatives and international development programmes.

As part of the 27th anniversary of Angola's Independence Day, the government reiterated its firm willingness to continue upholding its ideals of independence.

"We are mobilizing our resources to ensure reconstruction tasks are successful to promote a culture of peace, tolerance and national reconciliation" -he emphasized.

The government also highlighted the importance of stimulating patriotism and solidarity, in addition to participating enthusiastically in the national holiday's celebrations.

The document called on all the "nation's forces" to make this day a day of reflection on the contribution each Angolan should make to consolidate peace, reconstruction and multi-faceted development in the country.

"We are convinced that, with the determination and dedication of all patriotic Angolans, the country will soon occupy its place amongst progressing and developing nations.

In the government's opinion, "all Angolans are aware of the difficult road ahead to rebuilt a vast country, which was completely destroyed by a long military conflict".

The government has therefore called on the population to unite and work for national reconciliation by stimulating patriotism and promoting a true culture of peace and tolerance.

The Angolan government also announced that it would continue to mobilize all the nation's forces with a view to implementing programmes to gradually improve living conditions for the population.

"Ending the armed conflict was a prerequisite for the country's development. The government will do all it can to end the hunger and misery, as well as improve health conditions to fight disease" -the statement guarantees.

Source: Angop news agency web site, Luanda, in Portuguese 1 Nov 02

BBC Monitoring. Copyright BBC

AFRICA ANALYSIS 1st November 2002

ASIA PULSE 31st October 2002

VIETNAM EXPORTS MOTORBIKES TO ANGOLA

HANOI, Oct 31 Asia Pulse - Vietnam has exported 120 motorbikes, labelled LISOHAKA, to Angola.

These motorbikes, assembled with over 80 percent Vietnamese parts, were turned out by Vietnam's joint-stock company, LISOHAKA.

The shipment, part of a contract to export 20,000 motorbikes to Angola within ten months, is expected to help develop Vietnam's production of motorbikes. The price is US\$650 per vehicle.

Besides, this and the domestic market, LISOHAKA has signed contracts to export its products to South Africa, and it is making efforts to find further outlets, said Vu Manh Ha, LISOHAKA General Director.

LISOHAKA, the first business involved in producing and assembling motorbikes in Vietnam, has been awarded an ISO 9001 certificate for reaching an internationally-recognised standard.

Its products have been used in Vietnam since 2000, becoming popular due to reasonable prices and stable quality.

(VNA)

ASIA PULSE 31st October 2002

VIETNAM'S LISOHAKA EXPORTS 120 MOTORCYCLES TO ANGOLA

HANOI, Oct 31 Asia in Focus - Vietnamese joint-stock company LISOHAKA has exported 120 motorcycles to Angola, assembled with over 80 per cent Vietnamese parts. The shipment is part of a contract to export 20,000 motorbikes to Angola within ten months and is expected to help develop Vietnam's production of motorbikes.

* LISOHAKA has signed contracts to export its products to South Africa and is trying to find other markets, said LISOHAKA general director Vu Manh Ha.

* LISOHAK has been awarded an ISO 9001 certification and its products have been used in Vietnam since 2000.

SUMMARY

Vietnam's LISOHAKA exports first 120 motorcycles to Angola as part of ten-month 20,000 unit deal

ASIA IN FOCUS

BBC INTERNATIONAL REPORTS (AFRICA) 31st October 2002

ANGOLA: CABINDA OFFICIAL DENIES ARMY PURSUED SEPARATISTS INTO CONGO

Text of report by Radio France Internationale on 30 October

There have been reports from Cabinda [northern Angola] on a large-scale military offensive mounted by the Angolan army against separatist movements that continue to destabilize that territory. The humanitarian situation in Cabinda is said to be tragic.

Without denying that a military offensive is in progress, the authorities in Cabinda feel that Luanda's intervention in the enclave falls within the framework of plans to uphold law and order in a territory that is part and parcel of Angola. That is the view of Pedro Neto, the news media director in Cabinda Province. He was speaking to Alvaro Morna, on behalf of Cabinda Governor Anibal Rocha:

[Neto] First, I would like to point out that it is not a question of Angola intervening militarily in Cabinda. Cabinda is an Angolan province.

Second, as you will understand we are not familiar with military matters and so cannot comment on the large-scale offensive that the armed forces are reported to have launched in the province.

What we can confirm is that although peace prevails in the rest of the country, the same cannot be said of Cabinda. Obviously, the government has been doing its best to ensure that the residents of Cabinda enjoy peace. Peace is fundamental to the development of any country. So, an effort is being made to restore peace in the territory, but whether it entails military operations, that is something that we cannot comment because we are not familiar with military matters.

[Morna] What about the situation in the city of Cabinda? Is it stable? Does one feel tense?

[Neto] No, one does not feel tense. Life is normal in Cabinda. People go about their lives as if peace prevailed. Obviously, we hear rumours of war. We, as the authorities in the province, find it difficult to confirm those rumours. One does not even feel tense here.

[Morna] There have been reports that the Angolan Armed Forces mounted a hot pursuit operation against alleged members of Cabinda's separatist movements, who fled into the Republic of Congo. Are you in a position to confirm those reports?

[Neto] The reports are unfounded. As you know, a hot pursuit operation entails the violation of the sovereignty of another state. The constitutions in force in our countries preclude that type of situation. The governments of Angola, the Republic of Congo, and the Democratic Republic of Congo have border security agreements in place stipulating that no military force would be deployed in another country prior to negotiations. So, I do not think that those reports are accurate.

Source: Radio France Internationale, Paris, in Portuguese 1700 gmt 30 Oct 02

BBC Monitoring. Copyright BBC

AP WORLDSTREAM 31st October 2002
AFRICA NEWS SERVICE 31st October 2002

BUILDING CONTRACTORS EYE ANGOLAN MARKET

Harare, Oct 30, 2002 (The Herald/All Africa Global Media via COMTEX) -- Local building contractors are now eyeing Angola where the end of the civil war presents a number of opportunities, the president of Zimbabwe Building Contractors Association Mr George Utaumire has said.

ZBCA was working with the Government on ways to enter the potentially lucrative market.

"We are currently working on a document which we expect to present to Government this week.

"The major thrust of this document is to establish how the Government can facilitate our entry into Angola," he said.

The end of a long civil war in Angola gives a lot of opportunities for the local construction industry.

Angola is embarking on a reconstruction programme and this would give the local contractors the much needed projects to ensure their survival.

Mr Utaumire added that there was need for the Government to put in place some mechanism that would ensure that the contractors venturing into Angola were protected.

"There is need for a political passage between the two governments to ensure that there is enough protection for the contractors.

"We can not go to the country as individual contractors because of the problems which may surface some time later.

"It is in this vein that we would like to work with the Government to make sure that our entry is smooth," he added.

On the local market, Mr Utaumire was optimistic that the Government's measures to assist small operators in the industry would yield positive results.

"Our proposals in the affirmative action plan were approved by Government and we already have a working facility in place.

"However, we still have problems because there are few projects and only a few developments are being undertaken," Mr Utaumire said.

Under the adopted policy, the value of work reserved for indigenous construction companies was increased from \$3 million to \$50 million.

There has been little activity in the construction industry over the past few years and a number of small scale contractors have gone under as a result.

This has largely been attributed to their failure to delve into the region especially at a time when the local market was shrinking.

Figures released by the Construction Federation of Zimbabwe show that the organisation's membership in 2001 shrunk from 591 to 437.

Copyright The Herald. Distributed by All Africa Global Media(AllAfrica.com)

-0-

KEYWORD: Zimbabwe

**PANAFRICAN NEWS AGENCY (PANA) DAILY NEWSWIRE 31st October 2002
ANGOLAN GOVT DISBURSES FUNDS FOR OPPOSITION UNITA**

Luanda, Angola (PANA) - The chairman of the Joint Commission implementing the Angolan Peace Accord, Ibrahim Gambari has acknowledged the disbursement of funds by the government, for the opposition UNITA party.

Gambari made the disclosure Wednesday at a meeting of the Joint Commission, adding that the body and its technical groups would continue working to resolve issues pending on the Lusaka Protocol.

Although he did not disclose the amount government allotted UNITA, Gambari said he would begin a series of consultations with the civil society on national reconciliation and the social reintegration of demobilised UNITA soldiers.

Copyright 2002 Panafican News Agency. Source: Financial Times Information Limited.

Copyright © 2002 Financial Times Information Services Limited. All rights reserved.

**WORLD NEWS CONNECTION 31st October 2002
ANGOLA: GOVERNMENT TROOPS ATTACK FLEC-FAC MILITARY BASE
IN CABINDA**

Special army forces and the Angolan police attacked one of FLEC-FAC main military bases in Cabinda. This was reported by the Angolan Armed Forces who also confirmed

the guerrilla's Chief of Staff General Francisco Luemba had escaped the governmental offensive.

[Begin recording] [RTP reporter Reginaldo Silva] It was reported in Luanda today that the Angolan Armed Forces attacked FLEC-FAC's general hostel in the heart of the Maiomba Forest in (Cungo Chonzo), in the (Necuto) commune. With extensive details of the incident, including interviews with war prisoners, the information was first reported by the Angolan Armed Forces radio, Hora Certa, transmitted daily by Angolan National Radio. According to Hora Certa, the advance on FLEC-FAC's general hostel in (Cungo Chonzo) was made in four days with the last stage lasting just 30 minutes.

The operation involved special forces from the army and the police. According to the same source, FLEC-FAC's chief of staff, General Francisco Luemba and the Minister of Defense Miguel Boma, were in (Cungo Chonzo) but managed to escape the governmental siege. According to the MPLA spokesperson Norberto dos Santos, this latest military development aims to restore legality in Cabinda.

[Dos Santos] These latest developments are the attitude of a government that is restoring legality and defending the country's sovereignty. We have said on several occasions that not all solutions found for Cabinda can lead to its independence. We were clear in this regard and have not been saying we will find out about this issue.

[Silva] Previous reports never confirmed and even denied by some official sources, claimed there was a large governmental offensive in Cabinda intended to clear out any sign of military resistance by the independent group before peace negotiations began with the different FLEC factions operating in the Angolan oil-rich enclave. [end recording]

[Description of Source: Lisbon RTP Internacional Television in Portuguese -- Government-owned international public service television]

THIS REPORT MAY CONTAIN COPYRIGHTED MATERIAL. COPYING AND DISSEMINATION IS PROHIBITED WITHOUT PERMISSION OF THE COPYRIGHT OWNERS.

Inquiries regarding use may be directed to NTIS, US Dept. of Commerce.

BBC INTERNATIONAL REPORTS (AFRICA) 30th October 2002

BBC INTERNATIONAL REPORTS (AFRICA) 30th October 2002
**ANGOLA: FINANCE MINISTER HIGHLIGHTS "PRIORITIES" IN 2003
STATE BUDGET**

Text of report by Angolan news agency Angop web site

Luanda, 30 October: The 2003 General State Budget [OGE] is set at 358,888,331,816 kwanzas and is aimed at fulfilling outstanding activities planned within the government's programme.

According to a press statement, the announcement was made during yesterday's Council of Ministers' meeting, presided over by Angolan President Jose Eduardo dos Santos, who "assessed a number of issues regarding the country's social and economic situation".

Angolan Finance Minister Julio Bessa commented on the OGE's priorities, confirming that additional expenditure had been allocated to resolve the country's current social situation.

The minister confirmed that Angola's health and education sectors would also receive additional budget funds and did not neglect to comment on the country's production sector.

"Additional funds have been allocated to promote the production sector, especially with regard to agricultural mechanization and agriculture, following support given to the farming community", he said.

He added that, "the reversal of National Defence costs is also being felt".

Bessa confirmed that attention is currently being focused on internal order, especially the National Police, "because (this body) is carrying out comprehensive activities throughout the country".

Julio Bessa said, however, that the state budget "would continue to be inadequate (for the next few years), until it consolidated increasing revenue, rebuilt the country and its economy and stimulated growth in other production sectors".

Source: Angop news agency web site, Luanda, in Portuguese 30 Oct 02

BBC Monitoring. Copyright BBC

AP WORLDSTREAM 30th October 2002
**ANGOLAN ARMY CLAIMS BATTLEFIELD VICTORY OVER CABINDA
SEPARATISTS**

Eds: SUBS graf 4 to CORRECT that Boma was at the base but escaped

LUANDA, Angola (AP) _ The army claimed Wednesday it had overrun the main military base of a guerrilla group fighting for the independence of Cabinda, an Angolan enclave where mostly foreign oil companies produce about 700,000 barrels of crude per day.

Army units supported by commando units captured the remote jungle base at Kungo-Shonzo, about 100 kilometers (60 miles) northeast of Cabinda City, the enclave's capital, "recently," Angolan army radio said, without providing details.

There was no independent confirmation of the claim. Cabinda is mostly off-limits to foreigners who do not work in the oil industry.

Miguel Boma, the defense chief of a guerrilla group known by its Portuguese acronym FLEC-FAC, was at the base but managed to escape, according to the army.

The report gave no information about casualties but said an important weapons cache was seized.

Telephone calls to the group's leaders, who live in Paris, were not answered.

Kungo-Shonzo has been the group's main base since 1979, four years after Angola gained independence from Portugal, the army said.

Cabinda is a tiny province wedged between Congo and the Republic of Congo.

Roman Catholic church officials in Cabinda recently have reported a new offensive by the government army to root out guerrillas there.

In mainland Angola, the government and rebel group UNITA ended their two-decade civil war in April.

Cabinda was declared Angolan territory in the 1975 accords that granted Angola independence. Separatists then began fighting Luanda's rule.

U.S. and European oil companies have invested billions of dollars in recent years in offshore exploration in Cabindan waters. Revenue from those operations provides much of Angolan state income.

(str/bh/cg)

AGENCE FRANCE PRESSE - ENGLISH 29th October 2002

CHILD KILLED IN ANGOLAN ARMY INCURSIONS INTO CONGO: PAPER

BRAZZAVILLE, Oct 29 (AFP) - A five-year-old child was killed and three people injured when the Angolan army carried out two incursions into southwestern Republic of Congo, the independent Tam-Tam d'Afrique newspaper said Tuesday.

The newspaper quoted witnesses as saying the Angolan military on October 22 and 23 led two raids on the Congolese village of Tchitanzi near the border with Cabinda, an Angolan enclave that lies on Congo's southern border.

The paper said the aim of the raids was to root out separatists from Cabinda who have launched attacks on Angolan troops based in the enclave, separated from Angola by a narrow strip of the vast Democratic Republic of Congo.

A five-year-old child was seriously wounded in one of the raids and later died of his injuries, the paper added.

One of three people wounded in the incursions said that Congolese soldiers in Tchitanzi did not defend the town against the Angolan attack.

Around a dozen secessionist groups are active in oil- and timber-rich Cabinda, once a Portuguese protectorate and under Angolan administration since the southwest African country won independence in 1975.

Up until 1997, Cabinda secessionist movements had offices in the Congolese capital Brazzaville and the country's economic hub, Pointe-Noire, but those offices were shut down when former Congolese leader Pascal Lissouba was ousted by Denis Sassou Nguesso, Congo's current president.

The Angolan army backed Nguesso in the civil war that ravaged Congo from June to October 1997, and which saw him topple Lissouba's government.

jg/rmb/rm

BBC INTERNATIONAL REPORTS (ASIA) 28th October 2002 VIETNAMESE PRESIDENT TRAN DUC LUONG VISITS ANGOLA

Text of report in English by Vietnamese news agency VNA web site

Luanda, 26 October: Angolan President J. E. Dos Santos rolled out red carpet to welcome Vietnamese President Tran Duc Luong, who arrived in Luanda on Friday [25 October] for an official friendship visit to Angola.

Following a state welcome ceremony held at the "4 February" international airport, President Luong, his wife and entourage laid a wreath at the Agostino Neto Monument, a great leader of the Angolan people and attended a ceremony to name a main boulevard in Luanda after Ho Chi Minh, Vietnam's late president.

The same day, Luong met with the general secretary of the People's Movement for Liberation of Angola -Workers' Party (MPLA) and addressed a meeting of the Angolan Parliament.

"After many years of war, peace and stability returned and have been consolidated in Angola. This resulted from the clear-sighted guidance and flexible policies of national

reconciliation and concord of the Angolan leadership, including the Parliament," Luong told Angolan legislators.

The Vietnamese president stressed "Vietnam and Angola, which have a long-standing and traditional relationship, have long been bound by their mutual support and assistance in the common struggle against colonialism and imperialism for national independence and freedom."

Luong held talks with his Angolan counterpart, Dos Santos, to seek ways for stronger ties and cooperation between Vietnam and Angola.

President Santos welcomed Luong's visit, his first to Angola, as a major landmark in the two countries' ties. He expressed his admiration for the Vietnamese people's past courageous struggle for national independence and freedom.

The Angolan leader praised Vietnam's outstanding achievements in its present renewal process and its pursuance of foreign policy to multilateralise and diversify its relations with other countries throughout the world over the past 15 years.

Santos said he was pleased to see the constant development in the Angolan-Vietnamese friendship and cooperation and stressed that the Angolan people would do all they could to cultivate the close ties and solidarity between the two nations.

President Luong spoke highly of the Angolan people's brave struggle for national liberation as well as their positive contributions to the African people's just struggle, particularly the Namibian people's fight for national independence and freedom, the South African people's anti-Apartheid struggle, and the relentless efforts for peace, stability, cooperation and development in southern Africa.

Both leaders expressed their satisfaction at the fine development of the Vietnam-Angola traditional relations and discussed orientations and drastic measures to broaden cooperation between the two countries in the areas of economics, trade, agriculture, public health, education, oil and gas development.

They also exchanged views on a wide range of issues of mutual concern and reached consensus on the need for stronger coordination between the two nations on the international arena.

The two leaders witnessed the signing of a protocol on agricultural cooperation between the governments of Vietnam and Angola, and a protocol on cooperation between the two countries' foreign ministries.

In the evening, President Dos Santos hosted a banquet in honour of the visiting Vietnamese president and his entourage.

The same day, Vietnam's Deputy Minister of Foreign Affairs Nguyen Dinh Bin and his Angolan counterpart, Kaluno Serao, attended a ceremony to inaugurate Vietnam's embassy at the Kalunga Atrium building in Engracia Fragoso street of Luanda capital city.

Trade Minister Truong Dinh Tuyen met with Vietnamese and Angolan business executives.

President Luong and his party left Luanda on 26 October for an official visit to the Republic of Congo.

Source: VNA news agency web site, Hanoi, in English 26 Oct 02

BBC Monitoring. Copyright BBC

AGENCE FRANCE PRESSE - ENGLISH 28th October 2002

**"EXTREMELY SERIOUS" HUMANITARIAN CRISIS THREATENS
ANGOLA: UN**

LUANDA, Oct 28 (AFP) - An "extremely serious humanitarian crisis" threatens Angola despite the recent end to nearly three decades of civil war, the UN warned Monday.

The country's food needs are increasing and displaced people returning to their farms do not have the means to work their land, said a report published here by the United Nations Development Programme (UNDP).

"The crisis will continue to be extremely serious at least until the refugees and displaced people are able to make their first harvest," it said.

The report said most farmers in the southern African nation -- where some 1.4 million people are entirely dependent on humanitarian aid for their survival -- had neither seeds to plant nor tools to work the land.

The effects of the 27-year civil war that ended in April were not the only obstacle to development nor the only reason for the deterioration of the humanitarian situation, said the UNDP.

Other factors included the government's social policies and the nature of the country's institutions, said the report, which emphasised the urgent need for reform of policies on the "management and distribution of public resources."

The report noted that poverty was endemic in Angola and said the already huge gap between the rich and the poor there was widening.

The country needed to achieve economic growth of 7.3 percent annually in order to stop the numbers of poor growing.

Four million Angolans, a third of the population, fled their homes to escape fighting between government forces and National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) rebels.

The UNPD report noted that, compared to most African countries, Angola "has enormous advantages due to its large oil reserves."

The document is aimed at allowing UN agencies and non-governmental organisations plan their aid programmes for Angola for the 2004-2008 period.

mm-stb/rm/kdz

VIETNAM NEWS BRIEFS 28th October 2002

POLITICS & LAW: VIETNAM SIGNS COOPERATION AGREEMENTS WITH ANGOLA AND CONGO

Vietnam and Angola signed agricultural and diplomatic agreements during the visit by President Tran Duc Luong on October 25 - 26.

Vietnam also reached a trade agreement with Congo during his trip to the foreign country from October 26 to 328. The two ministries of foreign affairs signed a protocol to enhance their relationship in the future. President Luong was awarded a high distinction from Congo at a ceremony, where he also handed the Congolese President a consignment of medicines and mosquito nets worth \$150,000.

Vietnam established diplomatic relations with Angola on November 12, 1975 and with Congo on July 16, 1964, and hopes to tighten cooperation with the two countries in healthcare services, education, agriculture and minerals.

Angolan President JE Dos Santos paid a visit to Vietnam in April 1987 and Congolese President Denis Sassou Nguesso visited Vietnam in April 2000.

Luong's first trip to the two African countries is considered a landmark event, helping to bring a new approach to the relationships.

(The People Oct 28 p1, People's Army Oct 28 p1, Young People Oct 28 p1)

Copyright 2002. All Rights Reserved.

Copyright © 2002 Financial Times Ltd. All rights reserved.

BBC INTERNATIONAL REPORTS (AFRICA) 26th October 2002

FINAL PULL-OUT OF ANGOLA, NAMIBIA, ZIMBABWE'S TROOPS FROM DRCONGO ON 31 OCTOBER

Excerpt from report by UN regional information network IRIN on 25 October

Kinshasa, 25 October: Angola, Namibia and Zimbabwe, which have supported the Kinshasa government during the past four years of war against rebel forces backed by

neighbouring Rwanda and Uganda, said on Thursday [24 October] the final withdrawal of their armed forces from the Democratic Republic of the Congo (DRC) would take place by 31 October.

The announcement came at the end of a one-day summit hosted by DRCongolese President Joseph Kabila and attended by Angolan President Jose Eduardo dos Santos, Namibian President Sam Nujoma, and Zimbabwean President Robert Mugabe.

In a joint statement, the four allied nations also called for the strengthening of the mandate of the United Nations Mission in the DRC, known as MONUC, and the verification of the withdrawal of Rwandan armed forces. They also voiced their support for the holding of an international conference on peace and development in the Great Lakes region of Africa.

The allied leaders urged Kabila to persevere in his efforts to reach national reconciliation through the resumption of negotiations leading to the formation of an all-inclusive, power-sharing transitional government and the eventual holding of national democratic elections.

"We are convinced that President Kabila will continue to make every effort to move the inter-Congolese dialogue forward towards achieving a durable peace, which is key to stability," dos Santos said at the end of the summit.

The inter-Congolese dialogue, which ended in April 2002 in Sun City, South Africa, with agreement reached among a majority of participants, was due to resume on Friday in Pretoria, South Africa. Representatives were expected from all Congolese parties to the conflict...

Source: UN Integrated Regional Information Network, Nairobi, in English 25 Oct 02

BBC Monitoring. Copyright BBC

BBC INTERNATIONAL REPORTS (AFRICA) 26th October 2002

ANGOLA REPORTS WORLD'S SECOND HIGHEST CHILD MORTALITY RATE

Text of report by Angolan news agency Angop web site

Luanda, 24 October: According to a study carried out by the UN, Angola has the second highest mortality rate in the world for children below the age of five. It is second only to Sierra Leone.

The final report bears the title of "Angola -Challenges after the war," and it assesses the general situation experienced in the country between September 2001 and June this year. According to it, 295 children perish out of every 1,000 born alive. One in each seven children do not complete their first birthday, and one in every four do not make it to five years old.

The report also noted that life expectancy in Angola is 42 years, and children in particular are at risk because of diseases, malnutrition, poor water quality, and poor drainage systems.

This UN study also pointed out that malaria is the single principal cause of deaths among children and adults, in addition to being one of the main causes of poor health and depression, and having a profound effect on family income.

In light of the above, the study rates malaria as one of the principal contributors to the high levels of poverty in the country. However, it cautioned that, as is happening in most of southern Africa, HIV and AIDS might become even greater threats than malaria.

In addition to HIV and AIDS, the UN document mentions respiratory diseases, acute diarrhea, and other diseases that should normally be avoidable through vaccination - such as measles - as other principal causes for the high mortality rate.

According to the study, the vaccination campaign against polio has been guaranteed thanks to a large investment, and this has permitted progresses to be made in controlling the disease.

The report also expressed concern over the high mother mortality rate, and it provided a number of reasons for this, including the low number of births assisted by qualified health personnel, the low level of pre-natal care and vaccination against tetanus, insufficient food, and abortions carried out in unsafe conditions.

The report put out today makes an assessment of the situation in the country in terms of civil, political, economic, and social rights as enshrined in international conventions, and in the Angolan legislation in general, and the Constitution in particular.

The principal objective of this report is to provide UN agencies working in the country with a strategy. It was published as part of the UN Day celebrations on 24 October.

Source: Angop news agency web site, Luanda, in Portuguese 24 Oct 02

BBC Monitoring. Copyright BBC

ANGOLA: RTP REPORTS ON DIFFICULTIES FACED BY RESETTLED FORMER UNITA SOLDIERS

Former UNITA soldiers are not pleased with the conditions offered for them to return to their areas of origin. They allege that they are left to fend for themselves when they return. The government responds saying that the lack of necessary conditions is due to the fact that the information supplied by UNITA does not correspond to reality.

[Begin recording] [RTP reporter Alves Fernandes] The first visit by the Joint Commission to a quartering area confirmed that the social reintegration of the former UNITA soldiers will not be such an easy task as many made it seem. Minbota quartering area is situated 100 km north of Luanda and only houses 600 former UNITA soldiers together with 1,500 family members. There are no food problems and medical assistance is reasonable. There are some farms that guarantee their survival and there their salaries have also being paid. Meanwhile, the great problems arose this week when the former UNITA soldiers spoke about the way that they are being transported from the confinement area, without the minimum conditions being created in the areas where they are being resettled. They say that they are being forced to leave and go to an uncertain destination.

[Former UNITA Major Fernando Tchinhamo] We are forced, because we were not previously warned. We have our leaders and they should have come here to tell us that the time for demobilization has come. This did not take place.

[Former UNITA soldier Jojo Gimo] Our future is still not defined. This is our greatest problem.

[Fernandes] Do you think that the Joint Commission is really going to resolve your problems? [Gimo] I think so. I hope that they came here to find solutions for the problems in this quartering area.

[Fernandes] The many statements of the former soldiers resulted in the Joint Commission holding a meeting there, so that everything would be clarified. Ibrahim Gambari listened to all sides and the conclusion was that the conditions for resettlement still leave much to be desired. This is a situation that is made worse by the fact that UNITA gave false information about the area of origin of some soldiers.

[Territorial Administration Minister Faustino Muteka] The problem has a solution. The registration process was done in the areas and we thought that each soldier had the opportunity to say where they wanted to go to. But it seems that they were forced to go to certain areas and now they say that they do not want to go there.

[UNITA Spokesperson Marcial Dachala] The government in our country must take up the responsibility of creating the conditions, but UNITA also feels responsible and therefore needs to be part of this exercise and we hope that the government will do this and that there will be assistance from the international community.

[Fernandes] The main problem in the whole social reintegration process is situated not in the quartering areas, but rather in the areas where they are sent to. This is given the fact that there are many difficulties and the mechanisms are still not in place. The Joint Commission leaves this quartering area with the hope that their work will improve. We will wait and see. [end recording]

[Description of Source: Lisbon RTP Internacional Television in Portuguese -- Government-owned international public service television]

THIS REPORT MAY CONTAIN COPYRIGHTED MATERIAL. COPYING AND DISSEMINATION IS PROHIBITED WITHOUT PERMISSION OF THE COPYRIGHT OWNERS.

BBC INTERNATIONAL REPORTS (ASIA) 25th October 2002

AGENCE FRANCE PRESSE - ENGLISH 25th October 2002

BUSINESSMAN LINKED TO ANGOLA ARMS SCANDAL FREED AFTER BRIEF STAY IN JAIL

PARIS, Oct 25 (AFP) - A Franco-Brazilian businessman suspected of a pivotal role in illegal arms sales to Angola in the early 1990s was freed Friday after spending 11 days in jail for breaking his bail agreement, his lawyer said.

Pierre Falcone left Paris's La Sante prison, where he was detained for having met another French businessman under investigation in the same arms-to-Angola case.

That meeting was in violation of an order prohibiting Falcone from contacting 41 others allegedly linked to the sales.

Falcone's lawyer, Yves Levy, claimed his client's liberation was in recognition of the "disproportionate character of the punishment".

The arms-to-Angola scandal has reached the highest levels in French politics.

Jean-Christophe Mitterrand, the son of late president Francois Mitterrand, as well as one-time Gaullist interior minister Charles Pasqua and another Mitterrand advisor, Jacques Attali, also face possible charges.

Five hundred million dollars (euros) of jets, helicopters and other weaponry were sold to the Angolan government of Eduardo Dos Santos in 1993 and 1994, at the height of the southwest African country's long civil war, in breach of international sanctions.

Falcone is suspected of having organised the sale and of buying influence. He spent a year in pre-trial detention before being released in December under the parole conditions. He has claimed his innocence.

Earlier this year, former foreign minister Hubert Vedrine and European Affairs minister Pierre Moscovici were interviewed by a judge looking into allegations they used their influence to lift a huge tax bill facing Falcone.

Both denied having anything to do with the abolition of the 1.3 billion euro tax bill against Falcone's company, ZTS Ozos, in 1998.

jca/rmb/kdz

BBC INTERNATIONAL REPORTS (AFRICA) 25th October 2002
UN BODY INCREASES BUDGET FOR ANGOLAN AID PROGRAMME

Text of report by Angolan news agency Angop web site

Rome, 25 October: The World Food Programme's [WFP] Administrative Council has decided to increase its budget for an extended emergency and recovery programme in Angola to 241.4m US dollars.

The previous fund was valued at 233.5m US dollars and the increase was approved during a WFP Administrative Council meeting held on 21 October in the Italian capital. The Angolan delegation to this meeting was led by Boaventura Cardoso, Angola's ambassador to Italy, and a permanent representative from joint UN Organizations (FAO, WFP and IFAD) headquartered in Rome.

Angola's contribution to this programme is estimated at 15.6m US dollars and will be provided through fuel supplies and waiving landing and parking tariffs for WFP planes.

In a speech made after the amount was approved, the Angolan ambassador thanked WFP for its work in Angola and highlighted the country's most urgent needs, including transport to support the population's return to their areas of origin, demining fields, supplying agricultural implements with a view to immediately reinitiating the agricultural process and food supplies, which will help families before their crops are harvested in 2003.

Boaventura Cardoso also commented on the Angolan government's efforts to recover main communication networks and facilitate product distribution by land, a very cumbersome activity.

He appealed to all donor countries to participate actively in supporting the execution of Angola's programme therefore helping to diminish the difficulties faced by the population and strengthening definite peace.

The representatives of WFP Administrative Council member countries, namely the United States, Japan, Cameroon on behalf of African countries, Haiti representing Latin America and Bangladesh representing Asian countries, have pledged their support for Angola.

Source: Angop news agency web site, Luanda, in Portuguese 25 Oct 02

PANAFRICAN NEWS AGENCY (PANA) DAILY NEWSWIRE 24th October 2002
ANGOLAN LEADER FLIES TO KINSHASA FOR ALLIED SUMMIT

Luanda, Angola (PANA) - Angolan President Jose Eduardo dos Santos flew Thursday morning to Kinshasa for a summit of countries that allied with the Kinshasa government during its war with Rwandan- and Ugandan-backed insurgents.

Also attending the meeting are Presidents Robert Mugabe of Zimbabwe and Sam Nujoma of Namibia.

Together with host President Joseph Kabila, the four are meeting Thursday to review the withdrawal of Zimbabwean, Namibian and Angolan forces from DR Congo, following the effective pullout of Ugandan and Rwandan troops.

In 1998 Angola, Zimbabwe and Namibia sent troops to DR Congo to help President Kabila's government repel an invasion by foreign-backed rebel forces.

The Kinshasa summit would also review implementation of the Lusaka Accord signed between the Congolese authorities and rebel factions. It would also discuss the deployment of UN forces in the country.

Copyright 2002 Panafican News Agency. Source: Financial Times Information Limited.

Copyright © 2002 Financial Times Information Services Limited. All rights reserved.

AFRICA NEWS SERVICE 23rd October 2002

ANGOLANS PAVE WAY FOR SWIFT ECONOMIC RECOVERY

Johannesburg, Oct 23, 2002 (Business Day/All Africa Global Media via COMTEX) -- Rebuilding transport infrastructure is high on Luanda's agenda

NOW that Angola's wars are finally over the time has come for the Luanda government to reconstruct its transport infrastructure. "We need as a first step to rehabilitate the roads," Luanda's Public Works Minister, Antonio da Silva, said at an investment conference in Midrand.

Fearing the country could develop into "a group of islands" rather than "an undividable nation", the government wants a functioning road network that links its 18 provinces with one another and Luanda.

"Emergency rehabilitation of roads and railways will likely be funded out of domestic budgets. Beyond that, major construction of transport infrastructures can be expected to be delayed until such time as funding is secured from Angola's development partners (World Bank, African Development Bank and others)," said independent consultant Andrew Maggs.

The rehabilitation of Angola's railway lines has also been under the spotlight. Da Silva also estimated 350 bridges in Angola were in need of repair from war damage.

But it is on the shipping front that there appears to have been the most growth recently. P&O Nedlloyd's weekly service has seen an increase of 150% in traffic to Luanda since February, said marketing spokesman Karen Kruger. A major component of freight has been building materials.

Group Five face the challenge of having to complete 2448 residential units and associated civil works, road works, services and electrical reticulation in 1035 days. The company personnel have found that being used to the ready availability of materials in SA did not prepare them for the complete lack of commodities in Angola. "Materials and plant equipment and even food everything we use must be shipped into Luanda," said MD Piet Martins.

Unifeeder MD Dave Rennie said: "There's been an increase of about 70% of volumes going to Angola in the last year. "Traditionally it's been consumer goods but now we are beginning to see project cargoes going in ... These projects have come since the peace accord was signed."

Allister Donald, general manager of Mitchell-Cotts Maritime in Durban, believes SA has in fact superseded Portugal as Angola's number two supplier, (number one being all countries of northwest Europe lumped together as one). "A lot of the cargo has been donation cargo, mostly with donor funds from Europe but sourced from SA. Many Angolans are emerging from their lives of hiding and returning to the towns, placing a drain on resources."

Luanda's harbour is somewhat broken down, said Rennie. The port's container terminal is also in need of attention. "But you don't wait any longer than you would off Durban to get a berth," he said.

On the air freight front, a handling agent at Johannesburg International Airport said an average of 30 to 40 tons were going out three times a week to Angola, much of it perishable goods, even flowers.

Another pilot referred to Angola as a country where corruption "is big but just a way of doing business. It's done in the open. But the problem is each province is a bit of a government on its own so the rules and regulations change from here to there." Legitimate fees that are handed over are also expensive, he said.

Reg Prosch, whose Johannesburg company Procurement Services and Transport sends 170 containers a month to Angola, much of it steel for companies involved in the reconstruction, forecasts a situation similar to Mozambique after peace was signed for that country. "The "bandito" factor will be around for the next two years. Angola will remain risky."

Guy is editor of Transport World Africa magazine.

by Duncan Guy

Copyright Business Day. Distributed by All Africa Global Media(AllAfrica.com)

AFRICA NEWS SERVICE 23rd October 2002
TAKING A LOOK AT BUSINESS PROSPECTS IN ANGOLA

Johannesburg, Oct 23, 2002 (Business Day/All Africa Global Media via COMTEX) --
There seems to be considerable potential, provided local conditions are adhered to

ANGOLA offers a fascinating study of an economy in transition but at present it hardly ranks as a tourist destination.

Despite the natural beauty of the harbour of the capital Luanda kilometres of empty, warm-water, fish-rich beaches and a few lovely old buildings visitors need a compelling reason to stay in a city whose main features are appalling traffic, piles of stinking, smoking rubbish, high cost of everything and almost nothing in the way of shopping and entertainment, other than a few expensive restaurants.

Luanda was designed for 500000 inhabitants but as a result of migration from war-torn areas, it is estimated to be holding about 3,5million people.

Still, compelling business reasons are filling the handful of international-standard hotels. The hint of economic potential is there as the visitor bumping in from the airport to Luanda city centre is greeted by tatty high-rise blocks of flats strewn with washing and satellite dishes.

The Luandans who flock the streets are well dressed and well shod and the cars, most dented from reckless driving, appear on the whole to be less than four or five years old. It is hard to see how they manage this.

The locals' most frequent complaint is the high cost of living. They say a three-bedroom, two-bathroom furnished flat costs \$3500 a month in rent but this rises to 15000 a month to rent a good house. The cost of feeding a family of four, with no particular luxuries, is about \$1020 a month. But the minimum salary in the public sector is \$35 a month and in the private sector, \$200 a month.

Skilled people, such as engineers or professionals, would earn about 3000 a month.

No one is depressed about this, in fact everyone from drivers to businessmen appeared to be filled with excitement about Angola's growth prospects since the cease fire signed in April.

Pierre Rousseau, regional MD for Grinaker-LTA, says he and his family were delighted to be assigned to Angola on a long-term contract. Grinaker-LTA is busy with a number

of building contracts in Angola, including the R113m Shoprite retail and wholesale development in which Grinaker-LTA's partners are Banco Africano de Investimentos.

Andre van Rensburg, who runs a facilitation company called Unitrade Services, hails from Paarl but has lived permanently in Luanda since 1999, when he set up the company. The country has a number of Portuguese-lineage residents who were born in Angola and have never left, even during the war years, and who have no intention of leaving.

Yet most of Angola's vast natural resources are still untapped. According to fairly recent estimates, 90% of the country's exports were crude oil, and the rest were diamonds, refined petroleum products, gas, coffee, sisal, fish and fish products, timber and cotton.

Imports include machinery and electrical equipment, vehicles and spare parts, medicines, food, textiles and military goods. Goods are brought in by air and sea as the road and rail infrastructure is in dire need of repair. The logistical difficulties add to the costs of doing business for SA companies.

Carlos Fernandes, director of the Foreign Investment Institute, the government body set up to encourage foreign investment, says the government's immediate goals are to rehabilitate the roads and promote exchanges between all parts of the country.

The government also intends to invest in social infrastructure, such as education and housing, and return people displaced by war to their homes. Other goals are to promote the recovery of the agricultural and industrial sectors, to reduce the country's reliance on imports.

The institute has identified some priority sectors in which the incentives for foreign investment are better than other sectors and the government is providing certain guarantees including the right to annual repatriation of dividends and indemnification against expropriation of assets.

In the first six months of this year, says Fernandes, the institute had processed foreign applications for investment adding up to \$200m, against \$50m in the same period last year. "Angola is ready to receive you and we will do our best to make a success of your project," he says.

Naturally there is some disjuncture between government's intentions and implementation.

Jaime Freitas, head of the Cosal group which has, among other business interests, the Isuzu and Mitsubishi franchises in Angola, says Finance Minister Julio Bessa was an excellent choice from a businessman's point of view. He has already taken steps to control the inflow of illegal imports. Freitas says Cosal's business view is: "You have to adjust to the conditions that prevail."

Freitas considers the government's first priority should be to stabilise the Angolan economy and especially to address devaluation of the currency. A second important issue is corruption and a third is to spend more money on social projects and developing the inland areas of Angola.

"The government should also set some clear policies for foreign investment to show people that their investment is secure and that they can export their profits," he says.

Although the government has guaranteed annual repatriation of dividends, Freitas says he does not know of any company that has yet been able to do so.

It appeared from a brief visit to the capital that potential foreign investors in Angola are going to need deep pockets to manage the cost of living and supplying local operations, patience to deal with a slower way of doing business, and time spent talking to local businessmen and government agents, which means using a well-connected Angolan agent.

However, if the nation maintains peace, operating conditions should improve by leaps and bounds.

Mathews is Consumer Industries Editor. She was in Angola as a guest of Shoprite Holdings.

by Charlotte Mathews

AFRICA NEWS SERVICE 23rd October 2002

BUSINESS DAY (SOUTH AFRICA) 23rd October 2002

TAKING A LOOK AT BUSINESS PROSPECTS IN ANGOLA

Taking a look at business prospects in Angola There seems to be considerable potential, provided local conditions are adhered to ANGOLA offers a fascinating study of an economy in transition but at present it hardly ranks as a tourist destination.

Despite the natural beauty of the harbour of the capital Luanda † kilometres of empty, warm-water, fish-rich beaches and a few lovely old buildings † visitors need a compelling reason to stay in a city whose main features are appalling traffic, piles of stinking, smoking rubbish, high cost of everything and almost nothing in the way of shopping and entertainment, other than a few expensive restaurants. Luanda was designed for 500000 inhabitants but as a result of migration from war-torn areas, it is estimated to be holding about 3,5-million people.

Still, compelling business reasons are filling the handful of international-standard hotels. The hint of economic potential is there as the visitor bumping in from the airport to Luanda city centre is greeted by tatty high-rise blocks of flats strewn with washing † and satellite dishes.

The Luandans who flock the streets are well dressed and well shod and the cars, most dented from reckless driving, appear on the whole to be less than four or five years old. It is hard to see how they manage this.

The locals' most frequent complaint is the high cost of living. They say a three-bedroom, two-bathroom furnished flat costs \$3500 a month in rent but this rises to \$15000 a month to rent a good house. The cost of feeding a family of four, with no particular luxuries, is about \$1020 a month. But the minimum salary in the public sector is \$35 a month and in the private sector, \$200 a month.

Skilled people, such as engineers or professionals, would earn about \$3000 a month. No one is depressed about this, in fact everyone from drivers to businessmen appeared to be filled with excitement about Angola's growth prospects since the cease fire signed in April. Pierre Rousseau, regional MD for Grinaker-LTA, says he and his family were delighted to be assigned to Angola on a long-term contract. Grinaker-LTA is busy with a number of building contracts in Angola, including the R113m Shoprite retail and wholesale development in which Grinaker-LTA's partners are Banco Africano de Investimentos.

Andre van Rensburg, who runs a facilitation company called Unitrade Services, hails from Paarl but has lived permanently in Luanda since 1999, when he set up the company. The country has a number of Portuguese-lineage residents who were born in Angola and have never left, even during the war years, and who have no intention of leaving. Yet most of Angola's vast natural resources are still untapped. According to fairly recent estimates, 90% of the country's exports were crude oil, and the rest were diamonds, refined petroleum products, gas, coffee, sisal, fish and fish products, timber and cotton.

Imports include machinery and electrical equipment, vehicles and spare parts, medicines, food, textiles and military goods. Goods are brought in by air and sea as the road and rail infrastructure is in dire need of repair. The logistical difficulties add to the costs of doing business for SA companies.

Carlos Fernandes, director of the Foreign Investment Institute, the government body set up to encourage foreign investment, says the government's immediate goals are to rehabilitate the roads and promote exchanges between all parts of the country.

The government also intends to invest in social infrastructure, such as education and housing, and return people displaced by war to their homes. Other goals are to promote the recovery of the agricultural and industrial sectors, to reduce the country's reliance on imports.

The institute has identified some priority sectors in which the incentives for foreign investment are better than other sectors and the government is providing certain guarantees – including the right to annual repatriation of dividends and indemnification against expropriation of assets.

In the first six months of this year, says Fernandes, the institute had processed foreign applications for investment adding up to \$200m, against \$50m in the same period last

year. !! Angola is ready to receive you and we will do our best to make a success of your project,¶ he says.

Naturally there is some disjuncture between government's intentions and implementation.

Jaime Freitas, head of the Cosal group which has, among other business interests, the Isuzu and Mitsubishi franchises in Angola, says Finance Minister Julio Bessa was an excellent choice from a businessman's point of view. He has already taken steps to control the inflow of illegal imports. Freitas says Cosal's business view is: !! You have to adjust to the conditions that prevail.¶ Freitas considers the government's first priority should be to stabilise the Angolan economy and especially to address devaluation of the currency. A second important issue is corruption and a third is to spend more money on social projects and developing the inland areas of Angola.

!! The government should also set some clear policies for foreign investment to show people that their investment is secure and that they can export their profits,¶ he says.

Although the government has guaranteed annual repatriation of dividends, Freitas says he does not know of any company that has yet been able to do so.

It appeared † from a brief visit to the capital † that potential foreign investors in Angola are going to need deep pockets to manage the cost of living and supplying local operations, patience to deal with a slower way of doing business, and time spent talking to local businessmen and government agents, which means using a well-connected Angolan agent.

However, if the nation maintains peace, operating conditions should improve by leaps and bounds.

✧ Mathews is Consumer Industries Editor. She was in Angola as a guest of Shoprite Holdings.

Copyright 2002. All Rights Reserved.

Copyright © 2002 Financial Times Ltd. All rights reserved.

PANAFRICAN NEWS AGENCY (PANA) DAILY NEWSWIRE 22nd October 2002
ANGOLAN PRESIDENT INAUGURATES CUSTOMS WAREHOUSE

LUANDA, Angola (PANA) - Angolan President Jose Eduardo dos Santos on Tuesday in Luanda inaugurated the first of huge state-controlled customs warehouses, who objective is to stabilise the supply of basic commodities.

The warehouse located in Petrangol, a high density Luanda suburb, currently holds goods estimated at 11 million US dollars, including rice, cooking oil, condensed milk and soap.

A total of 34 such stores have started operations throughout the country. The establishment of the warehouses run by the Customs Department of Customs will enable government to apply its new trade policy under its social and economic programme.

Copyright 2002 Panafrican News Agency. Source: Financial Times Information Limited.

Copyright © 2002 Financial Times Information Services Limited. All rights reserved.

Hi Carlos

I think the Amos visit was covered in BBC on line, maybe elsewhere but i don't recall it making much of splash. It was considered positive by who, the Angolans? I perceive interest in angola in the UK ramping up for a number of issues. One being that it is generally assumed here that the UK should engage with post conflict countries in Africa. And yes, so far everyone is staying "on message" re them (the angolans) needing to get their act together. France and Portugal would presumably have the least resolve though...

I'd like to ask you a question for the EIU's Angola report. We've been saying for some time that everyone is waiting to see what the Angolan government's intentions are re renewing economic reform, renewing engagement with the IMF. We (like many) also hoped that the last mission would clarify those intentions.

Gonzalo had said that the mission was process not substance, but that the angolans wanted to proceed on a gradual reform path, with input from the Fund, if possible. But that some elements "might" move the gradual approach to a less-gradual approach to reform if donors stick to their guns.

Do I understand from this that the Angolans essentially haven't made up their minds re wanting a new programme or not. That they are still digesting the fact that strategic oil interest and the end of the war is not sufficient to get them the reconstruction programme they want. In the meantime, donors holding back is pushing them toward some inevitable choices.

The question is can they have a gradual approach, doing a few things at their own pace and asking the Fund to comment on it. eg creating the appearance of progress but not committing to a new SMP. And would that be sufficient for donors to relent?

If not, the question becomes what a priori actions would the govt need to undertake for the Fund to re-engage. Do I understand that would mean negotiations on a new SMP and concrete action in advance re oil transparency etc. What are the triggers for a new SMP?

Regards
Douglas

Douglas Mason
Editor, Africa Department
The Economist Intelligence Unit
Tel 44 20 7830 1131(direct) 7830 1000 (main)
E-mail: douglasmason@eiu.com

For global business intelligence, visit www.eiu.com

Douglas,

Speaking of "on-message", the press coverage of Baroness Amos was very positive... I guess the British are also super interested in "supporting Angola"!! I've been away for a couple of days so I have yet to get the real scoop but was there any coverage in UK of her visit?

Carlos

-----Original Message-----

From: Douglas Mason [mailto:DouglasMason@eiu.com]

Sent: Tuesday, December 03, 2002 10:56 AM

Subject: RE: EIU Angola report

Hi Carlos

Sorry to hear that the mission was lacking in substance. but hardly surprising. The one hope is that the bilaterals keep holding out on the donors conference, or at least a pledging session, until the Angolans get serious. This is the first real opportunity for any sort of leverage. And, indeed, the govt people are squirming on that one. Interesting but perplexing that the Bank is breaking ranks. Over here a question on Angola is to be raised in parliament on the 11th and some Lords have asked us for a briefing today on what the UK can do to promote reconstruction. It would be great if everyone stays "on-message" on this.

Tchauzinho

Douglas

Douglas Mason

Editor, Africa Department

The Economist Intelligence Unit

Tel 44 20 7830 1131(direct) 7830 1000 (main)

E-mail: douglasmason@eiu.com

For global business intelligence, visit www.eiu.com

Thanks for the enclosed.

Yes, it was unfortunate. the mission was all protocol and no substance.

It does appear that the bilaterals are beginning to get their act together and actually sending out something of a unified message. I think the government has been caught off-guard and is indeed a bit on the defensive ... and, frankly, lost. It looks like the donors' conference (postponed a couple of times to March/April 2003) will again be postponed (at least the financial pledging part of it). ... and as for the chances for the Nobel peace prize (you no doubt heard the blah-blah from JES and Gerald Bender?)

The problem area is the World Bank that seems to be trying to build a bureaucratic empire and to move ahead without the bilaterals or the Fund.... we'll see how far they can take that one!

Cheers,

Carlos

(OCHA)

Humanitarian Situation in Angola

Quarterly Analysis

August - October 2002

During the three-month period between August and October, conditions improved markedly in areas where agencies were able to provide humanitarian assistance on a regular basis. Efforts to stabilise populations in acute distress through integrated programmes combining food assistance with emergency nutrition, health care and water and sanitation continued to be effective, leading to a decline in the number of areas with acute levels of malnutrition from 25 in July to 14 by end October. The number of internally displaced persons (IDP) relocating to their areas of origin accelerated sharply during the trimester. By early November, a total of 896,000 IDPs had returned or resettled, although the majority continued to collect assistance in camps and provincial distribution points. As part of a major initiative to reduce dependency and promote self-sufficiency, humanitarian partners successfully distributed seeds and tools to hundreds of thousands of returning families and vulnerable farmers prior to the planting season.

Despite these improvements, critical needs continued to exist in a number of locations, particularly in inaccessible areas or where humanitarian assistance remained limited, including Bula Atumba, Pango Aluquem and the Fazenda Santa Cruz gathering area in Bengo Province, villages in the Municipalities of Nharea and Catabola and the Gamba I, II and Ndele gathering areas in Bié Province, locations in Bailundo, Katchiungo, Londuimbali, Mungo and Tchindjenje Municipalities in Huambo Province, areas in Chicomba and Kuvango Municipalities in Huíla Province, Mavinga Municipality in Kuando Kubango Province, Cabuta and Pambangala in Kuanza Sul Province, Kiwaba Nzogi and Massango in Malanje Province and the areas of Cangombe, Cazombo, Luau and Lumbala Caquengue in Moxico Province. Agencies estimate that more than 250,000 civilians in these areas currently require urgent assistance.

Resettlement and Return

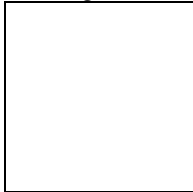
During the three-month period, resettlement and return movements accelerated. Between the cessation of hostilities in April and August, approximately 430,000 IDPs returned to their areas of origin, often keeping two residences -- one at the return site where families constructed shelters and prepared land and the other in provincial and municipal centres where households continued to receive assistance. In early September, the rate of return increased sharply, reaching 10,000 persons per day at mid-month. Although many populations returned voluntarily to prepare land prior to the planting season, IDPs were often encouraged to resettle by promises of future assistance or because authorities planned to cut-off aid in their current residence. Of the approximately 896,000 IDPs who had resettled or returned to areas of origin by November, 15 percent had moved under an organised plan and 30 percent were living in areas where the pre-conditions specified in the Norms and *regulamento* were in place. The most significant return movements occurred in Huambo (189,390), Kuanza Sul (145,257), Bié (129,599) and Bengo (84,892) Provinces.

During September and October, the Provincial Emergency Plans of Action for Resettlement and Return (PEPARR) were revised to include programmes for phase II of the return process. During phase II, as many as 1.28 million IDPs are expected to return to points of origin within provinces where they are currently living. In addition, at least 149,000 IDPs in Huíla, Kuando Kubango, Kuanza Norte, Luanda, Namibe, Uíge and Zaire are expected to return to areas of origin in other provinces, including Bengo, Benguela, Bié, Cunene, Huambo, Kuando Kubango, Kuanza Norte, Kuanza Sul, Malanje, Moxico and Uíge. Resettlement and return sites have been identified in approximately 385 communes in 126 municipalities in 17 provinces.

During August, September and October, approximately 33,000 refugees returned to Angola from neighbouring countries, including the Democratic Republic of Congo (DRC) and Zambia. The most significant refugee return movements occurred in Moxico (25,641), Zaire (4,594), Kuando Kubango (2,234) and Uíge (503) Provinces. According to the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), approximately 72,000 refugees have returned to Angola since the beginning of the year. Of this number, more than 43,000 have been registered by local authorities and humanitarian partners. By the end of October, approximately 441,000 Angolan refugees remained in neighbouring countries.

Internal Displacement

The number of newly displaced persons per month continued to decline. During the three-month period, only 17,500 new IDPs were registered in the five provinces of Bié, Huíla, Kuando Kubango, Kuanza Sul and Moxico. Most new IDPs moved from isolated areas in search of food security in locations where humanitarian operations were underway. The total number of persons displaced since the beginning of the year reached more than 219,000 by the end of October. According to the Government, 3.2 million people are currently displaced in Angola. Of this number, 1.1 million IDPs have been confirmed by humanitarian partners for assistance. Provinces with the largest concentrations of IDPs include Huíla, Bié, Huambo and Kuando Kubango.



Gathering Areas

The number of people living in the 35 gathering areas and seven satellites continued to increase. By end August, approximately 313,000 family members had been registered by humanitarian partners to receive assistance. Within three months, more than 464,000, including 75,700 demobilised soldiers and 388,300 family members were registered. The number of organisations providing assistance in the areas also increased from 50 in August to 70 by end October. The agencies working at the sites concentrated on stabilising populations by supporting food and non-food item distributions, basic health care and nutrition initiatives, vaccination campaigns, education and protection activities and emergency water interventions. In addition, vegetable seeds were distributed to a number of sites prior to the planting season to improve food security.

Although conditions in the majority of sites stabilised during the period, critical needs continued to exist in Fazenda Santa Cruz in Bengo Province, Gamba I, II and N'Dele in Bié Province, Galangue I, II and III in Huíla Province and Ngumbi in Lunda Norte Province. In mid October, Government authorities announced that efforts would be made to facilitate the return of populations in the gathering areas to areas of origin before the end of the year.

Transit Centres Infrastructure

According to the revised PEPARRs, at least 73 bridges require construction, 105 need major repair and more than 520 require maintenance or minor rehabilitation in 13 provinces, including Bengo, Benguela, Bié, Huambo, Huíla, Kuando Kubango, Kuanza Norte, Kuanza Sul, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico and Uíge. In addition, urgent road rehabilitation is required in at least 15 provinces. Eighty percent of the surface routes used by the UN to deliver assistance require immediate repair.

2002 - 2003 Agricultural Campaign

By the end of October, approximately 95 percent of the seeds and tools in the pipelines managed by the Food and Agriculture Organisation (FAO) and Euronaid had arrived in the provinces. In October, more than 30 humanitarian organisations began to distribute these inputs to approximately 595,000 families. Seeds and tools distributions will be completed by mid November. Despite the efforts of humanitarian organisations, tens of thousands of families in newly accessible and gathering areas and return and resettlement sites will not receive sufficient quantities of seeds and tools for the agricultural campaign.

➤ In Bengo Province, approximately 15,000 families who spontaneously returned to areas of origin in the Municipalities of Bula Atumba, Nambuangongo and Pango Aluquem require seeds and tools.

➤ In Benguela Province, four NGOs require funding to assist approximately 20,000 displaced and returning families in Bocoio and Caimbambo Municipalities. In addition, two NGOs do not

have sufficient quantities of seeds and tools available to complete distributions in Balombo, Bocoio, Cubal and Ganda.

- In Bié Province, approximately 2,700 families who spontaneously returned to areas of origin in Nharea Municipality require seeds and tools.
- In Huíla Province, approximately 3,800 families who spontaneously returned to areas of origin in Chicomba and Kuvango Municipality require seeds and tools.
- In Kuando Kubango Province, two NGOs require funding to assist 1,700 resettled and returned families in the periphery of Menongue with seeds and tools.
- In Kuanza Sul Province, approximately 11,300 families who spontaneously returned to areas of origin in Cassongue and Libolo Municipalities require seeds and tools.
- In Uíge Province, one NGO requires funding to assist 5,000 displaced families returning to the Bungo, Milunga, Quimbele and Sanza Pombo. In addition, another NGO requires funding to provide agricultural support for 800 families returning from the DRC to Quimbele.
- Most of the 85,000 families of demobilised soldiers living in gathering areas and the majority of the 150,000 families covered by FAO in Bié, Huambo and Moxico Provinces will receive only vegetable seeds from international agencies during the first agricultural season.

Food Assistance

Between August and October, the number of people receiving food assistance increased by approximately 600,000. Ex-combatants living in gathering areas were included in the caseload and distributions were expanded to provide seed protection for vulnerable families during the planting season. In August, the World Food Programme (WFP), in conjunction with humanitarian partners, planned to provide 16,423 metric tonnes (MTs) of food assistance to more than 1.2 million beneficiaries in 16 provinces. In September, planned assistance levels increased to 20,707 MTs for 1.4 million beneficiaries. In October, WFP planned to provide assistance to a total of 1.8 million people. Provinces with the largest beneficiary caseloads included Huambo, Bié, Huíla and Benguela. In addition, the International Committee for the Red Cross (ICRC) continued to provide food assistance to 38,000 beneficiaries in Huambo Province and beginning in October, Euronaid provided seed protection for more than 264,500 beneficiaries.

Public Health

Morbidity and Mortality

During the trimester, morbidity and mortality rates remained high in many provinces, particularly in newly accessible and gathering areas and in remote locations where populations were unable to regularly access basic health care services, potable water and appropriate sanitation. Morbidity and mortality continued to be most commonly associated with malnutrition, malaria, diarrhoeal diseases, acute respiratory infections, measles, parasites, skin diseases and sexually transmitted infections (STI), including and HIV/AIDS. Extensive outbreaks of measles and meningitis were reported in at least 11 provinces, particularly in areas with high concentrations of vulnerable populations. The outbreaks were linked to population movements from previously inaccessible areas where vaccination programmes were either infrequent or non-existent. In a number of areas, partners were unable to curb the spread of these and other diseases due to a critical lack of essential medicine kits and vaccines.

Malnutrition

The number of accessible locations affected by severe malnutrition dropped from at least 25 in late July to 14 at the end of October. Additional pockets may exist in return sites where basic conditions are not in place or in locations not yet accessible to humanitarian agencies. In areas where partners had regular access, populations were stabilised through food distributions and

targeted nutrition programmes. In a number of areas, attendance rates at supplementary and therapeutic feeding centres dropped, at times resulting in the closure of centres. Toward the end of October, populations in some areas became increasingly vulnerable with the onset of the lean season, when harvest stocks become depleted.

Mid-Term Review of the 2001 Consolidated Inter-Agency Appeal

In early September, the UN launched a Mid Term Review of the 2002 Appeal, increasing the overall amount requested from USD 232 million to USD 292 million. By mid October, 54 percent of the revised Appeal had been funded and additional contributions were expected.

2003 Consolidated Inter-Agency Appeal for Angola

In September and October, UN Agencies, in consultation with partners and beneficiaries, drafted the 2003 Consolidated Inter-Agency Appeal for Angola. More than 500 representatives from the Government, UN Agencies, NGOs and donors participated in the preparation of the Appeal. In addition, for the first time, beneficiaries of humanitarian assistance were also consulted through 22 focus groups in six provinces. The 2003 Appeal, which will be the last emergency Appeal, will serve as an interim funding mechanism aimed at meeting critical needs in a timely and effective fashion and laying the groundwork for future development until additional frameworks are in place. To cover their part of the operation, UN Agencies and NGOs are requesting USD 386 million for 166 projects. The Appeal will be launched on 20 November in The Hague, The Netherlands and on 26 November in Luanda.

End

ANGOLA - FRANCE TO TRAIN NAVAL PERSONNEL (OCT 08/SEADM).

109 words

8 October 2002

[Periscope Daily Defense News Capsules](#)

0

English

Copyright 2002 Gale Group Inc. All rights reserved. COPYRIGHT 2002 United Communications Group

SUB-EQUATORIAL AFRICA DEFENCE MONITOR -- France has offered to train Angolan naval personnel, reports the Sub-Equatorial African Defence Monitor for September.

The first group of trainees will be sent to Brest, France. Other operational training could be held in **Gabon** and Senegal.

During the second phase of training, French experts will conduct exercises in Angola.

The possibility of upgrading Angolan naval facilities is also under consideration.

For Sub-Equatorial African Defence Monitor subscription information, see
Periscope's website at: <http://www.periscope1.com/seadm>

FULL TEXT United Communications Group THIS IS THE FULL TEXT:
COPYRIGHT 2002 United Communications Group

Document dfnw000020021010dya800001

Fuel shortage hits Congo Brazzaville
November 11, 2002 11:41pm

11/11/2002 Brazzaville, Congo (PANA) - The month-old fuel crisis in Congo Brazzaville shows no sign of let up with the country's only refinery in Pointe Noire still undergoing renovation

The shortage has reportedly spread throughout the country, including Pointe Noire itself, where a dozen oil companies are based.

"The situation is essentially due to the stoppage of the refinery. "We just have to wait for the refinery to resume operation around 20 November," explained Nestor Tchissambot Makosso, Director General at Congo's Ministry of Hydrocarbons.

Meanwhile, in Brazzaville on Monday, scores of youths stormed the River Congo area, to buy petroleum products from the other bank of the river, on the Kinshasa, DR Congo, side.

Dozens of dealers, mainly from DR Congo, come to Brazzaville on board motorised boats, with some quantities of fuel, which they sell retailers at 900 CFA Francs per litre.

But on Brazzaville streets, the retailers sell the product for as high as 2,000 CFA francs a litre. (700 CFA Francs = 1 USD).

"We do not make enough profit compared to the risks that we take by being involved in illegal gasoline trade. We buy a litre of gasoline in Kinshasa at 700 CFA francs and resell it at 900 CFA francs, with a profit of only 200 CFA francs," said Antoinette Bofasa, one of the itinerant dealers.

Fuel was selling for 400 CFA francs per litre before the crisis and the price increase has resulted in a steep rise in urban transport costs in Brazzaville, with the result that many civil servants no longer go to work.

"Before the crisis, I spent 300 CFA francs on transport per day to go to work. Today, I need 900 CFA francs and my monthly salary is about 80,000 CFA francs. I have therefore decided to go to work twice a week until the situation normalises," said civil servant Isidore Kenga.

Congolese weekly paper "La rue Meurt" said Angola now supplies oil products to Pointe Noire, through Cabinda, while the north-western part of the country, receive supply from mobile gasoline dealers who shuttle between Gabon and Congo.

Sangha and Likouala regions in the extreme north are supplied by dealers from Cameroon.

Petroleum products marketing and distribution have been privatised and entrusted with TotalFinaElf, Puma X Oil and Chevron oil companies, which are authorised to supply gasoline to Brazzaville through the Matadi port.

"But this requires a government contribution of 300 million CFA francs," Makosso explained.

While waiting for the refinery to resume operation, Congo is meanwhile, said to be expecting a substantial stock of an unnamed African country.

The country's oil production is estimated at over 13.6 million tons of crude, 80 percent of which is produced by TotalFinaElf.

Copyright 2002. All Rights Reserved.

Financial Times Information Limited - Asia Africa Intelligence Wire

UNITA Tem Diamantes e Armas, Diz a ONU

Sábado, 16 de Novembro de 2002

A UNITA ainda estava, até ao passado mês de Outubro, na posse de grandes quantidades de diamantes "ilícitos", e quantidades consideráveis dos seus arsenais de armas permaneciam por localizar, refere o Comité de Sanções do Conselho de Segurança, num relatório do seu Mecanismo de Verificação divulgado ontem.

O documento expressa ainda preocupação relativamente ao que considera ser a possível utilização das armas e diamantes - cujo valor das actividades de contrabando se poderá elevar a um milhão de dólares por dia -, para "incendiar as frustrações" do povo angolano.

A notícia surge numa altura em que a UNITA tenta mais uma vez que sejam levantadas definitivamente as sanções contra si impostas pelo Conselho de Segurança. E apesar de o Governo angolano ter, desta vez, assumido a exclusiva responsabilidade do desarmamento do movimento, ao contrário do que aconteceu depois da assinatura do Protocolo de Lusaca, em 1994.

O Presidente Eduardo dos Santos anunciou solenemente que dava por terminada a desmilitarização da UNITA e a criação do Exército único, em Julho último.

Até agora, o Conselho de Segurança, onde Angola já tem garantido um assento para 2003, apenas decretou o fim das proibições de movimentos dos dirigentes

da UNITA, optando por manter o congelamento imposto às contas bancárias dos respectivos membros do partido.

Abrangidos por estas sanções estão alguns dos membros da UNITA nomeados pelo Chefe de Estado angolano, no quadro do Protocolo de Lusaca, para governadores, vice-governadores provinciais e embaixadores de Angola no estrangeiro. Os novos rostos do governo e da diplomacia angolana foram escolhidos a partir de uma lista elaborada pela UNITA.

Além de três governadores - Uíge, Lunda-Sul e Cuando-Cubango - e de sete de vice-governadores, foram entregues a quadros da UNITA, seis cargos de "Embaixadores Extraordinários e Plenipotenciários". João Vahekeny, até agora representante do movimento na Suíça foi nomeado para embaixador da Hungria e Jorge Marcelino Sanguende, vai permanecer em Paris, não como representante da UNITA mas como embaixador junto da UNESCO, na capital francesa.

Da lista dos nomeados, constam igualmente, segundo a agência Lusa, Jaime Isaías Vilingue para a embaixada na Grécia, Fernando Dito, para a Argentina, Liseth Satumbo Pena, para a Polónia, e Jaime Furtado, para o México. Nos cargos de ministros e vice-ministros, atribuídos à UNITA, permanecem os dirigentes da UNITA Renovada, no quadro do acordo de reunificação, alcançado há poucas semanas, entre esta ala dissidente e a UNITA que se opôs ao governo até ao fim da guerra. A.D.C.

Independência: Dos Santos perspectiva normalização institucional

Luanda, 10/11 (Angop) - O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, declarou hoje, em Luanda, que se torna agora possível a normalização institucional da vida do Estado, tendo sido já dados os primeiros passos para o provimento do Cargo de Primeiro-Ministro no país.

Em mensagem endereçada à Nação por ocasião do Dia Nacional, a assinalar-se Segunda-feira, o estadista angolano disse, por outro lado, que estão a ser criados os mecanismos judiciais que permitem combater o crime e o

aproveitamento ilícito do exercício de funções públicas.

"Faremos tudo o que for preciso para imprimir rapidez e eficácia à acção do Estado", acrescentou.

"É aliás com este propósito que temos realizado sessões extraordinárias da Comissão Permanente do Conselho de Ministros nalgumas capitais de província", recordou o Chefe de Estado.

"Gostaria que a primeira pedra que há poucos dias tive a oportunidade de colocar para a reconstrução da heróica e martirizada cidade do Kuito se transformasse no símbolo da reconstrução de toda a Nação angolana e do renascimento da esperança nos nossos corações", realçou.

Para José Eduardo dos Santos, "encerrada para sempre a página da guerra e cumprida a agenda política da pacificação nacional, chega a hora do relançamento económico nacional, como contributo fundamental no combate à fome, à doença e à pobreza e na criação de mais empregos e bem-estar".

Holanda expectante em relação à Conferência de Doadores

Luanda, 13/11 - Os Países Baixos estão expectantes em relação à Conferência de Doadores que o Governo angolano pretende convocar para o próximo ano, à qual esperam participar activamente, concedendo o apoio necessário aos projectos a apresentar para a reconstrução do país.

A posição foi manifestada hoje à imprensa, em Luanda, pelo embaixador Robert Brinks, à saída de um encontro com o Secretário Geral do MPLA, João Lourenço, que disse ter sido de cortesia.

Segundo o diplomata, acreditado a 28 do passado mês de Outubro pelo presidente José Eduardo dos Santos, o seu encontro com o Secretário Geral do partido maioritário em Angola, serviu essencialmente para tomar contacto dos últimos desenvolvimentos da situação no país, sobretudo nas vertentes política

e sócio-económica.

Em relação à Conferência de Doadores que, segundo vaticinou, deve ter lugar em Bruxelas (Bélgica), Robert Brinks referiu que o seu Governo está interessado em saber, para uma melhor avaliação, todos os projectos que o Governo de Angola está a preparar para apresentar no fórum.

Paralelamente a isso, assegurou que o seu país, tal como os outros principais doadores de Angola, vai continuar e incrementar a sua assistência humanitária ao povo angolano para que, o mais depressa possível, se alcance a desejada estabilização da situação social no país.

O diplomata holandês foi o último de quatro embaixadores que hoje se deslocaram à sede nacional do MPLA, para encontros separados com João Lourenço. Os restantes foram os embaixadores do Mali, Farouk Camara, do Reino de Marrocos, Abdellad Aitelhadj e da Federação da Rússia, Andrey Kemarsky, todos eles acreditados também em finais do mês de Outubro.

À imprensa, o embaixador marroquino disse ter abordado com João Lourenço as relações entre os dois países, que considerou "excelentes", bem como trocaram ideias sobre a necessidade da redinamização dos laços de cooperação.

A este respeito, referiu que muito se pode fazer neste domínio, em que o Marrocos poderia pôr à disposição de Angola a sua experiência em domínios como os da água, pescas, minas, turismo e formação de quadros.

Luanda, 13/11 - Os Países Baixos estão expectantes em relação à Conferência de Doadores que o Governo angolano pretende convocar para o próximo ano, à qual esperam participar activamente, concedendo o apoio necessário aos projectos a apresentar para a reconstrução do país.

A posição foi manifestada hoje à imprensa, em Luanda, pelo embaixador Robert

Brinks, à saída de um encontro com o Secretário Geral do MPLA, João Lourenço, que disse ter sido de cortesia.

Segundo o diplomata, acreditado a 28 do passado mês de Outubro pelo presidente José Eduardo dos Santos, o seu encontro com o Secretário Geral do partido maioritário em Angola, serviu essencialmente para tomar contacto dos últimos desenvolvimentos da situação no país, sobretudo nas vertentes política e sócio-económica.

Em relação à Conferência de Doadores que, segundo vaticinou, deve ter lugar em Bruxelas (Bélgica), Robert Brinks referiu que o seu Governo está interessado em saber, para uma melhor avaliação, todos os projectos que o Governo de Angola está a preparar para apresentar no fórum.

Paralelamente a isso, assegurou que o seu país, tal como os outros principais doadores de Angola, vai continuar e incrementar a sua assistência humanitária ao povo angolano para que, o mais depressa possível, se alcance a desejada estabilização da situação social no país.

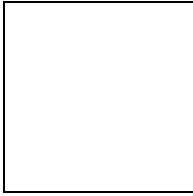
O diplomata holandês foi o último de quatro embaixadores que hoje se deslocaram à sede nacional do MPLA, para encontros separados com João Lourenço. Os restantes foram os embaixadores do Mali, Farouk Camara, do Reino de Marrocos, Abdellad Aitelhadj e da Federação da Rússia, Andrey Kemarsky, todos eles acreditados também em finais do mês de Outubro.

À imprensa, o embaixador marroquino disse ter abordado com João Lourenço as relações entre os dois países, que considerou "excelentes", bem como trocaram ideias sobre a necessidade da redinamização dos laços de cooperação.

A este respeito, referiu que muito se pode fazer neste domínio, em que o Marrocos poderia pôr à disposição de Angola a sua experiência em domínios como os da água, pescas, minas, turismo e formação de quadros.

Embaixador de Angola em Israel convida homens de negócios israelitas a investirem no país

Foto: Angop



Embaixador angolano em Israel, José João Manuel "Jota," convidou homens de negócios de Israel a investir em Angola

Luanda, 12/11 - O Embaixador angolano em Israel, José João Manuel "Jota," disse em Tel-Aviv que Angola está aberta aos investidores israelitas, visando a criação de novos postos de trabalho.

Segundo o embaixador, o importante é que esses investidores levem tecnologia e conhecimento para Angola, tendo como perspectiva a criação de novos postos de trabalho.

Numa cerimónia, em que participaram diplomatas, políticos, homens de negócios, amigos de Angola e comunidade angolana, por ocasião do 11 de Novembro (data da independência de Angola), o Embaixador ressaltou a vantagem que a paz traz para o país, ao dar agora, espaço para a recuperação económica.

Embaixador apelou aos eventuais interessados no sentido de investirem principalmente nos sectores de infra-estruturas como estradas, pontes, escolas, hospitais, energia e águas, indústria química e alimentar.

A cerimónia contou a presença de notáveis figuras israelitas, com destaque para o ministro da saúde, Nissim Dahan, em representação do governo de Ariel

Sharon, e de homens de negócios.

Da parte angolana, além de diplomatas e alguns residentes, estiveram presentes à festa da independência, o chefe do estado Maior da Marinha de guerra, Almirante Feliciano dos Santos, o General Hanga, da Força Aérea Nacional e o deputado André Passy.

Proveniente de Luanda e para animar as festividades esteve a banda de música tradicional Ilundu e o artista plástico António Pululu, numa caravana cultural chefiada pelo músico Santos Júnior.

Ainda no âmbito do programa comemorativo ao 11 de Novembro, a embaixada de Angola em Israel promoveu também uma conferência sobre investimento em Angola, tendo para o efeito, convidado o Doutor Rui Manguera para dissertar o tema.

Esta foi a primeira vez que a população israelita é brindada com uma actividade político-cultural de grande envergadura, protagonizada por angolanos.

MPLA em Luanda sugere Congresso em 2003

Luanda, 14/11 - O Comité Provincial do MPLA em Luanda reuniu-se hoje, extraordinariamente, e apresentou o estudo feito sobre as bases gerais para a realização do V congresso ordinário do partido, defendendo que seja em 2003.

Uma das decisões fundamentais na reunião foi concordar com a realização do V congresso em 2003, conforme os estatutos do partido, disse o secretário provincial para Informação e Mobilização do MPLA, em Luanda, José Luís.

De acordo com o militante, há um mês, o Bureau Político do MPLA orientou os Comités Provinciais para efectuarem um estudo sobre a realização e as bases do V congresso, daí o Comité Provincial de Luanda ter convocado a plenária

para reflectirmos sobre o assunto.

O encontro, orientado pelo primeiro-secretário provincial do MPLA em Luanda, Vieira Dias, serviu igualmente para eleger José Manuel Araújo como coordenador da Comissão de Disciplina e Auditoria deste Comité partidário.

Chefe do Estado Maior da Marinha pesquisa mercado israelita

Tel Aviv, 14/11 - O Chefe do Estado Maior da Marinha de Guerra de Angola, Almirante Feliciano dos Santos, efectuou uma visita de trabalho a Israel, durante a qual encetou contactos exploratórios na perspectiva de estabelecer uma cooperação com a Armada israelita.

Além de encontros na Marinha de Guerra, a alta patente angolana também manteve, nos últimos quatro dias, reuniões com responsáveis de vários sectores do exército.

Israel manifestou ao Almirante angolano, cuja visita terminou hoje, a total disposição de cooperar com Angola nos mais variados domínios.

Angola vai continuar reformas económicas

Luanda, 15/11 - O governo angolano vai continuar a fazer reformas económicas, mas de forma gradual para evitar convulsões sociais e políticas, disse hoje, em Luanda, o ministro das finanças, Júlio Bessa.

O governante fez estas declarações à imprensa no final de uma audiência que o Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, concedeu ao director do departamento para África do Fundo Monetário Internacional, Abdoulaye Bio-Tchané.

"Esta reforma monta desde 1986, teve vários períodos e estamos de uma forma geral a procurar fazer uma reforma gradual, aliás, este princípio foi hoje reafirmado na audiência que o Presidente da República concedeu ao director do FMI", disse.

Júlio Bessa frisou que Angola vai fazer uma reforma, mas tem opção pelo gradualismo. "É preciso fazer essa reforma, evitar convulsões sociais e políticas porque estamos a experimentar três transições".

O ministro angolano frisou que as reformas vão continuar, porque vontade política existe por parte do governo e dos angolanos também.

"A nossa tendência é mesmo para o gradualismo, fazer uma reforma segura", salientou Bessa, adiantando que "não temos que ter pressa, a maior parte dos países levou muito anos para reformar a sua economia, portanto os angolanos têm de ter direito a fazer uma reforma tranquila e que sirva sobretudo os interesses de Angola".

ONU revela que UNITA ainda tem diamantes ilegais e armas

Nações Unidas, Nova Iorque, 15/11 - A UNITA estava, até ao mês de Outubro, ainda na posse de grandes quantidades de diamantes "ilícitos" e quantidades consideráveis dos seus arsenais de armas permaneciam por localizar, afirma um relatório do Mecanismo de Monitorização do Comité de Sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O relatório, datado de Outubro, mas só agora divulgado publicamente, expressa preocupação quanto a possibilidade dessas armas e diamantes tornarem a ser usados para "incendiar as esperanças" do povo angolano.

O documento afirma ainda haver informação de que continua o contrabando de diamantes, no valor de um milhão de dólares por dia, a partir de Angola.

Em Abril, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao renovar o mandato do Mecanismo de Monitorização das sanções contra a UNITA, por mais seis meses, pediu que lhe fosse submetido um relatório até 15 de Outubro sobre as actividades deste antigo movimento rebelde angolano.

Subsequentemente, o Conselho de Segurança pediu ao "Mecanismo" para fornecer um novo relatório até 13 de Dezembro, seis dias antes de expirar o seu último mandato de apenas dois meses.

As sanções contra a UNITA deverão ser analisadas numa reunião programada para a próxima semana. Fontes na ONU disseram que a reunião, agendada para quarta-feira, será apenas de consultas, pelo que não se prevê qualquer decisão.

No relatório de Outubro, o "Mecanismo de Monitorização" afirma que os indivíduos e "entidades governamentais e da indústria" que ajudavam activamente a "máquina de guerra da UNITA" já não estão activos, mas avisa que esses indivíduos são apenas "a ponta do iceberg", porque as "redes criminosas" que tiraram lucros com a guerra em Angola "não foram totalmente identificadas".

Embora a situação em Angola "encoraje o optimismo", diz o documento, "a magnitude dos desafios imediatos exigem uma reflexão sóbria".

"Informação obtida pelo Mecanismo indica que embora a ala armada da UNITA tenha entregue grandes quantidades de armas ao governo, durante o processo de desmilitarização, quantidades consideráveis de armas permanecem por identificar," diz o documento.

"Estas armas poderão reaparecer em Angola e ser comercializadas com comerciantes criminosos de armas bem estabelecidos, através das fronteiras porosas do país, para a República Democrática do Congo," acrescenta.

O relatório diz que a existência desses arsenais de armas é "perturbador", porque poderão ser usados no futuro por "elementos descontentes, como pretexto para incendiar as esperanças de um povo que já sofreu tão tragicamente".

"Para além disso, acredita-se que a UNITA está ainda na posse de quantidades de diamantes ilícitos que não foram nem localizados nem explicados," afirma o documento, que considera ainda de "assunto de preocupação" a informação de que "o contrabando de diamantes, no valor de cerca de um milhão de dólares por dia, continua, apesar da melhoria dos sistemas de certificação". O documento não acusa especificamente nenhuma organização por esse contrabando.

Acrescenta, no entanto, que "um número significativo de membros da UNITA que jogaram um papel vital na procura e compra ilegal de armas, contrabando de diamantes e propaganda, ainda não indicaram explicitamente a sua intenção de se juntarem ao processo de paz".

"As suas intenções e o seu estatuto precisa de ser clarificado," diz o documento.

O relatório do Mecanismo de Monitorização historia depois algumas das operações de violação das sanções e ainda as armas entregues ao abrigo do programa de desmilitarização da UNITA.

A morte de Jonas Savimbi "marcou o princípio do fim das estruturas de comercialização da UNITA para objectivos militares centralizados, embora o comércio de diamantes da UNITA tenha continuado".

"O último comércio substancial relacionado com a UNITA, de que o Mecanismo teve conhecimento, foi de dez milhões de dólares de diamantes e foi conduzido em Julho de 2002, mas o nome do vendedor e a razão do comércio não são conhecidos," diz o documento.

Num outro parágrafo, o documento diz que se está a investigar se "uma encomenda de 30.000 carats de diamantes foi oferecida para venda na República Unida da Tanzânia por membros da UNITA não identificados, em Julho de 2002".

Moxico: BAI abre nova agência no Luena

Luena, 15/11 - O Banco Africano de Investimento (BAI) completou um total de 12 agências bancárias em todo o país ao inaugurar hoje, no Luena, mais um balcão.

A instituição, além de permitir a abertura de contas bancárias, concederá créditos aos agentes económicos.

O Presidente do Conselho de Administração daquela empresa, Mário Palhares, assegurou que a presença do BAI no Moxico vai atrair e incentivar empresários a investirem na província.

O BAI, o único banco privado representado no Moxico que se junta agora ao Banco de Comércio e Indústria (BCI), está equipado com equipamentos técnicos que permitem um rápido e eficiente atendimento ao cliente.

No quadro da expansão do BAI em todo território nacional, Mário Palhares anunciou a inauguração, ainda este ano, de outras duas agências no país

Quatro novas operadoras de telefonia fixa poderão ser licenciadas

Luanda, 15/11 - Quatro novas empresas operadoras de telefonia fixa poderão ser licenciadas brevemente no país, disse hoje, em Luanda, o director geral do Instituto Nacional das Comunicações (INACOM), João Beirão.

Em declarações à Angop, frisou que as empresas concorrentes ao licenciamento para serviços de telefonia são a Mercury, Mundo Startel, Telesil/Nexus e Wezacom, sendo todas agrupamentos ou firmas de direito nacional.

O engenheiro fez saber que é provável não haver um vencedor. Todos poderão ser autorizados, porque as negociações para as concessões continuam a decorrer bem.

"As propostas dos candidatos complementam-se e podem constituir uma solução rápida para os problemas dos cidadãos residentes em zonas não servidas por meios de telecomunicações", esclareceu.

De acordo com João Beirão, se estes operadores forem licenciados, trarão inovação e concorrência ao mercado das telecomunicações em Angola. Em relação à concorrência com os actuais operadores, disse que no começo, ainda não tendo poder para enfrentar ou fazer sombra aos existentes, poderão causar alguns embaraços, através da rapidez de actuação que pretendem empreender.

"Espera-se uma nova atitude dos operadores emergentes perante os clientes, porque deles depende o êxito e sobrevivência dos seus projectos, financiados com dinheiro próprio e correndo todos os riscos", referiu.

João Beirão frisou ainda que os emergentes trarão novidades para os consumidores, dado que em regime de monopólio os clientes são muitas vezes obrigados a sacrificarem-se para terem acesso aos serviços.

Acrescentou que vão procurar oferecer serviços em regiões e franjas de mercado, onde os dominantes com poder significativo não estão interessados.

Segundo ele, acredita-se nas propostas dos emergentes, pelos milhares de dólares que pretendem investir, a instalação de números significativos de postos públicos e telecentros (locais onde utilizam-se vários serviços de telecomunicações).

Oficiais das FAA e FAC terminam acção formativa

Luanda, 14/11 - Dez oficiais superiores das Forças Armadas Congolesas e dois do exército angolano terminaram hoje o primeiro curso de Comando, no qual aprenderam, particularmente, lições de Comando e Direcção das Forças Armadas.

A acção formativa, que durou 10 meses, foi ministrada por instrutores angolanos com assessoria portuguesa, e é a primeira do género dirigida aos oficiais congolese e 10ª para os angolanos. A mesma enquadra-se no âmbito dos laços de cooperação técnico-militar existente entre os dois países.

Ao intervir na sessão de encerramento do curso, o Vice-chefe do Estado Maior das Forças Armadas Angolanas (FAA), general Eduardo Martins "Dinho Martins", considerou a acção de capital importância pelo facto de ser o primeiro a realizar-se em tempo de paz.

A alta patente das "FAA" manifestou-se seguro de que a partir de agora serão relançadas as relações de cooperação bilateral, essencialmente no domínio técnico-militar.

Exortou os oficiais congolese formados no sentido de aplicarem com "seriedade" as lições aprendidas durante os 10 meses e transmiti-las aos seus colegas.

"O valor do militar está na forma disciplinada como cumpre as ordens e moções superiormente emanadas", disse o general referindo que o oficial deve dedicar a sua capacidade e inteligência no contexto do desenvolvimento regional e mundial.

Para o Vice-chefe do Estado Maior das Forças Armadas Congolese, major general Kisemya, nenhum Estado se pode afirmar verdadeiramente estável enquanto a instabilidade reinar em países vizinhos, e disse ser necessário um esforço comum no sentido de se estreitar cada vez mais as relações bilaterais.

O Vice-chefe do Estado Maior das "FAA", general Dinho Martins, presidiu a cerimónia de encerramento do curso na presença do embaixador daquele país em Angola, Kiamaleso, e altas patentes das Forças Armadas dos dois países.

Bureau Político do MPLA consultado sobre nome do Primeiro-Ministro

Luanda, 15/11 - O Presidente da República iniciou hoje com o Bureau Político do MPLA as consultas aos partidos políticos sobre o futuro Primeiro-Ministro angolano, revelou à Angop o Secretário para a Informação desta formação Política, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa.

"Fomos consultados sobre o seu nome", frisou, afirmando: "tenho muita pena, mas não posso revelar (o nome) por uma questão de ética".

Parco nas suas declarações, acrescentou que a direcção do MPLA, de que José Eduardo dos Santos é igualmente Presidente, "foi consultada e deu a sua opinião" relativamente ao futuro Primeiro-Ministro.

"Agora competirá a que quem nos consultou dizer quem vai ser o Primeiro-Ministro", pontualizou o Secretário para a Informação do MPLA.

"O MPLA foi consultado no quadro das intenções do Chefe de Estado Angolano de ouvir todas as formações políticas com assento no Parlamento", disse, adiantando que o nome da pessoa escolhida só será conhecido após o dia 19 quando das discussões sobre o Orçamento Geral do Estado, na Assembleia Nacional.

Sobre a reunião do Bureau Político do MPLA, "Kwata Kanawa" disse ter sido um encontro "normal", que apreciou igualmente o processo de Paz, as suas perspectivas e a vida interna do partido relacionada principalmente com a próxima reunião do seu Comité Central.

Informou que esta reunião, prevista para o final do corrente mês, será realizada na primeira quinzena de Dezembro.

Tudo aponta, segundo ainda o dirigente do MPLA, que o próximo Congresso venha a acontecer em 2003.



Governo e ONG`s fazem retiro para discutir eliminação da

pobreza

15/11/2002

Representantes do gabinete da Presidência, da Assembleia Nacional, dos Governos provinciais, entre outros, reúnem-se esta sexta-feira, em Luanda, num retiro temático, para a identificação e a elaboração de estratégias locais para a eliminação da pobreza.

Organizado pelo Ministério da Administração do Território, o retiro começa às 9 horas, no Instituto de Formação da Administração Local, e irá abordar ainda o papel dos organismos da administração local na formulação dessas políticas.

Participarão igualmente no encontro autoridades tradicionais e representantes da embaixada da Noruega, OMS, PNUD e da Fundação Friedrich Ebert Stiftung.

A realização deste evento deve-se à constatação, por parte do Governo, de que a elaboração de uma estratégia de eliminação da pobreza é uma tarefa que deve abranger a governação local, tendo em atenção as múltiplas dimensões da própria pobreza.

(RNA)

Governo de Cabinda ameaça rescindir contrato com empresa espanhola

15/11/2002

O governador de Cabinda, Aníbal Rocha, ameaçou rescindir o vínculo com a empresa espanhola Isolux, devido a morosidade na conclusão da primeira fase do contrato referente a substituição das linhas de transporte de energia eléctrica da central térmica do Malongo.

De acordo com o contrato firmado há cerca de três anos com a Empresa Nacional de Electricidade (ENE), a Isolux deveria concluir a primeira fase em um ano.

O acordo prevê ainda o alargamento da rede de distribuição e instalação de poste de transformação.

O contrato está orçado em 33 milhões de dólares, inicialmente garantidos com a linha de financiamento do reino da Espanha.

Segundo o director da ENE em Cabinda, Joaquim Boaventura, com o encerramento da linha de financiamento de Espanha, o governo provincial de Cabinda poderá custear os encargos para a materialização da segunda e terceira fases.

Entretanto, no âmbito dos esforços para a normalização do abastecimento de energia eléctrica à cidade de Cabinda, os técnicos da ENE recuperaram um dos seis grupos avariados, elevando para 6,9 megawatts a potência disponível dos 15 necessários.

(Angop e RNA)

Director do FMI chega a Luanda

15/11/2002

O Director do Departamento Africano do Fundo Monetário Internacional (FMI), Abdoulaye Bio-Tchané, chegou hoje a Luanda, com vista ao aprofundamento das relações desta instituição com Angola.

Abdoulaye Bio-Tchané, que substitui no cargo o economista Gondwé, vem pela primeira vez a Angola desde que assumiu a nova função, na sequência de contactos mantidos em Washington (EUA), em Setembro último, com o ministro das Finanças, Júlio Bessa, e com o Governador do Banco Nacional de Angola (BNA), Aguiñaldo Jaime.

Terça-feira chegou à capital o novo chefe de missão do FMI para Angola, Gonzalo Pastor, de nacionalidade peruana, que substitui no posto o argentino Henrique Gualbart.

Angola e o FMI têm estado a discutir, desde o início do ano, entre outras questões, aspectos relacionados com os programas de assistência técnica ao Governo, perspectivas de evolução da economia angolana, bem como o futuro relacionamento e cooperação entre o país e instituições financeiras.

Angola aderiu ao FMI em 1990 e mantém um gabinete do representante desta instituição no país há cerca de cinco anos.

(RNA)



Dos Santos coloca membros da UNITA em cargos de governadores e embaixadores

15/11/2002

O presidente acaba de fazê-lo na nova mexida ao executivo que dirige.

A nova mexida do executivo eleva a embaixadores extraordinários e plenipotenciários de Angola Jaime Isaías Vilingue, na Grécia (República Helénica);

Fernando Dito, na Argentina; João Vahekeny, como embixador na República da Hungria; Liseth Nawanga Satumbo Pena, na República da Polónia; Jaime Furtado, nos Estados Unidos Mexicanos e também Jorge Marcelino Sanguende para o cargo de Representante Permanente da República de Angola junto da UNESCO.

A mexida comporta mais. O líder exonerou os governadores das províncias do Uíge, da Lunda-Sul e do Kuando Kubango, respectivamente Cordeiro Ernesto Nzakumdomba, Francisco Sózinho Chiuissa e Jorge Fernando Biwango.

A mesma medida de exoneração abrangeu igualmente os vice-governadores das províncias do Kwanza-Sul, de Benguela, do Bengo e do Bié, respectivamente Ângelo César Alberto, Isaías Jaime Vilinga, José da Costa Lembe e Basílio João Cashava, e também o Representante Permanente de Angola junto da UNESCO, Domingos Van-Dúnem.

Entretanto, enquanto uns saem, entrem outros: Lázaro Lixima, por exemplo, é o novo governador do Uíge, Miji Muachissengue, na Lunda-Sul; João Baptista Chindandi vai para governador do Kuando Kubango; António Tonga para vice-governador do Kwanza-Sul; Silo Mártires para o mesmo cargo no Bengo; Moisés António Chivemba, para vice-governador da Bié e Jorge Mussonguela para vice de Benguela.

(RNA)

UNITA pede à ONU levantamento total das sanções

15/11/2002

O secretário para a Informação da UNITA, Marcial Dachala, defendeu esta quinta-feira o levantamento "total e definitivo" das sanções migratórias e financeiras impostas pelas Nações Unidas ao seu movimento.

"Pedimos tão-somente que a posição do Conselho de Segurança das Nações Unidas se coadune com a realidade no terreno, isto é, que haja o levantamento total e definitivo das sanções migratórias e financeiras impostas à UNITA. Pensamos que, só assim, haverá justiça", salientou Marcial Dachala.

Em declarações à Lusa, o chefe da delegação da UNITA na Comissão Conjunta - órgão que supervisiona a implementação dos acordos de paz para Angola - considerou não fazer sentido que a ONU mantenha sanções ao seu movimento.

"A UNITA cumpriu na íntegra o que lhe era exigido no quadro do protocolo de Lusaca. Por isso, tanto política como moralmente, não há razões para a manutenção parcial das sanções", frisou Marcial Dachala.

A UNITA considera de incoerente a posição assumida pela ONU de levantamento das sanções não tomado na sua globalidade.

(Lusa)

Source: Agence France-Presse (AFP)

Date: 14 Nov 2002

Looting by Angolan army forcing Cabinda villagers to flee: NGOs

LUANDA, Nov 14 (AFP) - Non-governmental organisations based in Cabinda, an Angolan enclave wedged between the two Congos, said Thursday that Angolan army soldiers engaged in a vast offensive against separatists in the province have looted villages, forcing residents to flee.

Angolan NGOs based in the the enclave, which has belonged to Angola since independence from Portugal in 1975, said army soldiers had looted the villages of Luali and Dingo.

The leaders of the NGOs, who asked not to be named, said they were gathering evidence against the Angolan army, which is in Cabinda to fight secessionist rebels from the Enclave of Cabinda Liberation Front (FLEC).

"The army soldiers justify their acts in the villages by saying they are hunting for FLEC infiltrators," one NGO leader said.

Roman Catholic bishop of Cabinda, Paulino Madeka, was unable to confirm the NGOs' reports of pillaging but said villagers were fleeing to escape insecurity.

A regular radio broadcast by the Angolan army in Cabinda has in recent weeks called on troops to remain disciplined and to "respect the people" of Cabinda.

Late last month, Angolan army troops captured the eastern town of Nekutu from FLEC fighters after several months of combat.

FLEC wants independence for Cabinda, but Luanda opposes this because the enclave is the source of about 60 percent of the southwest African nation's oil wealth.

The offensive against FLEC is seen as a bid by Luanda to shore up the peace process in Angola, where the government signed a truce with the Union for the Total Liberation of Angola (UNITA) rebels in April, ending 27 years of civil war.

mm/kdz/ay AFP

Presidente da República exonera e nomeia governadores

Luanda, 15/11 - O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, exonerou esta quinta-feira por conveniência de serviço os Governadores das províncias do Uíge, da Lunda-Sul e do Kuando Kubango, respectivamente, Cordeiro Ernesto Nzakumdomba, Francisco Sózinho Chiuissa e Jorge Fernando Biwango.

A exoneração abrangeu igualmente os Vice-governadores das províncias do Kwanza-Sul, de Benguela, do Bengo e do Bié, respectivamente Ângelo César Alberto, Isaías Jaime Vilinga, José da Costa Lembe e Basílio João Cashava, e também o Representante Permanente de Angola na UNESCO, Domingos Van-Dúnem.

O Presidente da República nomeou Lázaro Lixima Governador da Província do Uíge, Miji Muachissengue para a Lunda-Sul, João Baptista Chindandi, para o Kuando Kubango, enquanto António Tonga, Silo Mártires, Moisés Chivemba e Jorge Mussongue foram nomeados Vice-governadores das Províncias do Kwanza-Sul, Bengo, Bié e Benguela, respectivamente.

Igualmente por conveniência de serviço, o Presidente da República nomeou para os cargos de Embaixadores Extraordinários e Plenipotenciários da República de Angola na Grécia, Jaime Isaías Vilingue, na Argentina, Fernando Dito, na Hungria, João Vahekeny, na polónia, Liseth Nawanga Satumbo Pena, no México, Jaime Furtado.

Para o cargo de Representante Permanente da República de Angola na UNESCO, com a categoria de Embaixador, foi nomeado Jorge Marcelino Sanguende.

[Not checked against delivery]

Thank you for inviting me to open this year's BAF Conference.

Our subject is Angola. It now has the opportunity, the means and, I hope, the will to succeed.

All of us here have the common goal of helping Angola achieve its full potential- domestically, regionally and internationally. We all have a role to play.

As Britain's Minister for Africa, Angola is high on my agenda. At last year's conference, the situation in Angola was very different. It was difficult to see a way forward. A year later, the situation has been transformed. Fighting has stopped and the entire country is now more accessible. But many of the problems have not diminished.

Being asked to open this year's conference gives me the opportunity to set out the UK Government's policy towards Angola. We want to work with Angolans in Angola. There is a real chance now for progress on a wide front. We must not waste that chance. And we must work simultaneously, and in partnership, across the whole spectrum: political, humanitarian; economic and social.

Of course, Angola needs long-term, sustainable and inclusive peace. The Government and UNITA, with the support of the international community, are working towards this goal. The completion, with dignity, of the Lusaka Process is an excellent place to start. The objective is the full reintegration of ex-UNITA soldiers into the FAA and back into civilian society. This is now, rightly, a priority for the Joint Commission, chaired by Professor Gambari, the UN Secretary General's Special Representative.

But the humanitarian crisis remains, and needs to be addressed. Now that the country has opened up is much more visible. There is a great deal to be done by the Angolan Government itself, but the international community, including the UK, needs to help, and we are.

There are practical issues, for example, rebuilding the infrastructure and de-mining the countryside. And there are less tangible, but no less important tasks, like ensuring the productive social reintegration, in a dignified and sustainable way, of former UNITA combatants and their families.

We have contributed £4 million, this year, towards helping with the humanitarian crisis, and easing the suffering of the Angolan people. We are also trying to work to raise standards for the poorest in Angola. As part of this, the UK is providing £7 million to the Luanda Urban Poverty Programme, which aims to put in place replicable and sustainable ways of improving economic livelihoods, and access to basic services among some of Angola's poorest people. This Programme is also intended to help the process of dialogue between the government and the governed, to help give Angolans some stake in their own future.

So we are trying to play our part, along with the international community. But this, as I suggested earlier, needs to be a partnership. The Government of Angola needs to devote more of its own considerable resources to meet the humanitarian needs of its people. Angola is a nation blessed with enormous potential, not just in oil and diamonds and other minerals, but also in fertile soils and abundant water resources. In the early 1970s, Angola was a major exporter of coffee and virtually self-sufficient in food. Our aim is to help the country help itself to get back to that productive capacity, with all the attendant benefits in employment and poverty reduction.

The end of war has opened up the opportunity for Angola to become a fully democratic state. It will be possible to hold elections in the foreseeable future. All sections of Angolan society need to be included in this democratic process: UNITA; other political groups; the Churches; and civil society as a whole. It is critical that Angola should lay the right foundations now for its future political architecture. The stability of the state, and the freedom and prosperity of its people, depend on it. The more inclusive the process, the more likely that good governance not only will emerge, but will also be sustained.

On the other hand, if political structures end up excluding significant elements of the population, Angola risks a return to disorder in large parts of the state. Too much of Angola has been ungovernable for too long. So getting the politics right from the start is fundamental.

The Government of Angola should also continue its agenda of economic reform and transparency. We look forward to Angola resuming dialogue with the International Monetary Fund and the International Financial Institutions. Angola also needs to put in place a meaningful Poverty Reduction Strategy Process. Achieving the Millennium Development Goals is something that the Angolan people deserve, after so much pain and neglect.

Sustainable reform is a key building block. The international community would like to see genuine reforms in the security sector and improved transparency in the legislature, judiciary, military, police and other agencies which contribute to national security, as well as a genuine respect for human rights.

Once the right political and economically reformed infrastructure is in place, investment will follow. Commercial possibilities are vast. The UK is involved in the oil industry, where there is huge potential. But there is potential in non-oil sectors as well, for example agriculture. All companies in Angola, foreign and domestic, have their part to play. We will of course encourage British businesses to adopt the highest standards of corporate citizenship and good corporate governance.

But it is also essential, and there are encouraging signs that the Angolan Government is well aware of this, is the creation of an enabling environment for investment- transparent, accountable, and subject to the rule of law. This will do more than anything else to attract foreign direct investment, which will be a much more significant contributor to national development than aid flows.

There are opportunities for Angola to emerge from the shadow of war and to play a regional role. We urge Angola to continue its positive contribution to the region, especially now that it is the SADC Chairman. Angola helped to broker the Uganda/DRC agreement. We look forward to Angola taking on more responsibility and, in time, perhaps contributing in a regional peace support role.

Key countries like Angola need to play an active and engaged role in the African Union and in the implementation of the New Partnership for Africa's Development (NePAD). NEPAD is Africa's blueprint. The challenges are daunting. African leaders have devoted so much personal time and effort to creating the NePAD. We must congratulate them. NePAD seeks to place African countries on a path to sustainable growth and development.

There are many in Africa, both leaders and ordinary people, who are facing up to these challenges. Angola is an encouraging example. The signing of the cease-fire in April was an important step towards securing peace and stability. Disarmament of UNITA troops, with UNITA's co-operation, moved faster than expected.

But, for Angola, there are now wider horizons than Africa alone. We congratulate Angola on gaining a seat on the UN Security Council, starting in January. We look forward to working with them as fellow Security Council members. I believe that there is a great deal that Angola can gain from its membership. Equally, Angola will carry much responsibility, particularly in promoting peace and stability in Africa and the world, and national reconciliation and reform within its own borders. I am sure they will rise to both opportunities and challenges.

Finally let me say, Angola has an opportunity we should not waste. Much has already been achieved in Angola. But there is still a long way to go. Let's work together to help Angola realise its full potential.

ENDS

=====

Jeremy Astill-Brown
Second Secretary, British Embassy
Luanda, Angola

Sanções contra a UNITA levantadas a partir de quinta-feira

13/11/2002

As sanções impostas à UNITA pelas Nações Unidas serão parcialmente levantadas a partir desta quinta-feira. O grosso poderá desaparecer em definitivo na próxima terça-feira disse a Voz da América, Ibrahim Gambari representante especial do secretário geral da ONU em Angola.

Gambari foi mais cauteloso em relação aos resultados da investigação que a pedido da ONU, a Kroll 7 Associates fez as contas da UNITA .

Isso é assunto do conselho de segurança da ONU. O Conselho de Segurança tem o seu comité de sanções que tem a tarefa de vigiar a implementação das sanções contra Unita no geral...O que lhe posso dizer é que no âmbito dessa monitorização, o Conselho de Segurança já decidiu que a 14 de Novembro todas as sanções em termos de proibição de viagens e deslocação dos membros da Unita serão levantados... e acredito que cinco dias depois, a 19 de Novembro todas as restantes sanções serão revistas para seu eventual levantamento. Mas a resposta concreta a essa questão está nas mãos do Conselho de Segurança da ONU.

Reagindo à anunciada dissolução da Comissão Conjunta, Ibrahim Gambari representante especial do secretário geral das Nações Unidas, garantiu a VOA, que a medida parte de um consenso alcançado entre todas as partes no seio daquele órgão.

Após concertado com a troika, o governo e a Unita foi proposta um quadro para a nossa actuação. Esse quadro foi adoptado e prevê uma reunião no próximo dia 19, para analisar o relatório da comissão conjunta que será seguida pela cerimónia da sua dissolução a 21 de Novembro. Portanto, todas as decisões foram tomadas por consenso o que significa que todos os membros concordaram com ela.

Instado a comentar o vazio que a dissolução da comissão conjunta poderá criar sobretudo no que tange as recomendações dos acordos de Lusaka, Gambari admite que a boa vontade demonstrada ao longo das reuniões daquela comissão, prevêem precisamente um cenário oposto.

Acredito que vão existir mecanismos, a partir dos quais o governo e a Unita serão capazes de trabalhar em conjunto, num espírito de consulta e colaboração mútua, para implementar as medidas acordadas... A comissão conjunta teria que deixar de existir um dia. Haveria de chegar o momento em que teríamos que confiar na capacidade de julgamento e na ponderação de ambos os lados. É convém não esquecer que a reconciliação nacional é um processo e não um acto isolado... logo vai ser preciso anos para se saírem definitivamente as feridas da guerra.

O representante especial do secretário geral das Nações Unidas em Angola, vai mais além e considera serem infundadas os receios face à possibilidade da dissolução da comissão conjunta poder resultar na estagnação do processo de desarmamento dos civis.

O maior problema do momento é a reintegração dos civis dos ex combatentes da Unita, desmobilizados... e existe um plano para a transferência dessas pessoas das áreas de acantonamento para as suas áreas de origem e cremos que esses

problemas serão resolvidos pela comissão Nando...Acredito que vão continuar a existir mecanismos para a resolução desses problemas.

Relativamente aos dividendos extraídos dos encontros mantidos com os membros e organização da sociedade civil, Ibrahim Gambari realça que todos foram unânimes em reconhecer a irreversibilidade do processo de paz, não obstante as preocupações que ainda subsistem.

Expressaram algumas preocupações. A primeira tem a haver com actual situação do país e as condições de reintegração dos soldados desmobilizados mas manifestaram-se igualmente preocupados com o desarmamento dos civis, já que muitas armas continuam ainda nas mãos destes, pelo caberá ao governo fazer esforços adicionais para implementar um programa eficaz de desarmamento dos civis. Uma outra preocupação manifestada pela sociedade civil tem a haver com a paz em Angola, incluindo Cabinda mesmo sabendo que o problema naquela província não se enquadra nos protocolos de Lusaka...

Ibrahim Gambari exortou por outro lado as organizações religiosas e da sociedade civil a permanecerem envolvidas no processo de paz e de reconciliação nacional, já que têm dado um grande contributo a causa.

Questionado se a dissolução da comissão conjunta significaria uma maior intervenção da sociedade civil Gambari disse:

Não se esqueça que a sociedade civil não é membro da comissão conjunta. Mas a comissão conjunta autorizou-me a consultá-los nestes aspectos e reportar as suas principais preocupações. É claro terão sempre uma palavra nos debates públicos sobre o futuro e os problemas do país, nomeadamente a desmobilização, a desminagem, as eleições a reintegração social e outros. Têm um importante papel a desempenhar fora do quadro da comissão conjunta.

Nelson Herbert

Source: UN OCHA Integrated Regional Information Network

Date: 13 Nov 2002

Angola: Interview with Erick de Mul, UN Humanitarian Coordinator

LUANDA, 13 November (IRIN) - The spontaneous return of displaced Angolans to their homes and a decision by the government to close the quartering areas for former UNITA rebels and their families have created fresh challenges for the humanitarian community.

In an interview with IRIN, UN Humanitarian Coordinator in Angola Erick de Mul elaborated on the current crisis and urged the government to increase its assistance to its people.

QUESTION: How would you characterise the humanitarian situation in Angola at the moment?

ANSWER: A mixed picture - on one hand there are some positive developments, on the other hand there are some developments that are worrisome. The good thing is that a number of IDPs [internally displaced persons] have moved back home - about 850,000 and it is estimated that we will get to about 900,000 before the end of the year.

The bad news is that not all of them have returned home while the authorities were respecting the rules of the game, the norms. But increasingly it seems these norms are being respected.

On the refugees, there is not much happening, a trickle of return - and maybe that's good, because there is still a lot to be done within the country and maybe if they can wait a little that is better.

The main problem is with the former UNITA combatants. [There are some 80,000 former UNITA troops and over 300,000 family members in 42 reception centres] It took weeks, months, to create and establish the necessary logistics to get the necessary stuff to them, then the moment that this is more or less running smoothly, then the decision is taken that these camps are to be closed [by December] and this interrupts the whole picture again.

Given the fact that these people had to move home, it would have been useful if this had been done in an orderly manner, with warning to the international community when this was going to happen. I guess the decision was a political one and taken in what looked like some haste. Things seemed to slow down a bit because either in places the conditions are not there, the logistics are not in place or it's not clear where the people are going to.

It's still a little unclear and it's bad in a sense that it happens when the rainy season is upon us - the worst period you can imagine. Hopefully we will get some clarity.

Q: Is it your impression that the government has a coherent strategy for the return and resettlement of former combatants?

A: Maybe somewhere on paper there is a comprehensive solution but it doesn't seem to be working, or known. Responsibility for implementation of this plan, assuming it's there, was given to provincial governments, but I doubt the necessary instruments and tools were given to the authorities to really do it. This is why you see different scenarios developing in the various provinces depending on what the situation there is, and what the position of the UNITA soldiers there is.

Q: You said that some of the IDP returns complied with the norms. How many exactly?

A: Thirty percent complied with the norms. It's a question of is the glass half full or half empty. You could say it could have been a lot better - in fact 70 percent better - but could also have been 30 percent worse. I think most of us feel it could have been worse. Maybe we can be a little bit satisfied.

Q: Are the other 70 percent now getting any help?

A: Not enough. We are seeing the pattern that has developed that the IDPs move, yes, or part of the family moves to where they are going to resettle but they keep a link with the camps they are coming from, they keep their ration card and keep going back and forth so they can still pick up food and other things if necessary - that's a coping mechanism.

Q: Over the last six months we've seen a rapid rise in the number of people needing emergency help - from 1.5 to 1.9 million. Do you expect numbers to continue to rise?

A: I think they are levelling off - the 800,000 [returnees] will be able to stay, even with difficulties, and hopefully get through the rainy season and hopefully catch some access to seeds and tools.

But the coming months could be a bit difficult. Certain groups could be cut off, if the roads deteriorate.

WFP [UN World Food Programme] notably is trying to set up what you could call supply centres, where food would be available if people can find ways and means to reach those centres where they can pick up food and walk back and forth.

Q: Given this fluid situation, how are you managing to plan ahead?

A: We haven't been able to do that [plan ahead] since January. As long as I have been here we have been developing different scenarios, planning in a vacuum - but there are some things that we know, and say if this happens we do that. So if you talk of planning in a traditional manner, no, we haven't been able to do that for a long time - so we are up against the same problem. What it means is that we are always running behind the facts, always in a situation where we have to catch up.

Q: How has the response from donors been? The last figure I heard was that the UN had received about half of the US \$292 million which it requested for this year.

A: The latest calculation is about 53 percent - in the context of appeals for other countries not bad - again you can never be happy because you want 100 percent. Most of it is indeed food and this is always the easiest commodity to obtain.

For next year the appeal is higher, it stands at US \$380 million. The reason for that is the case load, the number of potential victims is larger. On the other hand we are trying to tell the donors if we invest a bit more now we may shorten the period during which emergency assistance is necessary, and if we give less that period might be prolonged - so why not try to give it a boost so that by the end of next year we can declare the whole emergency over.

We keep telling everyone, we believe it is possible and we want to make a point, the war is over, the war was over in April, by end of next year it will be a year and eight months, and in principle that should be sufficient to deal with the emergency humanitarian situation - we want to make that clear.

Q: Surely that's a best case scenario, relying on a good relationship between yourselves and the government?

A: The government needs to do things according to their own legislation. That would help. More investment in basic social sectors combined with infrastructure repair and rehabilitation which is starting, but which will be held up by the rainy season, but it can start again, so people can move. Make sure that when people are put on their way they can do that properly, so they can reach their destination without major obstacles, and when they arrive they can start their lives, and for a while still be assisted.

Our hope and expectation is that the government will indeed do more to help that process, and that is particularly important because once donors see government is enhancing its role, that will also trigger off a more positive response from the donors.

Disponibilidade *Várias comissões anunciaram o seu apoio à conferência de doadores*

Angola vai receber 125 milhões de Euros da UE

A Comissão Europeia desbloqueou 125 milhões de Euros (cerca de USD 124 milhões) para atender as questões humanitárias e de reabilitação de infra-estruturas básicas em Angola.

Segundo o Euro-Deputado, Joaquim Miranda, em simultâneo, as várias comissões comunitárias anunciaram a sua disposição em apoiar e participar na conferência de doadores, prevista para breve.

Joaquim Miranda, que falava durante o encontro na Sede do Parlamento Europeu em Bruxelas, com jornalistas Lusófonos, garantiu que no início de

2003 será possível desbloquear mais verbas para Angola, atendendo o facto de se considerar prioritária.

O novo Protocolo de Cotonou prevê um acordo global na ordem de 20 mil milhões de euros para o próximo Fundo Europeu de Desenvolvimento. Deste montante, cerca de 9 milhões são valores não utilizados em exercícios anteriores, por várias razões.

No caso de Angola, adiantou o deputado, não foram utilizados por razões de guerra. Pois, não havia condições para se levar acabo a concretização de determinados projectos e também por insuficiências da própria comunidade. Por isso, neste momento, informou que estava em curso uma profunda reforma na comissão, nomeadamente orientada para a desconcentração de serviços. "Há países com grande dificuldades, mas aparece dinheiro que não é utilizado. Aqui há alguma coisa que não vai bem. Temos que modificar no futuro". "O processo angolano ultrapassou expectativas", rematou.

Joaquim Miranda aponta mesmo a possibilidade de o processo de Angola transformar-se num bom exemplo para toda região

A conclusão do dossier militar com a integração do pessoal das ex-FMU nas FAA, o funcionamento da Comissão Conjunta, a breve nomeação de quadros da UNITA para as Embaixadas e governos provinciais e locais são aspectos que apontam para o optimismo do Deputado.

Joaquim Miranda disse que Comissão Conjunta vai concluir com sucesso o seu trabalho, não obstante as vozes que sublinhavam ser insuficiente os 45 dias previstos.

Augusto Alfredo

Estratégia *Comissão permanente do Conselho de Ministros aprova relançamento*

021114An vai criar pólos universitários nas províncias

A Comissão Permanente do Conselho de Ministros aprovou ontem o plano de relançamento da Universidade Agostinho Neto (UAN), que prevê a criação de pólos universitários no Sumbe, Namibe, Lunda Norte, Kwanza-Norte e Malanje.

Reunida no Palácio da Cidade Alta, sob a presidência do Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, a Comissão deu luz verde à execução do plano, que visa a expansão da UAN como instituição de ensino superior público, estruturado para o desenvolvimento equilibrado do país.

De acordo com o comunicado distribuído à imprensa, a criação dos pólos universitários deve-se à falta de condições para a constituição de centros universitários em todas as províncias.

Pretende-se com isso obter um maior equilíbrio na formação de técnicos superiores a nível do país, facilitar a concentração de quadros onde forem necessários para a sua melhor participação e contribuição nas tarefas de desenvolvimento sócio económico de cada região.

O programa de expansão da UAN tem por pressupostos o aumento do número de estudantes e do número de finalistas por ano.

De acordo ainda com o comunicado, o programa visa a melhoria da qualidade do ensino e investigação, através da criação das Escolas Superiores de Ciência e Tecnologia nas províncias de Cabinda, Namibe, Saurimo, Uíge e Benguela. Constam ainda do plano a criação das Escolas Superiores de Enfermagem do Huambo, Huíla e Bié e da Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte e do Instituto de Investigação Alimentar de Malanje.

UNITA propõe criação de pactos de regime

12/11/2002

A UNITA propôs a celebração do que chamou de « pactos de regime» sobre os principais assuntos do país.

Num comunicado distribuído por ocasião do dia da Independência a UNITA considera estarem criadas as condições para a mais ampla reflexão sobre o futuro comum dos angolanos.

A UNITA afirma ter chegado o momento para a construção de um futuro onde haja reconciliação e tolerância e onde se aceitem as diferenças .

Uma fonte próxima àquela formação política disse à Voz da America que um fórum nacional nas condições actuais podia levar o país a encontrar uma forma de melhor discutir valores capazes de iluminarem a acção dos poderes instituídos.

Para a fonte, o fim da guerra abriu caminho para que os angolanos busquem consensos sobre como deverá ser erguida a nação angolana.

A fonte da UNITA advoga a criação de um fórum nacional onde os assuntos do país deviam ser discutidos por todos, sem excepção.

A proposta feita pela primeira vez pelo ex-movimento rebelde parece ter surpreendido o partido no poder o MPLA com o qual a UNITA partilha o governo de unidade.

O seu secretário para a Informação mostrou-se surpreso com a proposta da UNITA ao afirmar não ter conhecimento da proposta.

Em declarações à Radio Ecclésia Norberto dos Santos Kwata-Kanawa disse ser cedo para se tratar de assuntos do género.

« Ainda é muito cedo para nos pronunciarmos sobre o assunto...vamos aguardar que o papel nos chegue e depois poderemos falar com maior propriedade».

O ensino, a educação, a cultura, a formação, a saúde, a economia e ainda o lugar de Angola em África e no mundo são para a UNITA as áreas onde tais pactos podem ser estabelecidos.

Venâncio Rodrigues

021113BAI opera no mercado angolano há seis anos

O Banco Africano de Investimentos (BAI), o primeiro banco privado de direito angolano, comemora hoje seis anos de existência, na posição de líder do sistema bancário em Angola. Essa posição de liderança é sustentada pelos indicadores em termos de captação de depósitos e créditos concedidos à economia nacional.

De acordo com o Banco Nacional de Angola, a quota de mercado do BAI, em Dezembro de 2001, em

Angola, no que respeita a depósitos, foi de 35 por cento contra os 25 por cento em 2000. A nível de crédito, o valor da quota de mercado situou-se nos 44 por cento contra os 32 por cento em 2000.

A estratégia de crescimento da instituição, que pretende rapidamente alcançar uma abrangência nacional, esteve virada também para a abertura de agências e dependências, quer em Luanda, quer nas restantes províncias, privilegiando o litoral, leste, sul e centro sul. O interesse dessa expansão justifica-se pelo facto de nalgumas províncias do país, quer a Leste quer a Sul, existir um potencial

de negócio com movimentos interessantes que serão a base de rentabilização dos referidos balcões.

Na esteira do seu crescimento, o BAI reforçou a sua posição no mercado externo através da transformação da sucursal em Portugal em filial para a direcção do banco. Essa transformação faz sentido pela existência de fundos e fluxos financeiros como é o caso de Angola, que interessa estrategicamente captar.

021113Director do FMI está em Luanda

13/11/2002

O novo Chefe da missão para Angola do Fundo Monetário Internacional (FMI), Gonzalo Pastor, de nacionalidade peruana, chegou nesta terça-feira a Luanda.

Gonzalo Pastor, que não falou à imprensa, substitui no posto o argentino Enrique Gualbart, responsável pela avaliação do desempenho da economia angolana até a última missão que veio ao país, em Fevereiro de 2002.

Para Quinta-feira esta prevista a vinda a Angola do novo director do Departamento Africano do FMI, Bio Tchane, natural do Benin.

O ministro angolano das finanças, Júlio Bessa, e o governador do Banco Nacional de Angola, Aguinaldo Jaime, estiveram em Setembro ultimo em Washington onde participaram na assembleia Anual do FMI e do BM (Banco Mundial).

Como membro do FMI, Angola deve prestar informações do desempenho da economia do país e se dispor à avaliações anuais feitas por missões da instituição financeira mundial.

(Angop)

Ocean Announces International Program Changes and Updated Production Growth Guidance

9/9/02

HOUSTON, Sep 9, 2002 (BUSINESS WIRE) --

Ocean Energy Inc. (NYSE:OEI) announced today adjustments to its international activities and updated second half guidance for production volumes.

The company will discontinue current exploratory activities on its blocks in the Arabian Sea offshore Pakistan and on Block 19 in the Lower Congo Basin offshore Angola. After satisfying contractual obligations, the decision will result in an approximate \$76 million impairment for the quarter ending September 30, 2002 (\$50 million after tax), of which \$70 million will be non-cash. Ocean plans to continue activities on its other blocks in Angola, including the drilling of an exploratory well on Block 24 in the fourth quarter and acquisition of seismic data on Block 10 in early 2003.

"We are very fortunate to have an excellent inventory of prospects worldwide, and following our exploratory assessment of these two areas, we believe that Ocean's other opportunities offer greater economic potential," said James T. Hackett, Ocean Energy chairman, president and chief executive officer.

The company also adjusted its anticipated production volumes for the third quarter of 2002. The company now expects an eight percent increase over second quarter production to approximately 165,000 barrels of oil equivalent per day (BOEPD) in comparison to a previously announced mid-point of 170,000 BOEPD. The change primarily reflects the timing of first production on several high-rate completions in the Nansen, Boomvang and Zafiro developments. In addition, the rerouting of third-party pipelines, associated with platform abandonments, shut down production from a Gulf of Mexico shelf property for 10 days. As a result, Ocean now estimates that its production for 2002 will exceed 2001 levels by approximately six to eight percent.

"We are confident that our worldwide program will continue to achieve annual double-digit production growth for the next three years," continued Hackett, "although the timing of new deepwater production may vary from quarter to quarter."

[Houston-Based Oil Company Withdraws from Pakistan, Angola at \\$76 Million Cost](#) *(English)*

Hoovers 3:07am | Houston Chronicle | Knight Ridder/Tribune Business News |

Advertisement: Explore Within This Space Sep. 10--Ocean En... **Discurso**

do PR à Nação

11/11/2002



Leia na íntegra a mensagem do PR à nação, por ocasião dos 27 anos de independência

CAROS COMPATRIOTAS

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Há vinte e sete anos nascia o Estado que nos une e nos representa, como povo livre e soberano, no concerto das nações.

Foi um momento vibrante e de imensa felicidade para todos os angolanos. Nesta data, honrar e declarar o nosso amor por Angola assume um carácter solene e especial.

Cada um à sua maneira, na praça pública ou no lar, na companhia dos familiares, amigos e companheiros, procura hoje saudar a nossa Nação, tão jovem mas já eterna, tão sofrida mas pronta a dar a cada momento provas da sua grandeza.

Todos sabemos que estas quase três décadas não foram fáceis de atravessar. Uma guerra que parecia não ter fim ceifou a vida de milhares e milhares de Angolanos, dispersou outras tantas centenas de milhares de compatriotas e destruiu a base produtiva com a qual contávamos para assegurar o conforto material de todos os cidadãos.

Apesar de ser um flagelo que destrói quase tudo, a guerra não foi capaz de quebrar a nossa fé num futuro melhor. Também não conseguiu abalar a convicção que temos de que Angola é maior do que as adversidades e que a Pátria se realiza na união e no trabalho dos seus filhos, cada vez mais empenhados no firme compromisso para com a paz e a reconciliação nacional.

Neste 11 de Novembro, portanto, não é somente a reafirmação da nossa autodeterminação que se põe em relevo. O que celebramos é também a abertura de um novo ciclo histórico que se realiza em situação de Paz.

À força do povo angolano e à riqueza dos recursos naturais do nosso país, podemos juntar agora a serenidade que se instaura quando constatamos que nada mais pode pôr em causa o esforço colectivo para a construção do bem comum.

A grande Família Angolana, até aqui dispersa por causa do conflito armado, pode enfim começar a reencontrar-se para trabalhar na realização de todas as suas potencialidades.

A comunidade internacional tem sabido reconhecer os nossos esforços. A ascensão de Angola à presidência da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral & 8211; SADC e a eleição do país para Membro não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas são testemunhos inequívocos de que podemos contar com o apoio de quase todos os países nesta fase de consolidação da paz.

Pelos sacrifícios consentidos, pela tenacidade demonstrada na procura de uma solução para o conflito armado, pensamos que o povo de Angola devia ser proposto e agraciado com o Prémio Nobel da Paz, em reconhecimento também da

maturidade revelada no processo de Reconciliação Nacional, substracto da construção de uma paz sólida e irreversível.

Caros compatriotas

Há ainda imensas dificuldades a superar, sobretudo no domínio social, para que o Povo Angolano viva melhores dias. Há a pobreza, que é muito grande mas não é eterna, e isto dá-nos ânimo para combatê-la e derrotá-la, com base no processo fundado na cooperação dos próprios angolanos e na solidariedade das Nações amigas.

É preciso propiciar alimentos e abrigos, é preciso erguer e apetrechar escolas e hospitais, construir fábricas e abrir canais de irrigação. É preciso desminar os terrenos e reabilitar as infra-estruturas para o transporte de pessoas e mercadorias e para assegurar as facilidades de comunicação.

É necessário ainda garantir a oferta a tempo inteiro de energia eléctrica e de água potável, para que os Angolanos possam produzir e melhorar as suas condições de vida.

É urgente combater as epidemias, como a malária e o Sida, que tanto mal já nos causaram e nos podem ainda causar, sobretudo às camadas mais jovens, garantia do nosso futuro.

Com determinação e coragem, o nosso Governo está a enfrentar todos estes problemas. Há poucos dias foi criada a Comissão Nacional de Combate ao Sida, que irá centralizar as acções do Governo com vista à redução dos casos da doença no País.

No Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, os gastos previstos para a área social, pelo segundo ano consecutivo, são novamente os mais volumosos, assumindo a proeminência antes atribuída às despesas militares.

Este orçamento já tem em conta o modelo de crescimento económico que pretendemos adoptar no próximo ano, no qual se prevêem a redução das despesas por parte do Estado e o maior rigor orçamental. Um novo modelo de crescimento assente essencialmente no investimento, por forma a gerar maior produtividade e mais riqueza a longo prazo.

Neste sentido, vamos desenvolver esforços para captar investimento estrangeiro e estimular o investimento interno. Temos também de incentivar a poupança interna, pois não pode haver investimento sem poupança. De outro modo corremos o risco de ver o investimento de que o país necessita a ser financiando somente pelo exterior, agravando-se assim o nosso endividamento externo.

Temos, pois, de criar mecanismos de estímulo à poupança, quer através de benefícios fiscais quer através do aumento das taxas de juro.

Estamos cientes das nossas responsabilidades & 8211; que são imensas. Temos a consciência de que o nosso papel é fundamentalmente o de catalisar todas as forças vivas da Nação pelo exemplo moralmente inatacável e pela força de vontade irreduzível, para uma acção decidida e tecnicamente bem fundamentada.

Estão assim a ser criados os mecanismos judiciais que permitem combater o crime e o aproveitamento ilícito do exercício de funções públicas. Faremos tudo o que for preciso para imprimir rapidez e eficácia à acção do Estado.

É aliás com este propósito que temos realizado sessões extraordinárias da Comissão Permanente do Conselho de Ministros nalgumas capitais de província.

Gostaria que a primeira pedra que há poucos dias tive a oportunidade de colocar para a reconstrução da heróica e martirizada cidade do Kuito se transformasse no símbolo da reconstrução de toda a Nação angolana e do renascimento da esperança nos nossos corações.

Encerrada para sempre a página da guerra e cumprida a agenda política da pacificação nacional, chega a hora do relançamento económico nacional, como contributo fundamental no combate à fome, à doença e à pobreza e na criação de mais empregos e bem-estar.

Também se torna agora possível a normalização institucional da vida do Estado e, nesse sentido, já foram dados os primeiros passos para o provimento do cargo de Primeiro-Ministro.

Caros compatriotas

Neste momento em que celebramos mais um aniversário da Independência Nacional, sublinho a importância do sentimento de tolerância e de respeito pelas diferenças na consolidação da Unidade e na Reconciliação Nacional.

Somos uma só Pátria e um só Povo. Estamos destinados a pontificar em África e no Mundo como exemplos de um povo que viveu momentos difíceis mas que soube erguer a bandeira da concórdia e fez da paz uma escolha para construir o seu futuro.

Vamos construir um futuro de pujança económica para o nosso país prosperar e para a felicidade do nosso povo.

VIVA ANGOLA!

VIVA O POVO ANGOLANO!!

Source: UN OCHA Integrated Regional Information Network

Date: 11 Nov 2002

Angola: UNITA disappointed at Joint Commission closure

JOHANNESBURG, 11 November (IRIN) - Angola's former rebel group UNITA on Monday said it was disappointed by an announcement that the Joint Commission, the body overseeing the country's peace process, would disband next week.

UNITA said there were no guarantees the government would follow through with an agreement to reintegrate tens of thousands of its ex-combatants.

"The Joint Commission provided us [UNITA] with a forum to discuss the country's many problems. Without it, it will be difficult to sustain this dialogue with the government. While the government has plans to reintegrate UNITA soldiers into society, these are just plans. What about the practicalities behind this," UNITA spokesman Marcial Dachala told IRIN.

JC spokesman Carlos Araujo announced on Friday that the UN-brokered commission, charged with implementing outstanding issues around the re-activated 1994 Lusaka Protocol, would conclude its work on 21 November.

"Most of the commission's work has been done, however, there remain a few minor details which are more administrative," Araujo told IRIN.

One of the commission's main tasks was to supervise the nomination of UNITA officials for posts of provincial, district governors, ambassadors and other state duties. This was completed in October.

Some 80,000 former rebel soldiers and more than 350,000 members of their families have been settled in 42 camps in the country, which the government plans to close by December.

The government has announced a two-year social reintegration programme which aims to resettle the ex-combatants into civilian life.

021112Londres acolhe conferência sobre Angola

"Os desafios para Angola e a comunidade internacional dentro de uma paz sustentável" é o tema de uma conferência que inicia hoje em Londres, com o objectivo de o Ocidente estabelecer uma política em relação ao país em tempo de paz.

O evento, organizado pelo fórum Angolano - Britânico, está dividido em oito sessões, em que serão abordados os desafios à volta de uma paz sustentável

em Angola, os esforços do Governo angolano na consolidação da paz, democratização em Angola, e eleições.

Hoje, vão intervir na conferência o antigo representante das Nações Unidas em Angola, Mussagy Jeichande e o antigo primeiro-ministro de Angola, França Van-Dúnem.

O ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra, José Van-Dunem, o presidente da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, a antiga secretária especial das Nações Unidas em Angola, Margaret Anstee, Isaias Samakuva, da Comissão Política da UNITA, o economista Vicente Pinto de Andrade, e Onofre dos Santos, director da Comissão Nacional das Eleições em 1992, serão outros dos intervenientes neste primeiro dia da conferência. Amanhã serão discutidos os temas relativos à economia angolana, terras, à crise interna e às pessoas deslocadas. Intervirão na sessão de amanhã o ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, o embaixador de Angola no Reino Unido, Tony da Costa Fernandes, a deputa Teresa Cohen, o embaixador do Reino Unido em Angola, John Thompson e o representante do Fundo Monetário Internacional em Angola, Carlos Leite.

Entretanto, ontem, para comemorar o Dia da Independência de Angola, o embaixador de Angola no Reino Unido ofereceu uma recepção à comunidade política em Londres, diplomatas acreditados no Reino Unido e aos amigos de Angola.

Assistiram à cerimónia, em que não houve discursos, o presidente da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, e o ministro da Hotelaria e Turismo, Jorge Valentim.

021112Revelação *Chefe de Estado fala à imprensa no final do desfile comemorativo do 11 de Novembro*

Primeiro-ministro vai ser nomeado brevemente

O próximo primeiro-ministro será nomeado “daqui a dias ou semanas,” assegurou ontem, em Luanda, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

“Já tenho o nome na minha cabeça”, disse o Chefe de Estado angolano, depois de ter participado no acto central das comemorações do vigésimo sétimo aniversário da Independência Nacional.

Na sua mensagem dirigida domingo à Nação, o estadista angolano afirmou que “com a normalização institucional da vida do Estado, já foram dados os primeiros passos para o provimento do cargo de primeiro-ministro”.

Dos Santos afirmou sentir-se bastante bem, com fé e esperança no futuro de Angola.

Opposition leader status under debate

Source:

ANGOP

Date:

November 7, 2002

Luanda, 11/07 - UN-brokered Joint Commission on Angola's peace process Thursday started debates on the status for the major opposition party leader as part of the process of national reconciliation.

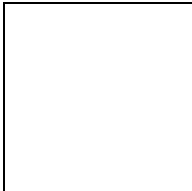
The Thursday's agenda of the Commission also includes discussions on the bill on national symbols revision and the conclusion of the electoral process whose second round for the presidentials got suspended in 1992 because of war return.

JC will also analyse the report from its gatherings of October 17, 24 and 30 which concentrated on social reinsertion of UNITA ex-militarymen.

The opposition leader status is provided for in the 1994 Lusaka Protocol of November 20 between the Angolan government and UNITA.

UNITA is currently the major opposition party with 10 seats in the parliament.

Presidential elections second round was to oppose candidates Jose Eduardo dos Santos and now defunct Jonas Savimbi.



[Back](#)

REINTEGRAÇÃO DE EX MILITARES RECOMEÇA EM 2003

08/11/2002

O general António Andrade, director do IRSEM-Instituto Nacional de Reintegração

dos Ex-Militares, assegurou a Voz da América, na cidade de Caxito, província do Bengo, que a segunda fase de reintegração dos ex-soldados terá início entre Janeiro e Fevereiro de 2003.

A referida fase vai contar com a intervenção das organizações internacionais entre elas o Banco Mundial e o programa contempla a formação, investimentos, a concessão de créditos, e de bois para o fomento da agricultura. Terá a duração de três anos.

O director do IRSEM realçou a importância do programa cuja a duração é de três anos, e abarca todos os ex-soldados tanto os apresentados como os capturados em combate. Recorde-se que a província do Bengo alberga duas áreas de acolhimento Mimbota e Santa Cruz.(MC)

Jornalista espanhol condecorado em Luanda

09/11/2002

O correspondente da agência espanhola EFE, Nicola Vadjon, foi condecorado ontem, em Luanda, com a cruz oficial da ordem de mérito civil, pelo embaixador do seu país em Angola, Manuel Pradas.

A homenagem, segundo Manuel Pradas, teve como objectivo reconhecer os méritos do jornalista, como profissional, e pelo seu empenho no reforço da cooperação bilateral entre Espanha/Angola.

O diplomata acrescentou que Nicola Vadjon é um destacado especialista na realidade da África Austral, tendo sublinhado o facto de esta cerimónia coincidir com a pacificação do país.

Disse, entretanto, que o homenageado tem uma tarefa importante porque "chegou a hora de fechar para sempre a crónica do conflito e de abrir e transmitir ao Mundo o futuro de Angola".

Por sua vez, Nicola Vadjon considerou que esta distinção não é mérito exclusivo seu, mas de muitos amigos e colaboradores com quem conviveu durante os vinte anos que trabalhou em Angola, África do Sul e RD Congo.

Frisou ainda que com o acto sente-se como um jornalista de trincheira, porque como funcionário da agência EFE tem a missão de juntar o primeiro ao segundo Mundo.

Revelou que na sua profissão sempre se sentiu um diplomata "sem segredos" e que informava tudo quanto lhe chegava ao ouvido.

A cruz oficial da ordem de mérito civil é uma distinção atribuída pelo Reino da Espanha ou individualidades por ele indicado a personalidades que com o seu trabalho tenham prestado actos de benevolência filantrópicas, sociais ou políticas.

O evento foi presenciado por embaixadores, deputados, directores de órgãos de comunicação social, escritores, jornalistas e convidados.

(Angop)

President Hands Over First House Under Nova Vida

[Angola Press Agency](#) (Luanda)

November 8, 2002

Posted to the web November 10, 2002

Luanda

Angolan President Jose Eduardo dos Santos Friday handed over the first house out of 117 already built in Luanda's Golfe suburb, under a project called Nova Vida (new life). The President also inaugurated the "Multiperfil" Clinic and the new building housing the National Institute of Geophysics and Meteorology (Inamet), in the framework of the activities marking the national independence day. The new life project foresees the construction of 2.348 houses and flats. Two hundred and twenty houses are to be built until yearend.

The last of the remaining houses will be built until December 2003 and will be handed over on a quarterly basis during the year.

According to the minister of Public Works and Urbanism, Antonio Henriques da Silva, the project is part of efforts the Government is doing in order to resolve the great housing shortage the society is facing.

Two thousand seven hundred and eight (2.708) local workers plus three hundred forty seven (347) expatriates are till now involved in the project which has so far spent over 65 million dollars.

Earlier, the President accompanied by his spouse Ana Paula dos Santos inaugurated the Van-dunen Loy Street also at Golfe suburb, Kilamba Kiayi municipality.

In line with his field activity under celebrations of the national independence day, the Head of State also inaugurated the 2nd phase of the project of betterment of water supply in southeast Luanda.

Banco Sol já concedeu micro-crédito a mais de três mil pessoas

Luanda, 09/11 - O Banco Sol, que completou um ano de existência em Outubro último, já concedeu micro-crédito a três mil 335 pessoas de baixa renda, disse hoje à Angop o director comercial desta instituição, Albino de Azevedo.

De acordo com o responsável, este produto beneficiou um total de 667 grupos. Cada grupo é formado por cinco pessoas e numa primeira fase, isto é no prazo de seis meses, recebem 500 dólares e na segunda fase este valor é duplicado.

Na terceira etapa, adiantou, a instituição está a tentar desenhar uma outra política, na qual o micro-crédito já não será em grupo, mas individual.

"Os valores para o micro-crédito individual serão altos", frisou o bancário, acrescentando que vai beneficiar pessoas que já demonstraram a sua experiência desde a primeira fase.

Albino de Azevedo disse que está em carteira, daqui a dois meses, o lançamento de novos produtos, designadamente os créditos habitacional e automóvel.

Nos primeiros meses de 2003, segundo disse, o Banco Sol vai abrir balcões na Lunda-Norte, Kwanza-Norte, Uíge e Malange, ao passo que em Luanda está previsto para o primeiro trimestre do próximo ano a abertura de duas agências, nos bairros Cazenga e Sambizanga, respectivamente.

Quanto aos recursos humanos, o bancário fez saber que a sua instituição apostou em pessoas sem experiência no ramo, deu a formação e os quadros hoje estão com capacidade para atender às exigências dos clientes.

"Na medida que o banco for crescendo, vamos continuar com a mesma filosofia: recrutar e formar para trabalhar", frisou.

O Banco Sol iniciou as suas actividades a 04 de Outubro de 2001 e possui três agências, sendo duas em Luanda e outra na província do Bengo.

Lei sobre investimentos privados está na fase final

Luanda, 10/11 - O Governo está a concluir as bases gerais do ante-projecto de Lei sobre o investimento privado, a fim de dar maior importância à produção nacional, disse hoje em Luanda o Ministro das Finanças, Júlio Bessa.

Ao falar no final de uma visita à Feira de Produção Nacional (Fenapro), o ministro acrescentou que o documento será apresentado à Associação Industrial de Angola (AIA) e a outros parceiros sociais, para ser apreciado e discutido.

De acordo com o governante, a nova lei permitirá criar um quadro legal apropriado para proteger os investimentos privados nacionais, bem como

ajudar a integração da economia angolana no mercado mundial.

Quanto às preocupações dos expositores sobre a falta de apoios e dificuldades nas suas actividades, o ministro disse que o problema se deve a existência de uma legislação económica muito antiga, mas garantiu que a questão já está no Fórum de concertação nacional, composto pelo Governo e seus parceiros económicos.

Segundo Júlio Bessa, a actual lei foi criada para o contexto de uma economia centralizada, razão pela qual se afigura necessário adequá-la à realidade actual, com vista a proporcionar maiores oportunidades à classe empresarial.

Em relação à questão se o entreposto aduaneiro inaugurado a 22 de Outubro não poderá afectar as relações entre o empresariado nacional e o Governo, Júlio Bessa salientou que o mesmo surgiu para atender as situações básicas dos cidadãos.

É necessário que apareçam actividades acessórias, como a do entreposto, para que possam ajudar os empresários, sobretudo os industriais, que têm dificuldades e necessidade de importar matérias primas, explicou.

A incorporação dos produtos de produção nacional no entreposto, segundo o ministro, será feita na segunda fase deste projecto.

No dia reservado às províncias de Luanda, Cabinda e Kwanza-Norte, deslocaram-se igualmente à Fenapro o Ministro da Energia e Aguas, Luís Filipe da Silva, o Vice-Ministro da Juventude e Desportos, Albino da Conceição, entre outros.

A Feira de Produção Nacional foi aberta no dia cinco do corrente mês e encerra a 11 de Novembro, data em que se comemora os 27 anos da Independência Nacional.

Aposta *Governador Higino Carneiro cumpriu promessa*

Fazendas inactivas são confiscadas no Kwanza Sul

O Governo do Kwanza Sul já confiscou 12 fazendas médias das 51 que o município do Wako Kungo possui. As mesmas já foram entregues a novos fazendeiros apostado na sua reabilitação, com vista a contribuírem para o desenvolvimento agro-pecuário da bacia leiteira.

As restantes 39 fazendas médias, ainda sob tutela de fazendeiros sem meios para sua reabilitação serão confiscadas dentro dos próximos dias.

Segundo o director da bacia leiteira, Raul Felizardo, o Governo local está a promover um programa de desenvolvimento agro-pecuário e industrial na Cela, visando a reabilitação das fazendas médias.

Acrescentou que “é inadmissível que os fazendeiros sem meios técnicos retenham-nas sem produzir”.

Raul Felizardo garantiu que aos fazendeiros, que perderem as suas Fazendas, lhes serão entregues outras de menor dimensão para continuarem com as suas actividades agro-pecuárias.

O director frisou que “não basta ter o título de concessão de terra sem trabalhar nela”.

Congratulou-se, por outro lado, com a recente aprovação, pelo Conselho de Ministros, do Programa de Desenvolvimento Económico da província, que envolve igualmente a bacia leiteira da Cela.

No município da Wako Kungo existem 51 fazendas médias com mais de 10 mil hectares de terra irrigados, 15 aldeamentos e 13 núcleos de povoamento.

Golfrate Group Produces Lux Soap

[Angola Press Agency](#) (Luanda)

November 6, 2002

Posted to the web November 7, 2002

Luanda

Angola's privately owned "Golfrate Group" firm has announced plans to start producing Lux toilet soaps in Luanda as from first quarter of 2003.

Commercial director Joaquim Tristao told Angop the Golfrate Group has already been licensed by "Unilever" which is the owner of the product.

Experts from that company have visited Angola and approved "our working conditions", he said.

The director added that Golfrate's soap will be of the same quality as that of the one consumed worldwide since a huge demand is expected.

With the realisation of such a project, the company which has operated in the Angolan market for seven years approximately will become the first to produce that detergent in the country.

Golfrate is one of the companies participating in the ongoing 8th national production fair (Fenapro), displaying such items as "Key" soap and other detergents, milk, biscuits and paints produced by the firm.

Sociedade civil preocupada com marcação das próximas eleições

Luanda, 05/11 - A sociedade civil está preocupada com a questão da marcação das próximas eleições em Angola, o desarmamento da população e da reintegração dos ex-soldados da Unita.

Estas preocupações foram, hoje, avançadas à Angop pelo porta-voz da Missão

das Nações Unidas em Angola (MNUA), Carlos Araújo, quando fazia o balanço dos encontros mantidos pelo presidente da Comissão Conjunta, Ibrahim Gambari, com a sociedade civil.

Hoje, Ibrahim Gambari recebeu, em separado, os dirigentes do Fórum da Organizações Não-Governamentais Angolanas, Associação para o Desenvolvimento Rural Angolano (ARDA), Mulheres para a Paz e Desenvolvimento de Angola (MPDA) e do Partido de Apoio Democrático e Progresso de Angola (PADPA).

Outras das questões apresentadas, segundo Carlos Araújo, prende-se com a questão de Cabinda, combate à pobreza e a educação cívica.

Segunda-feira, primeiro dia das audiências, o nigeriano ao serviço da ONU recebeu o consultor político Vicente Pinto de Andrade e os representantes da Associação Cívica Angolana, do Comité Inter-Eclesial para a Paz em Angola e da Caritas.

As conclusões deste processo de consultas serão analisadas numa das próximas sessões da CC. Este órgão supervisor de aplicação do Protocolo de Lusaka conta com a participação de membros do Governo, da UNITA da ONU e Troika de observadores.

A Comissão Conjunta tem agendada para o dia sete, quinta-feira, mais uma reunião. Desde o recomeço das suas sessões, este órgão tem estado a analisar as últimas questões pendentes do Protocolo de Lusaka.

Estes assuntos têm a ver com a indicação, pela UNITA, dos seus quadros que integrarão o aparelho central do Estado e a situação do processo de reassentamento dos ex-militares e seus familiares.

Oil Incomes' Balance Ready Month end

[Angola Press Agency](#) (Luanda)

November 6, 2002

Posted to the web November 7, 2002

Luanda

The government of Angola, the World Bank, the International Monetary Fund and KPMG have agreed to deliver the results of the Initial Report on Financial Diagnosis and Monitoring of State Oil Incomes by November 30, according to referral notes and information supplied by Angolan institutions and oil operators.

A document from the Finance Ministry, states that thirty days after receipt of the report, by the Angolan government, it will be published in an executive summary of the said document.

The note says the decision was taken at a meeting held on Monday in Luanda, after assessment of the mentioned works, by representatives of the Angolan government, the WB, the IMF and KPMG.

KPMG and the Technical Group of Monitoring and Implementation of the project will work on the revision of the training programme for technicians who will operate the Financial Model of Monitorization of State Oil Revenues, so as to prepare the phase of validation and implementation of the said model.

After approval of the Final Report, the government will start the second phase, which is devoted to database maintenance and monitoring of the training program for 12 months.

On the other hand, the Angolan Government and the three above mentioned institutions also agreed to present the Final Report by February 28, 2003, and the subsequent publication of the executive summary of the mentioned document.

Presidente da República inaugura projecto de melhoria de água potável

Luanda, 09/11 - O Presidente da República, José Eduardo dos Santos inaugurou sexta-feira a 2ª etapa do projecto de melhoria do abastecimento de água ao sector sudeste da cidade de Luanda, no quadro das actividades alusivas à independência nacional.

Desde sexta-feira, um milhão e seiscentas mil pessoas dos bairros da Terra Nova, Popular, Golfe I e II e da área do Zango estão a ser abastecidas com 130 mil metros cúbicos de água.

Nesta segunda etapa, irá concluir-se a extensão da rede de fornecimento de água do Benfica, entre outras acções previstas.

Quando se concluir a terceira etapa, em 2004, cerca de quatro milhões de habitantes de Luanda irão se beneficiar de 216 mil metros cúbicos de água.

O PR inaugurou ainda a rua Pedro de Castro Van-Dunen Loy, no bairro do Golfe, o projecto habitacional Nova Vida, a Clínica Multiperfil e o novo edifício do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica de Angola (Inamet).

Seguidamente, o Chefe de Estado procedeu a reabertura do parque adjacente à Assembleia Nacional (ex-heróis Chaves).

A actividade de campo do Presidente da República, que se fez acompanhar de sua esposa, Ana Paula dos Santos, insere-se no programa comemorativo dos 27 anos de independência, a assinalarem-se no dia 11 do corrente.

Presidente da República propõe Prémio Nobel de Paz para os angolanos

Luanda, 10/11 (Angop) - O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, afirmou hoje, em Luanda, que pelos sacrifícios consentidos e pela tenacidade demonstrada na procura de uma solução para o conflito armado, o povo angolano devia ser proposto e agraciado com o Prémio Nobel da Paz. Numa mensagem à Nação por ocasião do vigésimo-sétimo aniversário da Independência Nacional, a assinalar-se nesta Segunda-feira, o estadista angolano sustentou que tal distinção seria também o reconhecimento da maturidade revelada no processo de Reconciliação Nacional, "substracto da construção de uma paz sólida e irreversível".

De acordo com o presidente, apesar de ser um flagelo que destrói quase tudo, "não foi capaz de quebrar a nossa fé num futuro melhor".

"Também não conseguiu abalar a convicção que temos de que Angola é maior do que as adversidades e que a Pátria se realiza na união e no trabalho dos seus filhos, cada vez mais empenhados no firme compromisso para com a paz e a reconciliação nacional", acrescentou Dos Santos.

O Presidente referiu que nesta data "nao é somente a reafirmação da nossa autodeterminação que se põe em relevo".

"O que celebramos é também a abertura de um novo ciclo histórico que se realiza em situação de Paz", sublinhou o Chefe de Estado Angolano.

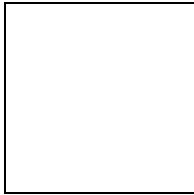
Referiu que à força do povo angolano e à riqueza dos recursos naturais de Angola se pode juntar agora a serenidade que se instaura quando se constata que nada mais pode pôr em causa o esforço colectivo para a construção do bem comum. Para o Presidente, a grande Família Angolana, até aqui dispersa por causa do conflito armado, pode enfim começar a reencontrar-se para trabalhar na realização de todas as suas potencialidades.

Frisou que a comunidade internacional "tem sabido reconhecer os nossos esforços". A ascensão de Angola à presidência da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral - SADC e a eleição do país para Membro não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas "são testemunhos inequívocos de que podemos contar com o apoio de quase todos os países nesta fase de consolidação da paz".

Pelos sacrifícios consentidos, pela tenacidade demonstrada na procura de uma solução para o conflito armado, pensamos que o povo de Angola devia ser proposto e agraciado com o Prémio Nobel da Paz, em reconhecimento também da maturidade revelada no processo de Reconciliação Nacional, "substracto da

construção de uma paz sólida e irreversível", asseverou José Eduardo dos Santos.

Unita Resumes Diamond Mining



[Mail & Guardian](#) (Johannesburg)

November 8, 2002

Posted to the web November 7, 2002

Justin Pearce

Johannesburg

As 45 countries engaged in the diamond trade this week signed a pact to stem the flow of "conflict" diamonds, former Unita soldiers in Capembe dug on

In the river at Capembe women do the laundry and children splash around while the cattle take a drink and the men dig for diamonds.

Fernando Jose Palanca puts down his pickaxe and stops for a break on top of the hill of grey mud that he and his colleagues have dug up from the river bed.

"The system is the same as before," he explains. "Last year there was no trade because of the war. But there was trade here before the war came to these areas."

A former Unita guerrilla, Palanca now lives at Capembe, in south-eastern Angola -- one of the so-called reception centres set up for former rebel fighters

and their families as part of the peace agreement signed with the Angolan government in April.

Capembe is conveniently close to the river where the men -- known as garimpeiros -- take turns hacking at the grey mud with a pickaxe, then shovelling up mounds of soil that are then washed to separate the silt from the gravel.

It was informal mining operations of this kind -- known in Angola as garimpo -- that sustained Unita's war effort after the withdrawal of direct support by South Africa and Western countries.

The area around Capembe, near Mavinga in the south-eastern province of Cuando Cubango, was particularly well located for trading diamonds across the border in Zambia. Capembe and nearby Matungo are now so-called reception centres for former Unita fighters. More than 70000 demobilised soldiers and their families live in the two areas. And the diamond business has started again.

Palanca said he had found two stones but had not sold them yet, and sounded relaxed about when he would do so.

"It depends who needs them. There are traders who move around and we can sell to them here, in the reception area. They have their channels -- they can contact people in other countries who need the stones."

Late last year, before the war ended, Angolan Deputy Minister of Mining, Antonio Sumbula, admitted that \$1-million worth of diamonds were leaving Angola illegally each day. Sumbula said only a small part of this trade was being conducted to the benefit of Unita, but independent observers had little doubt that despite United Nations-sponsored sanctions the then rebel army was benefiting substantially from the trade right up until the last months of the war.

Two months ago General Abreu Muengo Kamorteiro -- the former Unita chief of staff who is now deputy chief of staff in the Angolan Armed Forces (FAA) -- said

"the days were numbered" for former Unita soldiers who are still engaged in illegal diamond digging.

But at Capembe and Matungo, garimpo continues with the tacit approval of the officers, from both Unita and the FAA, who oversee the camps.

In 1999 the Angolan government created Ascorp, a 51% state-owned corporation with a legally enforceable monopoly on diamond transactions in the country. One of the reasons for its establishment was to assert control over the activities of the garimpeiros, at a time when the FAA was starting to win back diamond-producing areas formally controlled by Unita.

Ascorp representatives did not respond to enquiries about the situation in the Mavinga areas, but the company is reportedly trying to extend its reach into areas that remained under Unita control until the last months of the war. It is clear, however, that Ascorp has not yet reached Capembe.

The Unita officer in charge of Capembe, Colonel Raul de Almeida, seemed never to have heard of the corporation. "If someone comes along, they will sell, but there is no marketing system," he insisted.

Individual garimpeiros confirmed that they are free to sell to any willing buyer.

"I can't say exactly who is receiving money, but the trade is free," said diamond digger Justino André.

There is no apparent logic to the location of the two "reception centres". The sites are more than 40km over sand tracks from the nearest airstrip, in Mavinga, and the transport of emergency food supplies to the two camps has been one of the larger challenges faced by humanitarian organisations in Angola.

Some diplomats in Luanda have speculated that the diamond-rich rivers may have been the real reason for Unita's choice of location.

Presidente diz que pobreza será derrotada pelos angolanos

Luanda, 10/11 (Angop) - O presidente José Eduardo dos Santos reconheceu neste domingo, em Luanda, haver ainda imensas dificuldades a superar para que o povo viva melhores dias, mas garantiu que a pobreza será derrotada com a cooperação de todos os angolanos.

"Há a pobreza, que é muito grande, mas não é eterna, e isto dá-nos ânimo para combatê-la e derrotá-la", afirmou Dos Santos em pronunciamento à nação pela passagem do 27º aniversário da Independência Nacional.

Sublinhou ser preciso propiciar alimentos e abrigos, erguer e apetrechar escolas e hospitais, construir fábricas e abrir canais de irrigação.

"É preciso desminar os terrenos e reabilitar as infraestruturas para o transporte de pessoas e mercadorias e para assegurar as facilidades de comunicação", disse o Presidente da República.

Acrescentou que é necessário garantir a oferta a tempo inteiro de energia eléctrica e de água potável, para que os Angolanos possam produzir e melhorar as suas condições de vida.

Presidente da República inaugura projecto de melhoria de água potável

Luanda, 09/11 - O Presidente da República, José Eduardo dos Santos inaugurou sexta-feira a 2ª etapa do projecto de melhoria do abastecimento de água ao sector sudeste da cidade de Luanda, no quadro das actividades alusivas à independência nacional.

Desde sexta-feira, um milhão e seiscentas mil pessoas dos bairros da Terra Nova, Popular, Golfe I e II e da área do Zango estão a ser abastecidas com 130 mil metros cúbicos de água.

Nesta segunda etapa, irá concluir-se a extensão da rede de fornecimento de água do Benfica, entre outras acções previstas.

Quando se concluir a terceira etapa, em 2004, cerca de quatro milhões de habitantes de Luanda irão se beneficiar de 216 mil metros cúbicos de água. O PR inaugurou ainda a rua Pedro de Castro Van-Dunen Loy, no bairro do Golfe, o projecto habitacional Nova Vida, a Clínica Multiperfil e o novo edifício do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica de Angola (Inamet).

Seguidamente, o Chefe de Estado procedeu a reabertura do parque adjacente à Assembleia Nacional (ex-heróis Chaves).

A actividade de campo do Presidente da República, que se fez acompanhar de sua esposa, Ana Paula dos Santos, insere-se no programa comemorativo dos 27 anos de independência, a assinalarem-se no dia 11 do corrente.

Comissão Conjunta será extinta a partir de 21 deste mês

Luanda, 09/11 - A Comissão Conjunta (CC), órgão supervisor da aplicação do Protocolo de Lusaka, anunciou sexta-feira, em Luanda, a sua extinção a partir do dia 21 deste mês.

O facto foi anunciado pelo porta-voz da CC, Carlos Araújo, no final da sétima reunião extraordinária deste órgão.

O Governo e a UNITA chegaram a um acordo para encontrarem um mecanismo de continuidade das questões pendentes do Protocolo de Lusaka, particularmente o relacionado com a Reconciliação Nacional.

Na reunião de sexta-feira, a Comissão Conjunta (CC) avaliou o relatório do representante do secretário-geral da ONU em Angola, Ibrahim Gambari, sobre as suas consultas à sociedade civil.

O presidente da CC iniciou segunda-feira e terminou terça-feira o seu processo de auscultação à sociedade civil para obter contribuições para a consolidação do processo de paz. Os grupos contactados manifestaram preocupação sobre a realização das próximas eleições e o caso Cabinda.

Avaliaram também o relatório do subgrupo que trabalha no processo de reinserção dos desmobilizados e as conclusões da visita da CC à área de acolhimento de Mimbota, província do Bengo.

Integrada pelo Governo angolano, Unita, Troika de observadores e presidida pela ONU, a Comissão Conjunta tinha ainda na sua agenda, a discussão dos pontos da adiada reunião de quinta-feira.

Desses pontos constam a reconciliação nacional, informação sobre os novos signos da República, conclusão do processo eleitoral e o estatuto do líder do maior partido da oposição.

A Comissão Conjunta deverá aprovar a acta da reunião de 24 e 30 de Outubro.

As reuniões da Comissão Conjunta são presididas normalmente pelo representante do secretário-geral da ONU em Angola, Ibrahim Gambari.

Este órgão, desde o recomeço das suas sessões, analisou algumas questões pendentes do Protocolo de Lusaka que culminou com a indicação, pela Unita, dos seus quadros que integrarão o aparelho central do Estado e a situação do processo dos desmobilizados e seus familiares bem como o seu reassentamento.

Samakuva diz que Lusaka acabou

07/11/2002

O embaixador Isaías Samakuva, da UNITA, considera que o Protocolo de Lusaka deixou de existir com a declaração do Governo feita a 13 de Março passado, onde dava a conhecer os passos a seguir para a normalização da situação política do país.

Falando em entrevista a Voz da América, Samakuva disse mesmo que, independentemente do que se possa fazer no quadro do Protocolo de Lusaka, as tarefas a realizar neste momento ultrapassam o âmbito do Governo e da UNITA exclusivamente.

Membro da extinta missão externa da UNITA Isaías Samakuva diz que tanto o Governo como o Parlamento perderam já os seus mandatos e não seria sensato ignorar o papel da sociedade civil nesta fase do processo político angolano por não corresponder a realidade.

“Pessoalmente eu penso que é importante, porque há forças vivas do país que deviam participar activamente no processo de reconstrução e até do próprio ordenamento jurídico e político do país”

A propósito das áreas de acolhimento, Isaías Samakuva opôs-se a ideia do seu encerramento compulsivo e ao encaminhamento dos antigos militares para as suas aldeias de origem.

Disse que provavelmente muitos dos soldados não saberão onde fica situada a sua aldeia, porque a guerra destruiu muitas delas e fala mesmo em um pouco mais de humanismo no tratamento desta questão.

“Aqui também eu penso que precisamos de cuidado porque se não agirmos assim nós poderemos provocar outros problemas piores ainda do que a manutenção desses companheiros nas áreas onde se encontram”.

É por esta razão que Isaías Samakuva manifesta-se contrário a ideia de encerramento da Comissão Conjunta no prazo de 45 dias, porque, no seu entender, há tarefas como a desmobilização dos antigos militares da UNITA que não se podem realizar em tão pouco tempo.

A acontecer o encerramento, o dirigente da UNITA da chamada missão externa admite que o seu partido poderá ver fechar-se uma porta importante através da qual podia contactar o Governo e discutir os seus problemas.

No plano interno, o embaixador Samakuva reconhece que o seu partido mudou com o desaparecimento do seu chefe e fundador, mas tranquiliza que a UNITA está a passar por uma fase de reencontro de si mesma, sendo este um desafio a ser vencido seguramente.

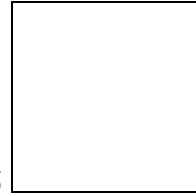
“Os dirigentes da UNITA tem um calendário político a realizar e esse calendário certamente que vai ser cumprido na medida das condições. A UNITA que os seus dirigentes e militantes vão procurar construir, é a UNITA que corresponde aos objectivos pelos quais foi criada e quero crer que apesar das dificuldades, obstáculos vários a UNITA conseguirá concretizar esses objectivos”

Samakuva parte este sábado para Londres na sua primeira missão na qualidade de secretário da UNITA para as questões eleitorais.

Eugénio Mateus.

De Beers considers return to the Congo By James Lamont in Johannesburg Published:

November 4 2002 20:35 | Last Updated: November 4 2002 20:35



De Beers, the South African diamond group, is considering a return to the Democratic Republic of Congo in anticipation of reviving its business in the country once the civil war comes to an end.

Jonathan Oppenheimer, De Beers' head of producer relations, said the company had held preliminary talks in Congo last week and Angola last month to explore mining opportunities as both southern African countries emerge from long-running civil conflict.

"Congo is an important place for future diamond production. We want to be first in. But you have fiduciary responsibilities, people and the company's good name to look after," he said.

De Beers' interest in the diamond-rich countries is a reflection of the group's intention to act more boldly than it has over the past five years in its assessment of risk in African countries.

Its talks coincide with a United Nations-led effort to attract legitimate corporate investment into African countries to help bring them stability and economic growth. The UN views multinational companies as agents of development in poverty-stricken African communities.

De Beers mines diamonds in Botswana, South Africa and Namibia and is an associate company of the London-listed Anglo American.

Anglo American has likewise said it would consider an investment in the Congo on evidence of a longer term commitment to peace.

De Beers closed its buying offices in the Congo in the October 1999, in response to market concerns about "blood diamonds" originating from conflict zones such as Angola, Liberia, Sierra Leone and the Congo.

It pulled out of Angola in May last year. The company had been in a partnership with the Angolan state diamond company Endiama. But the two had failed to come to an agreement and resolve a dispute over a loan of \$50m to Endiama.

And the concerns about conflict diamonds have not gone away.

A report released by the UN last month said the widespread pillage of the Congo's rich mineral resources continued to help fuel the war in the eastern part of the country.

The report prompted Congo's President Joseph Kabila to dismiss the head of the state mining company, Charles Okoto, and his executive in a "public-sector restructuring" last weekend.

But Mr Oppenheimer remains cautious.

"Capital runs from risk. And the perceived risks remain disproportionately high in Africa," he said.

Luanda tem nova rede de mini-mercados

Luanda, 01/11- Uma rede de mini-mercados, denominada "Rilusa-Shop" foi apresentada hoje, em Luanda, com o objectivo de prestar ao consumidor produtos alimentares sem riscos de contração de doenças.

Orçada, numa primeira fase, em 50 mil dólares, financiados pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC), as casas comerciais são propriedade da empresa de importação e exportação "Anedsan Trading Limitada".

Em declarações à imprensa, o gerente da empresa, Miguel Tarquínio, anunciou que a primeira loja será apresentada ao público, dentro de aproximadamente duas semanas, no município da Maianga.

De acordo com ele, o objectivo da empresa é pôr uma loja em cada município

da província e colaborar com a população, no sentido de informar o perigo que pode causar um alimento mal tratado.

Em relação aos preços a serem praticados, Miguel Tarquínio informou que serão competitivos e poderão ser comparados aos do mercado paralelo.

" Se nós queremos que os consumidores saiam de outros mercados para virem ao nosso, então o preço deve ser igual ou inferior ao deles", explicou.

A anteceder a apresentação da rede de mini-mercados, houve uma palestra sobre o tema "Consumo Seguro Vida Sã", dada pelo consultor da empresa Anedsan Trading, Limitada, António Chagas.

Segundo ele, a população deve ter o hábito de consumir um produto com certificado de boa qualidade.

Acrescentou que os produtos como ovos, frangos, mariscos, dentre outros expostos à venda ao ar livre, são os mais susceptíveis de causar doenças ao homem.

Aconselhou a todas as pessoas a desinfectarem sempre os produtos alimentícios, sempre que possível, para que o pior não aconteça.

Participaram no encontro membros do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec) e do Instituto Nacional de Saúde Pública, dentre outros convidados.

Documento Único entra em vigor nas províncias

Luanda, 02/11 - O Documento Único (DU) para desalfandegamento de mercadorias entrou sexta-feira em vigor nas províncias, à semelhança do que já acontecia na região aduaneira de Luanda.

De acordo com uma fonte afectada à Direcção Nacional das Alfândegas (DNA), o uso do Documento Único nas três restantes regiões aduaneiras (Lobito, Namibe e Cabinda), constitui um grande passo no sentido da extensão do processo de modernização das Alfândegas nas províncias. .

Acrescenta que a medida vai permitir a arrecadação de dados estatísticos comerciais, que servirão de base para os avanços e novos procedimentos programados para o ano de 2003. .

A introdução do Documento Único nas províncias não será ainda acompanhada do sistema informatizado. Nesta etapa, as mercadorias continuarão a ser despachadas com o sistema actual, que é manual, mas os dados estatísticos serão processados electronicamente. .

A introdução do sistema informatizado nas províncias deverá ser feita no próximo ano. .

O Documento Único, que substitui o Bilhete de Despacho, é o novo formulário a ser utilizado em todos os regimes de despachos. Ele está em uso desde Maio no Aeroporto Internacional "4 de Fevereiro" e desde princípios de Setembro no Porto de Luanda.

A introdução do DU enquadra-se no âmbito do processo de modernização das Alfândegas, que visa tornar mais célere, eficaz e transparente o processo de desembaraço de mercadorias. .

O DU consta de 53 campos codificados e anexo a este há um guia do utilizador, ou notas explicativas, que esclarecem o propósito particular de cada campo ou dado constante nele.

Benguela: Reabilitação da linha férrea Lobito-Kuito custará USD 77 milhões

Benguela, 05/11 - Setenta e sete milhões de dólares americanos é o montante disponibilizado pelo governo provincial de Benguela para a reabilitação do troço

ferroviário Lobito/Kuito, cujas obras iniciam em 2003.

O director-geral dos Caminhos de Ferro de Benguela (CFB), Daniel Quipaxi, que prestou tal informação, afirmou que, actualmente, os trabalhos prosseguem no troço Lobito/Cubal, com o desbravamento do matagal, desminagem e reposição de carris e travessas.

Uma outra brigada efectua, há cinco meses, em simultâneo, trabalhos de reparação no troço ferroviário Santa Iria/Calenga (província do Huambo), prevendo-se a sua conclusão no primeiro semestre do próximo ano.

Posteriormente, as atenções estarão voltadas para a recuperação do troço Huambo/kuito, que, na óptica de Daniel Qipaxe, as obras serão executadas em apenas quatro meses, a julgar pelo menor grau de destruição da linha férrea.

A reabilitação desta importante linha ferroviária, inoperante há mais de 10 anos, conhecerá novas perspectivas, devido ao clima de paz reinante.

A companhia conta actualmente com 13 locomotivas, enquanto que um número considerável de máquinas poderá entrar em reparação.

Para Daniel Quipaxi, uma empresa sul-africana poderá reabilitar as maquinas, após estudo e levantadmento "in loco" da actual situação das locomotivas, de forma a avaliar as vantagens da aquisição de novas ou da sua reabilitação.

Os caminhos de ferro de Benguela, numa extensão de mil 340 quilómetros, liga o porto do Lobito a fronteira leste de Angola, ligando a rede ferroviária da África Central.

Há cerca de dois anos, todo o património do CFB passou para propriedade do Estado angolano, expirados os 99 anos de contrato de concessão, atribuidos a firma que construiu o CFB.

77 Million Dollars Aside for Benguela Railway Repair

Angop November 5, 2002

Benguela

Local government in Angola's central coastal Benguela province has put aside 77 million US Dollars for repairs of the Lobito-Kuito branchline on Benguela Railways (CFB) with works starting in 2003.

According to CFB managing director Daniel Quipaxi, preliminary works which include clearing the bush, demining operations and rails restoring are currently underway on the Lobito-Cubal branchline.

Another brigade started five months ago simultaneous works to repair the Santa Iria-Calenga stretch in the neighbouring Huambo province expecting this to be concluded in the first half of 2003.

Later on, attentions will be turned on to repairs on Huambo-Kuito line and Director Daniel Quipaxe believes the works will take up not more than four months judging by the minor degree of destruction of the branch.

The peace climate reigning in the country has brought new prospects to the CFB railway after remaining dormant for more than 10 years, he said.

The company has at present 13 engines available with a number of others awaiting repairs.

Mr Quipaxe said their expectations were that a South African firm might take up the repairs after completing a survey into the current state of the machines aiming to evaluate the advantages of procuring new ones or doing the repair.

Born in the Port town of Lobito, the 1,340 kilometres lengthy CFB cuts across Angola west-eastwards to connect with the Central Africa railway network.

About two years back, the whole property of CFB became of the Angolan State after the expiry of the 99-year concession contract granted to the firm which built the railway.

BNA vai lutar contra "dolarização" da economia nacional

Luanda, 5/11 - A valorização da moeda nacional Kwanza e o estancamento do fenómeno da "dolarização" da economia angolana serão as prioridades do Banco Nacional de Angola (BNA) para os próximos tempos, anunciou hoje o seu Governador, Aguinaldo Jaime.

Para o efeito, anunciou a repreensão dos agentes económicos que recusarem o Kwanza nas suas transações, quando falava à Rádio Nacional de Angola a propósito do 26º aniversário da instituição, assinalado hoje.

"É chegada a altura de valorizarmos a nossa moeda, combatermos a dolarização da economia e reprimir algumas manifestações de agentes económicos que recusam o Kwanza quando é dado em pagamento de bens e serviços", frisou.

Destacou a mudança de estatuto daquela instituição financeira, passando de Mono-Banco para Banco Central, assim como as reformas económicas realizadas no país, desde Maio de 1999.

De acordo com a análise do governante, o sistema financeiro e cambial angolano registou uma evolução com as reformas económicas implementadas, passando de um circuito económico de "reprimimento" para um sistema liberal.

Por isso, segundo Aguinaldo Jaime afirma; "hoje temos um sistema financeiro mais credível, moderno e eficiente que está a começar a desempenhar a função que dele se espera".

Até recentemente o banco tinha todas as poupanças fora do sistema financeiro e era incapaz de atrair a poupança quer em moeda nacional como em moeda estrangeira que se encontrava na rua.

Por essa razão, os bancos estavam impossibilitados de captar poupanças e dirigi-las para o desenvolvimento da actividade económica.

Countries pledge to fight blood diamonds'

INTERLAKEN Thirty-five countries said yesterday they would on January 1 launch an international certification system aimed at stopping "blood diamonds" reaching world markets.

They made the announcement in a statement following a two-day meeting to discuss setting up the certification system under the Kimberley Process, launched in SA in 2000, to stifle trade in rough or uncut diamonds mined in conflict areas.

The diamonds are produced in areas of conflict and help finance civil wars in countries such as Sierra Leone, Angola and Democratic Republic of Congo.

"We are glad to announce to you this afternoon that we adopted the Kimberley Process certification scheme which is the outcome of two years' work," minerals and energy minister Phumzile Mlambo Ngcuka said. Mlambo-Ngcuka said the importance of the certification agreement was that from January next year consumers would be able to demand a certificate from retailers indicating that the diamonds were not conflict diamonds. Each country would devise their own penalties for retailers not complying with the system, which could include the loss of a licence or the seizure of assets.

Switzerland and SA co-chaired the meeting which involved governments of diamond trading and producing countries, and diamond industry officials.

Meanwhile, the Financial Times yesterday quoted De Beers' head of producer relations, Jonathan Oppenheimer, as saying the company had held preliminary talks last week in the Congo, and in Angola last month to explore mining opportunities as both countries emerge from conflict.

"Congo is an important place for future diamond production. We want to be first in. But you have fiduciary responsibilities, people and the company's good name to look after," he said.

De Beers closed its operations in both countries in response to market concerns about the trade of "blood diamonds". Sapa-AFP with Linda Ensor

Nov 06 2002 12:00:00:000AM Business Day 1st Edition

021107Angola prepara revisão da lei do investimento

Angola debate actualmente a revisão da sua legislação no sentido de abolir os constrangimentos ao investimento que têm existido até agora, afirmou ontem

Carlos Feijó, coordenador da comissão de revisão da legislação.

Feijó, que participava em Lisboa numa conferência sobre «Expansão da Economia Portuguesa nos Mercados Emergentes de Expressão Portuguesa em África», organizado pela revista *África Hoje*, referiu que, agora que a situação de insegurança em Angola registou «uma viragem significativa nos últimos meses », o Governo encarregou a referida comissão de definir as bases da lei do investimento privado, de novos modelos jurídicos de contratos e de um quadro legal de garantias e incentivos ao investimento.

Um dos constrangimentos existentes, salientou, era a concepção que atribuía ao Estado a quase totalidade da actividade económica, «da qual existem ainda resquícios», a par de «uma minimização das forças do mercado».

Um dos pontos em discussão é a própria designação da lei _ Lei do Investimento Estrangeiro _, havendo quem defenda que investimento nacional e estrangeiro deve ser regulamentado por uma mesma lei, «sem prejuízo das especificidades que o último deve ter», frisou Carlos Feijó.

As garantias aos investidores passam pelo respeito e protecção da propriedade, nomeadamente a proibição de confiscação dos bens das empresas e o repatriamento de capitais, temas estes que estão em discussão, a par de uma revisão das leis laborais, no sentido de que estas não sejam também um constrangimento ao próprio investimento.

A conferência foi presidida pelo ex-ministro português da Economia Ernani Lopes, que defendeu que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) contém em si um potencial de afirmação e de desenvolvimento, com vista a «sermos actores com voz própria na cena internacional». «Temos uma matriz comum de mais de meio milénio. Temos agora de a projectar numa acção futura», declarou.

O principal actor do esforço conjunto terão de ser as empresas, pois «sem

estas não há cooperação nem desenvolvimento», mas o Estado tem um «papel insubstituível» enquanto «elemento de organização e articulação» e criador de um «enquadramento estável para a actividade económica». Isto sem esquecer as populações, pois elas «são o destino final de toda a nossa acção» e não há outro objectivo que não seja o de «todos ganharem com o desenvolvimento».

E hoje, acentuou, existe «pela primeira vez desde meados do século passado» uma «janela de oportunidades» para investir que «não durará mais de 10 a 15 anos», o que acaba por ser «pouco tempo».

Ernâni Lopes garantiu ainda que «o futuro de Portugal em termos económicos e de afirmação passa por ser ou não capaz de articular os elementos Portugal, Europa, África e Brasil». Neste âmbito, defendeu a necessidade da criação imediata de um conselho empresarial da CPLP, a par da concretização de uma estratégia faseada para os próximos anos e do começo da preparação das empresas para um investimento em África.

Jurista advoga importância da Lei do investimento

Lisboa, 07/11 - O assessor da Presidência da República de Angola para os Assuntos Regionais e Locais, Carlos Feijó, considerou quarta-feira, em Lisboa, que a lei do investimento deve ser uma peça estratégica na tecnologia institucional de reconstrução económica.

O jurista angolano advogou este princípio, ao intervir na primeira conferência organizada pela Revista África, subordinada ao tema "Expansão da Economia Portuguesa nos Mercados Emergentes de África", que encerrou no mesmo dia, num dos Hotéis da capital lusa.

Estes e outros pormenores técnicos, constituem na óptica do conferencista, aspectos a ter-se em conta na elaboração da futura lei de investimento no país, no evento que teve como principal motivo a aproximação das economias emergentes dos países africanos de expressão portuguesa.

De acordo com Carlos Feijó, a referida Lei deve ser igualmente adaptada ao regime legal angolano e as necessidades jurídicas do investimento.

"Uma boa Lei de investimento não é suficiente para atrair investidores, é por isso necessário, que para além de um ambiente macro-económico aceitável, que funcione também como um verdadeiro sistema", disse.

Para um eficaz funcionamento, sugeriu, dentre outros, a necessidade da criação de mecanismos adequados que vão desde as infraestruturas, a desburocratização dos processos de legislação laboral, para além de um sistema financeiro e bancário funcional.

Durante a sua intervenção, Carlos Feijó abordou aspectos que se prendem com a necessidade de incentivos, como são a isenção de impostos sobre o rendimento das actividades por um período variável a contar da data do início de actividades, isto em certas áreas ou zonas, a determinar por Lei.

Falou igualmente do regime de investimento, do controlo do investimento, bem como dos princípios da entrada e saída livre de capitais, mecanismos que deverão regular o investimento no país.

Por seu turno, o adido Comercial da Embaixada de Angola em Portugal, Filomeno Ceitas, admitiu, na oportunidade, que a estabilização económica, a reconstrução e o desenvolvimento do país surgem de forma decisiva como grandes desafios que se impõem no país.

Para o diplomata, a conclusão das tarefas políticas, no âmbito do Protocolo de Lusaka, vão clarificar o caminho para a consolidação da democracia e a opção por uma economia de mercado.

Contudo, considerou que estes avanços não irão de forma alguma fazer abdicar do forte pendó social que se deverá assumir.

Na ocasião, esclareceu através de dados clarividentes alguns dos aspectos que o programa do governo irá preconizar nos próximos três anos com destaque para a estratégia de combate a pobreza previsto para os anos 2003/2004.

A conferência reuniu diplomatas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Cplp), outros convidados e empresários portugueses.

Governo exorta à conclusão do Protocolo de Lusaka e Reforma Constitucional

Luanda, 01/11 - O Governo angolano reiterou a necessidade da conclusão do Protocolo de Lusaka e da reforma constitucional em curso no país, por serem uns dos pressupostos para a materialização da democracia em Angola.

Este pronunciamento está expresso num documento do governo tornado público por ocasião das celebrações do dia 11 de Novembro, data da independência nacional, que hoje se iniciaram no país.

"A perspectiva da conclusão do Protocolo de Lusaka e da reforma constitucional prevista para os próximos tempos marcará, certamente, uma nova fase da vida democrática em Angola" - segundo lê-se no documento.

Para o governo, a partir destes pressupostos estarão reunidas as condições para a materialização definitiva do processo democrático angolano ao se garantir o funcionamento normal das instituições e a periodicidade da consulta aos cidadãos, através da realização de eleições regulares.

De acordo com executivo angolano, a consolidação da paz vai contribuir para a estabilidade política, económica e espiritual, assim como criará as condições indispensáveis à captação do necessário investimento nacional e estrangeiro.

Consequentemente - salienta-se no comunicado - irá promover a iniciativa privada e a concepção de programas de desenvolvimento por parte das instituições internacionais.

No âmbito das comemorações 27º aniversário do Dia Nacional, o governo reitera a sua firme disposição de continuar fiel aos ideais da independência.

"Estaremos mobilizados para o êxito das tarefas da reconstrução do país, promovendo uma cultura de paz, de tolerância e reconciliação nacional" - sublinha.

Estimular o patriotismo e o sentimento de solidariedade, participando com sentido patriótico e entusiasmo nas actividades alusivas à efeméride é outro aspecto avançado pelo governo angolano.

Apela a todas "forças vivas da nação" a fazerem desta data uma jornada de reflexão sobre a contribuição que cada angolano deve dar para a consolidação da paz, à reconstrução e ao desenvolvimento multifacético do país.

"Estamos convictos que, com a determinação e engajamento de todos os angolanos patriotas, Angola ocupará rapidamente o seu devido lugar no concerto das nações em pleno progresso e desenvolvimento.

Na opinião do governo, "todos os angolanos têm a consciência de quão difícil é o caminho que temos de percorrer para a reconstrução de um país tão vasto e completamente dilacerado por um longo conflito militar".

Neste sentido, exorta a população a mobilizar-se em torno da unidade e reconciliação nacional, engajando toda a sociedade para estimular o patriotismo e promover uma verdadeira cultura de paz e de tolerância.

O governo angolano anunciou também que vai continuar a mobilizar todas as forças vivas da nação com vista a implementação de programas para a melhoria gradual das condições de vida da população.

"Terminado o conflito armado que condicionava o desenvolvimento do país, o

governo fará tudo para acabar com a fome e a miséria, bem como criará as condições para um maior combate às doenças" - garante

Leia na íntegra discurso do Presidente José Eduardo dos Santos no Bié

Muito Obrigado

Senhor Governador da Província do Bié, Ilustres Autoridades Políticas Administrativas, Senhores Representantes das Associações, Ilustres Membros do Governo Central que me acompanham, minhas Senhoras, meus Senhores. Senhores Governadores das províncias do Huambo, Benguela e do Kwanza-Sul e Representações destas Províncias que os acompanham.

Eu gostaria de começar esta minha intervenção apresentando a todos vós aqui concentrados nesta praça os meus mais sinceros agradecimentos por esta recepção calorosa.

Diz-se que as autoridades politico-administrativas de qualquer país quando organizam as suas manifestações podem forçar as pessoas a irem para uma praça, a irem para uma estrada, para saudar, acenar aos seus ilustres visitantes, mas ninguém pode obrigar as pessoas a sorrir, nem a gritar; eu vejo que os senhores gritam, os senhores sorriem e até riem. É uma manifestação de alegria, de satisfação e nós estamos muito contentes por isso.

Muito Obrigado

Eu experimento ao mesmo tempo um sentimento de alegria e de tristeza. Alegria porque já o disse que estamos todos juntos aqui neste reencontro, depois de muitos anos que uma delegação tão importante do governo central

não vinha à província do Bié, à cidade do Kuito.

Mas tristes por causa do que estamos a ver hoje aqui na nossa cidade.

Meus Caros amigos e Compatriotas!

Nós observamos as ruas, observamos os prédios administrativos e outros, as casas em que as pessoas vivem nesta cidade; dá a impressão que por aqui passou um furacão, e a impressão que temos é um sentimento de choque e de muita tristeza por vermos as paredes perfuradas pelas balas, paredes destruídas, ruínas, escombros em todo lado.

Meus Caros compatriotas tudo isso!

É o resultado de disputas políticas ou partidárias, de desavenças, discórdias, de exacerbação, de ânimos, de ódio que durante muito tempo marcou a luta política do nosso país, por meios inadequados, pela violência. Nós felizmente viramos esta página.

Caros amigos e compatriotas!

Nós viramos esta página, abrimos um outro capítulo da nossa história e nesta fase estamos todos empenhados em travar a luta política, as disputas partidárias por via pacífica, por métodos pacíficos. Estamos empenhados em trabalhar para a Reconciliação Nacional e fazêmo-lo em torno de certos valores. São valores sagrados que nós defendemos sempre desde os primórdios da nossa independência. É a Unidade Nacional, a Reconstrução Nacional, na base da igualdade, na base do respeito pela diferença, na base da solidariedade, na base da justiça, na base da justiça social. São estes valores da liberdade, igualdade, solidariedade e justiça que nos vão guiar para cimentar cada vez mais a Unidade Nacional, a Reconciliação Nacional como condições essenciais para reconstruirmos o nosso país e construirmos um futuro seguro e próspero para todos os angolanos. Esta tarefa da Reconstrução Nacional é uma tarefa

urgente e é uma tarefa gigantesca.

Temos consciência que não podemos resolver todos os problemas num só dia, num só mês, nem mesmo num só ano, mas o que nos interessa é começar. E viemos ao Kuito, como já fomos às outras províncias começar, para aqui também começar o processo de Reconstrução Nacional.

As estradas estão esburacadas e danificadas, as pontes estão destruídas, as pessoas querem circular e não podem circular, o sistema de captação, tratamento e distribuição de água em muitas partes foi destruído.

As instalações de saúde, as escolas também foram destruídas em muitas partes do território nacional. Temos pela frente este trabalho de começar a reconstrução. O Governo Central veio cá trabalhar com os governos das províncias do Bié, do Huambo, do Kuanza-Sul e de Benguela para analisar e aprovar programas com projectos concretos, para começarmos a reabilitar as vias, reabilitar as escolas, reabilitar os postos médicos e os hospitais, melhorar o sistema de abastecimento de água e energia etc. etc..

O que viemos fazer aqui é muito importante, porque nós sabemos que as pessoas querem trabalhar, os camponeses querem cultivar a terra mas precisam de circular, precisam de receber adubos, precisam de tractores e, é evidente, que o senhor ministro da Agricultura, o senhor ministro das Obras Públicas eles têm esta incumbência, o senhor ministro das Obras Publicas está a adquirir os equipamentos para criarmos as brigadas de reparação de estradas.

O senhor ministro da Agricultura tem a incumbência de resolver o problema dos fertilizantes, pôr aqui adubos, pôr aqui fertilizantes, trazer aqui as sementes para que os nossos camponeses possam trabalhar, melhorar as suas condições de vida, mas também produzirem mais para alimentar esta região e outras regiões do país.

Temos um problema. A província do Bié está no interior, não tem acesso ao mar, muitos dos bens que nós utilizamos, os equipamentos, os instrumentos de trabalho não são produzidos em Angola. Temos que importar de outros países e têm que entrar pelos nossos portos. O porto que serve a província do Bié fica na província de Benguela.

Ora nós precisamos de reabilitar o Caminho de Ferro de Benguela e é esta a tarefa que tem o Ministério dos Transportes, o mais depressa possível reabilitar o Caminho de Ferro de Benguela.

Meus caros amigos e compatriotas!

Eu comecei esta minha intervenção com uma breve referência à cidade do Kuito. A cidade do Kuito tem que ser reconstruída, nós temos o dever de, desde hoje, começar a trabalhar para fazer desta cidade mais bonita do que ela foi antigamente.

O Kuito é uma cidade que foi bela e ela se encontra no centro de Angola, aqui está o coração de Angola, nós temos que cuidar bem do nosso coração, para ser forte e pujante. O governador da província do Bié apresentou-nos um plano para a reabilitação, reconstrução da cidade do Kuito. Nós vamos prestar a máxima atenção a este plano, vamos procurar executá-lo de forma expedita. Já transmitimos algumas ideias ao senhor governador e às autoridades da província e a nível do governo central. Nós nos vamos organizar rapidamente para que tão depressa quanto possível possamos começar a mudar a face desta nossa bela a cidade do Kuito.

Eu peço a todos os habitantes do Kuito, a todos os habitantes desta província do Bié que apoiem as autoridades do governo provincial, as autoridades municipais. Os programas que nós aprovamos são programas concretos e muitos sérios, só podem ser implementados se cada um a seu nível assumir as suas responsabilidades. Precisamos de trabalho e da participação de todos. O governo vai realizar alguns investimentos no âmbito de investimentos públicos.

Estes investimentos vão servir para criar mais empregos. Assim, vamos poder dar mais trabalho a mais pessoas, mas também lançamos um apelo a todos os empresários privados para que eles acreditem nesta província, acreditem nas províncias do Kuanza-Sul, do Huambo, de Benguela. Também têm programas que acabamos de aprovar. Para que eles realizem também os seus investimentos, possam criar novos postos de trabalho, criar mais riqueza, pois só tendo mais riqueza nós também teremos mais dinheiro para distribuir a todas as populações, melhorando assim através do salário as condições de vida de cada um.

Meus caros amigos e compatriotas!

Nós estamos num momento histórico que coloca muitos desafios a nossa inteligência, a nossa sabedoria, a sabedoria dos mais velhos, vejam só, nós, apesar da guerra, temos tido índices de crescimento da nossa população muito elevados. Dizia-se que em 1975 nós éramos cerca de cinco milhões de habitantes em todo o país. Hoje, as estatísticas já dizem que somos mais de 12 milhões de habitantes. Ora, a nossa população cresce rapidamente, mas a produção das riquezas das nossas empresas, até o sector privado, sector público não cresce na mesma velocidade. Ora, se nós produzimos cada vez menos riqueza e crescemos cada vez mais em termos populacionais ficamos cada vez mais pobres.

O nosso dever é trabalhar para aumentar a riqueza. Cada um, no seu posto de trabalho, deve ter a consciência de que todos nós somos poucos. Apesar dos sacrifícios consentidos durante a guerra, ainda precisaremos de trabalhar, trabalhar muito para que melhorem as nossas condições de vida, ninguém vai trabalhar por nós, cada um de nós é que tem que trabalhar para a dignificação própria e para o engrandecimento de Angola. A guerra tornou-nos mais pobres, nós próprios produzimos cada vez menos, porque tivemos muitas dificuldades, a população cresceu muito e ficamos ainda mais pobres.

Agora temos que fazer um esforço para direccionar todas as nossas acções

para erradicarmos a pobreza e combater a fome até que ela acabe totalmente. Então, neste esforço para a execução deste programa para erradicar a pobreza e combater a fome até ela acabar, o governo está a fazer a sua parte; agora, é preciso que cada trabalhador, cada camponês, cada empresário, cada intelectual faça igualmente a sua parte, porque todos juntos seremos fortes e vamos vencer esta outra guerra que temos de acabar com a pobreza e erradicar a miséria.

O governo não pode fazer tudo sozinho, o governo tem algum dinheiro e eu penso que os senhores sabem muito bem donde é que provem este dinheiro, porque há muita gente que pensa que o governo produz dinheiro no Banco Central, para poder distribuir de qualquer maneira. Não é bem assim. O dinheiro que o governo tem arrecada dos impostos, os impostos são pagos por todos aqueles que trabalham, os que trabalham e pagam um imposto de rendimento de trabalho. Estes impostos são pagos pelas empresas públicas ou privadas e o governo ainda pode ter receitas das suas empresas públicas, aquelas que produzem bens podem vender no mercado interno ou exportar.

Este dinheiro todo dos contribuintes e algumas receitas que o governo tem é que constitui o orçamento que o governo apresenta à Assembleia Nacional para executar os programas que aqui discutimos, aprovamos e os que aprovamos no Governo Central e que a Assembleia Nacional vai aprovar certamente no mês de Dezembro. E é neste orçamento onde estão todos estes dinheiros, que cuja fiscalização de execução é feita pelo Parlamento, e todos os anos o governo é obrigado a prestar contas destes dinheiros. Portanto, não há nenhuma varinha mágica que dá dinheiro ao governo. Portanto, o governo é do povo, o governo é dos contribuintes e ele, naturalmente, gasta consoante os programas que são aprovados. Mas há uma coisa para a qual gostaria de chamar a vossa atenção, a muitos angolanos que estão em situações difíceis o que isso quer dizer. Quanto menos se trabalha menos dinheiro o governo também tem. Significa que se as populações forem pobres o governo não pode ser rico, o governo também tem que ser pobre.

Mas eu estava a dizer que há algumas pessoas, alguns compatriotas nossos que estão em situação difícil. Temos deslocados de guerra, temos os ex-militares da Unita que estão nas zonas de acolhimento. Ora, muito desses nossos compatriotas que estão em zonas de acolhimento ou estão em campos de deslocados estão impossibilitados de trabalhar. Eles recebem assistência, ajuda do governo, o governo gasta dinheiro com eles. Este dinheiro é naturalmente retirado do Orçamento Geral do Estado, é dinheiro dos contribuintes, é dinheiro daqueles que trabalham.

Por isso, esses nossos compatriotas que estão nos campos de deslocados, estão nas áreas de acolhimento, estão a ser assistidos pelo governo, no fundo estão a ser assistidos pelo povo, por todos aqueles que trabalham. Eles têm que ter o dever moral, dever moral de rapidamente se desembaraçarem desta situação para também trabalharem e contribuírem para o todo nacional.

Eu acho que todos compreenderam bem o que eu quis dizer, nós temos que viver do nosso próprio esforço, quem não vive do seu esforço pode ser considerado de parasita, isto não é bom.

Eu Tive a liberdade de falar assim para com as populações do Kuito, para o povo do Bié, porque eu sei que aqui há povo trabalhador, gosta da enxada, ter um bom tractor, ter adubo, cultivar a terra e produzir. É gente de trabalho e com gente de trabalho é assim que se fala, e com preguiçoso temos outros discurso.

Bom, meus caros amigos, já me ouviram durante muito tempo; eu agradeço a vossa atenção; eu vi na cara de todos a ouvirem as minhas palavras e eu estou muito satisfeito; o governo conta com o vosso apoio, conta com o vosso trabalho,

Um abraço de coração à todos

Gambari termina auscultação a membros da sociedade civil

Luanda, 06/11 - O presidente da Comissão Conjunta (CC) Ibrahim Gambari, terminou hoje o ciclo de auscultação que vinha mantendo, desde segunda-feira, com representantes da sociedade civil a fim de obter contribuições para a consolidação do processo de paz no país.

Ibrahim Gambari obteve de presidentes de partidos políticos, organizações profissionais e não-governamentais, assim como de representantes de igrejas, contribuições sobre o processo de paz e reconciliação nacional, a luz do fim da guerra em Angola, ocorrido em Abril último.

De acordo com o porta-voz da Comissão Conjunta (órgão supervisor da aplicação do Protocolo de Lusaka), Carlos Araújo, todas estas entidades mostram-se preocupadas com a questão da marcação das próximas eleições, o desarmamento da população civil, reinserção dos ex-soldados da Unita e a situação em Cabinda.

O problema nas áreas de acolhimento, a criação de um sistema judicial independente, a necessidade de se organizar um debate nacional, o combate à pobreza e a educação cívica das pessoas também foram assuntos de preocupação.

Estas consultas, de acordo com o porta-voz, enquadram-se na preocupação muitas vez já manifestada pelo Secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, de congregar a sociedade civil na resolução de problemas em países em conflito.

Carlos Araújo explicou que muitas das contribuições apresentadas serão levadas a CC para debate e algumas delas poderão constar do relatório final desta órgão.

La police disperse des réfugiés protestant contre leurs conditions de vie

LUANDA, 5 nov (AFP) - La police angolaise a dispersé mardi une cinquantaine de réfugiés qui s'étaient rendu au parlement pour réclamer aux députés une amélioration de leur situation, accusant le HCR de les avoir "privés de conditions de vie décentes", a constaté un correspondant de l'AFP.

En dépit d'une intervention de la police, des ressortissants du Congo-Kinshasa, Congo-Brazzaville, Rwanda et Soudan ont réussi à déposer une lettre devant la Commission chargée des droits de l'Homme auprès du Parlement angolais.

Dans cette lettre, ils accusent le Haut commissariat de l'ONU aux réfugiés (HCR) de les avoir "privés de toutes conditions de vie décentes, de l'eau potable et d'abris".

Repoussés par la police, ils ont ensuite quitté la cour du parlement et marché dans les rues de Luanda.

Ces réfugiés se sont installés devant le siège du HCR dans le centre-ville depuis le 9 août où, femmes, bébés, jeunes et vieillards passent la nuit à la belle étoile, pour protester contre cette agence de l'ONU.

Dans une lettre remise aux députés, ces réfugiés estiment que "la seule solution durable à trouver est celle de la réinstallation" dans un autre pays africain, conformément à la Convention de Genève sur les réfugiés.

"Nous ne demandons pas un rapatriement vers nos pays d'origine. Il faut que cela soit clair, car la Convention de Genève prévoit la liberté de choix", ont écrit ces réfugiés dans la lettre.

Ces réfugiés avaient été placés par le HCR dans un camp d'hébergement à Kifangondo, à une vingtaine de km au nord de Luanda, il y a quelques semaines.

"Cet endroit ne remplit aucune des conditions" nécessaires pour vivre, selon les termes de la lettre.

Les réfugiés avaient écrit récemment au gouvernement et au président angolais, José Eduardo dos Santos, ainsi qu'à l'ONU pour tenter d'expliquer leur situation.

Cabinda: l'armée a pris le fief des rebelles du FLEC-FAC (source militaire)

LUANDA, 4 nov (AFP) - L'armée angolaise a pris le fief de la rébellion séparatiste cabindaise du FLEC-FAC, à Nekuto, après plusieurs mois d'opérations dans l'enclave de Cabinda, qui produit l'essentiel du pétrole angolais, a indiqué lundi à Luanda un responsable militaire.

La place-forte de Nekuto s'étend dans une zone dense et humide de forêt équatoriale de Mayombe dans la commune du même nom, qui est le chef-lieu de la municipalité de Bucu-Zau, dans l'est de Cabinda.

Selon un conseiller militaire de haut rang des Forces armées angolaises (FAA) s'exprimant sous couvert d'anonymat, l'offensive des FAA cherchait à créer un climat pouvant pousser les séparatistes cabindais à négocier la paix.

"Il s'agit d'une action de pression visant à ramener le FLEC au dialogue", a affirmé l'officier.

Depuis le début d'une nouvelle offensive de l'armée il y a quelque mois contre le Front de Libération de l'Enclave du Cabinda (FLEC-FAC), le gouvernement de Luanda a gardé un mutisme complet sur les opérations militaires en cours dans la province. Le FLEC-FAC est une des factions armées du FLEC.

Des officiers de haut rang et des soldats de l'armée angolaise ont cependant émis lundi des messages d'encouragement aux troupes depuis le fief de Nekuto sur les ondes de la radio d'Etat, dans une "émission spéciale" du programme Hora Certa (Heure juste).

"Je suis le chef des troupes et ma santé est parfaite", a déclaré un lieutenant-colonel, se présentant comme le "commandant de toutes les troupes établies au front" au Cabinda. Son nom n'a pu être capté en raison d'un brouillage sur les ondes de la radio. Un autre officier, le lieutenant-colonel Gilberto César, a annoncé que les troupes sous son commandement étaient "en bonne forme" et qu'elles termineraient leur mission dans un "bref délai". Certains soldats ont cité les noms des généraux Lucio et Mendes, qui seraient "les grands architectes de cette lutte pour la paix à Nekuto". Plusieurs hommes affirmant appartenir au "bataillon Simione Mukune", une troupe d'assaut de l'armée, ont envoyé des messages à leurs parents à cette occasion. "Je rentrerai bientôt", a promis sur les ondes le soldat Janeiro Kamoxi, originaire de Malanje (400 km à l'est de Luanda), à son père Pedro Kamoxi. Un officier des FAA, un lieutenant-colonel identifié comme "M. Jojo", a adressé de son côté "un message de salutations à (son) épouse Luisa Vicente à Luanda". "Je n'oublie pas non plus mes fils qui étudient au Portugal", a-t-il ajouté. Située entre le Congo et la République démocratique du Congo, l'enclave de Cabinda n'a pas de frontière terrestre avec le reste de l'Angola. Avec l'offensive en cours, le gouvernement angolais cherche à rétablir la paix sur l'ensemble du territoire, six mois après avoir forcé l'ancienne rébellion de l'Union nationale pour l'indépendance totale de l'Angola (UNITA) à signer un accord de cessez-le-feu qui a mis fin à une guerre civile de 27 ans. Mi-octobre, un porte-parole du FLEC avait affirmé que l'armée angolaise préparait une offensive d'envergure à Cabinda depuis la RDC.

Embaixador Juan Larrain está em Luanda

O presidente do Comité do Mecanismo de Supervisão das Sanções contra a UNITA, embaixador Juan Larrain, reuniu-se ontem em Luanda com o vice-ministro das Relações Exteriores, Georges Chicoty, e com o presidente da Comissão Conjunta, Ibrahim Gambari.

Source: Agence France-Presse (AFP)

Date: 5 Nov 2002

Countries pledge to wipe out trade in "blood diamonds"

INTERLAKEN, Switzerland, Nov 5 (AFP) - Fifty-two countries on Tuesday announced that they had formally adopted an international certification system to take effect progressively from January 1 aimed at stopping "blood diamonds" reaching world markets.

They made the announcement in a written statement following a two-day meeting here to discuss setting up the certification system under the Kimberley

Process, launched in South Africa in 2000, to stifle trade in rough or uncut diamonds mined in conflict areas.

Forty-six countries said they would implement the scheme on January 1, 2003, while six countries - Cyprus, Czech Republic, Japan, Malta, Thailand and Ukraine -- which have only recently joined the Kimberley Process, pledged to set it up by the end of 2003.

The diamonds are produced in areas of conflict and help finance civil wars in countries such as Sierra Leone, Angola and Democratic Republic of Congo.

"We are glad to announce to you this afternoon that we adopted the Kimberley Process certification scheme which is the outcome of two years' work," South African Energy Minister, Phumzile Mlambo Ngeuka, told reporters.

Switzerland and South Africa co-chaired the Swiss meeting which involved governments of diamond trading and producing countries, as well as officials of the diamond industry.

The Kimberley Process is supported by the United Nations and more than 35 participating countries -- including those of the Southern African Development Community and the European Union, Switzerland, the United States, as well as the diamond mining and cutting industries.

pac/kjm/lt AFP

Source: Agence France-Presse (AFP)

Date: 5 Nov 2002

Countries pledge to wipe out trade in "blood diamonds"

INTERLAKEN, Switzerland, Nov 5 (AFP) - Fifty-two countries on Tuesday announced that they had formally adopted an international certification system to take effect progressively from January 1 aimed at stopping "blood diamonds" reaching world markets.

They made the announcement in a written statement following a two-day meeting here to discuss setting up the certification system under the Kimberley

Process, launched in South Africa in 2000, to stifle trade in rough or uncut diamonds mined in conflict areas.

Forty-six countries said they would implement the scheme on January 1, 2003, while six countries - Cyprus, Czech Republic, Japan, Malta, Thailand and Ukraine -- which have only recently joined the Kimberley Process, pledged to set it up by the end of 2003.

The diamonds are produced in areas of conflict and help finance civil wars in countries such as Sierra Leone, Angola and Democratic Republic of Congo.

"We are glad to announce to you this afternoon that we adopted the Kimberley Process certification scheme which is the outcome of two years' work," South African Energy Minister, Phumzile Mlambo Ngeuka, told reporters.

Switzerland and South Africa co-chaired the Swiss meeting which involved governments of diamond trading and producing countries, as well as officials of the diamond industry.

The Kimberley Process is supported by the United Nations and more than 35 participating countries -- including those of the Southern African Development Community and the European Union, Switzerland, the United States, as well as the diamond mining and cutting industries.

pac/kjm/lt AFP

Copyright (c) 2002 Agence France-Presse

Received by NewsEdge Insight: 11/05/2002 11:59:17

Aposta *Governador Higino Carneiro cumpriu promessa*

021106Fazendas inactivas são confiscadas no Kwanza Sul

O Governo do Kwanza Sul já confiscou 12 fazendas médias das 51 que o município do Wako Kungo possui. As mesma já foram entregues a novos

fazendeiros apostado na sua reabilitação, com vista a contribuírem para o desenvolvimento agro-pecuário da bacia leiteira.

As restantes 39 fazendas médias, ainda sob tutela de fazendeiros sem meios para sua reabilitação serão confiscadas dentro dos próximos dias.

Segundo o director da bacia leiteira, Raul Felizardo, o Governo local está a promover um programa de desenvolvimento agro-pecuário e industrial na Cela, visando a reabilitação das fazendas médias.

Acrescentou que “é inadmissível que os fazendeiros sem meios técnicos retenham-nas sem produzir”.

Raul Felizardo garantiu que aos fazendeiros, que perderem as suas Fazendas, lhes serão entregues outras de menor dimensão para continuarem com as suas actividades agro-pecuárias.

O director frisou que “não basta ter o título de concessão de terra sem trabalhar nela”.

Congratulou-se, por outro lado, com a recente aprovação, pelo Conselho de Ministros, do Programa de Desenvolvimento Económico da província, que envolve igualmente a bacia leiteira da Cela.

No município da Wako Kungo existem 51 fazendas médias com mais de 10 mil hectares de terra irrigados, 15 aldeamentos e 13 núcleos de povoamento.

Balanço das receitas petrolíferas ficará pronto no final deste mês

Luanda, 06/11 - O Governo de Angola, o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e a empresa de consultoria KPMG comprometeram-se a entregar até 30 desse mês os resultados do relatório inicial sobre o Diagnóstico Financeiro e Monitorização das Receitas Petrolíferas do Estado.

Segundo nota de imprensa do Ministério das Finanças (MINF), trinta dias após a recepção do relatório, pelo Governo angolano, será publicado um sumário executivo do referido documento.

A nota refere que a decisão foi tomada no termo de uma reunião mantida, segunda-feira, em Luanda, depois da avaliação dos referidos trabalhos, entre representantes do Governo angolano, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e da KPMG.

A KPMG e o Grupo Técnico de Acompanhamento e Implementação do projecto deverão trabalhar na revisão do programa de formação dos técnicos operadores do Modelo Financeiro de Monitorização das Receitas Petrolíferas do Estado, de forma a preparar a fase de validação e implementação do referido modelo.

Após a aprovação do relatório final, pelo Governo, iniciar-se-à a segunda fase, que se consubstancia na manutenção da base de dados e acompanhamento da formação, por um período de 12 meses.

O Governo angolano e as três instituições comprometeram-se, por outro lado, a proceder à entrega do Relatório Final, até 28 de Fevereiro de 2003, seguindo-se a publicação do sumário executivo do referido documento.

Amid the military downsizing and increasing number of small conflicts that followed the end of the Cold War, governments turned increasingly to private military companies – a recently coined euphemism for mercenaries – to intervene on their behalf in war zones around the globe. Often, these companies work as proxies for national or corporate interests, whose involvement is buried under layers of secrecy. Entrepreneurs selling arms and companies drilling and mining in unstable regions have prolonged the conflicts.

A nearly two-year investigation by the Center for Public Integrity's International Consortium of Investigative Journalists has also found that a handful of individuals and companies with connections to governments, multinational corporations and, sometimes, criminal syndicates in the United States, Europe,

Africa and the Middle East have profited from this war commerce – a growth industry whose bottom line never takes into account the lives it destroys.

Read more on this subject in ICIJ's 11-part series, "Making a Killing: The Business of War."

Angolan oil millions paid into Jersey accounts

Regime tries to hush up payments as journalists uncover cash haven

David Leigh
Monday November 4, 2002
[The Guardian](#)

Hundreds of millions of pounds supposedly being paid by western oil companies to the government of Angola have been discovered going into secret offshore accounts in Jersey.

The Lloyds TSB offshore accounts in the name of the Angolan state oil company, Sonangol, include cash payments by the companies to the government in return for exploration permits in the booming Angolan deep water oil fields.

The Angolan government - faced with growing international pressure on oil firms to disclose these huge "signature bonus" payments - has been strenuously trying to keep the amounts secret.

The existence of the Jersey accounts has been discovered by two Washington-based members of the International Consortium of Investigative Journalists, Laura Peterson and Philip van Niekerk, who are due to publish their detailed findings in the US today.

It is estimated that - quite apart from normal oil revenues and taxes - almost £800m has been scooped up in the last three years by the regime of President Dos Santos by auctioning exploration blocks off the west African coast.

The BBC this month quoted a leaked study by the IMF alleging that in 2001 alone around £600m had apparently disappeared from the state's coffers, although the Angolan government said as far as it was aware no money had disappeared.

The IMF report, which Angolan ministers described as "slandorous", singled out the state oil company, alleging: "Reported revenues from Sonangol cannot easily be reconciled with its share of oil receipts ... further complicating the monitoring of oil revenues from Sonangol, the company assumed complete control of foreign currency receipts from the oil sector, and stopped channelling them through the central bank."

The Angolan regime has repeatedly come under fire over allegations of corruption and under-the-counter arms deals which it has always denied. The London-based group Global Witness calls the situation "wholesale state robbery".

Its director, Simon Taylor, said yesterday that the role of the British bank was also key: "This parallel economy is not accountable. Lloyds TSB may have inadvertently ended up allowing this process to go on."

His group, along with international financier George Soros, are mounting a Publish What You Pay campaign. So far only the British oil giant BP has cooperated.

When it disclosed a signature bonus payment of approximately £75m, however, Sonangol threatened it and other oil firms with reprisals.

The Jersey bank statements show the way that Texas-based Marathon Oil made dollar payments of its own £28m signature bonus in three instalments.

For example, on July 15 2000 the firm sent US\$13,717,989.31 to a Sonangol account in the Channel Isles. The cash was immediately transferred to another Sonangol account in an unknown location. Although such payments are not prohibited there is a call for greater transparency.

The Jersey accounts handled about £100m in the three month period in which that Marathon payment is recorded. Much of the other money that flowed in appeared to be loans obtained from Swiss banks. UBS paid over £24m in that quarter alone.

Angola is also accused of mortgaging future oil production by running up debts on huge oil-backed loans, which then disappear. To guarantee they get their money back foreign banks have arranged some of the offshore accounts as trust systems into which oil receipts can be paid directly.

Sonangol's chief executive, Manuel Vicente, says that it was to maintain foreign investment that the government opened up a series of bank accounts outside Angola. Other accounts are in Switzerland and Portugal, he says. He denies the accounts were operated improperly.

Jersey is developing an ugly reputation as an offshore home for controversial cash. The secretive tax haven is estimated to be sheltering £400bn.

ANZ Grindlays Trust bank caused a diplomatic row when it decided to report "suspicious transactions" last year on accounts which had received around £100m in total from European arms companies. The account's owner turned out to be the foreign minister of Qatar.

The questioned payments included an alleged £7m from the British arms manufacturer BAE Systems, from whom Qatar had agreed to make large purchases. Both BAE and the minister denied any impropriety

Lloyds TSB yesterday refused to discuss its Jersey Sonangol accounts or even to admit they existed - on grounds of client confidentiality. But oil industry sources said the bank's relationship with Angola dated back to 1983, when it started offering credit lines for British exports, and then arranged big loans for Sonangol itself.

Competition among western banks for lucrative Angolan government business is keen, provided they can enforce repayment.

Although most Angolans live in extreme poverty after 27 years of civil war, the country's oil reserves are said to be bigger than those of Kuwait.

Alfândegas leiloa mercadorias

Luanda, 29/10 - A Direcção Nacional das Alfândegas (DNA) vai leiloar, a partir de hoje, as mercadorias que excederam os prazos limites de 30 dias de estadia nos recintos aeroportuários ou de 60 dias nos Portos do país.

De acordo com uma nota daquela direcção chegada à Angop, o leilão, que decorre até ao dia 31 do corrente, resume-se em bens alimentares, electrodomésticos, peças sobressalentes, material eléctrico, roupa e outros produtos abandonados nesses recintos pelos seus importadores.

O documento refere que a DNA já havia publicado uma lista dos despachos pendentes na Alfândega de Luanda na expectativa de que os interessados acelerassem a resolução dessas pendências.

Salienta também que os proprietários têm prioridades para ficar com as mercadorias até mesmo na hora do leilão.

O novo sistema informatizado para o desalfândegamento de mercadorias, mediante o novo formulário (o Documento Único), foi introduzido na Alfândega de Luanda a 2 de Outubro do ano em curso.

Para agilizar a tramitação dos despachos pendentes, vinte dias depois, foi lançado pela direcção das alfândegas o Documento Único (DU).

Produção do algodão será relançada no Kwanza-Sul

Luanda, 30/10 - Um projecto para o relançamento da actividade algodoeira nacional vai ser implementado a partir do próximo ano, na província do Kwanza-Sul, numa região que fica entre os municípios do Porto Amboim e do Sumbe.

Em declarações hoje à Angop, o director nacional da Agricultura e Florestas, Cláudio Júlio, afirmou que o programa a ser desenvolvido foi financiado pelo Governo sul-coreano e está avaliado em cerca de 30 milhões de dólares.

De 70 a 80 por cento deste montante destina-se à implementação do projecto do algodão, enquanto o restante destina-se a apoiar outros programas do

sector agrícola.

De acordo com o director, este é o maior projecto a ser desenvolvido em Angola desde a independência e vai abranger uma área de cerca de seis mil hectares irrigados.

O projecto será desenvolvido pela empresa sul-coreana Samumj e contará com a participação de peritos sul-coreanos e angolanos.

Os estudos dos projectos já se encontram numa fase avançada e prevê-se que até Dezembro seja assinado o protocolo de cooperação entre o Governo coreano e a direcção do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

Na opinião de Cláudio Júlio, a implementação deste projecto vai trazer muitas vantagens para o país como a auto-suficiência em termos de matéria prima, a criação de postos de emprego e o crescimento económico do país.

Para ele, na política de reabilitação das grandes fazendas, culturas como o algodão devem ser priorizadas pela importância que representa na vida da população.

Explicou que, de acordo com as regras de produção de algodão, em um hectare é possível produzir-se uma tonelada de algodão bruto.

Friday, 1 November, 2002, 09:34 GMT

De Beers opens Angola negotiations

Angola is rich in diamonds

International mining giant De Beers has opened negotiations with the Angolan government to restart diamond mining in the central African country.

A team of De Beers negotiators arrived in Luanda on Friday to hammer out the terms of a new agreement with state-owned mining firm Endiama.

De Beers suspended its investment in Angola in May 2001, after reaching an impasse with the government.

There is a long-running dispute over when Endiama will repay a \$50m (£32m) loan to De Beers - the loan has now accrued a further \$40m in interest.

De Beers' prospecting and marketing rights are also on the table.

Potential reserves

Angola is the world's fourth largest diamond producer, with estimated reserves of 180 million carats.

Diamond production is thought to generate \$650 million a year, although illegal mining and smuggling significantly distort the figures.

Angola officially produced an estimated 5.1 million carats of diamonds in 2001.

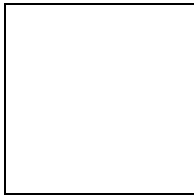
Endiama is dependent on De Beers for the technical expertise needed for deep-level mining operations.

'Spirit of hope'

An official arbitration process in the Angolan courts has been temporarily suspended while negotiations take place between the two parties.

A De Beers spokesman said the firm was enthusiastic about returning to Angola once the terms of a new contract had been clarified.

A statement from the Angolan government said the negotiations represented "a new spirit of hope".



British Airways inaugura voo

Luanda, 02/11 - Uma cerimónia que marcou a inauguração do voo da companhia inglesa "British Airways" para Angola e Londres, teve lugar hoje, no aeroporto internacional "4 de Fevereiro", em Luanda.

O acto, a que assistiram o ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Gilberto Buta Lutucuta, o vice-ministro dos Petróleos, Desidério Costa e outras individualidades, resumiu-se em discursos por parte dos representantes das companhias Inglesa e Angolana TAAG.

Em seguida, os visitantes tiveram a oportunidade de visitarem o interior da aeronave, um Boeing 777 das linhas aéreas daquele país, que partiu de Londres sexta-feira a noite, tendo chegado à Luanda as primeiras horas da

manhã de sábado, com mais de cinquenta pessoas a bordo.

Segundo apurou a Angop, o voo que partirá hoje as 23 horas de Luanda e com chegada prevista as 08 horas em Londres, transportará a bordo 90 pessoas.

Assim, as sextas-feiras partirá de Londres uma aeronave as 23 horas chegando á Luanda as primeiras horas de sábado. O mesmo aparelho regressará sábado á Londres, partindo da capital angolana as 23 horas.

Entreposto Aduaneiro começa a funcionar hoje

Luanda, 04/11 - A primeira unidade da rede de Entrepósitos Aduaneiros, que está a ser implantada nos principais portos do país, começa a operar hoje, em Luanda.

A partir de hoje, segundo uma fonte afecta a Direcção Nacional das Alfândegas (DNA), começam a ser comercializados açúcar, óleo vegetal, arroz, leite condensado e sabão. Encontram-se armazenadas mercadorias no valor equivalente a 11 milhões de dólares.

Em seguida, serão adquiridos, entre outros produtos, conserva de carne e peixe, chá e material escolar.

Os produtos básicos são importados e estocados nos armazéns do Governo.

Ali, empresários nacionais (grossistas) adquirem os produtos para revender a retalhistas, que devem vender à população por preços cuja margem de lucro não deve ultrapassar 25%.

A comercialização desses produtos básicos no Entreposto vai possibilitar a redução para apenas dois dias entre a compra e a retirada do produto importado. Hoje, o ciclo de importação de uma mercadoria em Angola leva de três a seis meses.

Administrado pela Direcção Nacional das Alfândegas, o Entrepasto Aduaneiro é uma experiência positiva de vários países que Angola adopta. Com isto, o Governo de Angola procura garantir stocks permanentes desses produtos, com qualidade e preços mais justos para o consumidor final.

Inaugurado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no último dia 22, o Entrepasto da capital dispõe, nesta primeira etapa, de 34 amplos armazéns, que ocupam uma área de 21 mil metros quadrados. Em Luanda, outros 51 armazéns serão incorporados dentro de seis meses.

Luanda lança ofensiva geral contra a FLEC-FAC

PAULO JULIÃO CORRESPONDENTE EM LUANDA

A ofensiva das Forças Armadas Angolanas (FAA) que, nos últimos dias, atingiu o santuário dos independentistas da FLEC-FAC em Cabinda continua e tudo indica que Luanda vai usar a mesma estratégia que há oito meses resultou na morte de Jonas Savimbi, líder da UNITA.

A queda da base de Kungo-Shonzo, que albergava o comando operacional da FLEC-FAC, terá significado para o Governo de Luanda o início do fim militar de uma das facções que luta pela autodeterminação da província de Cabinda. As forças armadas angolanas, depois de terem reforçado as suas unidades, precisaram apenas de quatro dias para o assalto final a base da FLEC-FAC.

Embora não tenha havido uma confirmação oficial das autoridades angolanas sobre a queda do quartel general da FLEC-FAC, as forças armadas angolanas deram como certo o controlo da base geral deste agrupamento nas matas de Mayombe e avançaram igualmente a informação segundo a qual a ofensiva das FAA terá surpreendido no local o general Francisco Luemba, chefe do Estado-Maior Geral da ala militar da FLEC presidida por Nzita Tiago. O relato acrescentou que o oficial independentista e o ministro da defesa da FLEC,

Miguel Boma, se puseram em fuga. A base de Kungo-Shonzo, ocupada pela FLEC-FAC desde 1979, está localizada em profundidade na mata de Mayombe, na área do município de Necuto, 100 quilómetros a Nordeste do enclave petrolífero.

A reconquista de Kungo-Shonzo foi o culminar de uma acção combinada das unidades das FAA, e da polícia de intervenção rápida, também conhecida como «Ninjas», e comandos especiais, que afirmam terem capturado alguns soldados da FLEC.

Fontes do movimento independentista confirmam o agravamento da situação militar no enclave, mas recusaram-se a admitir a queda da sua principal base. Responsáveis da FLEC-FAC falam de um abandono voluntário das suas forças das tradicionais bases e o recuo para posições estrategicamente mais vantajosas.

Ao mesmo tempo que as bases da FLEC-FAC ardiam na floresta de Mayombe, na cidade alguns líderes de outras facções da FLEC, os chamados moderados, estavam a ser recebidos pelo governador da província de Cabinda, Aníbal Rocha.

Entre as figuras recebidas pelo governador de Cabinda, destacam-se José Tibúrcio, ex-líder da FLEC Renovada, agora transformada em FLEC Renovada-Nova Visão, e José Tembo, representante de Rank Frank, o presidente da chamada FLEC original, actualmente a residir no Canadá.

Para José Tibúrcio esta atitude do governador Aníbal Rocha demonstra uma tomada de consciência em relação ao problema de Cabinda, enquanto José Tembo é de opinião que o Governo angolano deve incluir no debate todos os líderes fundadores das diversas facções actualmente exilados no exterior.

Recentemente, num Fórum organizado em Luanda pela fundação Open Society, sob o lema «Agenda da Paz e Reconciliação na República de Angola»,

o vigário-geral de Cabinda, o padre católico Raúl Tati, considerou que o movimento reivindicativo cabinda é tão velho quanto o movimento nacionalista em Angola.

Fazendo uma incursão na história, para ele não houve nenhum oportunismo por parte da FLEC, em 1975, como se diz hoje. O conflito com Angola, na sua perspectiva, é a herança duma descolonização que traiu, no espírito e na letra, as disposições da Lei Constitucional n.º 7/74, de 27 de Julho, onde o Conselho de Estado Português reconhecia o direito dos povos à autodeterminação com todas as suas consequências.

3 novembre 2002 23:38

Douze Etats africains veulent contrôler leur «bonne gouvernance»

ABUJA - Douze Etats africains se sont mis d'accord pour soumettre leurs gouvernements à un contrôle mutuel du respect des règles de «bonne gouvernance». Ils veulent ainsi obtenir des soutiens extérieurs à un programme de relance économique de l'Afrique.

Le président nigerian Olusegun Obasanjo a estimé dimanche que ce mécanisme était crucial pour le succès du grand projet de relance baptisé «Nouveau partenariat pour le développement africain» (Nepad). Le mécanisme veut que les dirigeants évaluent les résultats obtenus par leurs pairs en matière de bonne gouvernance.

Les pays signataires sont l'Algérie, l'Angola, le Congo, l'Egypte, l'Ethiopie, le Ghana, le Mali, l'île Maurice, le Mozambique, le Nigeria, le Rwanda et l'Afrique du Sud.

Les dirigeants africains espèrent grâce au Nepad vaincre l'image de corruption et d'instabilité qui freine les investissements étrangers en Afrique. Le Nepad est coparrainé par l'Afrique du Sud, l'Algérie, le Nigeria et le Sénégal, et approuvé par les pays les plus industrialisés du G8 ainsi que par l'Union européenne.

SDA-ATS

Isaías Samakuva regressou ao país

Luanda, 03/11 - O antigo representante da Unita na Comissão Conjunta, Isaías Samakuva, encontra-se desde sábado em Luanda e disse estar satisfeito por Angola conquistar a paz e os seus habitantes demonstrarem sossego de espírito.

A sua chegada, enumerou uma série de desafios que os angolanos deverão

vencer, isto é, a resolução da crise humanitária, o reassentamento das populações, a desmobilização e reinserção dos ex-militares.

Adiantou também a reabilitação das estruturas e das infraestruturas, assim como a criação de outras como o desafio dos angolanos para os próximos tempos.

Para Isaías Samakuva, espera-se pelo esforço de todos para que se possa relançar a vida económica do país e criarem-se condições adequadas ao progresso.

Nos últimos tempos, Isaías Samakuva viveu fora de Angola, depois de o seu líder, Jonas Savimbi, ter voltado à guerra.

Isaías Samakuva faz parte de uma lista sobre a qual pendiam sanções do Conselho de Segurança da ONU que o proibia de viajar pelo estrangeiro, movimentar valores monetários em nome da Unita, entre outras sanções.

Após a assinatura do cessar fogo, a 4 de Abril último, entre o Governo e a Unita, vários integrantes daquela lista têm regressado a Angola.

021104Taag volta a voar para o Soyo

A companhia aérea nacional (TAAG) vai começar a operar, dentro de 15 dias, para o município petrolífero do Soyo, província do Zaire, anunciou ontem, em Luanda, o seu director comercial, João Rodrigues.

O anúncio da ligação para o Soyo, cuja periodicidade não foi revelada, por estar em estudo, ocorre um dia depois da TAAG ter retomado os seus voos regulares para a cidade do Kuito, suspensa há cerca de quatro anos.

Com a retomada dos voos para o Kuito, a TAAG passa a operar em dez regiões do país, faltando apenas as províncias do Moxico, Lunda Sul, Kwanza-Norte e Sul, Kuando Kubango, Uíje e a sede provincial do Zaire (Mbanza-

Congo).

Actualmente, as aeronaves da TAAG ligam Luanda-Benguela, Huambo, Huíla, Cunene, Namibe, Malanje, Cabinda, Lunda Norte e desde quarta-feira o Kuito. Quanto as perspectivas para a retomada dos voos em zonas onde a companhia ainda não voa, João Rodrigues disse que o mesmo poderá acontecer dentro do próximo ano, estando a situação a depender da reabilitação das pistas.

BM vai apoiar desmobilização com 350 milhões de dólares

O Banco Mundial vai assistir financeiramente com mais de 350 milhões de dólares o programa de desmobilização de cerca de 85 mil efectivos das ex-forças militares da UNITA e de 33 mil das Forças Armadas Angolanas, informou aquela instituição financeira.

O Ministério de Assistência e Reinserção Social (MINARS), que com o Instituto de Reinserção Social de ex-militares (IRSEM) e com as Forças Armadas Angolanas (FAA) compõem o órgão de implementação deste programa, dividido em quatro fases, e com duração de três anos, deu a conhecer que a implementação do projecto está num estado avançado.

Amílcar Candeia, director adjunto do IRSEM, apresentou um gráfico percentual dos níveis de escolaridade no seio dos ex-militares da UNITA concentrados nas áreas de acolhimento. De acordo com Amílcar Candeia, mais de 70% desses efectivos não têm qualquer formação acima da quarta classe e 10% são analfabetos.

O Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social associou-se ao projecto, e aproveitou a ocasião para lançar o seu programa denominado “Estamos Contigo”, que visa formar profissionalmente 75 mil ex-militares da UNITA.

“Estamos contigo” é um projecto de formação para desmobilizados das ex-forças militares da UNITA e que visa a sua formação profissional por forma a facilitar a sua reintegração social.

O programa de desmobilização, apresentado esta semana no MINARS, será

gerido, ao nível financeiro, pelo Banco Mundial, enquanto a execução será da responsabilidade de ONG's, igrejas e grupos associados.

Comissão Conjunta começa a ouvir a sociedade civil

Luanda, 04/11 - O presidente da Comissão Conjunta, o nigeriano Ibrahim Gambari, inicia a partir de hoje reuniões separadas com representantes da sociedade civil angolana.

O objectivo destes encontros, segundo o porta-voz da Missão das Nações Unidas em Angola (UNMA), Carlos Araújo, é explorar o papel que a sociedade civil angolana poderá desempenhar no reforço da paz e reconciliação nacional no país.

As conclusões deste processo de consultas serão apreciadas pela Comissão Conjunta e poderão constar no relatório final desse órgão supervisor da implementação do Protocolo de Lusaka.

A Comissão Conjunta, que integra representantes do Governo, da Unita, ONU e dos países da Troika de observadores (Estados Unidos, Rússia e Portugal), reúne-se regularmente uma vez por semana. Sua missão é tratar das últimas questões políticas pendentes do Protocolo de Lusaka, rubricado na capital zambiana entre o Governo e UNITA e reforçada a quatro de Abril último em Luanda.

Nomeação do Primeiro-Ministro é uma questão de dias

31/10/2002

As consultas para a nomeação de um Primeiro-Ministro ainda não estão concluídas, mas a escolha parece estar consumada. Dias dos Santos "Nandó", actual ministro do Interior, não parece ter mais escolhos no caminho para a cidade alta, a sede do Governo.

Fontes bem informadas disseram esta quinta-feira à Voz da America que a

nomeação do novo primeiro-ministro deverá acontecer ainda durante a primeira quinzena de Novembro, ou seja a tempo deste fazer a preparação da defesa do programa do Governo perante o parlamento.

O processo para escolha de um primeiro-ministro ter-se-á precipitado com a aprovação esta semana pelo Conselho de Ministros do programa do Governo. O programa ora aprovado deveria em principio dar entrada no parlamento até ao fim da tarde de hoje. O parlamento, por sua vez, tem 15 a trinta dias para o analisar o documento, convocar o Governo e votar ou não a sua aprovação. As autoridades esperam usar a moratória prevista na lei para dar tempo também ao primeiro ministro de se preparar para enfrentar o parlamento. Na verdade, acrescentam as nossas fontes, do programa ora aprovado pouco ou quase nada escapará ao futuro primeiro-ministro.

A nomeação de Nandó vai abrir caminho a uma remodelação governamental. João Miranda ministro das Relações Exteriores é dado como estando de partida para Nova Iorque onde vai substituir Ismael Martins nas Nações Unidas. Este por sua vez segue para Genebra em substituição de João Filipe Martins, de quem se desconhece o que irá fazer.

Para o lugar de João Miranda deverá ser nomeado António Pitra Neto, actual ministro da Administração Pública. Pitra Neto é a par de Nando um dos potenciais substitutos de José Eduardo dos Santos, e a sua indicação para os negócios estrangeiros, torna-lo-á seguramente mais visível.

De partida estará também a ministra das Pescas e Ambiente Fátima Jardim que cederá o lugar ao seu adjunto Henriques Júnior. O ministro da Educação, António Burity da Silva não deverá sobreviver aos estragos provocados pelo contencioso com a antiga reitora da Universidade Agostinho Neto, Laurinda Hoygard, enquanto que André Brandão há 10 anos à frente dos Transportes parece igualmente condenado a sair. Em relação aos ministros indicados pela UNITA a sua saída hoje já não parece tão certa como era há três semanas. A permanência de Hossi no Comércio, Albertina Hamukuaya na Saúde e de Manuel Africano nas Minas, é segundo fontes bem informadas resultado de um acordo de cavalheiros entre as facções que compõem a UNITA. Imutável neste momento parece ser a lista de embaixadores designados pelo galo negro. Jaime Furtado actualmente em Marrocos vai para o México, João Vahekeny vai para a Hungria, Elisete Pena para a Polónia, Jaime Vilinga para a Grécia, e Fernando Dito para Argentina.

A UNITA indicou também os governadores da Lunda Sul, do Uije e do Kuando Kubango, nomeadamente, Mige Muatissinge, Lázaro Kuxixima e João Baptista Chindande.

A possibilidade de mudanças ao nível das forças armadas também não está excluída. A seu pedido, o Chefe do Estado maior General, Armando da Cruz Neto poderá ser substituído pelo General Dinho Martins, vice chefe do Estado Maior.

Luís Costa

Lei dos inqueritos parlamentares hoje na Assembleia Nacional

30/10/2002

A sessão plenária da Assembleia Nacional prossegue hoje em Luanda, durante a qual deverão ser aprovados projecto de lei dos inquéritos parlamentares, proposto pela bancada do MPLA.

O referido diploma comporta 26 artigos e pretende colmatar uma lacuna existente no ordenamento jurídico parlamentar e recebeu a contribuição dos deputados da UNITA.

Hoje, deverão também ser analisados, o projecto lei-quadro da dívida pública e o projecto de orçamento da Assembleia Nacional para o ano 2003.

Na terça-feira, a Assembleia Nacional aprovou o tratado de delimitação da fronteira marítima entre Angola e a Namíbia, visando uma configuração definitiva, precisa e equitativa.

O tratado contraria a delimitação unilateral feita pela parte namibiana e proclamada no jornal oficial deste país, n.º 53 de 23 de Dezembro de 1992.

Ao apresentar o documento, o ministro da Justiça, Paulo Tjipilica, disse aos parlamentares que as conversações foram difíceis, mas valeu a boa vizinhança e o bom relacionamento entre os dois países.

Assinado a quatro de junho deste ano, o tratado surge também da necessidade de se fixar uma nova configuração geográfica do território marítimo, da zona económica exclusiva e de plataforma continental pertencente a cada Estado.

O tratado estabelece as coordenadas geodésias da fronteira marítima entre Angola e a Namíbia que são o paralelo 17º-15` Latitude Sul e 11º-45` Longitude Este Greenwich, à distância de 200 milhas náuticas.

O instrumento jurídico foi elaborado com base na Declaração entre os governos de Portugal e da Alemanha, assinado em Lisboa, aos 30 de Dezembro de 1886.

Teve ainda em conta o Acordo entre os governos de Portugal e da União da África do Sul, data de 22 de junho de 1926, bem como os entendimentos técnicos acordados entre os dois países, de 1974.

Igualmente na terça-feira, A Comissão Constitucional da Assembleia Nacional informou aos deputados que continua pendente a questão da chefia do governo, para a qual ainda não se obteve consenso entre os membros do referido órgão.

A informação esteve agendada para a sessão plenária, mas decidiu-se pela sua distribuição aos parlamentares, pois apenas uma assembleia constituinte, quando convocada, tinha tal competência.

Segundo a exposição da Comissão Constitucional, dos 27 princípios estruturantes da futura constituição aprovados, houve a necessidade de se clarificar três, os relativos ao sistema de governação, tipo de parlamento (unicameral ou bicameral) e o poder local.

Em relação ao parlamento, indica a informação, a Comissão Constitucional deliberou, por consenso, que o futuro órgão legislativo angolano seria unicameral,

mas devia instituir-se, (sem constituir uma segunda câmara), um conselho para os assuntos locais e poder tradicional.

Sobre os órgãos do poder local, estes seriam eleitos e estruturadas ao nível do município, e eventualmente inferior, mas não ao nível da província.

A Comissão Constitucional sublinha, por outro lado, que o provimento dos governadores de província, que são órgãos desconcentrados do poder local, devem continuar a ser feito por nomeação.

Dos símbolos da república, foi dito que foram já seleccionados as três melhores propostas de cada um, isto é, a Bandeira, o Hino e a Insígnia.

Para melhor conservação e facilitar o manuseamento das propostas pelos deputados, com vista a sua análise e discussão, a Comissão Constitucional mandou publicar brochuras e CD.

Enquanto isso, as comissões de redacção e técnica deram início aos trabalhos da redacção do texto constitucional, tendo sido redigidos até ao momento os primeiros 133 artigos do projecto da futura lei fundamental do país.

A Comissão Constitucional efectuou desde a sua criação 16 reuniões plenárias. Presidida pelo deputado do MPLA, João Lourenço, a comissão é integrada por 44 deputados.

(Artigo da Angop)



OGE come 358 biliões de Kwanzas

30/10/2002

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2003 está fixado em mais de trezentos e cinquenta e oito biliões de Kwanzas e visa a execução das acções constantes do Programa do Governo

O anúncio foi feito nesta terça-feira na reunião do Conselho de Ministros, orientada pelo Chefe de Estado Angolano, José Eduardo dos Santos, que "apreciou diversas matérias atinentes à vida económica e social do país", segundo refere um comunicado de imprensa.

No tocante às prioridades do OGE, o ministro angolano das Finanças, Júlio Bessa, explicou que o sector social, tendo em conta a actual situação prevalente no País, "mantém aquela linha de crescimento em termos de despesas."

A áreas da Saúde e Educação deverão ser as melhores beneficiadas deste Orçamento, segundo ainda o ministro, que não descuro igualmente o Sector Produtivo.

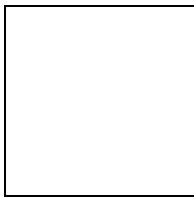
"Neste último, estão a ser reforçadas as verbas sobretudo na área de mecanização agrícola e preparação de terras, devido ao apoio que tem sido dado à população camponesa", disse.

Asseverou que "já se começa a sentir uma reversão em relação aos custos com a Defesa Nacional".

Afirmou que as atenções do momento centralizam-se mais para a ordem interna, sobretudo a Polícia Nacional, "uma vez que ela passa agora a cumprir uma tarefa muito mais estendida no País".

Júlio Bessa disse, por outro lado, que nos próximos anos o OGE "continuará a ser deficitário, até que se consolide o trabalho do aumento das receitas, se reconstrua o País e a economia e outros sectores produtivos venham a crescer".

(Angop)



Concorrência

Mercado de seguros está aberto a iniciativa privada, diz o economista Pedro de Moraes

Ensa reestrutura-se para novos desafios

O Conselho de Ministros aprovou ontem o plano de reestruturação da Ensa, empresa do Estado de seguros. Trata-se de um documento que define os principais objectivos estratégicos e de gestão da seguradora, bem como o de saneamento económico e financeiro.

Assim, o Governo criou o Grupo Ensa, empresa pública que funcionará como uma sociedade gestora de participações sociais e promotora de investimentos sectoriais, controlada integralmente pelo Estado.

O Grupo Ensa terá como subsidiária duas empresas privadas de capitais públicos, a Ensa seguros de Angola, que dedicar-se-á exclusivamente à actividade seguradora e a Ango-Re sociedade angolana de resseguro, que operará no domínio do resseguro.

Quartel geral da FLEC-FAC em Cabinda caiu

31/10/2002

A ofensiva das Forças Armadas Angolanas (FAA) atingiu o santuário dos independentistas da FLEC-FAC em Cabinda. A base de Kungo-Shonzo, que albergava o alto comando operacional desta fracção, caiu após quatro dias de progressão das FAA e trinta minutos de assalto final.

A informação foi dada na manhã de ontem pelo programa radiofónico 'Hora Certa' das FAA, que completou que este retumbante êxito teve lugar «recentemente».

A ofensiva das FAA, segundo a mesma versão, surpreendeu no local o general Francisco Luemba, chefe do Estado-Maior Geral da ala militar da Frente de Libertação de Cabinda (FLEC) presidida por Nzita Tiago.

O relato acrescentou que o oficial independentista e o ministro da defesa da FLEC, Miguel Boma, que se encontrava igualmente na base, puseram-se em debandada.

Frisando o seu sucesso, as FAA recordaram que a base de Kungo-Shonzo data de 1979 e está localizada em profundidade na mata de Mayombe, na área do município de Necuto, 100 km a Nordeste do enclave petrolífero. Esta fortaleza nunca foi incomodada. Foi reconquistada agora a culminar uma acção combinada das unidades das FAA, Ninjas e comandos especiais, que capturaram inimigos, material bélico, meios de trabalho diversos e bens domésticos que serão exibidos brevemente na TV pública. Inclusive, segundo as FAA, um paiol de armamento foi descoberto e ocupado nas imediações com minas em vias de ser desmontadas. Com este feito, rematou o comentarista da emissão militar difundida na rádio pública angolana, «Cabinda é questão de tempo e paciência para juntar-se a outras províncias do país, de Angola, e viver, também, em paz, em harmonia, em liberdade e em pleno desenvolvimento».

A informação difundida por 'Hora Certa' é a primeira confirmação por parte das FAA da ofensiva militar que várias fontes privadas denunciaram nos últimos dias. Hoje, ainda, o governador da província de Cabinda, Anibal Rocha, recebeu antigos dirigentes de diversas facções independentistas reintegrados na vida normal. De acordo com o correspondente de Ecclesia, os referidos políticos, mesmo bastante desacreditados junto das sensibilidades autonomistas, pediram o fim das hostilidades na região e a solução pacífica do conflito. Em contrapartida, o governador expôs-lhes o programa de acção do governo na região, que acentua metas de melhoria das condições económicas e sociais da população.

(Com informações da Rádio Nacional e do www.apostolado.info)



Dos Santos viaja para o Bié

31/10/2002

O líder prevê orientar, nesta província, uma reunião da Comissão Permanente do Conselho de Ministros.

O Presidente José Eduardo dos Santos desloca-se esta quinta-feira à cidade do Kuito para uma visita de trabalho de algumas horas à província do Bié, localizada a cerca de setecentos quilómetros de Luanda, noticia hoje a Angop.

021031Verbas da UNITA começam a ser entregues

O Governo angolano fez já a entrega da primeira tranche do subsídio cabimentado à UNITA, deu a conhecer ontem Ibrahim Gambari, presidente da Comissão Conjunta, no termo de uma sessão do órgão supervisor do processo de paz.

Na sessão de ontem, realizada para análise das conclusões da visita realizada pela Comissão Conjunta à área de acolhimento de Mimbota (Bengo), chegou-se à conclusão de que é necessário fazer-se o registo dos militares desmobilizados da UNITA e suas famílias e proceder-se ao pagamento regular dos seus subsídios.

O órgão supervisor do processo de paz concluiu também que há necessidade de todas as partes, isto é, Governo, UNITA e troika de observadores, intensificarem as consultas às áreas de acolhimento.

A Comissão Conjunta pretende, concretamente, que se faça um acompanhamento de todo o processo de reassentamento dos desmobilizados e suas famílias. O órgão acordou que este acompanhamento deve começar nas áreas em que essas pessoas estão alojadas e que deve haver previamente uma preparação das condições dos seus locais de destino.

A Comissão Conjunta quer ainda que haja maior diálogo entre os membros do órgão (Governo, ONU, UNITA e troika de observadores, constituída pelos Estado Unidos da América, Rússia e Portugal) e as pessoas nas áreas de acolhimento.

Para resolução da questão do pagamento dos subsídios dos desmobilizados e outras, a Comissão Conjunta criou um sub- grupo.

A sessão de ontem, da Comissão Conjunta, deveria contar com a presença do presidente do Comité de Sanções, Richard Ryan. Ele não pôde comparecer por

estar presentemente a fazer parte dos trabalhos da ONU sobre a questão iraquiana.

José Cristóvão

Source: UN OCHA Integrated Regional Information Network
Date: 31 Oct 2002

Angola: Rebels deny leaders have been captured

JOHANNESBURG, 31 October (IRIN) - Separatists in Angola's oil-rich Cabinda enclave on Thursday denied government claims that the rebels' military headquarters had been captured.

A spokesman for the rebel group, FLEC-FAC told IRIN that although heavy fighting had been reported in the area, reports suggesting that its base had fallen and that two of its leaders had been captured were false.

On Wednesday, Angolan army radio said the movement's chief-of-staff, General Francisco Luemba and its minister of defence, Estanislau Boma had been detained. It added that the military offensive lasted four days and the final assault on the rebel base was carried out in half an hour.

But Xavier Builo, a representative of FLEC-FAC in the Netherlands refuted these claims.

"The government has employed more sophisticated military tactics to deal with areas controlled by FLEC-FAC. Right now we know that the armed forces have encircled the area in which our headquarters are located.

"It is in this context that the government has claimed to have captured Mr Luemba and Mr Boma. We have not received any word that the base or the two leaders are in the government's hands," he said.

Despite recent calls for peace talks, the Angolan army was reported to have launched a large scale offensive in Cabinda.

Builo claimed the army had attacked and killed scores of villagers in Kisungu and Buco Kango.

He said: "The government pretends to talk of peace but all it is interested in is imposing Angolan nationality on the people of Cabinda."

Earlier this month IRIN reported on alleged human rights abuses in the enclave.

Human rights activists have pointed out that with international attention focussed on the moves for peace in the rest of Angola, nobody outside Cabinda appears to be paying much attention to the fact that war still raged in Angola's northernmost province.

Cabinda is separated from the rest of Angola by a strip of territory of the Democratic Republic of Congo. It was handed to the Angolan government by Portugal on independence in 1975 and accounts for about 60 percent of the country's oil revenues.

[ENDS]

021031Garantias *Nova lei oferece segurança jurídica aos investidores*

AN aprova Lei-Quadro da Dívida Pública

A Assembleia Nacional aprovou ontem a Lei-Quadro da Dívida Pública Directa, no prosseguimento da primeira sessão plenária do ano legislativo, iniciada terça-feira.

Com 128 votos a favor, nenhum contra e 6 abstenções, os deputados deram força de lei ao projecto depois dos esclarecimentos do ministro das Finanças, Júlio Bessa, que apresentou o diploma, e do parecer favorável da 1ª e 5ª comissões.

A Lei-Quadro da Dívida Pública Directa estabelece os procedimentos de

constituição e gestão da dívida pública, bem como a sua emissão, com vista ao financiamento do défice orçamental.

A referida lei define ainda as regras pelas quais uma instituição do Estado, legalmente autorizada, pode emitir títulos e assumir obrigações financeiras em nome da sociedade.

De acordo com o relatório de fundamentação, essa lei atende a um “relevante interesse público”, uma vez que, oferecendo “segurança jurídica aos investidores”, garante ao Estado as melhores condições de prazo e juros para financiar a execução dos orçamentos anuais e o cumprimento dos planos plurianuais do Governo.

Para Júlio Bessa, a principal vantagem desta lei, para o Governo, é a de apontar uma forma não inflacionária de financiar o défice do Orçamento Geral do Estado.

“Esta lei vai permitir ao Governo, sempre que tiver problemas de tesouraria, poder lançar mão dos bilhetes do Tesouro para financiar operações. E poderá usar também as obrigações do Tesouro para operações de médio e longo prazo, para projectos de investimento, captando a poupança dos privados”, disse o ministro em declarações ao “JA”.

Júlio Bessa acrescentou que em termos de gestão da dívida pública, a nova lei, que reformula a anterior lei sobre Títulos do Tesouro, vai permitir com que alguns empresários com quem o Governo está a negociar a questão da dívida possam usar os Títulos do Tesouro que receberem como parte do pagamento “para as mais variadas operações que a lei permite que eles façam”.

Essas operações podem ir desde apresentarem os títulos para o processos de privatização, para pagamento de obrigações fiscais, e apresentarem inclusive como garantia a créditos que eles queiram receber de bancos comerciais.

Durante a mesma reunião, os deputados aprovaram, por 124 votos a favor, o projecto de lei dos inquéritos parlamentares, cuja discussão tinha iniciado no dia anterior.

Fonseca Bengui

Impostos das telecomunicações penalizam consumidores

Luanda, 01/11 - Os 35 por cento de impostos industriais cobrados aos agentes de telecomunicações no país penalizam duplamente os consumidores, disse quinta-feira, em Luanda, o director geral do Instituto Nacional das Comunicações (Inacom), João Beirão.

A alta tributação resulta no encarecimento dos aparelhos de telecomunicações fixos e móveis e ainda nos serviços prestados pelos operadores.

"Comunicar é um direito fundamental do homem. Nessa perspectiva, o Estado deve assegurar o acesso a este tipo de serviço aos cidadãos, com qualidade, diversidade e preços adequados", acrescentou Beirão.

Segundo ele, esta obrigação do Estado pode ser assumida de forma directa ou através da materialização de políticas liberais, que permitam a participação do sector privado, o que já acontece em Angola.

Recorrendo à Lei das Telecomunicações do País, João Beirão explicou que os preços dos serviços públicos devem aproximar-se ao dos custos da sua produção. "Se os custos forem altos por vários factores, entre eles o facto de os operadores pagarem ao Estado taxas e impostos avolumados, quem paga é o cidadão", salientou.

De acordo com o director do Inacom, consta do programa do Governo a criação da Lei do Investimento Privado, em substituição à actual Lei do Investimento Estrangeiro e que também tratará dos incentivos fiscais.

Na sua opinião, o Estado não perderá, em termos de volume de receitas de impostos, se facilitar a expansão dos serviços de uso público, mas obterá ganhos económicos que compensam as reduções no valor das taxas e contribuições.

"Ao aumentar o número de clientes dos operadores, incrementam-se as receitas e o Estado cumpre com seu papel de garantir comunicação à Nação", esclareceu.

Segundo o engenheiro, espera-se que a Indústria Nacional comece a fabricar produtos necessários às telecomunicações, tais como cabos eléctricos e de telecomunicações. Ele acredita que, ao se diminuir os encargos de responsabilidades na estrutura de custo das empresas, estas serão obrigadas a reflectir esse benefício nos seus tarifários.

O responsável anunciou, ainda, que está em consideração pelo Governo um modelo de regulação fixando um tecto de preços para cada conjunto de serviços e períodos de tempo razoáveis.

L'opposition civile réclame des postes en province

LUANDA, 30 oct (AFP) - Un opposant angolais a réclamé mercredi des postes pour l'opposition civile à la tête des administrations dirigeant les provinces, actuellement réservés au pouvoir et à l'ex-rébellion de l'Union nationale pour l'indépendance totale de l'Angola (UNITA).

"Nous avons besoin d'avoir des représentants au niveau des provinces et des communes. C'est ça, la logique d'un gouvernement d'unité nationale", a déclaré cet opposant, Nfulumpinga Nlandu Victor, dirigeant du Parti pour la démocratie et l'Alliance Nationale (PDP-ANA).

José Eduardo dos Santos, président de la République, doit nommer avant fin décembre des personnalités de l'UNITA dans le Gouvernement d'unité et de réconciliation nationale (GURN), ainsi qu'un Premier ministre désigné par son parti, le Mouvement populaire de libération de l'Angola (MPLA).

Conformément aux accords de paix de Lusaka de novembre 1994, l'UNITA dispose dans le GURN de quatre postes de ministres, sept de vice-ministres, six d'ambassadeurs, trois de gouverneurs de provinces, ainsi que 75 postes dans l'administration locale.

Ces accords n'ont jamais vraiment été appliqués en raison de la poursuite de la guerre en Angola, mais sont de nouveau à l'ordre du jour depuis la signature le 4 avril d'un accord de cessez-le-feu entre l'armée et l'UNITA qui a mis fin à 27 ans de guerre civile.

Ils n'ont pas prévu la participation de l'opposition civile au GURN et M. Victor a été été le principal opposant à avoir négocié l'entrée de son parti dans ce gouvernement au sein duquel il détient le poste de vice-ministre de la Jeunesse et des sports.

Cérémonie de retrait des troupes de la SADC à Kinshasa

KINSHASA, 30 oct (AFP) - Le président de la République démocratique du Congo (RDC), Joseph Kabila, a présidé mercredi à Kinshasa la cérémonie du retrait définitif des troupes angolaises, namibiennes et zimbabwéennes, a constaté l'AFP.

L'Angola, la Namibie et le Zimbabwe ont été, depuis août 1998 les alliés de la RDC, dans la guerre qui a opposé le gouvernement aux rebellions du Rassemblement congolais pour la démocratie (RCD) et du Mouvement de Libération du Congo (MLC) soutenues par le Rwanda, le Burundi et l'Ouganda.

"Nous avons combattu côte à côte, dans des conditions extrêmement difficiles, et sous une pression psychologique importante, avec un seul objectif: stopper l'ennemi et préserver l'intégrité territoriale de la RDC", a déclaré le chef d'Etat major des forces armées de la force de la Communauté économique des pays d'Afrique australe (SADC), le général Philipp Tshibandi.

"Cet objectif a été atteint et vous pouvez en être fiers", a-t-il ajouté s'adressant aux régiments des 4 pays alliés, massés devant le Palais du Peuple à Kinshasa.

Rappelant que le retrait des troupes angolaises, namibiennes et zimbabwéennes s'effectuait dans le cadre de l'accord de Lusaka, le commandant de la Task Force de la SADC s'est félicité que "4 ans après le début de notre intervention l'alliance reste intacte".

"Au moment où nous quittons le Congo la route pour la paix est ouverte mais il reste beaucoup à faire", a-t-il toutefois souligné exhortant les Forces armées congolaises (FAC) à "assurer le calme et la stabilité dans la zone gouvernementale".

"La solidarité africaine est possible, l'Afrique est capable de résoudre elle-même ses problèmes", a conclu l'officier supérieur.

Les armées angolaises, namibiennes et zimbabwéennes sont intervenues en RDC dans le cadre d'une résolution prise le 2 août 1998 par la SADC et demandant aux pays qui le pouvaient de "voler au secours" de l'ex-Zaïre.

"Ces combattants aux qualités militaires exceptionnelles, les meilleures armées du continent ont donné des leçons de bravoure et de détermination aux FAC, ont exercé leur combativité et leur ont permis d'évoluer aujourd'hui en véritables troupes", s'est félicité le général John Numbi, chef d'état major par interim des Forces armées congolaises.

Le général congolais a souhaité que "l'Angola comme Harare continuent d'assurer l'instruction des cadres militaires" et "participent aux stratégies face aux menaces qui pèsent".

Le 24 octobre au cours d'un mini-sommet à Kinshasa des chefs d'Etats des 4 pays alliés avaient annoncé le retrait total de leur troupes de RDC "à la fin du mois d'octobre".

CABINDA: DIÁLOGO NA CIDADE E GUERRA NAS MATAS DO MAYOMBE

30/10/2002

Os líderes da FLEC representados no interior de Cabinda foram recebidos pela primeira vez pelo governador Aníbal Rocha naquele que foi o primeiro encontro do género desde o início do conflito.

. A delegação da FLEC era composta por doze membros, entre os quais José Tibúrcio, ex-líder da Renovada transformada em FLEC Renovada Nova Visão e José

Tembo, na qualidade de representante de Rank Frank, FLEC original que vive no Canadá.

Inicialmente Aníbal Rocha apresentou aos políticos da FLEC o plano de acção para o desenvolvimento sócio-económico da região de Cabinda, bem como explicou os motivos que estão na base da operação militar que se realiza no enclave conforme disse a Voz da América o representante da FLEC/FAC, Paulo Buinji.

Para José Tibúrcio esta atitude do governador demonstra uma tomada de consciência em relação ao problema de Cabinda

"Este encontro para nós significa uma abertura por parte do governo, uma consciência da responsabilidade do governo para com as forças políticas e representantes da FLEC é já uma prova do relacionamento prova de boa vontade de seleccionar o problema de Cabinda por via pacífica", disse.

Enquanto isso José Tembo, representante da FLEC original é de opinião que o governo deve incluir ao debate os líderes fundadores das diversas facções actualmente exilados no exterior.

"Nós reforçamos que o governo terá que fazer tudo por tudo para convidar os líderes fundadores da FLEC para que possamos resolver o problema de uma vez para sempre."

Este encontro acontece numa altura que o comando militar das Forças Armadas Angolanas na região confirma a tomada em assalto do quartel general da FLEC no município de Buco Zau, na aldeia de Cungo Chungo nas matas de Maiombe, onde se encontravam baseados desde 1979.

Segundo dados divulgados pelo programa "Hora Certa" da Rádio Nacional de Angola foram vistos no local o ministro da Defesa da FLEC/ FAC, o general Francisco Luemba, e o chefe do Estado Maior da mesma facção, Miguel Gomas. O operação militar durou cerca de trinta minutos e segundo informação disponível a base foi totalmente destruída. MC



Reintegração de ex-soldados da UNITA orçado em mais de 50 milhões de dólares

30/10/2002

O valor faz parte do custo do novo programa do Governo, "Estamos Contigo", para suportar tal efectivo, apresentado ontem.

Com efeito, o ministro da Reinserção Social, João Baptista Kussumua, apresentou ontem , em Luanda, o programa especial do Governo para os ex-militares da UNITA desmobilizados no quadro da conclusão do protocolo de Lusaka.

O governante fez a apresentação do projecto aos jornalistas angolanos e estrangeiros.

O programa contempla 4 fases: reintegração sócio-económica dos ex-soldados da UNITA; regresso e reassentamento das populações afectadas directamente pelo conflito armado; formação profissional; e o programa geral de desmobilização e reintegração.

O plano, segundo João Baptista Kussumua, vai beneficiar mais de 70 mil desmobilizados das ex-forças militares da UNITA e está avaliado em 55 milhões de dólares americanos, dos quais 50 por cento foram já financiados pelo Governo.

O projecto denominado "Estamos Contigo" é educacional de formação para o trabalho autónomo atendendo as necessidades de adaptação e reintegração social dos desmobilizados e seus familiares, cuja duração é de dois anos.

Entre as profissões contempladas constam agricultura básica e avançada, electricista, pedreiro, serralheiro, canalizador, enfermeiro, professor, motorista e carpinteiro.

O ministro referiu que no âmbito da acção governativa do país há todo um conjunto de programas que estão em curso na perspectiva positiva do combate à pobreza.



(Com informações da Angop)

Abordagem da Constituição é retirada da agenda

29/10/2002

A indefinição quanto ao futuro sistema de Governo do país continuará por mais algum tempo. Os deputados em assembleia ficaram-se por informações gerais.

Com efeito, o ponto sobre o Processo Constitucional em curso em Angola foi retirado esta terça-feira da agenda da primeira sessão plenária ordinária da Assembleia Nacional 2002/2003, iniciada na manhã deste dia.

No entanto, os deputados receberam informação documentada a cerca da questão.

O que aconteceu mesmo hoje é que foi aprovado o programa de actividade das suas nove Comissões de Trabalho.

Os trabalhos da sessão plenária desta terça-feira reservam ainda para discussão o Projecto de Lei de Inquéritos, numa altura que uma comissão da Assembleia Nacional investiga a concessão à Macon do Mercado do Kinaxixi.

A falta de regulamentação própria tem causado alguns embaraços ao funcionamento das comissões parlamentares. A discussão das leis económicas

estão condicionadas à presença de certos ministros ligados a estes sectores por, nesta terça-feira, se encontrarem a trabalhar no Conselho de Ministros.

(Com informações adicionais da Angop)

Governo vai disponibilizar verbas para a UNITA

Luanda, 30/10 - O chefe da Comissão Conjunta (CC), Ibrahim Gambari, mostrou-se hoje, em Luanda, satisfeito com o anúncio do Governo angolano em disponibilizar verbas para a UNITA, como partido político.

Momentos após a sexta reunião do órgão que supervisiona a aplicação do Protocolo de Lusaka, Ibrahim Gambari acrescentou que a Comissão Conjunta e os seus Grupos Técnicos vão continuar a trabalhar no sentido de resolver todas as questões pendentes.

Ibrahim Gambari não revelou o montante que o Governo angolano atribuiu à UNITA, mas garantiu que dará início, a partir de sexta-feira, a uma série de consultas com a sociedade civil, para falar de questões ligadas à reconciliação nacional e reinserção social dos desmobilizados da UNITA.

Na semana passada, a Comissão Conjunta iniciou um programa de auscultação dos principais problemas que afectam os ex-militares da UNITA, que se encontram nas áreas de acolhimento e suas famílias.

Sobre o cancelamento da vinda a Angola do presidente do Comité de Sanções do Conselho de Segurança da ONU, Richard Brian, o representante de Kofi

Annan no País disse que a mesma deve-se a situação divergente existente entre os Estados Unidos e o Iraque.



Dinheiro cairá para deputados

30/10/2002

O novo orçamento para a Assembleia Nacional está orçado em 77 milhões de dólares para o ano de 2003.

Com efeito, os parlamentares apreciaram esta quarta-feira o orçamento da Assembleia Nacional para o ano 2003, avaliado em cerca de 77 milhões de IROS (índice de referência orçamental).

Segundo o secretário geral do parlamento angolano, Diogo de Jesus, o projecto de orçamento surge numa altura em que se vislumbra um incremento do trabalho político dos deputados face ao novo contexto político vigente no país.

Entre os objectivos a atingir, destaca-se o aumento do contacto dos parlamentares com o eleitorado, o prosseguimento das reformas administrativas, o melhoramento das condições de trabalho no órgão legislativo, bem como o saneamento da dívida contraída e a consolidação da cooperação interparlamentar.

A Assembleia Nacional aprovou ainda o projecto de lei dos inquéritos parlamentares, proposto pela bancada do MPLA, e que estabelece o regime jurídico dos inquéritos e regula a iniciativa, a constituição e o funcionamento das suas comissões.

(Com informações adicionais da Rádio Nacional)

Comissão Conjunta adia reunião ordinária para sete de Novembro

Luanda, 30/10 - A Comissão Conjunta (CC), órgão supervisor de implementação do Protocolo de Lusaka adiou para o próximo dia sete de Novembro a sua sessão ordinária prevista para quinta-feira, em Luanda.

Segundo o porta-voz da missão das Nações Unidas em Angola, Carlos Araújo, a reunião foi cancelada a pedido da delegação do Governo neste órgão.

A Comissão Conjunta esteve reunida hoje em sessão extraordinária, onde abordou essencialmente a questão do caso dos desmobilizados da UNITA na área de Mimbota, província do Bengo.

Os membros da CC que se deslocaram sexta-feira passada a esta zona constaram algumas irregularidades relacionadas com o regresso dos ex-soldados as suas áreas de origem, o que levou a convocação extraordinária do encontro.

Parlamento aprova Lei-Quadro da Dívida Pública

Luanda, 30/10 - A Assembleia Nacional aprovou hoje o projecto de Lei-Quadro da Dívida Pública Directa, que estabelece os procedimentos da sua constituição e gestão, com vista ao financiamento do défice orçamental.

O diploma, além de oferecer segurança jurídica aos credores do estado, garante ainda melhores condições de prazos e juros para financiar programas de governo através do Orçamento Geral do Estado (OGE).



Com 18 artigos, o projecto de lei estabelece com clareza todos os critérios que autorizam a emissão da dívida, a natureza dos títulos e contratos, bem como confere à Assembleia Nacional os meios necessários para exercer a função de controlo.

Define, por outro lado, que o recurso ao endividamento público pelo Estado deve subordinar-se aos limites estabelecidos na lei orçamental e conformar-se com as necessidades de financiamento dos programas e acções prioritários.

O novo diploma revoga a Lei sobre os Títulos de Tesouro, de 25 de Junho de 1988, em desuso logo que as condições macro-económicas e institucionais não permitiram a sua correcta aplicabilidade como instrumento de financiamento não inflacionário do défice público.

A Assembleia Nacional aprovou ainda o projecto de lei dos inquéritos parlamentares, proposto pela bancada do MPLA, e que estabelece o regime jurídico dos inquéritos e regula a iniciativa, a constituição e o funcionamento das suas comissões.

OGE come 358 biliões de Kwanzas

30/10/2002

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2003 está fixado em mais de trezentos e cinquenta e oito biliões de Kwanzas e visa a execução das acções constantes do Programa do Governo

O anúncio foi feito nesta terça-feira na reunião do Conselho de Ministros, orientada

pelo Chefe de Estado Angolano, José Eduardo dos Santos, que "apreciou diversas matérias atinentes à vida económica e social do país", segundo refere um comunicado de imprensa.

No tocante às prioridades do OGE, o ministro angolano das Finanças, Júlio Bessa, explicou que o sector social, tendo em conta a actual situação prevalecente no País, "mantém aquela linha de crescimento em termos de despesas."

A áreas da Saúde e Educação deverão ser as melhores beneficiadas deste Orçamento, segundo ainda o ministro, que não descurou igualmente o Sector Produtivo.

"Neste último, estão a ser reforçadas as verbas sobretudo na área de mecanização agrícola e preparação de terras, devido ao apoio que tem sido dado à população camponesa", disse.

Asseverou que "já se começa a sentir uma reversão em relação aos custos com a Defesa Nacional".

Afirmou que as atenções do momento centralizam-se mais para a ordem interna, sobretudo a Polícia Nacional, "uma vez que ela passa agora a cumprir uma tarefa muito mais estendida no País".

Júlio Bessa disse, por outro lado, que nos próximos anos o OGE "continuará a ser deficitário, até que se consolide o trabalho do aumento das receitas, se reconstrua o País e a economia e outros sectores produtivos venham a crescer".

(Angop)

Angola terá Bolsa de Valores em 2003

O ministro das Finanças, Júlio Bessa, revelou ontem que o país poderá ter, a partir de 2003, o seu mercado de capitais.

Falando aos deputados durante a apresentação do projecto de Lei-Quadro da Dívida Pública Directa, Júlio Bessa informou que o seu Ministério está a "terminar um trabalho que vai institucionalizar o mercado de capitais em Angola", onde poderá ser transaccionados os títulos da dívida pública.

"Queremos criar a Bolsa de Valores. A partir de 2003 já estaremos em condições de dar passos mais concretos neste sentido", disse o ministro aos deputados.

Júlio Bessa disse ainda que a aprovação da Lei-Quadro da Dívida Pública vai permitir ao Governo começar a emitir, ainda este ano, os primeiros títulos, e a partir de 2003 o país poderá dispor já de um mercado de capitais.

Orçamento do Estado fixado em 358,8 biliões de Kwanzas

Luanda, 30/10 - O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2003, destinado à execução das acções constantes do Programa do Governo, está fixado em 358 biliões 888 milhões 331 mil e 816 kwanzas.

O anúncio foi feito terça-feira na reunião do Conselho de Ministros, orientada pelo Chefe de Estado Angolano, José Eduardo dos Santos, que "apreciou diversas matérias atinentes à vida económica e social do país", segundo refere um comunicado de imprensa.

No tocante às prioridades do OGE, o ministro angolano das Finanças, Júlio Bessa, explicou que o sector social, tendo em conta a actual situação prevalecente no país, "mantém aquela linha de crescimento em termos de despesas."

A áreas da Saúde e Educação deverão ser as melhores beneficiadas deste Orçamento, segundo ainda o ministro, que não descurou igualmente o Sector Produtivo.

"Neste último, estão a ser reforçadas as verbas sobretudo na área de mecanização agrícola e preparação de terras, devido ao apoio que tem sido dado à população camponesa", disse.

Asseverou que "já se começa a sentir uma reversão em relação aos custos com a Defesa Nacional".

Afirmou que as atenções do momento centralizam-se mais para a ordem interna, sobretudo a Polícia Nacional, "uma vez que ela passa agora a cumprir uma tarefa muito mais estendida no país".

Júlio Bessa disse, por outro lado, que nos próximos anos o OGE "continuará a ser deficitário, até que se consolide o trabalho do aumento das receitas, se

reconstrua o País e a economia e outros sectores produtivos venham a crescer".

Governo Angolano trilha caminhos para a estabilização do mercado

O Governo de Angola acaba de dar um passo importantíssimo rumo à estabilização no abastecimento dos produtos de primeira necessidade à população, com a criação de entrepostos nas cidades portuárias.

O primeiro desses entrepostos, com 34 armazéns, foi inaugurado hoje em Luanda, pelo presidente da república, José Eduardo dos Santos, enquanto os restantes serão instalados brevemente nas cidades de Cabinda, Lobito e Namibe.

O empreendimento inaugurado na capital do país contém mercadorias avaliadas em 11 milhões de dólares americanos e situa-se na zona da Petrangol.

Nele estão armazenados diversos produtos como arroz, óleo vegetal, leite condensado e sabão, estando prevista a aquisição de mais bens, entre conservas de carne e de peixe, chá e material escolar.

A criação desses estabelecimentos insere-se nas prioridades estabelecidas pelo Programa do Governo para os próximos anos, assente no controlo da inflação e implementação de uma nova política de preços que proteja os rendimentos dos trabalhadores.

Trata-se de uma medida de carácter "estruturante" que visa estabilizar os preços, combatendo a especulação através do abastecimento regular de produtos básicos no mercado, para que estejam disponíveis a toda a população.

Segundo especialistas do ramo comercial, esta nova filosofia do governo permitirá ainda inserir Angola no comércio internacional, uma vez que os países vizinhos poderão igualmente servir-se desses entrepostos.

Sobre a garantia do abastecimento, ressaltam o facto de, doravante, os grossistas poderem ter acesso aos produtos pagando directamente ou mediante um crédito bancário.

No entreposto de Luanda, funcionam o Banco Africano de Investimento (BAI) e o Banco de Poupança e Crédito (BPC), estando prevista para breve a abertura do Banco do Comércio e Indústria (BCI), para agilizar as operações.

Os prazos de importação de uma mercadoria levam de três a seis meses, mas através do entreposto a comercialização dos produtos ficará reduzida para apenas dois dias entre a compra e a retirada do produto importado.

"O Entreposto juridicamente continua a ser um país estrangeiro", sublinharam, adiantando que quando o grossista for comprar vai pagar os direitos aduaneiros.

Como o mesmo tipo de produto terá um preço de custo idêntico, isso permitirá ao governo agir sobre o controlo de preços. Quanto ao problema do mercado paralelo versus retalhista, as fontes asseguraram à Angop que foi criada legislação para absorver o sector informal, incluindo mecanismos e figuras como a do comerciante a título precário.

O sistema de entrepostos aduaneiros angolano é gerido pela empresa suíça Control Técnico Avançado (COTECNA) ao passo que a administração e fiscalização está a cargo da Direcção Nacional das Alfândegas de Angola.

A COTECNA, criada em 1975 e representada em 100 países, foi contratada pelo governo angolano através de um concurso técnico internacional.

• LE MONDE | 23.10.02 | 11h43

Affaire Elf : Philippe Jaffré entendu comme témoin assisté

M. Jaffré a expliqué les conditions dans lesquelles Elf a versé d'importantes sommes à des intermédiaires libanais et nigériens pour favoriser l'obtention d'un contrat bloqué par le régime du dictateur nigérien Sani Abacha.

L'ancien PDG d'Elf Aquitaine Philippe Jaffré a été interrogé par le juge d'instruction Renaud Van Ruymbeke, mardi 22 octobre, en qualité de témoin assisté. Intervenant dans le cadre de l'affaire des commissions versées par la compagnie pétrolière en marge de son implantation au Nigeria, en 1995, cette audition ne s'est soldée par aucune poursuite. M. Jaffré – aujourd'hui directeur général financier d'Alstom – y a expliqué les conditions dans lesquelles Elf a versé d'importantes sommes à des intermédiaires libanais et nigériens pour favoriser l'obtention d'un contrat bloqué par le régime du dictateur Sani Abacha (*Le Monde* du 20 septembre).

Deux des trois destinataires des commissions – Ely Calil et Samir Traboulsi – ont été mis en examen pour *"recel d'abus de biens sociaux"*; le troisième, Gilbert Chagouri, qui était l'homme de confiance du général Abacha, est protégé de toute convocation judiciaire par l'immunité diplomatique : il est ambassadeur de Sainte-Lucie à l'Unesco. L'enquête a révélé le versement d'autres commissions, apparemment destinées aux présidents gabonais, Omar Bongo, et togolais, Gnassingbé Eyadéma. **(Avec AFP et Reuters)**

• ARTICLE PARU DANS L'EDITION DU 24.10.02

Angola employs Mintek

Trade and Industry Editor

THE Angolan government has approached SA's minerals research and development parastatal Mintek to help with the rehabilitation of its mining industry in the wake of the economically disruptive civil war.

The approach is a recognition of the abilities Mintek, which has been transformed in recent years into a commercially oriented operation and a world leader in a number of metal-related technologies.

Mintek CE Paul Jourdan said there was a possibility of Mintek assisting other African countries including Zimbabwe and the Congo with the development of their mining industries.

"Now there is peace, we would be looking to see how we could help with the revival of the minerals sector in Angola with the exception of diamonds and oil, in which Mintek does not have much experience."

He said the mineral potential of Angola was awesome, and that now the conflict was over, there was hope the country's mining industry can be rejuvenated.

"The potential of oil and diamonds is well known, but Angola has only been 20% surveyed geologically one third of the country is covered with Kalahari sand, and there could be anything under that. It's still very early days, but we are interested in the potential."

Oct 28 2002 12:00:00:000AM John Fraser Business Day 1st Edition

• LE MONDE | 28.10.02 | 14h49

Incarcéré depuis 2001, Alfred Sirven menace de mettre en cause "les gens" qui lui auraient suggéré de s'exiler

Alors que la cour d'appel de Paris doit rejuger, à partir du 4 novembre, les protagonistes de l'affaire Elf, l'ancien numéro deux du groupe pétrolier dénonce "l'acharnement du parquet à son égard".

L'avertissement a été lancé soudainement, au terme du dernier interrogatoire d'Alfred Sirven. Incarcéré depuis le mois de février 2001 à la prison de la Santé, l'ancien directeur des "affaires générales" d'Elf Aquitaine s'est emporté, dans le cabinet du juge Renaud Van Ruymbeke, contre l'opposition du parquet à toute décision qui lui serait favorable, jusqu'à l'assouplissement de son contrôle judiciaire – purement virtuel, puisqu'il reste sous mandat de dépôt.

S'expliquant *"l'acharnement du parquet à -son- égard"* par sa fuite aux Philippines, en 1997, et la longue cavale qui avait suivi, M. Sirven a interrompu l'audition pour déclarer : *"J'entends maintenant révéler les conditions précises et les motifs de mon départ. Cette décision étant extrêmement grave, je souhaite m'entretenir avec mes avocats."*

Passé le conciliabule avec ses défenseurs, M. Sirven n'a rien ajouté, mais *"son intention demeure"*, a indiqué au *Monde* l'un de ses conseils, M^e Eric Turcon. L'explication attendue pourrait être livrée en public, devant la cour d'appel de Paris, qui doit rejuger, à partir du 4 novembre, les protagonistes de l'affaire mettant en cause l'ancien président du Conseil constitutionnel, Roland Dumas, et son ancienne compagne, Christine Deviers-Joncour. A l'instar de ceux-ci, M. Sirven avait été condamné, en première instance, à une peine d'emprisonnement ferme, de même que l'ex-PDG d'Elf, Loïk Le Floch-Prigent.

"L'AFRIQUE OU LES BAHAMAS"

Dès sa première rencontre avec M. Van Ruymbeke, le 1er mars 2001, M. Sirven avait évoqué, en termes sibyllins, les circonstances de sa fuite, assurant : *"Cette affaire ayant pris les dimensions d'une véritable affaire d'Etat, il m'a été vivement*

conseillé de m'éloigner. En retour, il m'a été assuré que je pourrais séjourner à l'étranger sans risque particulier en dépit des mandats d'arrêt, ce qui fut effectivement le cas pendant deux ans."Jamais, depuis lors, il ne s'est montré plus précis. Le 18 septembre 2001, plaidant sa cause en personne devant la 9^e chambre de la cour d'appel, saisie d'une demande de mise en liberté, le détenu avait glissé qu' *"on lui avait suggéré de s'exiler vers "l'Afrique" ou "les Bahamas".*

Quelques mois plus tard, il voisinait, à la Santé, avec Didier Schuller, autre fugitif célèbre, dont le premier lieu d'exil fut justement les Bahamas. De leurs conversations, les deux hommes ont déduit que leurs aventures présentaient des similitudes. Or peu après sa libération, l'ex-conseiller général (RPR) avait accusé *"les chiraquiens"* – et notamment l'avocat Francis Szpiner, qui l'avait contesté – d'avoir orchestré une *"manipulation"* visant à provoquer sa fuite (*Le Monde* du 6 mars). Sans en dire davantage sur les éventuelles révélations annoncées par M. Sirven, son entourage indiquait, la semaine dernière, qu'il pourrait, à son tour, *"mettre en cause des gens proches du pouvoir actuel"*.

L'ancien bras droit de M. Le Floch-Prigent semble aussi espérer que sa responsabilité directe sera déchargée à propos des fonds versés par Elf à Mme Deviers-Joncour, puisque seul le PDG disposait du pouvoir de faire verser des *"commissions"*. Devant le tribunal, M. Le Floch-Prigent avait estimé avoir été *"trahi"* par M. Sirven. Il a ensuite pris sa défense dans un livre, mais sans prendre la responsabilité des faveurs consenties à la compagne de M. Dumas.

Jamais confrontés durant l'instruction, les deux hommes qui contrôlèrent le groupe Elf de 1989 à 1993 s'étaient à peine croisés lors du premier procès, au mois de mai 2001 – M. Sirven ayant rapidement déserté les audiences. Leurs retrouvailles s'annoncent tendues, les proches de M. Sirven ayant multiplié les messages pour prévenir que celui-ci ne resterait pas muet. *"Je m'estime responsable de mes actes et je suis prêt à en assumer les conséquences,* disait-il au juge, le 13 décembre 2001, *mais je laisse aux autres protagonistes le soin de prendre eux-mêmes, en toute conscience, leurs responsabilités."* A la veille du procès en appel, il semble décidé à les y aider.

Hervé Gattegno

• ARTICLE PARU DANS L'EDITION DU 29.10.02

Monday, 28 October, 2002, 12:56 GMT

Blood diamond talks begin

Diamonds finance wars in some African nations

The World Diamond Council is meeting in London to discuss moves to crack down on the illegal trade in gems mined in war zones - so called blood diamonds. Proceeds from the sale of blood diamonds are used to fund some of Africa's bitterest conflicts, including wars in Sierra Leone and Angola.

Pressure has been mounting on the industry to find a way of stamping out trafficking in the gems. The WDC's talks will focus on a proposed tracking scheme under which diamonds mined in conflict-free zones would be given a certificate of origin. Once the scheme - due to be formally launched next month - is implemented, every diamond offered for sale will have to be accompanied by a certificate to show that it is conflict-free.

But critics say the plan does not go far enough. They argue that once a diamond has been processed, it will be very difficult to determine its origin.

Crackdown

World Diamond Council chairman Eli Izhakoff told the BBC's World Business Report that the support of governments is essential to the plan's success. Forty governments are involved already, and another thirty are expected to join. "I'm confident that we will be able to come up with a type of system that will be workable," Mr Izhakoff said. "But putting the certification system in place clearly is going to make it extremely difficult for anybody to try to deal in this type of diamond.

Conflict diamond rules 'in danger'

Monday, October 28, 2002 Posted: 6:22 PM EST (2322 GMT)

LONDON, England (Reuters) -- Industry apathy is jeopardising new rules to curb trade in so-called "conflict diamonds" which fuel various African rebel wars, rights groups have said.

The regulations aim to stop the lucrative trade in such diamonds -- mined illegally in war zones -- which campaigners also say may be financing terror organisations.

They require every diamond to have a "chain of warranties" documenting each stage of its journey from mine to jewellers so that those from war zones can be identified and banned.

But the campaigners, protesting outside a diamond industry meeting on Monday, said jewellers and diamond traders have not educated their staff about the self-regulatory measures, and their half-hearted support will undermine the regulations.

"If the industry doesn't start raising public awareness now we run the risk of having a system that exists on paper, but has no real effect," said Amboka Wameyo, Africa Policy Officer at ActionAid, a campaigning group involved in Monday's protest.

The group carried out an undercover investigation they say shows UK jewellers are "woefully unprepared" for the introduction of the regulations on 1 January 2003.

ActionAid staff posed as diamond buyers and approached both high street and luxury jewellery stores. They said sales staff in most shops were unaware of the details of the scheme or the requirement for self-regulation.

"They believed their relationship with reputable suppliers meant the source of their diamonds could be trusted," ActionAid said in a statement. "This is not the case. Diamonds are still leaving conflict zones and entering world markets."

Senior diamond industry figures said diamond sellers will publicise the regulations when details are finalised early next month.

They also said the measures would effectively resolve the issue of conflict diamonds.

"Certainly there has already been if not a complete end then a dramatic reduction in the flow of conflict diamonds," said Matthew Runci, Executive Director of the World Diamond Council, an industry body set up to stop the trade in conflict diamonds.

"Conflict diamonds most definitely have been, and remain, an issue for the industry. However the focus now shifts to the inter-governmental system of control," he told Reuters.

The United Nations has already banned the sale of conflict diamonds, but a UN-appointed panel reported last Monday that the practice continues in the Democratic Republic of Congo.

"Conflict diamonds are still being absolutely used in relation to Congo, Liberia and Angola, and are now linked to the fuelling of terrorism," Alex Yearsley, of the Global Witness

rights group, told Reuters.

The group said earlier this year that the Al Qaeda network had converted a large amount of money into diamonds after the bombings of US embassies in Kenya and Tanzania in August 1998.

Parliament Analyses Public Debt Law

[Angola Press Agency](#) (Luanda)

October 28, 2002

Posted to the web October 28, 2002

Luanda

Angola's parliament Tuesday opens the first plenary session of 2002/2003 legislative period with debates on the draft framework laws on public debt and commercial societies.

Also under discussions will be a draft law on parliament inquiries, at a time a National Assembly commission is investigating Macon's concession of Kinaxixi market.

Lack of proper regulations has embarrassed the work of parliament commissions when it comes to conducting inquiries.

The Parliament Budget for 2003 and the Treaty on border delimitation between Angola and Namibia also form part of the agenda.

The members of Parliament will also be briefed on the work of the four-year-old commission tasked with preparing the future constitution of Angola.

• LE MONDE | 28.10.02 | 14h49

Philippe Jaffré "assume la responsabilité" des commissions versées par Elf dans le dossier nigérian et justifie la corruption de dirigeants étrangers

La mise en cause attendue par ses ennemis n'a pas eu lieu. Interrogé, le 22 octobre, sur les commissions versées en 1995 par Elf Aquitaine en marge de ses investissements au Nigeria, l'ancien PDG du groupe pétrolier, Philippe Jaffré, s'est dit *"meurtri par cette enquête"*, et *"choqué"* par les soupçons qu'elle suscite, mais il est reparti sans être l'objet d'aucune poursuite. *"J'ai été élevé (...) dans le sens de l'honneur, le respect de l'honnêteté et dans le dégoût de la tricherie et de l'irresponsabilité"*, a-t-il déclaré au juge Renaud Van Ruymbeke, affirmant avoir *"restauré sans faiblesse"* ces principes au sein du groupe Elf – *"ce qui m'a valu, a-t-il dit, des haines inextinguibles"*.

Au cours de cette longue audition, M. Jaffré s'était auparavant efforcé de balayer les incertitudes autour du paiement de plusieurs intermédiaires dans l'affaire nigériane. *"J'assume l'entière responsabilité de l'ensemble de ces versements"*, a-t-il déclaré, assurant que ses collaborateurs s'étaient *"pliés à -ses- instructions"*.

Dirigeant d'Elf de 1993 à 1999, M. Jaffré – qui s'est présenté sans avocat – a expliqué dans quelles conditions l'implantation de la compagnie française avait été remise en cause par le régime du général Sani Abacha, ce dernier ayant exigé un *"complément de prix"* par rapport au montant officiel de la transaction. C'est ainsi qu'avaient été versés 10 millions de dollars à l'homme d'affaires libanais Samir Traboulsi et 60 millions de dollars à l'industriel nigérian Ely Calil – tous deux mis en examen depuis pour *"recel d'abus de biens sociaux"*.

"RAGOTS", "ÉLUCUBRATIONS"

Ayant *"donné-son-accord"* au transfert de ces sommes et soulignant la *"rentabilité considérable"* des participations nigérianes, l'ex-PDG a expliqué qu'*"il était de l'intérêt évident d'Elf de conclure cette affaire à l'amiable, même*

moyennant un complément de prix très important -et- qu'il n'y avait aucune chance d'aboutir sans disposer d'agents commerciaux efficaces". Il a néanmoins ajouté avoir constaté, à la lumière de l'enquête, que "certains intermédiaires auraient reçu des sommes plus importantes que ce qui était prévu", précisant : "Dans mon esprit, la rémunération des divers agents commerciaux était de 40 millions de dollars -...-, ce qui était cher mais paraissait correspondre au service rendu et aux habitudes de cette région du monde." En réalité, M. Calil avait aussitôt reversé, sur les 60 millions de dollars perçus, 45 millions à Gilbert Chagouri, un proche du général Abacha, et 6 millions à M. Traboulsi, qui fut donc rémunéré deux fois.

"N'avez-vous pas le sentiment que la société Elf a été escroquée ?", a demandé le juge. En réponse, M. Jaffré a concédé n'avoir eu "aucune assurance formelle" que les sommes versées rémunéraient une prestation effective, mais il a expliqué que "traiter avec cette profession -d'intermédiaires- un peu "ficelle" implique d'accepter quelques risques" et tenu, là encore, à en "assumer la responsabilité", pour avoir donné des "instructions" afin que les sommes en cause soient versées.

A celles-ci s'étaient d'ailleurs ajoutés deux virements de 10 millions de dollars, toujours en 1995, à destination de comptes bancaires suisses censés dissimuler les présidents gabonais Omar Bongo et togolais Gnassingbe Eyadéma (*Le Monde* du 20 septembre). M. Jaffré a expliqué à ce propos avoir donné son "accord" à la sollicitation, par les hommes d'Elf, de ces "hautes personnalités", au moment où la négociation nigériane semblait dans l'impasse, et avoir ordonné leur paiement après qu'André Tarallo, le "M. Afrique" d'Elf, lui avait "fait valoir que les interventions avaient bien eu lieu" et que, si les règlements n'étaient pas effectués, "les intérêts d'Elf en Afrique auraient à en souffrir".

Justifiant, en termes choisis, la corruption de dirigeants étrangers, M. Jaffré a expliqué que "tous les pays ne font pas la même distinction entre argent public et argent privé, entre être au service de l'Etat et se servir", rappelant que "la France elle-même a pris du temps pour appliquer plus rigoureusement cette distinction" et que "Richelieu, Mazarin, Colbert, Talleyrand ont fait leur fortune,

celle de leur parentèle, celle de leurs proches, tout en faisant celle de l'Etat". "Je ne partage évidemment pas ces valeurs, a-t-il conclu, mais je n'ai pas à juger. - ...- Un groupe qui travaille dans de nombreux pays a à se plier aux usages et aux règles, dès lors qu'ils ne sont pas en contradiction avec la loi française." Avant de dénoncer "ragots" et "élucubrations", pour lancer au juge cette sorte de défi : "Lorsque vous aurez terminé l'expertise de mes comptes bancaires et que vous n'y aurez décelé aucun mouvement suspect, j'espère que vous le ferez hautement savoir."

Hervé Gattegno

• ARTICLE PARU DANS L'EDITION DU 29.10.02

Angola Seek \$12m Stadium Refit

[This Day](#) (Lagos)

October 28, 2002

Posted to the web October 28, 2002

Lagos

The main stadium in Angola, the Cidadela, venue of the goalless draw with the Super Eagles in a Tunisia 2004 qualifier last month, faces an eight-month closure when the \$12 million needed to renovate the venue is available.

Angolan deputy sport minister, Landu Augusto made the announcement in Luanda on Thursday.

Mr. Augusto said the money is not yet available to modernize the stadium but the estimate has been sent to parliament for approval.

Augusto added that lack of maintenance was one of the causes of the deterioration of the Cidadela.

It has been decided that the stadium will not be demolished but instead the funds will be enough to rehabilitate the drainage system, cracks in the stands and the athletic tracks.

Last year the second tier of the stadium was closed to fans because there were cracks after an earlier renovation work.

The 70,000 capacity stadium hosts international matches involving the Palancas Negras and the Luanda based clubs including Petro Atletico and Primeiro de Agosto.

Meanwhile, plans are underway to build an ultra-modern state-of-the-art stadium after the renovation of the Cidadela.

Source: UN OCHA Integrated Regional Information Network
Date: 28 Oct 2002

UN urges govt to lead recovery efforts

JOHANNESBURG, 28 October (IRIN) - In the wake of a brutal civil war, Angola has some of the worst living conditions in the world. However, aid agencies are hopeful that peace would usher in unparalleled opportunities in the oil-producing country.

A recent UN study painted a grim picture of the country, which was devastated by 27 years of war. More than 60 percent of the population live below the poverty line, which is equivalent to US \$1.68 a day, and life expectancy remains 42 years.

Almost a third of Angolans are displaced, internally or across the country's borders as refugees. In addition, the country has the second highest mortality rate in the world for children below the age of five, after Sierre Leone.

The report said that although the need for external aid was recognised, the government would have to take the lead in the country's reconstruction. The UN, donors and NGOs operating in the country would complement these efforts.

The assessment titled, "Angola - Challenges after the war", conducted jointly by UN agencies between September 2001 and June 2002, was intended to provide a strategic vision for the UN agencies working in the country.

"The report is a realistic assessment of the current situation and while there are definite challenges ahead there is also huge potential," United Nations Development Programme (UNDP) Deputy Resident Representative Steven Kinglock, told IRIN.

The study pointed out that malaria was the predominant cause of death among children and adults, in addition to being one of the main causes of poor health and depression, and having a profound effect on family income.

However, it cautioned that HIV/AIDS, due to its rapid spread, could eventually become the single largest killer.

The report also highlighted the desperate plight of the country's children.

"About half of primary school-age children are not enrolled in school, mainly because of financial constraints, but in some cases because many do not have birth certificates or there are no school places available," the study found.

The report argued for increased rights protection for the millions of internally displaced persons (IDPs), saying many IDPs were too "afraid and preoccupied with day-to-day survival to assert their rights".

Kinglock said the UNDP was working closely with NGOs to increase civil society's participation in public affairs.

But while the humanitarian caseload was expected to increase in the short-term, the study remained optimistic about the country's potential to increase its level of oil production in the next few years.

"Although oil production (running at over 900,000 barrels per day in early 2002) is forecast to remain quite stable until 2005, it will then rise rapidly, probably reaching more than 1.9 million barrels per day by 2007 .. the projected increase

in oil production over the medium-term will be large enough to turn the current account of the balance of payments from deficit into surplus and finance much of the country's reconstruction," the study noted.

But while the war was definitely over, the country continued to face major threats, which if left unchecked "could have extremely damaging consequences, cancelling out the opportunities," the report noted.

One of the key concerns was the mismanagement of public revenues. Earlier this month the BBC reported that an internal report by the International Monetary Fund (IMF) found that nearly US \$1 billion disappeared from Angolan government coffers last year.

The report suggested that all revenues be channelled through the official approved budget. It said it was imperative that the government improve the business climate outside the oil sector.

Public works programmes had proved to be a successful option in other countries recovering from war.

The UN report also highlighted the risk of both the present and future generations reaching adulthood without basic skills of literacy and numeracy. The government was urged to make a significant investment in education.

It was also crucial to sustained peace that the government create avenues for popular participation in public affairs. In the new post-war context, the report urged the holding of national elections in free and fair conditions.

Igreja católica não apoia Vicente Pinto de Andrade

28/10/2002

O único candidato, até aqui, às próximas eleições presidenciais, Vicente Pinto de Andrade, não conta com o apoio da Igreja Católica para esta empreitada política que tem como meta o cadeirão máximo do Palácio da Cidade Alta, deixou claro o presidente da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé, Dom Zacarias Kamuenho.

Dom Zacarias Kamuenho, reagiu assim oficialmente contra os rumores que insinuavam o envolvimento desta igreja no rápido processo de apresentação da candidatura do economista Vicente Pinto de Andrade.

O também bispo da diocese do Lubango não só tratou de clarificar a posição da igreja católica a este respeito, como igualmente, numa atitude pedagógica, disse a emissora católica de Angola que a agir como admitiam as especulações, estar-se-ia perante um facto que choca contra a vontade das pessoas.

Alias, e como fez questão de deixar igualmente claro, não é apanágio da igreja católica participar nas contendas políticas, podendo, isso sim, contribuir para a elevação da consciência cívica dos cidadãos, preparando-os para as eleições, mas cabe a eles, individualmente, a decisão da escolha do candidato preferido.

Zacarias Kamuenho considera assim de pura especulação as informações que foram postas a circular em alguns círculos políticos luandenses, dando como certo o apoio católico a candidatura de Vicente Pinto de Andrade.

Entretanto, a candidatura de Vicente Pinto de Andrade tem estado a despoletar desenvolvimentos associados, alguns dos quais prejudiciais para o até aqui único candidato as eleições presidenciais ainda por marcar no cenário político nacional.

Antes desta tomada de posição da CEAST, Vicente Pinto de Andrade havia recebido já um convite para deixar os quadros da empresa KPMG, por alegada incompatibilidade da sua função nesta consultora com o estatuto de candidato as próximas eleições presidenciais, um revés que ele considerou violar os seus direitos individuais.

Produtos básicos custam menos em Luanda

26/10/2002

Preços de produtos que constituem a cesta básica registam, há três dias, uma ligeira baixa no maior mercado paralelo do país, Roque Santeiro

Numa ronda efectuada hoje pela Angop ao local, frequentada por mais de 100 mil pessoas/dia, entre vendedores e compradores, constatou-se que um quilograma de arroz está a ser comercializado a 19 kwanzas (kz) quando na terça-feira custava 20 kz.

O quilo de açúcar baixou de 35 para 30 kz, o de feijão manteiga passou de 60 Kz para 59 Kz, a fuba de bombo de 25 Kz a 20Kz, o leite Nido de 2.270 quilogramas custa 500 kwanzas contra os 450 anteriores, o monte de seis tomates de 20kz baixou para 19 kz, enquanto um monte de cinco peixes carapaus vale 200kz contra os 150 kz.

Fontes contactadas no local disseram que a descida dos preços dos produtos no Roque Santeiro deve-se a existência de muita mercadoria junto dos grossistas.

Sobre este assunto, uma fonte ligada a economia do país disse que os preços dos produtos básicos podem vir a baixar mais nos próximos dias, face as novas medidas económicas do governo, que consistem na criação de Entrepósitos Aduaneiros em várias províncias do país.

"Se antigamente havia pessoas a importar bens da primeira necessidade e vender num preço pouco aceitável, uma vez que os grossistas poderão comprar os seus produtos dentro do país, sem muitos encargos" disse.

Entretanto, apesar da baixa de preços dos produtos básicos, a cotação do dólar americano no mesmo mercado mantém-se há três dias, com a nota de 100 dólares a ser comercializado por 5 mil e 150 kz (compra) e a 5 mil e 200 kz (venda).

No mercado oficial de divisas, um dólar americano está ser vendido a 50,9089 kz (compra) e a 51,61340 (compra).

Conversation 021028: Three processes suspended: a) lcia re \$50m loan plus interest; b) paris intl chamber of commerce re sdm sales agreement, referred there by hague; c) prospecting agreement, ad hoc arbitration under uncitral. Angolans wanted to negotiate without pressure. Endiama had also launched two processes at luanda supreme court and luanda provincial court, first not recognising authority of the international tribunal, and second dredging up issue of unita diamond buying. Talk that baltazar to pressure producers into signing exclusive agreements with ascorp; suggests something going to happen; ascorp buyers caught near border with 100k of diamonds; rumours that isabel and leviev no longer so close; and gaidamak and leviev no longer so close; camafuca tiny investments \$20m over 5 years, 2 pan plants (early last century), river runs right over the top of camafuca, alrosa president there now negotiating, agreement over luo is diamondworks old concession; hold camatchia and camagico pipes, been talk of getting involved in camutué with terramina (baltazar's old concession). Alrosa and endiama in agreement with escom (banco espirito santo) on luo project. Relocation of old branch energy concessions was published last year. Sangamina untested kimberlite discovered by portuguese 50s or 60s, number of unheard of angolan companies, sa and angola still chilly, dos santos at sadc summit warm to all leaders except mbeki, aziz pahad talking of humanitarian projects to warm atmosphere, ascorp claimed credit for 66m of taxes last year; in fact that was the wording of their press release but that appeared to take credit for taxes in fact paid by producers. In fact ascorp published data showing profits of just \$3m or so last year. Endiama has stakes with itm, catoca, sdm. Samondo – not heard speculation, but v americanised and not necess. Like living in Angola.

Perspectiva Multinacional sul-africana vai criar laboratório para classificação de diamantes

Endiama e De Beers estabelecem nova parceria

A multinacional sul-africana dos diamantes, a De Beers, vai voltar a operar em Angola. Assim, a Endiama e a De Beers dão-se as mãos depois de algum tempo de costas voltadas.

“As negociações entre a Endiama e a De Beers no âmbito do acordo moratório, arrancaram ontem. Até ao dia 31 de Dezembro, deverão estar definidos os consensos que vão realizar o regresso dos investimentos e operações em Angola”.

Uma nova figura societária vai dar corpo à nova parceria entre a Endiama e a De Beers, estando, para isso, já suspensas as disputas judiciais que haviam entre as partes. Havendo agora lugar apenas para esforços conjuntos que permitam chegar a um fim positivo das negociações, conforme declarou à RNA o presidente do Conselho da Administração da multinacional, Gaspar Cardoso. “O Conselho da Administração da De Beers, está preparado a trabalhar em parceria amigável com a Endiama no sentido de serem definidos e qualificados os velhos investimentos bem como caracterizar a empresa da cooperação. O laboratório, o único que é montado fora do quartel-general da De Beers, no domínio de geologia e de análise, sobretudo de prospecção. A montagem do laboratório, no entender do presidente, significa uma aposta no futuro e numa relação duradora com a Endiama.

Com o projecto a De Beers perspectiva analisar também em Angola os resultados da prospecção e pesquisa das potencialidades diamantíferas.

O laboratório estará localizado, num edifício que terá um sistema de controlo sofisticado, com condições técnicas para classificação e lapidação de diamantes.

021020Endiama tem relações estáveis com parceiras

Endiama tem relações estáveis com parceiras.

A Endiama possui relações de estabilidade com os governos provinciais, o ministério de tutela e outras empresas mineiras, disse sexta-feira, em Luanda, o presidente do conselho de administração da empresa nacional de diamantes de Angola, Manuel Calado.

O Responsável fez esta afirmação durante um jantar para comemorar o primeiro aniversário da actual direcção.

Perante os antigos administradores, Mankenda Ambroise, Noé Baltazar,

Paulino Neto, José Dias e Agostinho Gaspar, Manuel Calado referiu que outro tipo de avaliações é algo que apenas as outras pessoas poderão fazê-lo, acrescentando que “não poderemos ser nós a fazer”.

Por outro lado, o presidente do conselho de administração da Endiama reiterou a disponibilidade da sua direcção em resolver amigavelmente o diferendo que opõe a Endiama e a Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (SDM) à De Beers. “A partir de agora vamos negociar, vamos alcançar acordos com vantagens para as duas partes”, assegurou.

A decisão surgiu de uma moratória assinada, nesta terça-feira, entre as três empresas, para resolverem os seus diferendos e concluírem contratos que conduzam a uma cooperação bilateral mutuamente vantajosa no domínio da indústria diamantífera.

Para o efeito, as empresas solicitaram aos tribunais angolanos e arbitrais a suspensão até 31 de Dezembro do corrente ano, dos processos arbitrais intentados pela De Beers contra a Endiama e a SDM e dos processos judiciais intentados, conjuntamente, pelas duas últimas contra a De Beers.

Negociações *Diamantíferas suspendem até 31 de Dezembro processos arbitrais*

Endiama, De Beers e SDM terminam disputas 021019

A Endiama, a De Beers e a Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (SDM) assinaram um acordo de moratória, para o fim das disputas, e conclusão de novos contratos. Tal facto, segundo uma nota de imprensa divulgada, ontem, em Luanda, poderá conduzir a uma maior cooperação bilateral, mutuamente vantajosa no domínio da indústria de diamantes.

Para seguimento deste acordo, as empresas solicitaram aos tribunais angolanos e arbitrais que suspendessem até 31 de Dezembro do corrente, os processos arbitrais intentados entre as três instituições.

O acordo de moratória, que visa também iniciar, a partir de 21 do corrente mês, negociações de boa fé entre as empresas, estipula igualmente que se as partes não chegarem a um acordo definitivo até 31 de Dezembro, os processos arbitrais deverão ser retomados.

As empresas perante este quadro pretendem envidar esforços para um desfecho positivo do processo negocial.

Sonamet to Build Four Oil Rigs

ANGOP

October 21, 2002

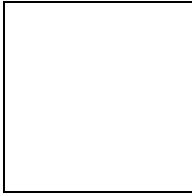
Benguela, 10/21 - Four oil rigs intended for the US oil company "Chevron" will be built by Sonamet in Lobito city, central coastal Benguela province, beginning next year.

A source close to Chevron said the construction of the four oil rigs, for deep waters, is estimated at 40 million dollars and aims to meet the needs of the Angolan market, taking into account the rise in oil production.

He said the completion of the rigs is scheduled for 2006.

In 1998, Sonamet built the first two oil rigs for non-deep waters meant for the Cabinda Association (Chevron, Agip Sonangol and Elf).

Sonamet also built other two water injection rigs. The company is an autonomous society made up by the French "etpm"sa, (with 55 per cent), the Angolan "Sonangol" (40 per cent), and "wapo" international (5 %).



World Food Program Increases Budget

ANGOP

October 25, 2002

Rome, Oct 25 - The United Nations World Food Program (WFP) managing board has decided to increase to 241.4 million US Dollars the budget allotted for Angola's prolonged relief and recovery operations.

From a USD 233.5 million, the increase was decided at a WFP managing board meeting held between October 21 and today in Rome (Italy), attended by an Angolan delegation headed by locally-based ambassador, Boaventura Cardoso, who is also the country's standing representative to Rome-based UN agencies.

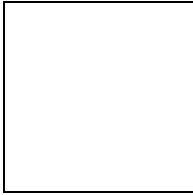
Angola's contribution to the program is estimated at USD 15.4 million mainly substantiated in the funding of fuel and WFP plane landing fees exemptions.

Addressing the session approving the funding, Boaventura Cardoso thanked the World Food Program for the work it has done in favor of Angola, including the support for the return of displaced people to their regions of origin, supply of farming inputs and food supply ahead of 2003 harvesting period.

Ambassador Boaventura Cardoso also mentioned Angolan government effort towards the recovery of the main communication networks facilitating the distribution of goods.

On the other hand, he appealed to all donor countries to actively participate in supporting this program for Angola.

Representatives of WFP's managing board, namely the US, Japan and Cameroon (on behalf of the African countries), Haiti (Latin America) and Bangladesh (Asia) expressed their support.



Áreas de acolhimento geram polémica na comissão conjunta

25/10/2002

A UNITA apresentou formalmente a Comissão Conjunta o seu protesto contra a retirada forçada dos ex-militares dos campos de acolhimento para zonas por eles desconhecidas.

Uma fonte da organização disse a Voz de América que no protesto a UNITA exigiu explicações do governo sobre o sucedido durante a reunião da CC realizada esta quinta-feira. A fonte assegurou que a equipa do governo a CC não só não respondeu de forma convincente como também não deu mostras de que vai reconsiderar a sua decisão.

Disse lamentar a atitude do governo que colide com os entendimentos já alcançados quanto as normas a serem observadas no processo de reassentamento dos ex-militares.

A atitude das autoridades de Luanda parece dar consistência as informações segundo as quais o governo pretende ver encerrados os campos de acolhimento o mais rápido possível por não estar em condições de continuar a suportar os encargos resultantes da sua manutenção por mais tempo.

Depois dos episódios registados no passado dia 17 de Outubro no campo de acolhimento de Mimbota, na província do Bengo, a fonte referiu que o governo desencadeou um processo idêntico na província do Kwanza-Sul naquilo que pode ser o início de um processo a ser estendido por outras áreas. A fonte que temos estado a citar referiu que durante a sessão desta quinta-feira a mediação e a Troika de Observadores não se pronunciaram sobre o assunto, aparentemente, enquanto não obterem a partir do terreno dados substanciais sobre a matéria.

A Comissão Conjunta desloca-se com efeito a área de acolhimento de Mimbota esta sexta-feira, local onde na última semana pelo menos 17 famílias foram citadas como tendo sido retiradas a força pelo governo para um suposto reassentamento na cidade de Caxito.

A sessão desta quinta- feira do órgão reitor do processo de paz foi interrompida e será retomada apenas no próximo dia 7 de Novembro altura em se espera estarem aclaradas as posições do governo. Até lá espera-se igualmente que já se tenha chegado a acordo quanto ao encerramento das áreas de acolhimento que Luanda gostaria ver concluído antes do fim deste ano.

Entretanto uma sessão especial da CC esta marcada para o dia 30 de Outubro e será dedicada a visita do presidente do Comité da Sanções da ONU, Richard Ryan.

Não foram avançados detalhes sobre a deslocação do embaixador irlandês a Angola mas acredita-se que a mesma possa estar relacionada com o provável levantamento de sanções da ONU que pesam sobre o ex-movimento rebelde angolano.

LEMONDE.FR | 25.10.02 | 12h25

Pierre Falcone remis en liberté

Pierre Falcone, poursuivi dans une enquête sur des ventes d'armes à l'Angola, a été remis en liberté, vendredi 25 octobre, sur ordre de la chambre de l'instruction de Paris. L'homme d'affaires avait été renvoyé en prison le 14 octobre en raison de la violation de son contrôle judiciaire.

L'un de ses avocats, M^e Yves Lévy, a estimé que *"la cour d'appel a reconnu le caractère disproportionné de la sanction"*. *"C'est un désaveu sur la façon dont cette affaire est instruite"*, a-t-il ajouté, précisant que son client, écroué à la prison parisienne de la Santé, sortirait *"en milieu de journée"*. Pierre Falcone sera toutefois toujours soumis à un contrôle judiciaire qui lui interdit de sortir du territoire français et de rencontrer les 41 personnes nommément désignées ainsi que tout collaborateur, salarié ou prestataire de services, de la société de vente d'armes Brenco.

Les trois magistrats de la cour d'appel ont pris cette décision contre l'avis du parquet, qui souhaitait le maintien en détention de l'homme d'affaires. Il est mis en examen pour *"commerce illicite d'armes, abus de biens sociaux, fraude fiscale et trafic d'influence"*. Il est soupçonné d'avoir vendu en 1993 et 1994, sans avoir reçu d'autorisation officielle des autorités françaises, pour plus de 500 millions de dollars d'armes, venant d'Europe de l'Est, au régime angolais. D'importantes commissions ont été versées en marge de ces ventes.

Après une première période d'un an de détention provisoire, Pierre Falcone, dont la société, Brenco, est au centre de l'enquête sur les ventes d'armes au régime angolais, avait été libéré en décembre 2001 mais, le 14 octobre, le juge d'instruction Philippe Courroye l'avait fait renvoyer par un juge des libertés à la prison parisienne de la Santé.

Pierre Falcone était ainsi sanctionné pour avoir rencontré cet été, en infraction avec ses obligations judiciaires, Paul Anselin, un ex-consultant également poursuivi dans le dossier. M. Falcone a expliqué qu'il s'agissait d'une violation involontaire du contrôle judiciaire, expliquant qu'il n'avait pas réalisé qu'il ne pouvait pas parler avec cet homme.

M. Falcone est la personne qui a été détenue le plus longtemps dans cette affaire, dans laquelle sont poursuivies plusieurs personnalités de droite comme de gauche, dont Jean-Christophe Mitterrand, fils de l'ancien président de la République, et l'ancien ministre RPR de l'intérieur, Charles Pasqua. Il affirme être *"innocent"* de tout ce dont on l'accuse.

"Ce que l'on m'intente n'est pas un procès juridique mais un procès moral où l'on amalgame insidieusement les armes, l'argent et les profits, en effaçant la réalité de la situation angolaise et la nature exacte de mon rôle", avait-il déclaré à la mi-avril dans un entretien au *Monde*.



Avec AFP et Reuters

Brancos desaparecem da UNITA

27/10/2002

O lado branco da Unita, os terramotos nas áreas de acolhimento e a história do sumiço de um bilião de dólares vêm estampados nos semanários de Luanda

A semana informativa começa com o semanário Angolense a revelar o «caso dos brancos» da Unita, uma abordagem sobre as remodelações no partido cuja cúpula está composta apenas por cidadãos negros.

O fogo voltou a cruzar-se nesta semana com os disparos do economista São Vicente e do matemático Álvaro Sobrinho em torno da política de providência.

O conflito marfinense volta a baila com a revelação de que «fomos apanhados em flagrante delícia», numa mesma edição em que se revela que o caminho de Nandó para a presidência «está desimpedido».

A terra tremeu com o semanário A Capital a revelar a existência de «Terramotos nos campos de acolhimento», numa alusão aos recentes desentendimentos na Comissão Conjunta sobre o destino a dar aos militares desmobilizados.

«Há morte na Angonave», revela o jornal, para depois contar que uma «cadela comeu o pénis de um bebé». O semanário conta que a «Camuxiba é um bairro

esquecido de Luanda» e que vários cidadãos têm um sonho comum: «beber caporoto».

O Agora pergunta «como sumiram 1 bilião de dólares» das contas do Governo, dando respaldo a uma revelação do FMI, na última semana. Fala sobre o «casamento do ano», da filha promogénita do Presidente da República, ainda por realizar.

Questiona a validade das pensões de reforma, além de dizer que o entreposto aduaneiro é, afinal, um «negócio pouco claro». Não passa «corrente entre Gato e Samakuva» é a outra manchete do jornal que conta ainda que «director do BAI foi condenado a 2 anos de prisão».

O Folha Oito levou à capa quatro manchetes. Apresenta o economista Justino Pinto de Andrade a referir que o «Presidente age contra a Lei». «Ministra pede desculpas», «militares da Unita humilhados» e «Estado Burla cidadãos», conformam as demais manchetes do semanário.

O Actual voltou às ruas com a novidade de que prenderam o «homem que falsificou a assinatura do Presidente», além de trazer uma entrevista com Ernesto Mulato, antigo representante da Unita na Europa, na qual afirma que «o partido procura um candidato».

«Feiticeiros são fuzilados no Kuando Kubango» e «um especial sobre a Costa do Marfim», são outras manchetes do Actual.

Friday, 25 October, 2002, 16:34 GMT 17:34 UK

Unita supporters head home

By Justin Pearce

BBC, Cuando Cubango, south-eastern Angola

In Angola, Unita rebel fighters and their families have started going back to their home areas after living for six months in the reception centres where they were told to assemble following the peace accord signed in April. On Thursday, this gigantic project started when the first group of 150 former Unita soldiers and their family members went home. All of them were from the capital, Luanda, or from towns in the neighbouring province of Bengo, and had been living since the end of the war in so-called reception centres in Bengo province.

And they represent only a fraction of more than 300,000 ex-Unita men and their relatives who are still waiting for resettlement in camps around the country.

Plans delayed

Most of them are concentrated in remote areas far from their original homes and they have no means of making a living once they return. The original plan was to close the reception centres this month; but it is now acknowledged that resettling so many people will take much longer than was anticipated.

Particularly in the remote east and south-east of the country, the reception centres include people from all over Angola, forcibly removed by Unita during successive waves of fighting.

Empreendimentos

Empresa russa vai construir a vila mineira de Catoca e a hidroelétrica de Chicapa

021028Alrosa vai investir USD 300 milhões nos próximos cinco anos

A firma russa de diamantes Alrosa vai investir, nos próximos três a cinco anos, cerca de 300 milhões de dólares em novos projectos, anunciou o seu presidente, Vladimir Kalitini. Dos projectos consta a construção de uma nova vila mineira de Catoca, na Lunda Sul, que será custeada pela sociedade com o mesmo nome.

Para Vladimir Kalitini, o clima de paz que o país vive constitui alento para o aumento dos investimentos da multinacional russa em Angola. Até o próximo ano, a companhia deverá disponibilizar 150 milhões de dólares. Deste montante, 50 milhões será destinado a construção da Central hidroelétrica de Chicapa - Lunda Sul -, cabendo a outra parte ao Projecto Luô – na Lunda Norte-, cuja exploração arranca no segundo semestre de 2004.

Detentora do monopólio de exploração de diamantes na Rússia, a Alrosa investiu, até ao momento, 55 milhões de dólares no projecto mineiro de Catoca, onde, além da Endiama, mantém parceria com a Odebrecht (Brasileira) e Daumonty (Israelita). Estes montantes, no entanto, foram já recuperados.

Alrosa anuncia aumento de produção no Projecto Catoca

Luanda, 24/10 - O presidente da Companhia Russa de Diamantes "Alrosa Co.Ltd", Vladimir Kalitini, anunciou nesta quarta-feira, em Saurimo (Lunda-Sul), que o "Projecto Catoca" vai duplicar a sua produção anual de 3,5 milhões para sete milhões de toneladas de mineiros.

Em declarações à imprensa no final da visita que efectuou ao kimberlito de Catoca, Kalitini assegurou que o aumento da produção permitirá também duplicar as receitas brutas e líquidas.

Para materializar esta intenção, disse, encontra-se em construção uma segunda

fábrica de tratamento de mineiros, avaliada em 50 milhões de dólares americanos e auto-financiada pelo próprio "Projecto Catoca".

"Se nos primeiros três anos tivemos problemas com o pré-tratamento, com o funcionamento da britadeira este problema ficou ultrapassado", sublinhou Kalitini, que considerou o projecto "altamente rentável".

No princípio, em 1997, o projecto possuía uma capacidade de tratamento de 1.5 milhões de toneladas de minerais, tendo, nos últimos três anos, evoluído para 3.5 milhões/ano.

Dados recolhidos no local indicam que este ano a produção vai ultrapassar os índices dos dois anteriores, subindo de cerca de um milhão de quilates/ano para dois milhões e 800 mil quilates.

As receitas brutas passarão de 60 milhões de dólares/ano para 140 milhões, enquanto para as líquidas a previsão é de cerca de 40 milhões.

Para o ano 2004, tendo em conta os avultados investimentos que estão a ser feitos, a perspectiva é atingir 100 milhões de receitas líquidas.

Quanto ao impacto do projecto para a região da Lunda-Sul, o empresário russo garantiu que o mesmo vai minimizar o desemprego que se verifica na província, pois, segundo disse, a intenção é aumentar o número de postos de trabalho para os angolanos, bem como o volume de receitas para o Estado.

Actualmente, o "Projecto Catoca" emprega dois mil trabalhadores, 85 por cento dos quais são angolanos, na sua maioria naturais da Lunda-Sul.

A Companhia Russa comparticipa no "Projecto Catoca" com 32.8 por cento, igual percentagem da Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama).

Os Outros sócios do projecto são as companhias israelita "Financing Daumonty" (18 por cento) e brasileira "Odebrecht" (16.4 por cento).

Lunda-Norte: Banco Africano de Investimentos abre em Novembro

Dundo, 25/10 - O Banco Africano de Investimentos (BAI) vai abrir, em Novembro próximo, uma dependência na cidade do Dundo (Lunda-Norte), revelou hoje à Angop uma fonte governamental.

Para avaliar as condições e viabilidade técnica do empreendimento, encontra-se na cidade do Dundo uma delegação chefiada pelo seu presidente do Conselho de administração, Mário Palhares.

Com a abertura da dependência do BAI, a província da Lunda-Norte contará com duas representações de instituições bancárias. Actualmente, apenas o Banco de Poupança e Crédito (BPC) possui uma filial no Dundo.

Bancos vão facilitar as transacções no Entrepasto Aduaneiro

Luanda, 27/10 - As estruturas bancárias que se encontram no Entrepasto Aduaneiro foram criadas, apenas, para facilitar a transacção comercial entre o Grossista e o Entrepasto, isto é, tratar da intermediação das operações de compra e venda de produtos, disse o presidente do conselho de administração do Banco de Poupança e Crédito, Paixão Júnior.

Em declarações à Angop, o responsável acrescentou que "O papel do banco no Entrepasto não tem nada a ver com a actividade da instituição bancária na sua generalidade".

Os balcões que estão neste empório, notou, "não vão servir a população, em geral, nem sequer vão fazer todas as outras operações que normalmente faz".

O cliente de um determinado banco, notou, se quiser um crédito para adquirir mercadorias no Entrepasto, deve entre outros requisitos fazer os seus depósitos regularmente e ser um cliente habitual da sua instituição bancária.

Na óptica do bancário, com o surgimento do Entrepasto haverá melhoria na aquisição de bens e os empresários não terão necessidade em armazenar grande quantidade de mercadorias.

O primeiro entreposto aduaneiro do país integra 19 armazéns reabilitados e 15 de raiz, num total de 34 naves, e tem uma capacidade de reserva de 40 mil toneladas métricas e 400 contentores, tendo sido instalado no recinto duas agências: uma do Banco de Poupança e Crédito (BPC) e outra do Banco Africano de Investimentos (BAI).

Presidente da República anuncia retirada de tropas aliadas na RDCongo

Luanda, 25/10 - O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, anunciou nesta quinta-feira, em Kinshasa, a retirada das forças militares dos países aliados da República Democrática do Congo (RDC) na próxima semana.

"Uma cerimónia adequada será realizada para testemunhar este facto", disse o presidente no final de uma Cimeira quadripartida que o juntou aos seus homólogos do Congo Democrático, da Namíbia e do Zimbabué, respectivamente, Joseph Kabila, Sam Nujoma e Robert Mugabe.

Angola, Namíbia e o Zimbabué são os países que interviram militarmente na RDC a favor das novas autoridades desde o derrube do antigo presidente Mobutu.

"Exprimo neste momento um sentimento de missão cumprida, pois os nossos países responderam favoravelmente ao apelo do Governo da RDC , em 1998, no

sentido de lhe ser prestada assistência para fazer face a uma intervenção militar estrangeira que visava destituir as autoridades legítimas deste Estado", disse.

Em pouco menos de uma semana, acrescentou, foi possível que os Governos dos países aliados criassem as condições logísticas para enviar tropas, realizar operações ofensivas e defensivas que permitiram "inverter a situação, criando condições para a busca de uma solução política".

José Eduardo dos Santos recordou que os países aliados condenam o uso da força para a solução de problemas políticos.

"Condenamos igualmente a ingerência estrangeira em assuntos de outros Estados", referiu. Quando se assumiu o compromisso de apoiar-se o Governo da RDC pretendeu-se "defender a legalidade, um Governo legítimo que foi reconhecido por todos os países Africanos e também pela Comunidade Internacional". José Eduardo dos Santos disse que agiu-se assim porque colocou-se em primeiro lugar os interesses de África e porque sabia-se que o povo congolês se encontrava em grandes dificuldades.

"Não nos moveu outro qualquer interesse senão o de trazer solidariedade, apoio efectivo para a salvaguarda dos interesses do do povo congolês sobre a sua soberania e defesa das suas fronteiras", asseverou ainda.

Noutra parte dos seu discurso o presidente rendeu a sua mas sentida homenagem a todos quantos, dos países aliados tombaram na RDC, para que a legalidade fosse defendida e para que a paz alcançada neste país.

Presidente do Vietname chegou a Angola

Luanda, 25/10 - O Presidente da República Socialista do Vietname, Tran Duc Luong, chegou pouco menos das 11 horas de hoje a Luanda, para uma visita de Estado e amizade de um dia a Angola.

O Chefe de Estado vietnamita foi recebido no aeroporto internacional "4 de Fevereiro" pelo Presidente angolano, José Eduardo dos Santos.

Do aeroporto seguiu para o "Largo da Independência", onde depositou uma coroa de flores no Monumento de António Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola, e descerrou a placa da "Avenida Ho Chi Minh", herói da luta de libertação do povo vietnamita.

Tran Duc Luong plantou igualmente uma árvore na "Avenida Ho Chi Minh.

. Posteriormente, vai inaugurar a embaixada do seu país, cujo edifício se situa na zona baixa de Luanda.

Esta primeira visita do Presidente do Vietname ao país insere-se no âmbito do reforço dos laços de amizade entre os dois países e povos, assim como do incremento e diversificação da cooperação bilateral.

O presidente José Eduardo dos Santos efectuou a sua primeira e única visita oficial ao Vietname em finais da década de 80.

Presidente da República recebe alto funcionário da Alrosa

Luanda, 25/10 - O Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, abordou hoje com o presidente da companhia russa de diamantes "Alrosa", Vladimir Kalitini, questões ligadas a actividade desta empresa no país.

No final do encontro, Vladimir Kalitini disse à imprensa que a "Alrosa", uma das operadoras do Projecto Catoca, vai fazer investimentos em outros planos diamantíferos.

Acrescentou que a sua companhia, além de investir no sector dos diamantes,

vai também fazê-lo no domínio energético, participando na construção de uma central hidroeléctrica.

Vladimir Kalitini não avançou detalhes sobre quando e onde será construída a central.

O "Projecto Catoca", onde a "Alrosa é parceira, pretende duplicar a sua produção anual de 3,5 milhões para sete milhões de toneladas de mineiros e consequentemente a duplicação das receitas brutas e líquidas.

No princípio, em 1997, o projecto possuía uma capacidade de tratamento de 1.5 milhões de toneladas de minerais, tendo, nos últimos três anos, evoluído para 3.5 milhões/ano.

Este ano, a produção vai ultrapassar os índices dos dois anteriores, subindo de cerca de um milhão de quilates/ano para dois milhões e 800 mil quilates.

As receitas brutas passarão de 60 milhões de dólares/ano para 140 milhões, enquanto para as líquidas a previsão é de cerca de 40 milhões.

Para o ano 2004, tendo em conta os avultados investimentos que estão a ser feitos, a perspectiva é atingir 100 milhões de receitas líquidas.

Source: UN OCHA Integrated Regional Information Network
Date: 21 Oct 2002

Angola: Focus on Cabinda conflict

[This report does not necessarily reflect the views of the United Nations]

CABINDA, 21 October (IRIN) - Along the main road north of Cabinda town, 500 people are living in hastily constructed shelters.

They said they moved there after the Angolan Armed Forces (FAA) attacked their villages, in reprisal for attacks by the separatist guerrilla movement, the Liberation Front for the Cabinda Enclave (FLEC).

When IRIN visited the troubled province some residents spoke of being arrested and driven from their homes, as the army wages a new campaign against separatist rebels.

One young man had scars on his wrists, apparently the result of having been tied with rope or wire.

"We were in the field, playing ball. We came across the FAA troops who captured us, right there on the field. There were three of us. We were tied up. They said there had been trouble - we denied it, and then they let us go. We ran away, and now we're here."

Another man said: "At night, about 11 pm, the FAA troops came and captured civilians where we were living. It wasn't the first time, it was the third time, so we had to abandon our village."

In the rainforest further to the north, in a village formerly controlled by FLEC, an old man told a similar story.

"Whenever the FLEC and government forces confront each other, the government soldiers turn against the people, carrying off their possessions. Now whenever they hear shooting, they flee to the bush."

The man said the Angolan government must negotiate with FLEC.

"The government must get together with Cabinda's politicians, in whatever country, so as to resolve this matter. Because we are tired of the war."

But FLEC-FAC have accused the government of sabotaging peace efforts by stepping up its military offensive since the signing of the 4 April ceasefire between the government and former UNITA rebels.

In an interview last week with Radio France Internationale Alexandre Bati, a FLEC-FAC spokesman, said the army was closing in on the movement's headquarters.

"Right now, clashes are taking place on the outlying areas of FLEC-FAC's headquarters. There has been indiscriminate shelling of our positions, forcing civilians to flee the area. The number of people killed is high. We are in the midst of a catastrophic situation. More than 100 civilians, excluding children, have been killed," Bati claimed.

Cabinda, a small piece of territory physically separated from Angola by a sliver of the Democratic Republic of the Congo (DRC), produces about 60 percent of Angola's oil revenues.

FLEC was established before Angolan independence in 1975, to fight against Portuguese rule in the enclave. The movement is represented by at least two factions, FLEC-Renovada (Renewed) and FLEC-FAC (FLEC-Armed Forces of Cabinda).

Separatists refer to certain documents that demonstrate that Angola and Cabinda were seen as separate entities under colonial rule, and say that the two territories should therefore have formed separate states at independence.

According to Colonel Francisco Machado, the former military commander of the FLEC-Renovada faction, who laid down his arms two-years-ago and now lives in Cabinda town: "History shows us the Cabinda is not Angola. And because it is not Angola, we could never go and fight alongside the MPLA [the ruling party]. The war in Cabinda continues, it's not over yet."

Colonel Machado said the government should negotiate with FLEC, and believes that FLEC would accept autonomy, rather than independence, as a solution for Cabinda.

"Autonomy would be an important step, as long as it were a true autonomy," Machado said.

But there is still some support for independence within Cabindan civil society.

At the Catholic mission next to the beach in Cabinda town, with the gas flames from the oil rigs clearly visible on the horizon, a Juventude Catolica de Cabinda held an angry meeting.

One man said: "Cabinda is a country, not a province."

But not everyone believes that immediate independence or autonomy is the solution.

Mateus Nhanga, provincial co-ordinator of the Federation of Angolan NGOs, believes there are more urgent problems to be addressed.

"Let's start with small things - which means that before independence or autonomy, we must first look at good governance, then we can move on to other things. With good governance we will get basic minimum living conditions for the population, and the other problems will be resolved painlessly."

Although living conditions in Cabinda are no worse than in other Angolan provinces, poverty provokes anger in contrast to the wealth of the region. Oil exports from Cabinda are worth the equivalent of US \$100,000 for every resident of the province.

Officially, 10 percent of the revenue received by the government from Cabindan oil must be spent on development projects in the province, but local people complain that they do not see the share of the benefit to which they are entitled.

The cost of living is high. Although situated on the coast, Cabinda has no port facilities, and imports have to be flown from the capital, Luanda, or brought across the border from the DRC or Congo-Brazzaville. In relation to the wealth which it produces, the oil industry provides relatively few jobs for local people.

The FAA have made no statement regarding the current military situation in Cabinda, and it is only recently that politicians in Luanda have started to pay attention to the continuing conflict in the remote province.

At a conference in the Angolan capital in September, UNITA parliamentarian Abel Chivukuvuku suggested that autonomy might be a solution for Cabinda's problems.

"It is a matter of priority to demand that those who, through their position of authority, hold the destiny of the country in their hands, that they make every effort to bring a complete and definitive end to the cycle of wars in Angola, putting an end to the Cabinda conflict and opting for a peaceful resolution to its problems. If this means listening to the voice of Cabindans, to heed their wishes, then let it be so. If we need to move towards rethinking the kind of state that Angola will be, opening up the possibility of autonomy of Cabinda, then so be it."

On the same day as Chivukuvuku's address to the conference, MPLA secretary-general João Lourenço said in a radio interview that the government would be willing to discuss autonomy, provided that it was recognised that Cabinda remain part of Angola.

More recently, President José Eduardo dos Santos, asked about the government's plans for Cabinda, said: "Cabinda is passing through a unique phase because of pockets of guerrilla movements and this problem should be seen as an internal problem.

"The government has defined policies to deal with this issue and this policy is multi-disciplinary which goes from dialogue with the people and personnel in the region to giving better attention to economic and social issues within the region. I think that the demands that arise are justified by the fact that the due attention has not been paid to the resolution of local problems," he said.

But so far, neither side has taken action to initiate dialogue.

UN assessment finds one third of all Angolans displaced

24 October – Four million people in Angola – or one third of the country's population – are internally displaced, according to a United Nations report released today.

The UN's Common Country Assessment for 2002 cites government statistics showing that more than 60 per cent of the population lives below the poverty line, which is equivalent to \$1.68 a day.

Life expectancy in Angola is only 42 years, while the country has the second highest under-five mortality rate in the world – 295 per 1,000 live births.

The report, which was made public in Luanda by the UN Humanitarian Coordinator for Angola, Erick de Mul, notes that the new peace in the country pushes to the foreground a series of other deep-seated underlying problems that require urgent attention. The document aims to serve as a strategic framework for UN agencies working in Angola.

ÁREAS DE ACOLHIMENTO GERAM POLÉMICA NA COMISSÃO CONJUNTA

24/10/2002

A UNITA apresentou formalmente a Comissão Conjunta o seu protesto contra a retirada forçada dos ex-militares dos campos de acolhimento para zonas por eles desconhecidas.

Uma fonte da organização disse a Voz de América que no protesto a UNITA exigiu explicações do governo sobre o sucedido durante a reunião da CC realizada esta quinta-feira. A fonte assegurou que a equipa do governo a CC não só não respondeu de forma convincente como também não deu mostras de que vai reconsiderar a sua decisão.

Disse lamentar a atitude do governo que colide com os entendimentos já alcançados quanto as normas a serem observadas no processo de reassentamento dos ex-militares.

A atitude das autoridades de Luanda parece dar consistência as informações segundo as quais o governo pretende ver encerrados os campos de acolhimento o mais rápido possível por não estar em condições de continuar a suportar os encargos resultantes da sua manutenção por mais tempo.

Depois dos episódios registados no passado dia 17 de Outubro no campo de acolhimento de Mimbota, na província do Bengo, a fonte referiu que o governo desencadeou um processo idêntico na província do Kwanza-Sul naquilo que pode ser o início de um processo a ser estendido por outras áreas. A fonte que temos

estado a citar referiu que durante a sessão desta quinta-feira a mediação e a Troika de Observadores não se pronunciaram sobre o assunto, aparentemente, enquanto não obterem a partir do terreno dados substanciais sobre a matéria.

A Comissão Conjunta desloca-se com efeito a área de acolhimento de Mimbota esta sexta-feira, local onde na última semana pelo menos 17 famílias foram citadas como tendo sido retiradas a força pelo governo para um suposto reassentamento na cidade de Caxito.

A sessão desta quinta- feira do órgão reitor do processo de paz foi interrompida e será retomada apenas no próximo dia 7 de Novembro altura em se espera estarem aclaradas as posições do governo. Até lá espera-se igualmente que já se tenha chegado a acordo quanto ao encerramento das áreas de acolhimento que Luanda gostaria ver concluído antes do fim deste ano.

Falcon Oil pretende investir em Timor-Leste

Luanda, 18/10 - A companhia Falcon Oil Holding S.A pretende investir na exploração petrolífera em Timor-Leste, disse hoje, em Luanda, o presidente desta empresa, António Mosquito.

A intenção foi manifestada durante um encontro entre o responsável da Falcon Oil Holding e o Primeiro Ministro timorense, Mari Alkatiri, que efectuou uma visita oficial de dois dias a Angola.

NA ocasião, o chefe de Governo de Timor-Leste apresentou ao empresário as perspectivas de investimento estrangeiro naquele país, tendo como experiência Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e outros países amigos.

Acrescentou que só dentro de seis meses é que o Governo timorense se vai pronunciar sobre a integração de empresários estrangeiros no desenvolvimento de Timor-Leste.

Por seu turno, o empresário António Mosquito salientou que o encontro foi bastante positivo, tendo em conta o sentido de abertura manifestado pelo Primeiro Ministro timorense.

Disse que foi convidado, assim como empresários moçambicanos, para visitar,

dentro de três meses, Timor-Leste, com vista a estudar as potencialidades possíveis para cooperação.

A Falcon Oil é parceira na exploração do petróleo em águas profundas dos grupos Exxon, Elf, Petrogal, Sonagol e o Nir.

A companhia vai se instalar no Brasil, Ghana e em São Tomé e Príncipe.

Porto de Luanda terá quatro grandes terminais

Viana, Luanda, 21/10 - O Porto de Luanda terá quatro grandes terminais de carga, no quadro do novo projecto de desenvolvimento dessa instituição, com o início do concurso público previsto para esta semana.

O presidente do Conselho de Administração do Porto de Luanda, Sílvio Vinhas, que anunciou o facto no último fim de semana, disse que no âmbito do projecto serão erguidas áreas para carga geral, contentores e uma mista, contando ainda o terminal de apoio à actividades petrolíferas.

No quadro dos estudos feitos para o programa de desenvolvimento serão necessários mais de 150 milhões de dólares.

Sílvio Vinhas adiantou que actualmente regista-se um aumento considerável de tráfego, o que origina excesso de mercadorias nos terminais, isto devido a morosidade na extracção de mercadorias por parte dos proprietários.

Neste contexto, acrescentou, cerca de 12 mil contentores de produtos diversos e três mil viaturas encontram-se estacionados no porto aguardando a evacuação.

Anualmente, o Porto descarrega dois milhões de toneladas, prevendo atingir cinco milhões nos próximos seis anos, com a conclusão do projecto de desenvolvimento.

Consta ainda do programa, a criação ainda este ano de um "Porto Seco", no município de Viana, Luanda, na área reservada ao pólo industrial.

Para o efeito, a reabilitação do troço ferroviário Luanda/Viana, à cargo do Ministério dos Transportes, constitui uma necessidade imperiosa, de modo a garantir o funcionamento do Porto Seco.

Entrepasto Aduaneiro será inaugurado terça-feira

Luanda, 22/10 - O Primeiro Entrepasto Aduaneiro do país, localizado em Luanda, na área da Petrangol, será inaugurado nesta terça-feira pelo Chefe de Estado Angolano, José Eduardo dos Santos.

O facto foi segunda-feira anunciado pelo ministro angolano das Finanças, Júlio Bessa, que acrescentou que, proximamente, deverão ser instaladas unidades de Entrepasto nas Cidades de Cabinda, Lobito e Namibe.

A criação destes Entrepastos insere-se nas prioridades estabelecidas pelo Programa do Governo para os próximos anos, assente no controlo da inflação e implementação de uma nova política de preços que proteja os rendimentos dos trabalhadores.

Para Júlio Bessa é uma medida de carácter "estruturante" que visa estabilizar os preços e regularizar o abastecimento de produtos essenciais a população.

Será ainda uma oportunidade para se reorganizar tarefas atinentes ao circuito comercial, disse.

No tocante ao funcionamento destes Entrepósitos, sabe-se que os produtos básicos são importados e depositados nos armazéns do Governo.

A partir destes, os empresários nacionais (grossistas) adquirem os produtos para revenderem aos retalhistas, que venderão a população por preços que devem obedecer uma margem de lucro fixada por lei.

O entreposto, composto numa primeira fase por 34 armazéns, custou oito milhões de dólares norte-americanos. A segunda fase vai contemplar o apetrechamento de 54 armazéns num valor de cinco a seis milhões de dólares.

Governo adopta medidas para combater a especulação

Luanda, 22/10 - A criação de entrepostos aduaneiros vai permitir a partir de agora aproximar os exportadores à fronteira de Angola, possibilitando deste modo o combate à especulação, disse segunda-feira, em Luanda, o vice-ministro do Comércio, Cruz Neto.

Segundo o governante, que falava durante a apresentação do primeiro entreposto aduaneiro integrado por 34 armazéns, situado nos arredores de Luanda, esta tática vai evitar que haja falha na oferta, permitindo ao executivo estabilizar os preços e regularizar o abastecimento de produtos essenciais à população.

Sobre a garantia do abastecimento, sublinhou que os exportadores vão colocar a sua mercadoria à consignação nos entrepostos, diminuindo o período de importação.

Os prazos de importação de uma mercadoria leva de três a seis meses, mas através do entreposto a comercialização dos produtos ficará reduzida para apenas dois dias entre a compra e a retirada do produto importado.

"O Entrepósito juridicamente continua a ser um país estrangeiro", disse, adiantando que quando o grossista for comprar vai pagar os direitos aduaneiros.

Sublinhou que o mesmo tipo de produto terá um preço de custo idêntico", permitindo ao governo agir sobre o controlo de preços.

Quanto ao problema do mercado paralelo versus retalhista, Cruz Neto adiantou que foi criada legislação para absorver o sector informal, incluindo mecanismos e figuras como a do comerciante a título precário.

Leia Mais:

Justiça

Procuradorias dos dois países vão rubricar sexta-feira “carta de Luanda”

Angola e Brasil incrementam cooperação militar

A Procuradoria das Forças Armadas Angolanas (FAA) e a Procuradoria Geral da Justiça Militar do Brasil assinam, na próxima sexta-feira, uma carta, denominada “carta de Luanda”, que servirá de base para impulsionar a cooperação entre as duas instituições castrenses.

O facto foi ontem anunciado por Marisa Terezinha Cauduro da Silva, procuradora-geral da Justiça Militar do Brasil, que visita Angola desde domingo último.

A procuradora-geral da Justiça Militar do Brasil qualificou de “excelentes” as relações entre as instituições dos dois países, cujos titulares têm trocado, de forma permanente, informações importantes tanto para o Brasil, como para Angola.

“O general João Maria e eu temos um bom convívio, e essa familiaridade nos permite abrir um caminho para, francamente, vermos os problemas existentes e trocarmos informações sobre ambas procuradorias gerais”, frisou Marisa Terezinha.

Ontem, a procuradora brasileira, na companhia do seu homólogo angolano, general João Maria, manteve encontros com o vice-ministro da Defesa para Administração e Finanças, Matias Félix, com o vice-presidente do Tribunal Supremo, Caetano de Sousa, e com o procurador-geral da República, Augusto da Costa Carneiro.

A procuradora-geral da Justiça Militar do Brasil dirige hoje, no Estado Maior do Exército, em Luanda, um seminário, onde serão abordados os temas “Direito Constitucional Angolano e as Convenções de Genebra”, “Organização da Justiça Militar Brasileira” e “O Papel da Procuradoria Militar na Fiscalização da Aplicação do Direito Humanitário Internacional”.

“O Ministério Público Militar Brasileiro: Histórico, Organização, Atribuições e Quadros”, “Actuação do ACNUR em Angola”, “Suas experiências no plano interno e externo com refugiados”, “A experiência brasileira com refugiados de guerra”, “Actuação brasileira em Forças de Paz”, são também temas a serem discutidos no seminário.

Amanhã, Marisa da Silva deverá apresentar os temas “CICV em Angola durante o conflito armado”, “Outras experiências comparativas”, “Investigação, Processo, Julgamento dos Crimes militares no Brasil”, “A Acção da Corregedoria-Geral do Ministério Público Militar”.

A procuradora brasileira participará ainda numa apresentação da Divisão de Pessoal das Forças Armadas Angolanas sobre “Desmobilização e Enquadramento de ex-combatentes das Forças Militares da UNITA nas FAA e na sociedade angolana”.

As relações de cooperação entre as duas procuradorias, mantidas há já algum tempo, vêm sendo implementadas através de um convénio assinado em 1998. A procuradora Marisa Terezinha regressa ao Brasil domingo.

Importadores com mercadorias imobilizadas terão acesso vetado ao Entrepasto

Luanda, 23/10 - O Director Nacional do Comércio, Gomes Cardoso, afirmou hoje, em Luanda, que os importadores com mercadorias imobilizadas nos portos de Luanda, Lobito, Namibe e Cabinda terão acesso vetado ao Entrepasto Aduaneiro. Somente poderão entrar nos armazéns aqueles que tiverem a documentação completa e as suas obrigações fiscais em dia.

Segundo o director, que falava à Rádio Nacional de Angola, o entreposto vai contribuir para a normalização da actividade comercial.

"Nós queremos com isso normalizar os circuitos de comercialização", disse, garantindo que a mercadoria deverá ser vendida na rede retalhista e , por isso, alertou a população para que denuncie os grossistas e retalhistas que praticarem preços especulativos.

Para isso, a Direcção Nacional do Comércio Interno, conjuntamente com as Alfândegas, divulgarão periodicamente os preços mínimos de referência.

Por outro lado, o Director Nacional das Alfândegas, Silvio Burity, garantiu ainda aos empresários que o entreposto não vai concorrer com os produtos nacionais, mas sim complementar a produção interna.

021024 PR: entreposto é passo importante para normalização do comércio

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, considerou a instituição do Entrepasto Aduaneiro de Angola de "passo muito importante no sentido da normalização da rede de comércio".

"Estamos a dar um passo na direcção certa", disse ontem de manhã o Chefe de Estado, após ter procedido à inauguração do entreposto.

O Presidente referiu que, a par das múltiplas vantagens que oferece, o

entrepósito “vai permitir valorizar o comerciante angolano, sobretudo o pequeno comerciante”. Este, de acordo com o Chefe de Estado, terá, assim, possibilidades de abastecer-se regularmente e de poder beneficiar de crédito bancário. Através dos referidos comerciantes, adiantou, servir-se-á melhor a população, com preços que sejam acessíveis e com relativa estabilidade.

José Eduardo dos Santos manifestou o desejo de que o projecto seja completado o mais depressa possível, “para que possamos atender todas as pessoas desde Cabinda até ao Cunene”.

O Presidente angolano disse, por outro lado, que o empreendimento também vai servir para apoiar o esforço que os empresários nacionais levam a cabo no sentido de aumentar a produção.

“Esta é uma medida que vem no sentido de completar o esforço que é feito pelos produtores nacionais”, declarou.

“À medida que a produção (nacional) for aumentando, reduziremos as importações”, anunciou.

Actualmente, os produtos não poderão chegar ainda a todo o país.

Segundo o Presidente, o entreposto ora inaugurado foi criado fundamentalmente para atender as necessidades da zona norte, nomeadamente aquelas províncias atendidas pelo Porto Comercial de Luanda. Posteriormente, haverá outros entrepostos na província de Benguela, junto ao porto do Lobito, no Namibe em Cabinda.

Nesta primeira fase se vai atender Luanda e Cabinda e, naturalmente, províncias circunvizinhas que tenham acesso ao mercado de Luanda. No futuro, disse, quando os outros entrepostos estiverem prontos, “poderemos atender, então, a todas as necessidades nacionais”.

Presentemente só se adquirem produtos alimentares. No futuro os produtores poderão abastecer-se também de matérias primas e de outros meios nestes entrepostos.

À cerimónia de inauguração estiveram presentes ministros de diferentes pelouros, deputados representando diversos partidos com assento no Parlamento, empresários e representantes da sociedade civil.

Aprovada concessão de direitos mineiros de prospecção e exploração de diamantes

Luanda, 23/10 - O Governo Angolano aprovou a concessão de direitos mineiros de prospecção e exploração de diamantes à empresa LUO-Sociedade Mineira da Camatchia-Camagico, SARL.

Esta Sociedade é integrada pela Endiama, Hipergesta, Angodiam, Escom Mining e a Alrosa, segundo refere um comunicado da reunião do Conselho de Ministros orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Ainda no domínio dos diamantes o executivo autorizou a constituição da Associação em Participação Sangamina, entre a Endiama, a Opus Mining Limited e a Kazondo-Exploração Mineira SARL, tendo concedido à esta Sociedade direitos de prospecção e exploração de Kimberlitos.

Aprovou ainda a criação de Entrepósitos Públicos dos Tipos A,B e F, bem como autorizou a constituição e funcionamento de um Entrepósito Aduaneiro Público do tipo F e criou a empresa Entrepósitos Aduaneiros de Angola, tendo aprovado igualmente o seu respectivo estatuto orgânico.

021023Entrepósito *Governo prepara medidas para o combate à pobreza*

Produção nacional terá pacote de incentivos

O Governo angolano vai lançar brevemente um pacote de medidas de incentivo à produção nacional, no âmbito do seu programa económico e social, anunciou ontem o ministro das Finanças, Júlio Bessa, ao discursar na cerimónia de inauguração do Entrepósito Aduaneiro de Angola, feita pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Os incentivos à produção nacional, que, segundo o ministro, estão em fase final de preparação, constituem a segunda fase do programa do Governo.

“Se a solução do Entrepósito Aduaneiro nos pontos geradores de carga se apresenta como a mais viável no imediato, a opção definitiva do Governo, nos

prazos mais alargados, é o aumento da produção nacional e dos empregos remunerados, com vista à redução da pobreza e uma repartição mais equitativa dos rendimentos”, disse o ministro.

Pouco após a cerimónia de inauguração, o Presidente da República também declarou que a criação do entreposto era uma medida que vinha no sentido de completar o esforço que é feito pelos produtores nacionais.

Entre o referido pacote de medidas figuram a protecção tarifária, dos benefícios fiscais. “Através da protecção tarifária, dos benefícios fiscais, o Governo propõe-se estimular a produção nacional com viabilidade assegurada e assim, progressivamente, dar também ao Entreposto Aduaneiro uma vocação exportadora de produtos nacionais”, disse, no acto, o ministro.

O ministro das Finanças, quer em conferência de imprensa proferida segunda-feira, quer no seu discurso de ontem falou das vantagens da instituição dos entrepostos aduaneiros.

O entreposto Aduaneiro é um sistema mediante o qual a importação de mercadorias é feita dentro do país.

Este procedimento, que já é usado em vários países da Europa, de África e da América Latina, oferece, segundo o ministro, múltiplas vantagens. Entre as principais, refere, figuram a estabilização dos preços e a regularização do abastecimento de produtos essenciais.

Mediante o referido mecanismo se normaliza a rede de comércio. Importadores ficam livres de embaraços e constrangimentos decorrentes da importação, pois fá-lo-ão dentro do país.

O mecanismo facilita também a cadeia de revenda de bens e permite que os fornecedores disponibilizem a mercadoria por consignação.

Angola: Banco de Fomento vai vender 40 por cento do seu capital

Luanda, 23/10 - O Banco de Fomento (BF), de direito angolano, vai vender brevemente 40 por cento do seu capital social a entidades públicas e privadas de Angola, disse hoje o seu Administrador, Fernando Teles. Em entrevista ao diário "Jornal de Angola", o gestor disse que também haverá a participação no capital desta instituição da Sociedade Financeira Internacional, um organismo do Banco Mundial.

Quanto ao volume de créditos, Fernando Teles disse que o Banco de Fomento já concedeu até agora 80 milhões de dólares repartidos aos ramos da agricultura, indústria, comércio e créditos automóvel, pessoal e habitação.

Para a concessão de créditos, sublinhou que o banco continuará a apoiar, sobretudo, quem tenha capacidade empresarial.

021024Administrador do Banco de Fomento fala da actividade no país

“Não esperámos que houvesse paz para abrirmos agências nas outras províncias”

O Banco de Fomento vai continuar a expandir a sua rede de agências pelo país, segundo garantiu o seu administrador, Fernando Teles. Neste momento, o referido banco conta com 17 agências espalhadas por várias localidades do país e tem perspectivas de abrir outras tantas a breve trecho. Deu a conhecer quem, brevemente, o banco que administra vai proceder a venda de 40 por cento do seu capital a entidades angolanas públicas e privadas.

• Assunção Manuel

Jornal de Angola - Senhor administrador Fernando Teles, qual o figurino que o Banco de Fomento passará a adoptar para a nova estrutura no âmbito da transformação em banco de direito angolano?

Fernando Teles - Neste momento demos um primeiro passo que foi a transformação do Banco de Fomento em banco de direito angolano e vai se seguir a venda de algum capital em cerca de 40 por cento a entidades angolanas, particulares ou empresas. Também haverá a participação no capital desta instituição da Sociedade Financeira Internacional, que é um organismo do Banco Mundial, e também da DEG - um organismo do Estado alemão que normalmente participa no capital de empresas que se estejam a lançar ou a relançar, nos países em vias de desenvolvimento. A reorganização que se deu

a nível do conselho de administração foi a minha própria nomeação. Passei de director geral a administrador delegado em Angola, mas outro reajuste em termos de administração só será efectuado depois de cedermos o capital a entidades angolanas.

JA - Quando é que esse reajuste deverá ocorrer?

FT - Até ao final do ano, com certeza, isso vai ocorrer. Estamos numa fase de avaliação do valor pelo qual pretendemos vender as acções. Logo que esta avaliação esteja feita, e já estamos em contacto com algumas entidades que mostraram interesse em participar no nosso capital, logo que isso aconteça, a operação de entrada no capital por parte de pessoas angolanas ou de empresas angolanas irá verificar-se.

JA – Que critérios o seu banco vão observar para seleccionar futuros accionistas?

FT - Não há grandes critérios definidos porque o que acontece é que há empresas e pessoas em nome individual que têm feito cartas manifestando intenção de participar no capital do banco. No momento em que nós tenhamos o capital à venda, se houver mais candidatos do que o capital para vender, vai ter que haver um rateio ou uma negociação.

Caso o número de candidatos seja igual ao capital que há para vender, é pacífico. Não há problemas. Se houvesse bolsa, com certeza que iríamos vender o capital em bolsa.

JA – Haverá alterações na estratégia de actuação do seu banco neste mercado?

FT - Como sabe, temos estado a crescer em termos de estrutura. Houve alterações por parte de algumas das direcções do banco. Alterações no sentido de aumentar a estrutura com uma maior funcionalidade por parte de toda a estrutura, de forma a que todos os trabalhadores estejam bem inseridos e que possamos corresponder àquilo que é o desejo dos nossos clientes. O Banco de Fomento tem estado a crescer. Vamos abrir mais quatro balcões em Luanda, mais ou menos até ao final do ano, e, para além disso, vamos igualmente abrir

no Soyo, Uíje, Gabela, Malanje e Catumbela. Por isso, é importante que adaptemos a nossa estrutura a esse crescimento.

JA - O Banco de Fomento/Grupo BPI assumiu sempre um papel de parceiro significativo junto do Governo de Portugal, na política de internacionalização das empresas portuguesas em Angola. Como será essa parceria de agora em diante?

FT - Já não há, faz muito tempo, participação nenhuma em termos de internacionalização com o Governo português. Porque quando nos instalámos em Angola, éramos em Portugal um banco público. Entretanto, este banco público foi vendido e passamos a ser um banco privado. Logicamente, sendo um banco com capitais portugueses, mas não totalmente portugueses, porque, como sabe, grande parte dos nossos accionistas são entidades internacionais, cada vez mais os capitais são internacionais. Não há capitais de um só país, há capital de investidores que investem onde houver oportunidades de negócios. O que acontece é que nós estamos aqui para apoiar essencialmente as empresas angolanas. Logicamente, se houver uma empresa portuguesa que se instale em Angola, é normal que ela, já conhecendo o BPI em Portugal, também recorra ao Banco de Fomento. Como sabe, não somos o único banco com interesses portugueses. Há outros bancos. Mas posso dizer-lhe: dos nossos dois principais accionistas do banco BPI em Portugal, um até é do Brasil e o outro é espanhol, respectivamente, o Banco Itaú e La Caixa da Catalunha.

JA - Como avalia os nove anos da actividade em Angola, país cuja economia é afectada por vários constrangimentos?

FT - O Banco de Fomento tem tido uma actividade com êxito em Angola. Nós temos estado a investir e já estamos em nove províncias. Vamos rapidamente estar em mais quatro ou cinco. Neste momento o banco tem 17 agências no país, estando a construir um edifício de 13 pisos para a sua sede - o qual esperamos esteja pronto ainda este ano. Temos agências em Luanda, Benguela e Lobito, Huambo, Namibe, Cabinda, Kwanza-Sul, Huíla e Cunene. Temos cerca de 300 funcionários dos quais 90 por cento são angolanos. Temos estado a contribuir para que a banca em Angola se modernize. Temos estado a

puxar pelos outros bancos e a criar novos produtos. Lembro-lhe que fomos o primeiro banco a lançar, na altura, os multibancos, o crédito habitação, crédito a particulares e o crédito atra-vés do ordenado especial. Temos sido actuates e temos estado na vanguarda da modernização da banca em Angola.

JA – Qual é o volume de créditos concedidos até agora e como caracteriza em termos percentuais o retorno desse dinheiro?

FT - Nós concedemos até agora oitenta milhões de dólares em crédito e posso dizer-lhe que neste momento temos cerca de dezoito milhões de dólares em crédito habitação. O nosso crédito está repartido pela indústria, agricultura, comércio, crédito pessoal e também pelo crédito habitação e o próprio crédito automóvel. São produtos que lançámos há um ou dois anos e que têm tido um crescimento muito grande. É importante dizer que tem havido retorno do dinheiro ao banco. É lógico que nós temos consciência que em qualquer mercado, quer seja em Angola, quer seja em qualquer outro país, nós estamos muito dependentes da conjuntura, da hipótese de haver situações em termos sociais melhores ou piores no caso de haver inflação maior ou menor. Mas a verdade é que temos estado a crescer paulatinamente.

Temos consciência que quando fazemos empréstimos, grande parte do valor que emprestamos é dinheiro dos clientes. É dinheiro dos depósitos e, por isso, temos que fazer uma gestão rigorosa, temos que procurar emprestar o dinheiro a quem possa fazer o retorno ao banco.

Isto é, nós temos que ser um comerciante como qualquer outro. Como sabe, os supermercados vendem arroz e farinha e quando vendem também querem receber. Os bancos também querem receber, os bancos vendem dinheiro. Mas esse dinheiro tem que ser reembolsado aos bancos.

JA – Gostava que falasse sobre os créditos aos cantineiros. O Banco de Fomento é pioneiro neste tipo de iniciativa. Qual é a tendência, é reduzir ou aumentar o apoio?

FT - O crédito ao cantineiro, eu diria, ao comerciante do campo, o pequeno comerciante, o indivíduo que faz a troca dos produtos com a população a nível local. como sabe, no tempo colonial era algo que existia muito em Angola, havia muito comerciante que estava na Cahama, no Xangongo ou que estava

numa localidade qualquer que comprava o gado, que comprava a semente e que entregava ao agricultor. Nós estamos a fazer esse apoio através das nossas agências da província e também em Luanda. Estamos a fazer este apoio, mas é um apoio mais tentado a levar aos locais onde não há comerciantes. Isso não é propriamente uma tarefa nossa. A nossa tarefa é ajudar as pessoas com crédito, mas o resto tem de ser o próprio Estado a fomentar a instalação desses pequenos cantineiros ou desses pequenos comerciantes que estão junto das populações.

Como sabe, há locais de Angola onde as populações nem entendem a língua oficial do país, que é o português. Se o senhor chegar à Huíla ou ao Cunene, em grande parte daquelas localidades se tiveres uma avaria num carro não consegues falar com as pessoas porque não sabes a língua local. É algo que Angola tem que é diferente de outros países. Angola tem vários povos a residir que são angolanos, mas que falam diferentes línguas e normalmente quem faz a ligação entre o campo e os bens que há nas grandes cidades são os tais pequenos comerciantes que são muito importantes para que tudo funcione, são pessoas que acabam por ajudar, por arranjar um médico, um enfermeiro; são pessoas muito importantes para o país e por isso o Banco de Fomento tem estado a apoiar esses pequenos comerciantes.

JA – Qual é a perspectiva de investimentos para os próximos cinco anos?

FT - Para cinco anos, longa. Mas aquilo o que lhe posso dizer é que se calhar daqui há cinco anos vamos estar em todas as capitais de províncias de Angola, no mínimo. Neste momento vamos abrir um segundo balcão na província do Kwanza-Sul, se calhar na província da Huíla também iremos abrir um segundo balcão. Em Luanda vamos passar a ter 13 agências, o que quer dizer que para além de estarmos nos locais onde há mais população e onde há mais dinheiro em circulação. Também estamos em províncias onde isso não aconteceu e fomos os primeiros a ir para lá.. Por exemplo, nós estamos no Huambo há quatro anos quando ninguém pensava abrir uma agência no Huambo. O Banco de Fomento ar-riscou e foi para o Huambo. Nós não estivemos à espera que houvesse paz para nos instalarmos nas províncias. Neste momento já estamos em nove províncias.

JA– Qual é o segmento do mercado que mais vai beneficiar de apoio em termos de concessão de créditos?

FT - Nós iremos continuar a apoiar sobretudo quem tenha capacidade empresarial. Eu posso lembrar-lhe que quando nós apoiamos as pessoas que querem o crédito habitação, nós concedemos créditos à indústria de construção civil que vai reparar as casas, que vai construir casas e por aí fora. Para além disso, a nível das províncias, nós temos estado a apoiar a agricultura, a pecuária, a pesca. Temos estado a apoiar todo o tipo de indústrias, é lógico que os projectos vão aparecendo no banco, nós temos que ir apoiando, analisando bem estes projectos e temos consciência que durante muitos anos em Angola não houve a livre iniciativa, ou seja, o mercado não estava aberto. Há poucos empresários com experiência para o negócio, não é empresário quem quer, mas quem se dedica, tem gosto e tem vontade e espírito de sacrifício, porque ser empresário por conta própria, ter a sua própria empresa, ter empregados a quem se paga salários não é fácil. Eu co- nheço várias empresas que começaram do nada e há todo tipo de indústrias instaladas em Angola: há as indústrias de fotografias, as padarias, há os colégios, tudo isso são áreas que os bancos têm estado a apoiar. Agora Angola com paz e com o mercado aberto vai precisar de quem tenha dinheiro para investir e quem tenha experiência. Quer queiramos, quer não, Angola precisa de novas pessoas que venham investir. Precisa que os angolanos que estão na diáspora, que têm experiência lá fora venham cá investir. Lá fora há muitos angolanos que são empresários que devem investir em Angola, porque Angola é um país que tem futuro e condições para daqui há dez anos os filhos dos angolanos e filhos das pessoas que vivem cá tenham uma vida melhor. E a verdade é que já se avançou muito nestes nove anos. Há nove anos atrás não havia colégios privados, universidades, tudo isso já funciona com milhares de alunos, o que quer dizer que o futuro que nos espera em Angola é um futuro melhor.

JA - O seu banco tem estado a remunerar já os depósitos a prazo. Sabemos que existem dificuldades quanto aos depósitos em moeda nacional...

FT - Nós, neste momento temos estado a remunerar já os depósitos. É lógico que nós temos uma dificuldade que é relativamente aos depósitos em kwanzas.

Ainda há por parte da população uma grande desconfiança em fazer depósitos em kwanzas a prazo por uma razão muito simples: porque a inflação ainda é elevada, as pessoas ganham na taxa de juros, mas perdem na inflação, na desvalorização do montante que tinham em conta. E, por isso, enquanto não houver uma inflação menor, continua a haver o refúgio no dólar, que é a moeda forte. Hoje já há muito mais depósitos a prazo comparativamente a uns anos atrás.

JA – A Abertura de agências é o objectivo estratégico permanente do banco neste mercado?

FT – Com certeza, nós vamos continuar a crescer em termos de abertura de agências, porque temos consciência de que é importante que os bancos abram agências, para que mais gente que tem dinheiro em casa venha ao banco com facilidade. Para além disso, está-se a fazer um grande esforço (o senhor governador do BNA, a Emis) para que toda a rede multicaixa e a rede dos terminais automáticos funcione. Porque isso vai ser uma revolução, isso vai permitir que qualquer pessoa com um cartão plástico pague no restaurante, na farmácia, no supermercado e isso é que vai ser importante para que mais gente comece a utilizar os bancos para que também não estejam tão cheios os seus balcões e o atendimento aos clientes possa ser melhor efectuado.

Perfil

Fernando Leonídio Mendes Teles, administrador do Banco de Fomento (BF), é bacharel em Contabilidade pelo Iscal e licenciado em Organização e Gestão de Empresa pelo Iscte. Com várias especializações ligadas ao ramo bancário, Fernando Teles fez o percurso profissional em várias instituições do sector em Portugal (Banco Borges Irmão, Banco de Fomento, BPI) e Angola (Banco de Crédito Comercial, Industrial e Banco de Fomento), tendo exercido as funções de contabilista e director financeiro noutras empresas privadas. A partir de Junho de 1992 prestou funções de director no Banco de Fomento e Exterior (Grupo BPI), assumindo as responsabilidades de director geral desde a

abertura da sucursal em Junho de 1993 até a transformação em Banco de Direito Angolano. Viveu em Angola de 1965 a 75 e agora de 1992 até à presente data.

* **Jornalista da Angop**

Corpos de militares mortos no Congo/Brazzaville chegam a Luanda

Luanda, 22/10 - Os restos mortais dos militares das Forças Armadas Angolanas (FAA) tombados durante os confrontos no Congo/Brazzaville estão em Luanda desde segunda-feira.

As exéquias, inicialmente previstas para esta quarta-feira, foram adiadas "sine die", por razões de calendário.

Órgãos de soberania do Estado e do Governo, deputados, quadros do Ministério da Defesa e do Interior, entidades religiosas e familiares vão render homenagem aos militares tombados em combate.

Meta de inflação para 2003 é de 30 por cento

Luanda, 23/10 - O Governo angolano estabeleceu hoje, em Luanda, uma meta de inflação de 30 por cento para 2003, prevendo uma taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) não inferior a 5,5 por cento.

Desta taxa, 1,6 por cento corresponde ao sector petrolífero e 8,9 à área não petrolífera, segundo refere um comunicado da reunião do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

A nota sublinha, por outro lado, que na sessão procedeu-se à actualização do

Orçamento Geral do Estado (OGE) do corrente ano, devido à alteração constatada na taxa média de câmbio e no preço médio de exportação do barril de petróleo bruto.

Também aprovou a concessão de direitos mineiros de prospecção e exploração de diamantes à empresa LUO-Sociedade Mineira da Camatchia-Camagico, SARL.

Integram esta Sociedade a ENDIAMA, a HIPERGESTA, a ANGODIAM, a ESCOM MINING e a ALROSA.

Ainda no domínio dos diamantes o Governo angolano autorizou a constituição da Associação em Participação SANGAMINA, entre a ENDIAMA, a OPUS MINING LIMITED e a KAZONDO-Exploração Mineira SARL, tendo concedido a esta Sociedade direitos de prospecção e exploração de Kimberlitos.

Aprovou ainda a criação de Entrepósitos Públicos dos Tipos A,B e F, bem como autorizou a constituição e funcionamento de um Entrepósito Aduaneiro Público do Tipo F e criou a empresa Entrepósitos Aduaneiros de Angola, tendo aprovado igualmente o seu respectivo estatuto orgânico.

Création d'un entrepôt au régime douanier simplifié pour les produits importés

LUANDA, 21 oct (AFP) - Un entrepôt de marchandises importées soumis à un régime douanier simplifié a été mis en place lundi à Luanda dans le but de réduire les coûts de ces produits en facilitant toutes les démarches bancaires et administratives, a annoncé le ministre angolais des Finances, Julio Bessa.

Cet entrepôt installé par le gouvernement "permet aux importateurs et aux distributeurs établis en Angola de régler les formalités bancaires dans un délai de trois jours au lieu de trois à six mois comme c'était jusqu'à maintenant le cas", a expliqué M. Bessa à la presse.

Les importateurs angolais disposent dorénavant des produits dans l'entrepôt, soumis à un nouveau régime douanier simplifié, "qui apporte aux exportateurs des garanties d'accès au marché angolais", a expliqué le ministre.

"Ils peuvent y déposer des marchandises et les importateurs peuvent ainsi procéder très rapidement à l'achat et au virement bancaire correspondants" avant la mise des produits sur le marché, a-t-il ajouté.

Avec une économie et une industrie ravagées par une guerre civile de 27 ans qui s'est achevée il y a un peu plus de six mois, l'Angola a décidé d'engager une politique d'ouverture aux investissements étrangers pour reconstruire le pays.

GOVERNADOR DE CABINDA ADMITE ACCOES MILITARES DAS FAA

21/10/2002

O governador de Cabinda, Aníbal Rocha, desmentiu um suposto ataque contra a coluna em que seguia dizendo que o ataque ocorreu contra uma aldeia civil para intimidar os seus militares quando este pretendia visitar um dos municípios do interior da província.

“Sem especulação houve um incidente, houve uma acção perpetrada pela FLEC horas antes da minha chegada a Belize, que junto das populações pacíficas, numa aldeia próxima de Belize, assassinou barbaramente uma senhora por sinal no intuito de criar descontentamento e que pudesse manchar a nossa estadia neste município”.

O governador confirmou a existência de operações de limpeza em toda a extensão da província, por forma a garantir a tranquilidade das populações. Num comunicado tornado público o estado maior da FLEC denunciou a utilização de crianças ao serviço do exército tendo confirmado a morte de três pequenos militares de 14 e 15 anos de idade.

Por outro lado, o comando da Frente Militar Independente de Cabinda anulou uma conferencia de imprensa convocada nesta cidade, alegadamente por razões de estratégia militar. Há mais de três anos que os órgãos de defesa e segurança na província de Cabinda não falam a imprensa de questões que envolvem tropas governamentais e os guerrilheiros da FLEC. (MC)